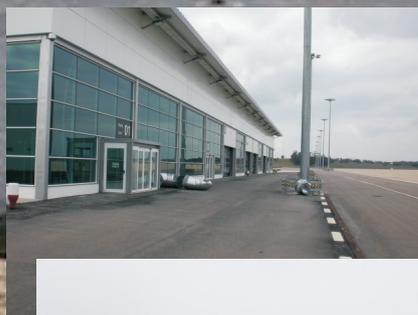


INALENTEJO

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO

Relatório de Execução

Anual 2010





Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 - 2013

Relatório de Execução Anual 2010

Objectivo: Convergência

Código CCI 2007PT161PO004

Decisão de Aprovação da Comissão: C(2007) 4685, de 09-10-2007

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento de 21 de Junho de 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional de 2007-2013, para a Região Alentejo, adiante designado de INALENTEJO, procura responder a três desafios centrais do desenvolvimento regional inscritos nos Eixos estratégicos “Alentejo 2015”:

- Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego
- Abertura da economia, sociedade e território ao exterior
- Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental

Os objectivos definidos na estratégia são estruturados, e articulam-se em torno de 6 Eixos Prioritários, com as correspondentes dotações financeiras:

Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento - 552.835.896€

Eixo 2 – Desenvolvimento urbano – 247.728.744€

Eixo 3 – Conectividade e articulação territorial – 286.961.870€

Eixo 4 – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural – € 220.363.506€

Eixo 5 – Governação e capacitação institucional - 121.543.320€

Eixo 6 - Assistência Técnica – 30.588.235€

O INALENTEJO integra-se no objectivo “Convergência”, com um orçamento global de 1.460.021.571€, o que se traduz num financiamento comunitário de 868.933.978€, representando uma taxa média de co-financiamento de 59,52%.

Em termos de problemas detectados ao longo do ano de 2010, e soluções perspectivadas, podem-se salientar:

- O baixo nível de execução, de certo modo, transversal aos diversos Eixos Prioritários. Esta situação decorre, em grande parte, da conjuntura económica em que o país se encontra, que condicionou a capacidade das entidades/empresas garantirem a contrapartida, necessária para a implementação dos projectos. No entanto, importa destacar alguns progressos verificados, nomeadamente a evolução da taxa de execução (Ex./Prog.) de 3%, para 10,5% em 2010, e a taxa de realização (Ex./Aprov.) de 9% para 17% em 2010.

- A verificação do cumprimento das regras dos Mercados Públicos leva a um arrastamento da fase de análise das candidaturas;
- Mantém-se o constrangimento no apoio a intervenções na área dos Equipamentos Sociais com impacto local ou concelhio. Seria importante que estes apoios fossem confiados ao PO Regional, ficando o supra concelhio afecto ao POVT;
- No Eixo 4, mantém-se a necessidade de criação dum Regulamento Específico para operacionalizar a “Valorização Económica do Espaço Rural” ;
- Ao nível da “Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas”, é necessária uma melhor especificação das intervenções com possibilidade de enquadramento efectivo pelo POVT;

Até ao período em análise o INALENTEJO, recebeu 1.998 candidaturas, das quais foram admitidas 1.377 e aprovadas 963, com um Custo Total de 956,3 M€, um custo total elegível de 830,8 M€, uma despesa pública de 683,0 M€ e um montante FEDER de 535,9 M€.

Será importante realçar a situação ao nível dos temas prioritários, destacando-se em termos de aprovação o tema “Investimento em Infra-estruturas sociais” com 137,30% em relação ao programado, seguindo-se a “Reabilitação urbana e rural” com 103,32% e a “Sociedade de informação” com 74,16%. Em termos de execução será de realçar a “Assistência Técnica” com 50,43%, os “Transportes” com 29,28% e o “Investimento em infra-estruturas sociais” com 24,51%.

Quanto à repartição do investimento pelas grandes áreas definidas, temas prioritários e Earmarking, será de referir que, das 963 candidaturas aprovadas, 629 contribuem para Earmarking, que traduzem 71,37% do FEDER aprovado.

Fazendo uma análise por NUT III, destaca-se o Alentejo Central com 21,41% do montante FEDER aprovado e 20,51% da execução, seguindo-se o Alentejo Litoral com 17,20% do montante FEDER aprovado embora apresente o menor contributo para a execução 7,11%, segue-se a Lezíria do Tejo com 17,03% de aprovação e 19,69% da execução, e o Baixo Alentejo com 16,92% de aprovação FEDER e 21,19% da execução, finalmente o Alto Alentejo com 16,35% do montante FEDER aprovado e 20,51% da execução.

Das 963 candidaturas aprovadas, já estão contratadas 666, o que se traduz numa taxa de contratação de 69% (significa 75% do montante FEDER aprovado).

Atingiu-se uma taxa de compromisso de 61,67%, face ao total programado, registando-se uma alteração significativa em relação ao ano de 2009, onde se verificava uma taxa de compromisso de 33%.

Fazendo uma análise por Eixo, refira-se que o Eixo 3, com 94,63% de compromisso registou a taxa mais elevada. No Eixo 2, a referida taxa foi de 82,47%, no Eixo 1 de 56,28%, no Eixo 4 de 31,74%, no Eixo 6 de 25,69%, e no Eixo 5 de 21,82%.

Refira-se que durante o ano de 2010 efectuaram-se pagamentos aos beneficiários, num montante FEDER de 127.010.461€, que corresponde a 23,70% do montante FEDER aprovado. Sendo, neste âmbito de realçar, a taxa (pagamento/aprovação) de 59,58%, no Eixo 6 e de 34,26%, no Eixo 3.

O total transferido pela Comissão Europeia, foi no montante de 110.230.053€, tendo sido já certificado o valor de 45.060.004€, que corresponde a 69% do pré-financiamento recebido.

Em termos físicos, a partir da análise dos Indicadores Comuns Comunitários, são de realçar os indicadores enquadrados nas áreas temáticas da Educação, Saúde, Inclusão Social, Sociedade de Informação e nas Ajudas Directas ao Investimento nas PME, tendo em conta a evolução em relação ao ano transacto.

Quanto aos Indicadores Físicos de PO, importa destacar os que em fase de realização contratada, demonstram um certo dinamismo tendo mesmo igualado ou superado a meta inicialmente definida para 2010:

- No Eixo 1:
 - Incentivo à inovação produtiva – 90%
 - VAB gerado em sectores com potencial de crescimento – 11%
 - Orientação para a produção transaccionáveis e internacionalizáveis – 80%
 - Orientação para mercados internacionais – 3,6%
 - N.º de Micro e pequenas empresas apoiadas - 226
 - Acções colectivas apoiadas – 9
- No Eixo 2:
 - População beneficiada (residentes e novos residentes) pelos projectos apoiados – 217.472
 - N.º de protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados - 16

- No Eixo 3:
 - N.º de infra-estruturas aeroportuárias apoiadas – 2
 - N.º de km de rede rodoviária apoiada – 505,6
 - N.º de alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos de 1º CEB – 12.270
 - N.º de estabelecimentos educativos apoiados – 48
 - N.º de elementos patrimoniais apoiados – 23
- No Eixo 4:
 - N.º de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas – 59.540
 - N.º de projectos de valorização de praias – 5
- No Eixo 5:
 - População servida por lojas do cidadão e centros multi-serviços – 70,3%
 - N.º de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados – 40
- No Eixo 6:
 - N.º de visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO – 314.121
 - N.º de acções de divulgação e informação do Programa – 1.206.

Ao nível da Comunicação e Divulgação do INALENTEJO, será de realçar:

- O sítio de internet do INALENTEJO constitui um meio privilegiado de informação e divulgação, como se pode confirmar pelo respectivo número de visitantes, que até 31-12-2010 ascendeu a 314.121, dos quais, 137.844 respeitam apenas ao ano 2010.
- A publicação de *newsletters* continua a decorrer de forma regular, tendo sido produzidas no decorrer do ano de 2010, um total de 15, das quais 12 mensais e 3 especiais.
- Ao nível da concepção e edição de suportes de comunicação e promoção, salienta-se ainda a remodelação do *stand* de exposições do INALENTEJO, a produção de cartazes e de autocolantes para publicitação do co-financiamento, bem como a reedição de pastas de processos. Importa referir ainda, a produção

de um Destacável INALENTEJO, distribuído a nível regional através dos diversos meios de comunicação escrita, à semelhança do que já havia ocorrido no ano anterior.

- A produção da brochura de apresentação do Programa completou o conjunto de materiais produzidos no ano de 2010, incluindo também uma versão em CD-ROM.
- No que diz respeito aos eventos, em 2010 realizaram-se 3 sessões públicas de assinatura de contratos, duas sessões alargadas de esclarecimentos, 25 sessões de esclarecimento e informação diversa, com potenciais beneficiários, Realizou-se um Colóquio sob o tema “Valorizar e Tornar Mais Competitiva a Região Alentejo – Oportunidades e Estratégia no Horizonte Europa 2020” e o Seminário “Política de Cidades – O Desenvolvimento e a Regeneração Urbana”, a Conferência “Economia Verde e Avaliação Ambiental Estratégica”.
- No âmbito da mediação e publicidade, no ano de 2010, foram produzidos 10 comunicados de imprensa, foram publicados 23 anúncios nos meios de comunicação social e contabilizam-se 648 notícias publicadas. Se no primeiro caso, se registou um decréscimo face ao número de comunicados de imprensa efectuados em 2009, no que se refere aos anúncios, o número quase duplicou em 2010 face ao ano anterior e no caso das notícias registou-se um forte incremento, uma vez que do total de 848 registado até 31-12-2010, 648 notícias terão sido publicadas em 2010.

No âmbito do Plano de Avaliação do INALENTEJO foi preparada e aprovada uma primeira revisão do PGA pela CMC do QREN, em 12 de Janeiro de 2010, que se baseou nos seguintes ajustamentos:

- _ Calendarização (lançamento e realização) da Avaliação da Operacionalização e da Avaliação Intercalar, sendo que nesta última a alteração também incidiu ao nível do seu objectivo (deixou de avaliar o impacto do PO a meio do período) e a análise dos seus resultados passou a dever ser tida em conta para a definição de estratégias e programas a integrar no novo ciclo de programação dos Fundos Comunitários.

Em termos da Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO, refira-se que em 2010 foi concluído o processo, sendo em Março de 2010, apresentado o Relatório Preliminar da Avaliação da Operacionalização, e o Relatório Final, em 24 de Maio de 2010, com aprovação em 30 de Junho de 2010.

O Relatório Final apresenta as suas Conclusões e Recomendações de natureza estratégica, tática e operacional.

Entretanto, tendo em conta o imperativo de proceder à divulgação dos resultados da avaliação, bem como, proceder ao follow-up das recomendações propostas, foi articulada no seio da Rede de Avaliação do QREN, uma linha de actuação comum em termos do planeamento da divulgação dos resultados. Assim, foi elaborado um quadro com as recomendações, a sua aceitação ou não, bem como as principais iniciativas a promover com vista à sua implementação. O documento foi trabalhado, encontrando-se na sua fase final, para posterior aprovação na Comissão Directiva.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	I
ÍNDICE GERAL	VII
ÍNDICE DE TABELAS:	XI
ÍNDICE DE FIGURAS:	XV
ÍNDICE DE GRÁFICOS:	XVI
INTRODUÇÃO	XX
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	1
1.1. ORGANIZAÇÃO DO INALENTEJO – OBJECTIVOS E PRIORIDADES, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E BENEFICIÁRIOS.	4
1.2. GOVERNAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	18
1.2.1. AUTORIDADE DE GESTÃO	20
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	34
2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS	34
2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA OPERACIONAL	34
2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA OPERACIONAL	39
2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS	47
2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO	53
2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO	54
2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA	54
2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO	62
2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	67
2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	70
2.4.1. MUDANÇAS NO CONTEXTO REGULAMENTAR	85
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPTÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006	90
2.6. COMPLEMENTARIDADE	90
2.6.1. COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS	90
2.6.2. INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA – JEREMIE E JESSICA	92
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	94

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	132
3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	132
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	133
3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	139
3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	147
3.1.4. PROJECTO DEMONSTRATIVO.....	150
3.2. EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO URBANO	152
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	152
3.2.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	155
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	160
3.2.4. PROJECTO DEMONSTRATIVO.....	162
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – CONECTIVIDADE E ARTICULAÇÃO TERRITORIAL	166
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	166
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	170
3.3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	175
3.3.4. PROJECTO DEMONSTRATIVO.....	176
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL	178
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	178
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	182
3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	188
3.4.4. PROJECTO DEMONSTRATIVO.....	189
3.5. EIXO PRIORITÁRIO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	191
3.5.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	191
3.5.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	194
3.5.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	197
3.5.4. PROJECTO DEMONSTRATIVO.....	198
3.6. EIXO PRIORITÁRIO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA	200

3.6.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	200
3.6.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	203
3.6.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	205
4. GRANDES PROJECTOS.....	206
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	207
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	209
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011	224
GLOSSÁRIO	226
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	231
ANEXO I - REALIZAÇÃO FÍSICA DOS INDICADORES COMUNS NACIONAIS.....	233
ANEXO II - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-2010 (VALORES ACUMULADOS).....	243
ANEXO III - APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR NUT III ATÉ 31-12-2010 (VALORES ACUMULADOS)	247
ANEXO IV – INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE.....	251
ANEXO V – RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA INDICADORES DE EIXO - ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2009.....	255
ANEXO VI – RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA – INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS – ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2009	264
ANEXO VII – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-2010 (VALORES ACUMULADOS)	271
ANEXO VIII - REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA/CALENDÁRIO DE CONCURSOS POR EIXO PRIORITÁRIO	304
ANEXO IX – PROCESSO DE SELECÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-2010 (VALORES ACUMULADOS).....	311
ANEXO X – FICHA DE GRANDE PROJECTO	315
ANEXO XI – FICHA DE PROJECTO AMBIENTAL.....	320
ANEXO XII – TEMPLATE MONITORING REPORT, DO DOCUMENTO COCOF N.º 10-0014-04-EN,DE 21-02-2011- GUIDANCE NOTE ON FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENTS UNDER ARTICLE 44 OF COUCIL REGULATION (EC) N.º 1083/2009	322

ANEXO XIII – REPARTIÇÃO CUMULATIVA DAS DOTAÇÕES APROVADAS DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR COMBINAÇÃO DE DIMENSÃO DE CATEGORIZAÇÃO	326
ANEXO XIV – TABELA DE CLASSIFICAÇÃO NUT DE ACORDO COM O REGULAMENTO (CE) N.º 1059/2003	334

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1.1: Apresentação do Programa	1
Tabela 1.2: Dos objectivos específicos do PO aos objectivos específicos do Eixo	4
Tabela 1.3: Organização do Programa Operacional Regional	5
Tabela 1.4: Plano Financeiro anual do Programa Operacional Regional do Alentejo	5
Tabela 2.1: Realização Física	34
Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2010	40
Tabela 2.3: Candidatura Aprovadas	43
Tabela 2.4: Taxa de compromisso por Eixo Prioritário	44
Tabela 2.5: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários (€)	45
Tabela 2.6: Realização Financeira	46
Tabela 2.7: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento	47
Tabela 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território	49
Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica	50
Tabela 2.10: Aprovações e execução financeira por NUT III	52
Tabela 2.11: Aprovações e execução financeira grupo alvo	53
Tabela 2.12: Áreas de investimento – Temas Prioritários	55
Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)	56
Tabela 2.14: Auxílios Minimis	65
Tabela 2.15: Organização territorial	71
Tabela 2.16: População residente Alentejo	72
Tabela 2.17: Variáveis de crescimento populacional	72
Tabela 2.18: PIB per capita	78
Tabela 2.19: Indicadores Estatísticos	85
Tabela 2.20: Contributo da Intervenção Programas Operacionais no Alentejo	91
Tabela 2.21: JESSICA - participação de cada uma das entidades	93

Tabela 2.22: Valores contratualizados no âmbito da Subvenção Global	99
Tabela 2.23: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção global	102
Tabela 2.24: Plano de Acção de 2009 – Operações só com despesa apresentada/executada	106
Tabela 2.25: Plano de Acção de 2009 – Operações com despesa validada	107
Tabela 2.26: Ponto de Situação das acções no final de 2009	107
Tabela 2.27: Verificação Rápida junto da Autoridade de Gestão	108
Tabela 2.28: Plano de Acção de 2010	108
Tabela 2.29: Ponto de Situação das acções no final de 2010	109
Tabela 2.30: Esforço de controlo no final de 2010, por eixo prioritário	109
Tabela 2.31: Esforço de controlo no final de 2010, por Regulamento Específico	110
Tabela 2.32: Distribuição das acções de verificação no local, por NUTIII	111
Tabela 2.33: Acções de verificação no local – consequências financeiras	111
Tabela 2.34: Auditorias realizadas em 2009	112
Tabela 2.35: Auditorias realizadas em 2010	113
Tabela 2.36: Cronograma de execução	124
Tabela 2.37: Indicadores de monitorização das recomendações da AAE	131
Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1 - Aprovação	134
Tabela 3.2: Eixo Prioritário 1 - Aprovação	135
Tabela 3.3: Eixo Prioritário 1 - Execução	135
Tabela 3.4: Realização Física do Eixo Prioritário 1	136
Tabela 3.5: Regulamento Específico – SI Qualificação PME	139
Tabela 3.6: Regulamento Específico – SI I&DT	139
Tabela 3.7: Regulamento Específico – SI Inovação	140
Tabela 3.8: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Acções Colectivas	142
Tabela 3.9: Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	143
Tabela 3.10: Regulamento Específico – Energia	144
Tabela 3.11: Regulamento Específico – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	145
Tabela 3.12: Eixo Prioritário 2 – Aprovação	153
Tabela 3.13: Eixo Prioritário 2 - Aprovação	153

Tabela 3.14: Eixo Prioritário 2 - Execução	154
Tabela 3.15: Realização Física do Eixo Prioritário 2	154
Tabela 3.16: Regulamento Específico – Parcerias para a Regeneração Urbana	155
Tabela 3.17: Regulamento Específico – Mobilidade Territorial	155
Tabela 3.18: Planos de Acção: ALENT-41-2007-01	156
Tabela 3.19: Planos de Acção: ALENT-41-2008-03	157
Tabela 3.20: Planos de Acção: ALENT-41-2010-05	157
Tabela 3.21: Programas Estratégicos: ALENT-40-2008-01	158
Tabela 3.22: Programas Estratégicos: ALENT-40-2009-02	159
Tabela 3.23: Eixo Prioritário 3 – Aprovação	167
Tabela 3.24: Eixo Prioritário 3 - Aprovação	167
Tabela 3.25: Eixo Prioritário 3 - Execução	168
Tabela 3.26: Realização Física do Eixo Prioritário 3	168
Tabela 3.27: Situação dos avisos - Equipamentos para a Coesão Local	171
Tabela 3.28: Situação dos avisos - Mobilidade Territorial	171
Tabela 3.29: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Património Cultural	171
Tabela 3.30: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Equipamentos Culturais	172
Tabela 3.31: Situação dos avisos - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré – Escolar	172
Tabela 3.32: Situação dos avisos - Saúde	172
Tabela 3.33: Eixo Prioritário 4 – Aprovação	179
Tabela 3.34: Eixo Prioritário 4 - Aprovação	179
Tabela 3.35: Eixo Prioritário 4 - Execução	180
Tabela 3.36: Realização Física do Eixo Prioritário 4	180
Tabela 3.37: Situação dos avisos - Acções de Valorização do Litoral	183
Tabela 3.38: Situação dos avisos - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	183
Tabela 3.39: Situação dos avisos - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	183
Tabela 3.40: Situação dos avisos - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	183

Tabela 3.41: Situação dos avisos - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	184
Tabela 3.42: Situação dos avisos - Ciclo Urbano da Água	184
Tabela 3.43: Situação dos avisos – Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	184
Tabela 3.44: Eixo Prioritário 5 - Aprovação	192
Tabela 3.45: Eixo Prioritário 5 - Aprovação	192
Tabela 3.46: Eixo Prioritário 5 - Execução	193
Tabela 3.47: Realização Física do Eixo Prioritário 5	193
Tabela 3.48: Situação dos avisos - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	195
Tabela 3.49: Situação dos avisos - Promoção e Capacitação Institucional	196
Tabela 3.50: Eixo Prioritário 6 - Aprovação	200
Tabela 3.51 Eixo Prioritário 6 - Execução	200
Tabela 3.52: Realização Física do Eixo Prioritário 6	201
Tabela 3.53: Situação dos avisos – Assistência Técnica	204
Tabela 5.1: Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica	207
Tabela 5.2: Assistência Técnica, aprovações e execução por tipologia de Beneficiário a 31-12-2010	208
Tabela 5.3: Tipologia de despesa elegível aprovada a 31-12-2010	208
Tabela 6.1: Acções de natureza diversa desenvolvidas em 2010	219
Tabela 6.2: Plano de Comunicação	220
Tabela 7.1: Variação de taxas 2009/2010	224
Tabela 7.2: Previsão de Pedidos de Pagamento para 2011	225

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional	3
Figura 1.2: Árvore de objectivos	3
Figura 1.3: Interacção organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo	20
Figura 1.4: Organograma Base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO	20
Figura 2.1: NUTS III - Alentejo	71
Figura 2.2: Acção de formação	95
Figura 2.3: Arquitectura geral do SIGPOA; Módulos e integração com outros sistemas	115
Figura 2.4: Quadro de responsabilidade na monitorização de ambiental estratégica	126
Figura 6.1: Logomarca	210
Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/	211
Figura 6.3: Newsletter	213
Figura 6.4: Meios Materiais	214
Figura 6.5: Meios Materiais	215
Figura 6.6: Meios Materiais (Brochuras e Destacável)	215
Figura 6.7: Eventos (Conferência “Economia Verde e Avaliação Ambiental Estratégica”)	216
Figura 6.8: Eventos (Dia da Europa – Exposição)	217
Figura 6.9: Eventos (Dia da Europa – Sessão de Entrega de Prémios aos Alunos e Escolas)	217
Figura 6.10: Programa de rádio Ovibeja 2013	221
Figura 6.11: OPEN DAYS 2010	223

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 2.1: Compromisso financeiro a 31-12-2010	40
Gráfico 2.2: Avisos de Concurso 31-12-2010	41
Gráfico 2.3: Avisos de Concurso em aberto 31-12-2010	41
Gráfico 2.4: Avisos de Concurso encerrados 31-12-2010	41
Gráfico 2.5: Avisos de Concurso decididos 31-12-2010	41
Gráfico 2.6: Variação de aprovação Líquida por Eixo Prioritário	42
Gráfico 2.7: Incremento de candidaturas	42
Gráfico 2.8: Taxa de Aprovação Líquida	42
Gráfico 2.9: Variação anual da Taxa de Aprovação Líquida	42
Gráfico 2.10: Incremento de Investimento Elegível Aprovado (operações aprovadas)	43
Gráfico 2.11: Incremento de Investimento Elegível Aprovado (inclui Planos acção)	43
Gráfico 2.12: Taxa de compromisso	44
Gráfico 2.13: FEDER - compromisso	44
Gráfico 2.14: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários	45
Gráfico 2.15: Total de FEDER executado do FEDER aprovado	45
Gráfico 2.16: Total de FEDER pago do FEDER aprovado	45
Gráfico 2.17: Incremento da Execução	46
Gráfico 2.18: Incremento de Pagamentos aos Beneficiários	46
Gráfico 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Formas de Financiamento	47
Gráfico 2.20: Distribuição projectos aprovados por dimensão Formas de Financiamento	47
Gráfico 2.21: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Tipo de Território	49
Gráfico 2.22: Distribuição projectos aprovados por dimensão Tipo de Território	49
Gráfico 2.23: Distribuição FEDER aprovado per capita	52
Gráfico 2.24: Distribuição FEDER aprovado por Km²	52
Gráfico 2.25: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III	52
Gráfico 2.26: Distribuição FEDER executado por NUT III	52

Gráfico 2.27: Projectos aprovados por grupos alvo	53
Gráfico 2.28: Evolução anual de projectos aprovados por grupos alvo	53
Gráfico 2.29: Evolução anual de aprovação FEDER por grupos alvo	54
Gráfico 2.30: Evolução anual de execução FEDER por grupos alvo	54
Gráfico 2.31: Distribuição de projectos por Áreas – Temas Prioritários	55
Gráfico 2.32: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários	55
Gráfico 2.33: Variação da Programação/Aprovação/Execução por Áreas de investimento – Temas Prioritários	56
Gráfico 2.34: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	59
Gráfico 2.35: Sociedade da informação	59
Gráfico 2.36: Transportes	59
Gráfico 2.37: Energia	59
Gráfico 2.38: Protecção do ambiente e prevenção de riscos	60
Gráfico 2.39: Turismo	60
Gráfico 2.40: Actividades culturais	61
Gráfico 2.41: Reabilitação urbana e rural	61
Gráfico 2.42: Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	61
Gráfico 2.43: Investimentos em infra-estruturas sociais	61
Gráfico 2.44: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	62
Gráfico 2.45: Assistência técnica	62
Gráfico 2.46: Evolução Demográfica – Alentejo	72
Gráfico 2.47: População – Países UE e Alentejo	72
Gráfico 2.48: Saldo natural – Países UE e Alentejo	73
Gráfico 2.49: Saldo natural e migratório - Alentejo	73
Gráfico 2.50: Pirâmide etária - Alentejo	74
Gráfico 2.51: Grandes grupos etários	74

Gráfico 2.52: Indicadores de Educação	74
Gráfico 2.53: Taxas de pré-escolarização	74
Gráfico 2.54: Indicadores Sociais - Alentejo	73
Gráfico 2.55: Mortalidade Infantil – Países EU, Alentejo	75
Gráfico 2.56: Taxa de Actividade do Alentejo	77
Gráfico 2.57: Taxa de Actividade – Países UE, Alentejo	77
Gráfico 2.58: Taxa de Desemprego do Alentejo	77
Gráfico 2.59: Taxa de Desemprego – Países UE, Alentejo	77
Gráfico 2.60: PIB per capita 2008	78
Gráfico 2.61: PIB per capita (EU 27 = 100) 2008	78
Gráfico 2.62: Estrutura Sectorial do VAB - Alentejo	79
Gráfico 2.63: Estrutura Sectorial do VAB - Alentejo	79
Gráfico 2.64: Estrutura Sectorial do VAB - Portugal	79
Gráfico 2.65: Estrutura Sectorial do VAB – UE-27	79
Gráfico 2.66: Produtividade Sectorial 2009	80
Gráfico 2.67: Produtividade UE27 = 100 - 2008	88
Gráfico 2.68: Demografia das Empresas 2008	80
Gráfico 2.69: Taxa de Criação de empresas 2007	80
Gráfico 2.70: Comercio Internacional 2009, Alentejo	81
Gráfico 2.71: Comercio Internacional 2009, Portugal	81
Gráfico 2.72: Taxa de cobertura das entradas pelas saídas	82
Gráfico 2.73: Capacidade de Alojamento	82
Gráfico 2.74: Estabelecimentos Hoteleiros	82
Gráfico 2.75: Ocupação Hoteleira	83
Gráfico 2.76: Estada Média	84
Gráfico 2.77: Taxa líquida Ocupação - Cama	84
Gráfico 2.78: ISDR e variação por NUTII	84
Gráfico 2.79: ISDR e suas Componentes	84
Gráfico 2.80: Fundo Comunitário Aprovado por PO no Alentejo	92
Gráfico 2.81: Dotação Contrualização no Eixo 1	100

Gráfico 2.82: Dotação Contrualização no Eixo 2	100
Gráfico 2.83: Dotação Contrualização no Eixo 3	101
Gráfico 2.84: Dotação Contrualização no Eixo 4	101
Gráfico 2.85: Dotação Contrualização no Eixo 5	102
Gráfico 2.86: Distribuição FEDER por CIM	102
Gráfico 2.87: N.º de candidaturas aprovadas	102
Gráfico 2.88: Esforço de controlo no final de 2010, por eixo prioritário	110
Gráfico 2.89: Esforço de controlo no final de 2010, por Regulamento Específico	110
Gráfico 2.90: Distribuição das acções de verificação no local, por NUT III	111
Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à Programação	136
Gráfico 3.2: Grau de compromisso global face à Programação	153
Gráfico 3.3: Grau de compromisso global face à Programação	167
Gráfico 3.4: Grau de compromisso global face à Programação	179
Gráfico 3.5: Grau de compromisso global face à Programação	192
Gráfico 3.6: Grau de compromisso global face à Programação	200
Gráfico 5.1: Assistência Técnica	207

INTRODUÇÃO

Este documento visa dar cumprimento ao disposto no art. 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que determina que, até 30 de Junho de cada ano, as Autoridades de Gestão devem apresentar à Comissão Europeia, após aprovação pela respectiva Comissão Acompanhamento, o Relatório Anual de Execução do correspondente Programa Operacional. No que respeita ao seu conteúdo e estrutura, pretendeu-se que corresponda ao estipulado no Anexo VI ao Regulamento n.º 846/2006, pelo que na sua elaboração foram prosseguidas as orientações emanadas pelo IFDR.

| xx

No respeito pelas orientações referidas, está o Relatório Anual de Execução do INALENTEJO de 2010, estruturado em 6 capítulos. No primeiro destes, procede-se de uma forma genérica à apresentação do Programa, referindo os objectivos, estratégias, organização, dotações financeiras e modelo de gestão e acompanhamento.

Nos capítulos 2, 3 é feita de forma detalhada a análise da execução física e financeira do Programa e de cada um dos Eixos que o integram. Foram tidos em consideração nesta análise os aspectos seguintes: grau de compromisso e de execução das dotações financeiras e o nível de concretização dos diferentes tipos de indicadores, sendo também identificados os obstáculos, que durante o período a que se reporta o relatório se levantaram à sua concretização, bem com as iniciativas desenvolvidas para os ultrapassar.

A análise à assistência técnica prestada pelo programa está reportada no capítulo 5 deste relatório.

No capítulo 6, dá-se conta das actividades que foram desenvolvidas ao longo do ano no que se refere às actividades de divulgação e informação.

As principais conclusões do que foi o desenvolvimento do programa no ano de 2010 bem como as perspectivas para 2011, estão reportadas no capítulo 7.

Integram ainda o documento um conjunto de anexos, em que se disponibiliza com detalhe toda a informação de base relativa à execução física e financeira do Programa ao longo do período em análise.

1 . APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Tabela 1.1: Apresentação do Programa

Programa Operacional do Alentejo	Objectivo: Convergência
	Zona Elegível: NUT II Alentejo
	Período de Programação: 2007 - 2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161PO004
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Alentejo
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2010
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 21 de Junho de 2011

| 1

A preparação do ciclo de programação 2007-2013 desenvolveu-se no contexto da reforma da política europeia de coesão, impulsionada por uma nova articulação nas várias dimensões territoriais (comunitária, nacional e regional) entre as prioridades da União e os pilares do desenvolvimento sustentável (convergência; cooperação territorial; competitividade e inovação; emprego e inclusão social; protecção ambiental e prevenção de riscos), onde podem ser destacadas 5 transformações principais:

- uma abordagem mais estratégica centrada nas prioridades globais da União devidamente adaptadas e integradas em quadros nacionais de referência estratégica (coordenação mais eficiente das iniciativas nacionais e comunitárias);
- uma menor dispersão dos recursos alcançada pela concentração das intervenções em termos temáticos (nas prioridades de Lisboa e Gotemburgo, isto é, na competitividade, inovação e sustentabilidade) e orçamentais (nos territórios, regiões e países mais necessitados do ponto de vista da convergência);
- uma abordagem mais adaptada à diversidade interna da União, traduzida numa maior responsabilização dos países, das regiões e das cidades, apoiada numa maior descentralização e numa maior consideração das especificidades territoriais (integração da dimensão urbana, consideração de diversas desvantagens naturais e geográficas, compensação dos sobrecustos das regiões ultraperiféricas);
- uma significativa simplificação do modelo de gestão dos fundos (menos fundos, um fundo por programa, mais forte articulação entre fundo de coesão e fundos estruturais e uniformização da gestão financeira, regras nacionais de elegibilidade de despesas e programação por prioridade e não por medida);

- uma busca de maior eficiência e equilíbrio no processo de monitorização e controlo (clarificação das responsabilidades da Comissão e dos Estados Membros, introdução de condicionantes financeiras associadas aos objectivos de convergência e à adopção de mecanismos credíveis de controlo/gestão).

Definido na sua base pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de Março, o QREN é “o documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiarão a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013”.¹

| 2

O QREN e todos os Programas Operacionais (regionais e temáticos) que o compõem encerram um conjunto de 5 prioridades estratégicas:

- a promoção da qualificação dos portugueses;
- a promoção do crescimento sustentado;
- a melhoria da coesão social;
- a qualificação do território e das cidades;
- a melhoria da governação.

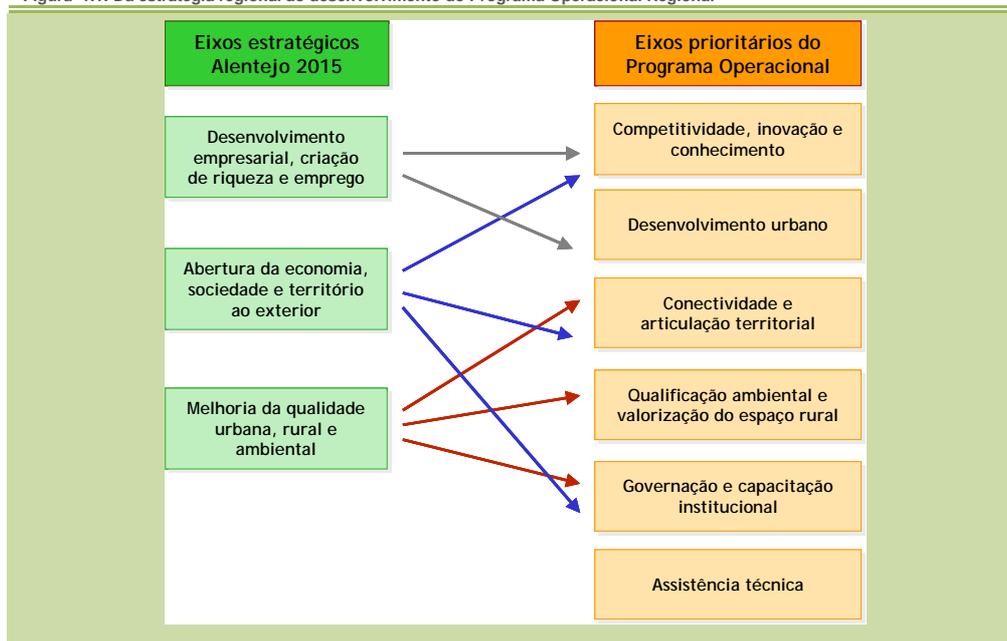
As grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo, no horizonte do ciclo de programação 2007-2013, designadas “Alentejo 2015”, foram materializadas com atenção a duas motivações básicas:

- uma, ligada ao esforço de renovação do modelo económico, visando uma aceleração significativa da competitividade e atractividade económica da região;
- outra, ligada ao esforço de consolidação, racionalização e valorização dos investimentos estruturantes já realizados.

O modelo proposto para a passagem da estratégia ao programa operacional regional procura consagrar as grandes orientações comunitárias e nacionais, acolhendo especialmente as motivações de concentração temática e financeira, de apropriação estratégica regional mais descentralizada e de rearticulação entre competitividade e coesão para alcançar níveis mais elevados de progresso em matéria de convergência.

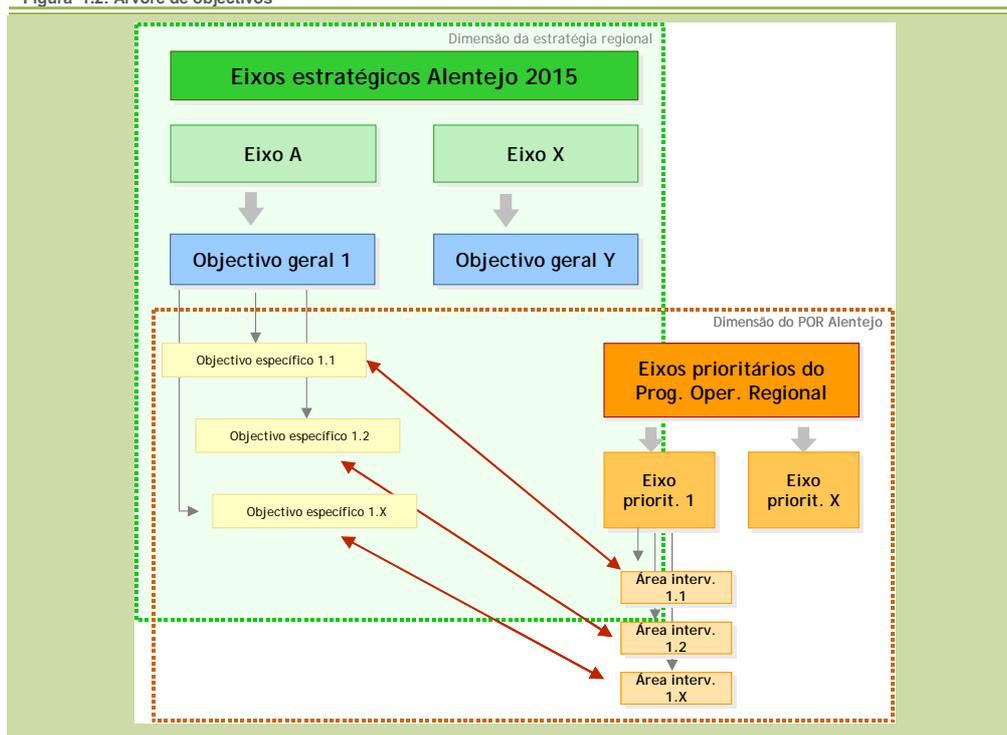
¹ preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional



O Programa encerra assim um conjunto de objectivos decorrentes da estratégia “Alentejo 2015”, os quais se organizam, atendendo ao respectivo grau de importância para a estratégia e ao seu carácter operativo. Deste modo, a cadeia de objectivos inerente à estratégia regional pode ser subdividida em objectivos gerais, específicos e operacionais.

Figura 1.2: Árvore de objectivos



1.1. Organização do INALENTEJO – objectivos e prioridades, áreas de intervenção e beneficiários.

O Programa está estruturado em 6 Eixos Prioritários, correspondendo a cada um deles um conjunto de objectivos específicos do Programa Operacional que estão directamente ligados aos específicos de Eixo, os quais, por sua vez se subdividem num conjunto de áreas de intervenção, conforme apresentado na tabela 1.3.

| 4

Tabela 1.2: Dos objectivos específicos do PO aos objectivos específicos do Eixo		
Eixo Prioritário	Objectivos específicos do PO	Objectivos específicos do Eixo
Competitividade, inovação e conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de empresas inovadoras Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial Apoiar actividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em sectores intensivos em conhecimento e tecnologia Apoiar os sectores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transaccionável Reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a densificação do relacionamento empresarial através de acções colectivas
	<ul style="list-style-type: none"> Constituir uma rede regional de centros tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a transferência de "Know-how" das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a rede regional de parques empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais
Desenvolvimento urbano	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a competitividade e atractividade das cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação inter-urbana
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a mobilidade inter-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes
Conectividade e articulação territorial	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a mobilidade inter-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a articulação da rede viária regional
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a dotação de serviços colectivos à população 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar e 1º CEB Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública
Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> Promover a revitalização económica do espaço rural 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a criação de emprego em territórios de baixa densidade, através de acções integradas de valorização económica
	<ul style="list-style-type: none"> Gerir eficientemente os recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água
	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo Valorizar e ordenar a orla costeira
	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar ambiental e economicamente as áreas extractivas
Governança e capacitação institucional	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços
	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar a captação de investimento para a região 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação de IDE qualificante e para a actividade turística

Tendo em vista a prossecução dos objectivos definidos para o Programa foram identificadas áreas de intervenção e fixada uma dotação do financiamento Comunitário para cada um dos Eixos Prioritário

Eixo Prioritário	Áreas de Intervenção	M€	Financiamento Comunitário
Competitividade, inovação e conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de micro e pequenas empresas inovadoras ▪ Projectos de I&D (projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades de sist. Científico e tecnol.) ▪ Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas ▪ Qualificação de micro e pequenas empresas ▪ Desenvolvimento da sociedade do conhecimento ▪ Rede de ciência e tecnologia (instalações e equipamentos científicos e tecnológicos) ▪ Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de ciência e tecnologia) ▪ Acções colectivas de desenvolvimento empresarial ▪ Intervenções complementares em redes de energia 	294	
Desenvolvimento urbano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias para a regeneração urbana ▪ Redes urbanas para a competitividade e inovação ▪ Mobilidade urbana 	140	5
Conectividade e articulação territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infra-estruturas e redes de mobilidade ▪ Redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial 	201	
Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de recursos hídricos ▪ Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos ▪ Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e valorização de áreas extractivas ▪ Conservação da natureza e promoção da biodiversidade ▪ Valorização e ordenamento da orla costeira ▪ Valorização económica do espaço rural 	131	
Governança e capacitação institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo electrónico regional e local ▪ Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração descentralizada e local ▪ Promoção institucional da região 	77	
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistência Técnica 	26	
Total		869	

Ano	Fundo Programado	Contrapartida Nacional Programada	Investimento Total Programado
2007	116.882.009	79.508.348	196.390.357
2008	119.219.649	81.098.515	200.318.164
2009	121.604.042	82.720.485	204.324.527
2010	124.036.123	84.374.895	208.411.018
2011	126.516.846	86.062.394	212.579.240
2012	129.047.183	87.783.641	216.830.824
2013	131.628.126	89.539.314	221.167.440
Total	868.933.978	591.087.593	1.460.021.571

Beneficiários do INALENTEJO

As entidades beneficiárias, nos termos estabelecidos, nomeadamente, no âmbito do n.º 4 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº1083/2006, de 11 de Julho, e do respectivo Programa Regional (regulamentos específicos), são as seguintes:

Eixo 1 - Competitividade Inovação e Conhecimento

Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;
- Entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas, as associações empresariais e entidades do SCT, no caso dos projectos conjuntos definidos na alínea b) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento específico. No entanto os Organismos Técnicos

definidos no nº 3 do artigo 21º do Regulamento específico, não podem ser beneficiários nos projectos conjuntos.

Sistema de Incentivos à Inovação

As entidades beneficiárias dos apoios previstos são empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

| 6

Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;
- Entidades do SCT no caso dos projectos em Co-promoção e Projectos Mobilizadores definidos na alínea a) do nº 1 do artigo 5.º;
- Associações empresariais no caso de projectos de I&DT Colectiva definidos na alínea b) do nº 1 do artigo 5.º

Sistema de Apoio a Acções Colectivas

- As entidades públicas com competências específicas em políticas públicas no domínio empresarial;
- As associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas;
- As associações empresariais e os centros tecnológicos e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT).

Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

- Entidades sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou entidades por elas participadas, sobre qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos;
- Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo a promoção do empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica;
- Business Innovation Centers.

O universo das entidades dinamizadoras das infra-estruturas a apoiar, deve integrar uma participação efectiva de entidades do SCTN, sendo que, no caso de projectos da tipologia

infra-estruturas físicas de Parques de Ciência e Tecnologia a entidade beneficiária tem, obrigatoriamente, que incluir uma instituição de ensino superior.

Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas

- Para as tipologias infra-estruturas tecnológicas:
 - Pessoas colectivas sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou consórcios, com personalidade jurídica, de entidades por elas participadas, sob qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos;
 - Entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&DT;
 - Entidades da Administração Pública Central do Ministério da Educação, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.
- Para as tipologias infra-estruturas científicas:
 - Instituições do ensino superior, universitário e politécnico e entidades por elas criadas;
 - Instituições públicas com actividades de I&D;
 - Laboratórios do Estado e outros serviços públicos vocacionados para actividades de I&D;
 - Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objectivo principal actividades de I&D, designadamente, Laboratórios associados;
 - Entidades sem fins lucrativos com personalidade jurídica internacional vocacionadas para actividades de I&D.

Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

- Associações Empresariais;
- Municípios e Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial;

- Outras entidades, sem fins lucrativos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial.

Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

- Municípios e suas associações e áreas metropolitanas;
- Fundações que desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;
- Associações Empresariais, Centros Tecnológicos, Parques de Ciência e Tecnologia e outras instituições privadas sem fins lucrativos que promovam ou desenvolvam actividades científicas e tecnológicas;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos vocacionadas para actividades de divulgação científica e tecnológica;
- Instituições de ensino de diferentes graus, incluindo do ensino superior, seus institutos e Centros de Investigação e Desenvolvimento (centros de I&D).

Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

- As entidades da Administração Pública Central;
- As entidades da Administração Pública Local do Continente e suas Associações;
- Áreas metropolitanas;
- As empresas públicas municipais, inter-municipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- As instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam ou desenvolvam actividades educativas, sociais, culturais, científicas ou tecnológicas;
- As sociedades, agências ou consórcios de desenvolvimento nacional, regional e local com capitais maioritariamente públicos.

Energia

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Empresas Públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- Organismos da Administração Pública Central directa ou indirecta;

- Outras entidades públicas;
- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de cooperação com as entidades da alínea a);
- Empresas concessionárias do transporte e distribuição de gás natural e electricidade, respectivamente, para as operações previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 5º.

Eixo II - Desenvolvimento Urbano

Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana

- Autarquias locais e suas associações;
- Serviços da administração central;
- Outras entidades públicas;
- Empresas públicas;
- Associações empresariais;
- Empresas privadas no quadro de parcerias público-privado (PPP) lideradas por entidades públicas ou no quadro do regime de auxílios de Estado;
- Instituições de ensino e formação profissional;
- Centros de I&D;
- Organizações Não Governamentais (ONG), fundações e associações sem fins lucrativos que subscrevam o Protocolo de Parceria Local a que se refere o artigo 7º.

Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação

- Autarquias locais e suas associações;
- Serviços da administração central;
- Outras entidades públicas;
- Empresas privadas no quadro de parcerias público-privadas (PPP) lideradas por entidades públicas;
- Associações empresariais;
- Instituições de ensino superior;

- Centros de I&D;
- Organizações Não Governamentais (ONG), fundações e associações sem fins lucrativos e outros actores urbanos que subscrevam o “Pacto para a Competitividade e a Inovação Urbanas” a que se refere o artigo 7º.

Mobilidade Territorial

- Podem ser beneficiários, para os efeitos previstos no presente Regulamento, entidades responsáveis por operações elegíveis, designadamente:
 - Através dos Programas Operacionais Regionais:
 - Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;
 - Operadores de Transporte Público de passageiros;
 - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e outros Organismos da Administração Pública, empresas ou associações de empresas públicas ou com capitais públicos, que operem na área da segurança rodoviária, dos transportes e acessibilidades, ou da logística.
 - Através do Programa Operacional da Valorização do Território:
 - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM);
 - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT);
 - Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I.P. (INIR);
 - Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI);
 - REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP;
 - Estradas de Portugal, S.A.;
 - Administrações Portuárias;
 - Concessionários de infra-estruturas de transporte;
 - Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam estudos de avaliação estratégica e acções preparatórias ou complementares de planos, programas ou projectos, no domínio da mobilidade territorial e das infra-

estruturas de transportes, à escala nacional (NUTS I) ou regional (NUTS II);

- Outras entidades privadas, no quadro de parcerias público-privadas.

Eixo III - Conectividade e Articulação Territorial

Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

| 11

- Constituem-se como entidades beneficiárias os Municípios integrados na área correspondente à NUTS II.
- Apenas serão considerados beneficiários elegíveis os Municípios cuja Carta Educativa se encontre devidamente homologada pelo Ministério da Educação.
- No âmbito da Requalificação da Rede Escolar procedeu-se em 15 de Outubro de 2010 a uma Consulta Escrita aos Membros da Comissão de Acompanhamento sobre uma proposta de Revisão do Programa, alargando ao Programa Operacional Regional as intervenções do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Escolas Integradas.

Saúde

- Podem candidatar-se aos apoios financeiros a operações mencionadas no artigo anterior as seguintes entidades:
 - Hospitais e outras instituições do Serviço Nacional de Saúde cuja actividade técnica se integre na prestação de cuidados de saúde;
 - Outros organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde;
- No caso de operações da área da emergência médica, apenas o Instituto Nacional de Emergência Médica se poderá candidatar aos apoios financeiros previstos no presente regulamento.
- Outras entidades públicas mediante acordo estabelecido com outros organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde.

Património Cultural

- Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;

- Municípios e Associações de Municípios;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais;
- Parcerias entre instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;
- Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;
- Outras entidades da Administração Central e instituições sem fins lucrativos que detenham à sua guarda património imóvel, ou móvel, classificado ou em vias de classificação, ou que tutelem museus da Rede Portuguesa de Museus.

Mobilidade Territorial

- Podem ser beneficiários, para os efeitos previstos no presente Regulamento, entidades responsáveis por operações elegíveis, designadamente:
 - Através dos Programas Operacionais Regionais:
 - Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;
 - Operadores de Transporte Público de passageiros;
 - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e outros Organismos da Administração Pública, empresas ou associações de empresas públicas ou com capitais públicos, que operem na área da segurança rodoviária, dos transportes e acessibilidades, ou da logística.
 - Através do Programa Operacional da Valorização do Território:
 - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM);
 - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT);
 - Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I.P. (INIR);
 - Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI);
 - REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP;

- Estradas de Portugal, S.A.;
- Administrações Portuárias;
- Concessionários de infra-estruturas de transporte;
- Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam estudos de avaliação estratégica e acções preparatórias ou complementares de planos, programas ou projectos, no domínio da mobilidade territorial e das infra-estruturas de transportes, à escala nacional (NUTS I) ou regional (NUTS II);
- Outras entidades privadas, no quadro de parcerias público-privadas.

Rede de Equipamentos Culturais

- Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;
- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o desenvolvimento de actividades culturais;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais, em parceria com instituições públicas;
- Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais.

Equipamentos para a coesão local

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas;
- Outras entidades públicas ou entidades privadas declaradas de utilidade pública, nomeadamente empresas do Sector Empresarial do Estado ou do Sector Empresarial Local, que tenham como objecto principal actividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os Municípios ou a Administração Central.

Eixo 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral

- Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Serviços do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Autoridade Marítima;
- Municípios e suas associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e c).

| 14

Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

- Serviços e Organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;
- Municípios e suas associações;
- Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com uma das entidades referidas primeiro ponto.

Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

- Serviços e organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;
- Municípios e suas associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e b).

Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas

- Serviços e organismos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Serviços e organismos do Ministério da Economia e da Inovação;

- Empresas públicas tuteladas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional ou pelo Ministério da Economia e da Inovação;
- Municípios, Associações de Municípios e Junta Metropolitana;
- Outras entidades, públicas ou privadas sem fins lucrativos, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas nas alíneas a) b) e d).

Optimização da Gestão de Resíduos

- Municípios, Associações de Municípios e Serviços Municipalizados;
- Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e outros organismos da Administração Pública Central;
- Outras entidades públicas e privadas mediante protocolos ou outras formas de cooperação com as entidades referidas nas alíneas a) ou em simultâneo com as entidades previstas nas alíneas a) a c).

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções imateriais

- Governos Cívicos;
- Organismos da Administração Central Desconcentrada;
- Municípios;
- Agrupamentos de Municípios;
- Associações de Municípios;
- Associações Humanitárias de Bombeiros.

Em casos justificados, podem as entidades referidas candidatar-se, em regime de parceria entre si ou com entidades terceiras de reconhecido mérito, cuja actividade possua especial relevância para a implementação e desenvolvimento da operação.

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais

- Governos Cívicos;
- Municípios;
- Agrupamentos de Municípios;
- Associações de Municípios;
- Associações humanitárias de bombeiros.
- Relativamente à Rede de Centros Municipais, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 4º do regulamento específico, podem candidatar-se, isoladamente ou em parceria, municípios que promovam soluções integradas por NUT III ou por distrito, tendo em conta a respectiva realidade administrativa da protecção civil.

Em casos justificados, podem as entidades referidas candidatar-se, em regime de parceria entre si ou com entidades terceiras de reconhecido mérito, cuja actividade possua especial relevância para a implementação e desenvolvimento da operação.

Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado”

- Qualquer entidade gestora do serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente da origem do capital social nomeadamente:
 - Municípios, Associações de Municípios, Juntas Metropolitanas e Comunidades Inter-Municipais;
 - Serviços Municipalizados;
 - Sector empresarial local de capital exclusivamente público ou misto;
 - Empresas Públicas devidamente articuladas com os Municípios envolvidos;
 - Concessionárias de sistemas Municipais ou Intermunicipais;
 - Concessionárias de sistemas Multimunicipais.
- Quando as operações se relacionem com acções de natureza imaterial, são, ainda, considerados como beneficiários os Serviços e Organismos da Administração Pública Central do MAOTDR incluindo os seus serviços desconcentrados.

Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional

Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

- As entidades da Administração central do Estado
- As entidades da Administração local do Estado;
- As entidades da Administração Local Autárquica;
- As Agências de Desenvolvimento Regional de capitais maioritariamente públicos.
- A Agência para a Modernização Administrativa é ainda a entidade beneficiária única no caso das tipologias de operações identificadas no ponto i. da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 2 do mesmo artigo do regulamento específico.

| 17

Promoção e Capacitação Institucional

- Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas;
- Empresas Públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados;
- Agências de Desenvolvimento Regional;
- Organismos da Administração Pública Central directa ou indirecta;
- Outras entidades públicas;
- Outras pessoas colectivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

Eixo 6 - Assistência Técnica

Assistência Técnica

- Órgãos de governação dos POR (Comissões de Aconselhamento Estratégico Regional, Autoridades de Gestão e Comissões de Acompanhamento dos POR do Continente) previstos nos números 3, 4 e 5 do artigo 33º do DL nº 312/2007, de 17 de Setembro;
- Centros de Observação das Dinâmicas Regionais previstos no artigo 10º do DL nº 312/2007, de 17 de Setembro;
- Entidades com responsabilidades na gestão de cada um dos POR, nos termos do artigo 42º e do nº 2 do artigo 59º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho;

- Serviços e organismos públicos responsáveis pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro às entidades previstas nas alíneas anteriores.

1.2. Governação do Programa Operacional

O modelo de governação consagrado no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, compreende os níveis de actuação global do QREN, de cada um dos Fundos Comunitários e de cada um dos Programas Operacionais.

| 18

Ao nível dos Programas Operacionais Regionais, a governação compreende:

- **Órgão de direcção política** - Comissão Ministerial de Coordenação dos PO regionais do continente - CMC – que é composta pelo Ministro da Economia e da Inovação que coordena, Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território, Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, Ministro da Saúde, Ministro da Educação, Ministro da Cultura e membro do governo com a tutela da Administração Local ;
- **Órgão de aconselhamento estratégico** – Comissão de Aconselhamento Estratégico - CAE;
- **Órgão de gestão** – Autoridade de Gestão do PO Alentejo – AG - composta pelos seguintes órgãos:
 - **Comissão Directiva – CD;**
 - **Secretariado Técnico – ST.**

Que reporta às seguintes Autoridades Nacionais:

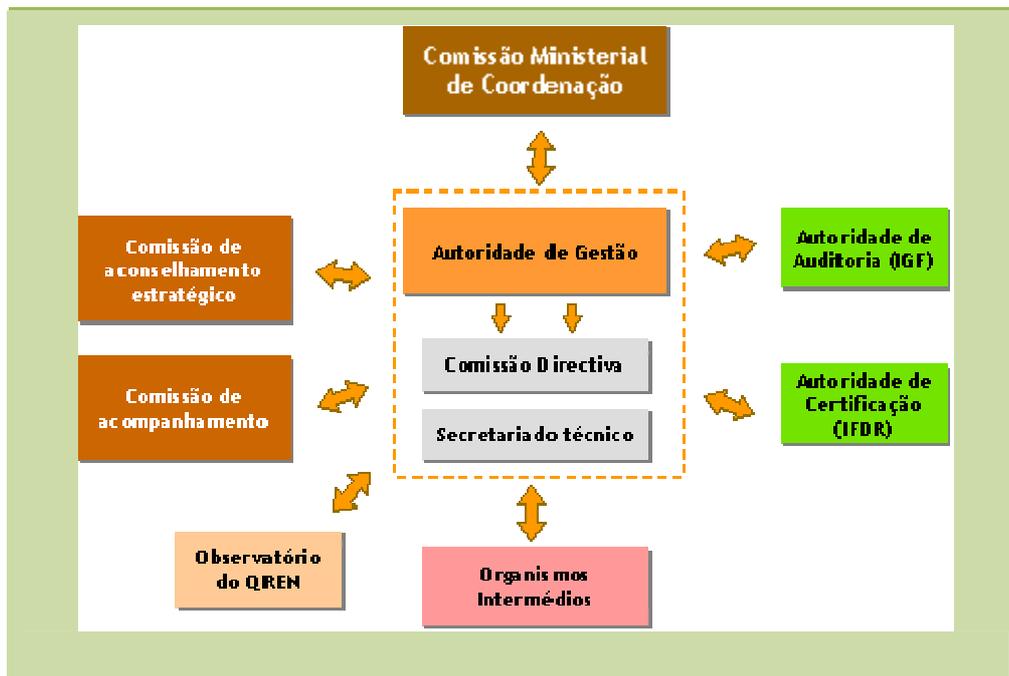
- **Autoridade de Certificação** - IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP
- **Autoridade de Auditoria** - IGF - Inspeção Geral de Finanças
- **Comissão Técnica de Coordenação do QREN**
- **Órgão de acompanhamento – Comissão de Acompanhamento – CA** – composta pelo Gestor do INALENTEJO, que preside e pelos seguintes membros: um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional; os restantes membros executivos e não executivos da Comissão Directiva do INALENTEJO; um representante de cada um dos seguintes organismos intermédios: Agência para o Investimento e Comércio

Externo de Portugal E.P.E. (AICEP, E.P.E.); Turismo de Portugal, I.P. ; Agência de Inovação, SA (ADI); Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI); Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais (como Organismos Intermédios, no âmbito da Contratualização)um representante da Autoridade de Certificação do FEDER (IFDR); um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses; um representante da Associação Nacional de Freguesias; quatro representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente; um representante da área de igualdade de género; os membros da Comissão de Aconselhamento Estratégico; três representantes de entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional; os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP; o Presidente do Conselho da Região; um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

A Comissão de Acompanhamento integra ainda os seguintes elementos a título consultivo: representantes da Comissão Europeia; um representante do BEI e do FEI; um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, responsáveis pelos respectivos Planos Regionais de Ordenamento do Território; bem como, mediante proposta do seu Presidente, representantes de entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, de personalidades ou de especialistas.

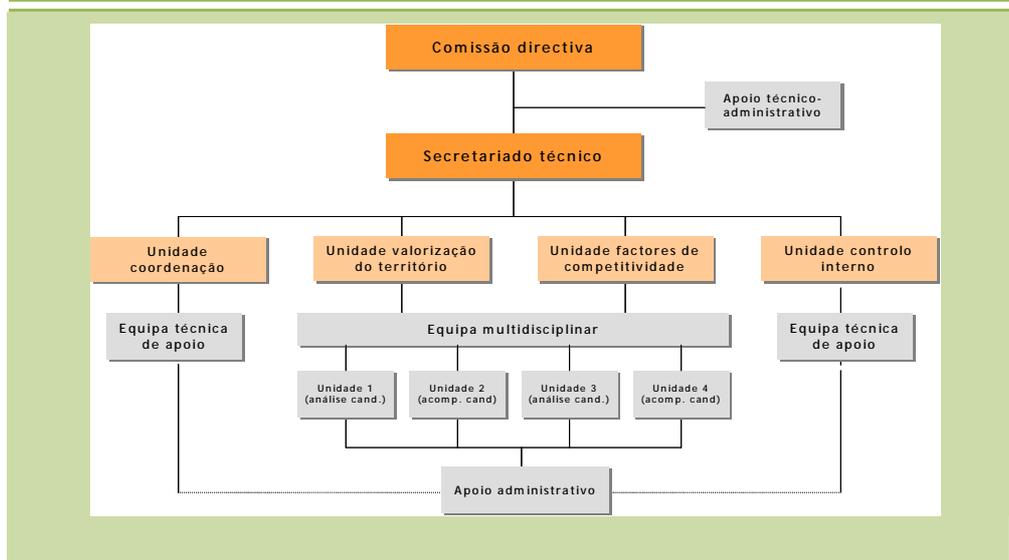
Os membros com estatuto de observador, sem direito de voto, são os seguintes: representantes do Observatório do QREN, do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como, as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos e PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo



1.2.1. Autoridade de Gestão

Figura 1.4: Organograma Base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO



A Autoridade de Gestão do INALENTEJO integra a Comissão Directiva e Secretariado Técnico .

A Comissão Directiva é presidida por inerência pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e integra dois vogais executivos e dois não executivos.

O Secretariado Técnico, é composto por quatro unidades orgânicas, coordenadas por secretários técnicos, cuja distribuição de funções/competências é efectuada do seguinte modo:

- **Unidade de Coordenação**, que tem a função de coordenar aspectos de natureza transversal, como sejam, o sistema de informação do Programa; compete-lhe ainda as tarefas de articulação entre o Programa e as Autoridades de Gestão de outros Programas Operacionais e os organismos intermédios de natureza sectorial, bem como com a Autoridade de Certificação;
- **Unidade de Valorização do Território**, relativa aos domínios de intervenção da agenda “valorização do território”, os quais se inserem nos eixos 2, 3 e 4 do Programa, lidera o processo de análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios;
- **Unidade de Factores de Competitividade**, relativa às áreas de intervenção da agenda “factores de competitividade”, inseridas nos eixos 1 e 5 do Programa, lidera o processo de análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios;
- **Unidade de Controlo Interno**, relativa à área de controlo interno e acompanhamento de auditorias, reporta directamente à Comissão Directiva, garantindo assim o cumprimento do princípio da segregação de funções; esta unidade acompanha e articula com a Autoridade de Auditoria e outras entidades com competência nesta área.

Em cada área de intervenção, a direcção das actividades a desenvolver, incluindo as de acompanhamento técnico-estratégico, está atribuída a um dos secretários técnicos.

No seio da equipa multidisciplinar das Unidades de Valorização do Território e Factores de Competitividade, as equipas de trabalho são subdivididas em “unidades de análise”, e “unidades de acompanhamento”, mediante a afectação nominativa de técnicos a cada uma destas etapas, e para cada aviso de abertura de concurso. Deste modo, garante-se o cumprimento do princípio da segregação de funções, já que, para cada aviso de concurso, um determinado técnico só poderá exercer uma das tarefas: análise (condições de selecção, análise de mérito, apreciação técnica, contratação pública), acompanhamento de execução (pedidos de pagamento, verificações físicas) ou verificação no local (administrativas, financeiras e físicas).

Secretário Técnico da Unidade de Coordenação:

- Desempenha funções de apoio à Comissão Directiva:
 - Articula com o gabinete de Apoio Técnico-Administrativo da Comissão Directiva
 - Promove a interligação com os restantes secretários técnicos, bem como com os serviços da CCDR, departamentos governamentais e outras instituições.
- Desempenha funções de natureza transversal:
 - Na gestão operacional do Programa;
 - No acompanhamento da execução dos Protocolos estabelecidos com o IFDR, IAPMEI, Turismo de Portugal e Agência de Inovação, no âmbito dos regulamentos dos Sistemas de Incentivos;
 - Na articulação com a Autoridade de Certificação;
 - Elaboração de propostas ou apreciação de orientações técnicas ou normas de gestão.
- Desempenha funções de carácter operacional:
 - Monitorização operacional e financeira do Programa, efectuando a recolha e o tratamento dos dados relativos à sua execução operacional e financeira e aos resultados alcançados;
 - Colaboração, na área financeira, nas propostas de revisão e reprogramação do PO;
 - Produção de informações de âmbito financeiro requeridas pela Autoridade de Certificação;
 - Processamento das Ordens de Pagamento para a Autoridade de Pagamento;
 - Elaboração dos relatórios de execução do Programa;
 - Acompanhamento financeiro das operações durante a fase de exploração, se aplicável.
 - Acompanhamento dos indicadores (Físicos, Comuns(CE) e Comuns Nacionais)
 - Recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos Sistemas de Incentivos

- Desempenha funções ao nível da avaliação:
 - Acompanhamento na rede de interlocutores de avaliação do QREN;
 - Elaboração e monitorização do plano de avaliação do Programa;
 - Acompanhamento dos exercícios de avaliação do PO e do QREN, bem como apresentação das respectivas recomendações à Comissão Directiva.
- Desempenha funções de apoio à delegação de competências nos Organismos Intermédios:
 - Acompanhamento da execução dos protocolos de delegação de competências com os Organismos Intermédios;
 - A divulgação das directrizes e/ou orientações emanadas pela Autoridade de Gestão ou pelos órgãos de governação do QREN e das autoridades comunitárias;
 - A coordenação do processo de avaliação anual da execução SI e sua integração nos relatórios anuais de execução do PO.

Secretário Técnico da Unidade de Factores de Competitividade

- Desempenha funções no âmbito dos sistemas de incentivos:
 - Acompanhamento e verificação das tarefas desenvolvidas, no âmbito da gestão operacional dos Sistemas de Incentivos, pela Rede que, para o efeito, foi constituída a nível nacional, envolvendo as Autoridades de Gestão do POFC e dos PO Regionais e os Organismos Técnicos, (IAPMEI, AICEP, Turismo de Portugal e AdI);
 - Apoio à Comissão Directiva na supervisão da execução dos contratos celebrados com os Organismos Técnicos;
- Desempenha funções ao nível da:
 - Gestão Operacional do PO:
 - Elaboração de propostas sobre os regulamentos específicos do PO;
 - Elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Directiva a peritos externos;

- Produção de propostas de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;
 - Operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos Avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Directiva);
 - Identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais Orientações Técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Directiva;
 - Prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão;
 - Definição e preparação do formulário e dossier de Grandes Projectos.
 - Colaboração na preparação de relatórios de execução do Programa
- o Acompanhamento do processo de candidatura das operações na área dos Factores de Competitividade
- Acompanhamento e controlo da recepção das candidaturas, tendo em vista a respectiva aceitação;
 - Verificação do enquadramento da operação e do beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao beneficiário quer à operação;
 - Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário;
 - Comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados;
 - Elaboração do Projecto de Decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura;
 - Análise das eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
 - Preparação da informação para a tomada de Decisão Final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
 - Notificação da decisão da Comissão Directiva ao Beneficiário;

- Apreciação Técnica das candidaturas admitidas;
 - Análise, quantificação e emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de selecção explicitada nos Avisos de Abertura. Quando a Comissão Directiva tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas, estabelecimento da interlocução com os mesmos, tendo em vista o respectivo exercício das funções de avaliação de mérito;
 - Processo de selecção/hierarquização das operações de acordo com a classificação obtida;
 - Elaboração do Projecto de Decisão a submeter à Comissão Directiva;
 - Audiência Prévia dos Interessados;
 - Análise das eventuais alegações do Beneficiário;
 - Elaboração da proposta de Decisão Final sobre o co-financiamento, a submeter à Comissão Directiva;
 - Notificação da Decisão Final ao Beneficiário;
 - Verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes para efeitos da celebração do Contrato de Financiamento;
 - Preparação da proposta de contrato de financiamento a enviar para aceitação do Beneficiário, tendo por base os elementos constantes da decisão de co-financiamento;
 - Preparação e sistematização de informação operacional e financeira para efeitos de reporte às Autoridades Competentes.
- Execução das operações
 - Análise e verificação dos Pedidos de Pagamento;
 - Emissão de Propostas de Pagamento;
 - Análise dos relatórios de execução das operações e instrução da respectiva decisão.
 - Encerramento das operações
 - Verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações;

- Análise dos relatórios finais de execução das operações e instrução da respectiva decisão;
- Acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.

Secretário Técnico da Unidade de Valorização do Território

- Desempenha funções ao nível da:
 - Gestão Operacional do PO:
 - Elaboração de propostas sobre os regulamentos específicos do PO;
 - Elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Directiva a peritos externos;
 - Produção de propostas de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;
 - Operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos Avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Directiva);
 - Identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais Orientações Técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Directiva;
 - Prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão;
 - Definição e preparação do formulário e dossier de Grandes Projectos;
 - Colaboração na preparação dos Relatórios de execução do Programa.
 - Acompanhamento do processo de candidatura das operações na área da Valorização do Território

- Acompanhamento e controlo da recepção das candidaturas, tendo em vista a respectiva aceitação;
- Verificação do enquadramento da operação e do beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao beneficiário quer à operação;
- Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao Beneficiário;
- Comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados;
- Elaboração do Projecto de Decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura;
- Análise das eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
- Preparação da informação para a tomada de Decisão Final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo Beneficiário;
- Notificação da decisão da Comissão Directiva ao Beneficiário;
- Apreciação Técnica das candidaturas admitidas;
- Análise, quantificação e emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de selecção explicitada nos Avisos de Abertura. Quando a Comissão Directiva tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas, estabelecimento da interlocução com os mesmos, tendo em vista o respectivo exercício das funções de avaliação de mérito;
- Processo de selecção/hierarquização das operações de acordo com a classificação obtida;
- Elaboração do Projecto de Decisão a submeter à Comissão Directiva;
- Audiência Prévia dos Interessados;
- Análise das eventuais alegações do Beneficiário;
- Elaboração da proposta de Decisão Final sobre o co-financiamento, a submeter à Comissão Directiva;

- Notificação da Decisão Final ao Beneficiário;
 - Verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes para efeitos da celebração do Contrato de Financiamento;
 - Preparação da proposta de contrato de financiamento a enviar para aceitação do Beneficiário, tendo por base os elementos constantes da decisão de co-financiamento;
 - Preparação e sistematização de informação operacional e financeira para efeitos de reporte às Autoridades Competentes.
- Execução das operações
- Análise e verificação dos Pedidos de Pagamento;
 - Emissão de Propostas de Pagamento;
 - Análise dos relatórios de execução das operações e instrução da respectiva decisão.
- Encerramento das operações
- Verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações;
 - Análise dos relatórios finais de execução das operações e instrução da respectiva decisão;
 - Acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.

Secretário Técnico da Unidade de Controlo Interno

- Desempenha funções de natureza operacional:
 - Elaboração da proposta de descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectiva actualização necessária ao longo do período de Programação, em articulação com as restantes Unidades Orgânicas;
 - Elaboração de propostas ou apreciação de orientações técnicas ou normas de gestão;
 - Acompanhamento das candidaturas de Assistência Técnica
- Desempenha funções de Controlo Interno:
 - Realização das acções de verificação no local;

- Registo contabilístico de dívidas e de recuperações;
 - Elaboração de propostas de comunicação de irregularidades;
 - Acompanhamento das irregularidades e sua actualização;
 - Acompanhamento, análise de relatórios e elaboração de processos de contraditório em articulação com as restantes Unidades Orgânicas no âmbito das auditorias externas;
 - Monitorização das conclusões das auditorias, incluindo as respectivas consequências financeiras, e follow-up das recomendações;
 - Acompanhar os processos de impugnação administrativa e os processos judiciais em geral, e em especial os de contencioso administrativo;
 - Elaboração de planos de controlo interno e sua implementação, incluindo realização de acções com recurso a meios próprios, ou contratados para o efeito, elaboração / coordenação da elaboração dos projectos de relatório e seu controlo de qualidade, análise e apreciação das eventuais alegações dos beneficiários e elaboração do relatório final para efeitos de emissão de decisão pela Comissão Directiva;
 - Monitorização das conclusões das acções de controlo interno, incluindo as respectivas consequências financeiras, e follow-up das recomendações;
 - Follow-up dos erros sistémicos e desenvolvimento de procedimentos tendentes à sua correcção.
- Desempenha funções ao nível da comunicação:
- Acompanhamento na rede de interlocutores de comunicação do QREN;
 - Elaboração, dinamização, monitorização e avaliação do Plano de Comunicação do PO, nos termos do Regulamento CE 1828/2006, nos seguintes domínios: identidade corporativa (“branding”), publicidade, organização de eventos, iniciativas especiais, comunicação interna, etc.;
 - Implementação e coordenação do sítio de Internet do PO;
 - Implementação e coordenação das acções de divulgação e promoção do PO;
 - Assessoria técnica, divulgação e acompanhamento na implementação das obrigações e responsabilidades de informação e publicidade das entidades beneficiárias.

Nos termos previstos no artigo 47º do Decreto-Lei n.º 312/2007, a Autoridade de Gestão solicita o apoio dos serviços da CCDR Alentejo, bem como de outras entidades externas, em sede de análise de candidaturas, quer para a obtenção de pareceres, quer para a avaliação de mérito das mesmas.

No caso da CCDRA, e sem prejuízo de diversos funcionários do quadro poderem vir a desempenhar uma colaboração estreita com o Secretariado Técnico, sempre que se revela adequado, é estabelecida uma forte articulação nos seguintes domínios:

- planeamento e desenvolvimento regional;
- apoio às Autarquias Locais;
- ordenamento do território;
- ambiente.

O apoio administrativo e financeiro à AG do INALENTEJO é assegurado pela CCDRA, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17-09-2007, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22-04-2008.

Organismos Intermédios

Nos termos dos art.º 61º a 64.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril a Autoridade de Gestão do INALENTEJO delegou competências no que respeita à gestão dos Sistemas de Incentivos e por Contratualização com as Associações de Municípios / CIM.

Gestão dos Sistemas de Incentivos

Visando a gestão dos Sistemas de Incentivos foram em 30/06/2008, celebrados os protocolos de delegação de competências entre a AG do INALENTEJO e as seguintes entidades públicas:

- o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI);
- a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP);
- o Turismo de Portugal (TP);
- e a Agência de Inovação (AdI).

Contratualização com Associações de Municípios / CIM com base nas NUT III

A delegação de competências com subvenção global, entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e as Associações de Municípios/CIM definidas territorialmente com base nas Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUTS III), nos termos previstos na Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, e pelo Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril, encontra-se configurada no modelo de governação do QREN e dos Programas Operacionais como uma opção estratégica, visando a participação das associações de municípios na gestão do respectivo Programa Operacional.

| 31

Na sequência da avaliação de mérito Programas Territoriais de Desenvolvimento, documento que estabelece a estratégia, os objectivos e um plano de investimentos a prosseguir pelas Associações de Municípios / CIM, em 22-12-2008, foram celebrados os Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e as Associações de Municípios baseadas nas NUT III da Região Alentejo.

As competências formalmente delegadas nas Associações de Municípios/CIM baseadas nas NUT III são as previstas nas alínea c) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), p), r) do n.º 2 do mesmo artigo do Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril:

- nº 1 c) Aprovar as candidaturas a financiamento no âmbito do PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;
- nº 2 a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis aos PO;
- b) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- c) Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO;
- d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;

- e) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com decisão de concessão do financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- f) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- g) Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11ª;
- i) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- p) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- r) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

No entanto, na sequência do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses de 9 de Março de 2010, foram celebradas Adendas aos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global, entre a Autoridade de Gestão e cada CIM da Região Alentejo, em 19 de Março de 2010, nas quais são avocadas, passando a ser exercidas pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, as seguintes competências:

Do nº 1 a alínea:

- n. . Aprovar as candidaturas a financiamento no âmbito do PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;

Do nº 2, as alíneas:

- d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11^a;
- r) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11^a;

E ainda a emissão de pedidos de pagamento da comparticipação FEDER.

2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1. Realização e Análise dos Progressos

Neste ponto efectua-se uma análise sobre a realização física do programa Operacional, com base na evolução registada nos Indicadores Comuns (CE) e Indicadores Comuns Nacionais, bem como uma análise quantitativa e qualitativa do progresso ao nível dos diversos aspectos financeiros, nomeadamente, compromisso, aprovação, execução e pagamentos. Por outro lado, apresenta a repartição do financiamento com base na dimensão do tipo de território, pela dimensão da actividade económica, e ainda por grupos-alvo e temas prioritários.

| 34

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise da realização física do Programa Operacional, terá como base fundamental os dados referentes aos indicadores Comuns (CE), constantes da tabela 2.1, pelo que importa efectuar uma análise dos resultados obtidos, nomeadamente, uma análise global qualitativa dos progressos realizados.

Em relação ao ano transacto refira-se a conclusão do processo de definição de metas pelas autoridades portuguesas, em função de propostas apresentadas pelas autoridades de gestão de cada PO, para cada indicador comum. Os valores definidos para as metas ao nível do INALENTEJO constam do quadro seguinte, realçando-se, no entanto, a dificuldade de estipular metas relativamente à criação de emprego, e mesmo impossibilidade no que respeita à repartição por sexos (nomeadamente ao nível do Sistema de Incentivos).

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada		SI -1453 Out.Reg-158 Total – 1611	SI -3965 Out.Reg-881 Total – 4846		--
		Metas				n.d.	
2	dos quais : homens	Realização Contratada		SI – n.d. Out.Reg- 62	SI – n.d. Out.Reg- 450		--
		Metas				n.d. **	
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		SI – n.d. Out.Reg- 96	SI – n.d. Out.Reg- 431		--
		Metas				n.d. **	
4	N.º de projectos de I&DT	Realização Contratada		4	8		8
		Metas					110

Tabela 2.1: Realização Física		(continuação)					
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
5	N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investig.	Realização Contratada		2	1		1
		Metas				50	
6	Empregos na investigação criados	Realização Contratada		13	167		167
		Metas				60	
7	N.º de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada		30	121	220	220
		Metas				580	
8	N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada		4	10	22	22
		Metas				195	
9	Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada		1.453	3.961		3.961
		Metas				2.700	
10	Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada		15,6	163,9	130,2	130,2
		Metas					200
11	N.º de projectos (sociedade de inform.)	Realização Contratada		2	10	12	12
		Metas					50
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada		61.451	65.734		65.734
		Metas					150.000
13	N.º de projectos (Transportes)	Realização Contratada		16	38		38
		Metas					25
14	N.º de km de novas estradas	Realização Contratada		3,7	3,7		3,7
		Metas					5
15	N.º de km de novas estradas nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a.	n.a.		n.a.
		Metas					n.a.
16	N.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada		69,5	501,9		501,9
		Metas					80
17	N.º de km de novas ferrovias	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Metas					n.d.
18	N.º de km de novas ferrovias nas RTE	Realização Contratada		n.a.	n.a.		n.a.
		Metas					n.a.
19	N.º de km de ferrovias reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Metas					n.d.
20	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d. *	n.d. *		n.d. *
		Metas					n.d.**
21	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d. *	n.d. *		n.d. *
		Metas					n.d.**
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada		n.d.	2.700		2.700
		Metas					20.000
23	N.º de projectos (energias renováveis)	Realização Contratada		n.d.	5		5
		Metas					10
24	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Metas					n.d.
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização Contratada		740	1.664		1.664
		Metas					27.000
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionadas	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Metas					27.000
27	N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada		5	12		12
		Metas					20
28	N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada		1	1		1
		Metas					3

Tabela 2.1: Realização Física		(continuação)					
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
29	Área reabilitada (em Km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Metas				3	
30	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ equivalentes, Kt)	Realização Contratada		n.d. *	n.d. *		n.d. *
		Metas				n.d.**	
31	N.º de projectos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada		5	9		9
		Metas				10	
32	População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada		661.545	767.679		767.679
		Metas				767.679	
33	População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada		661.545	767.679		767.679
		Metas				767.679	
34	N.º de projectos (Turismo)	Realização Contratada	2	10	67		67
		Metas				300	
35	N.º de empregos criados (em ETI)	Realização Contratada		24	208		208
		Metas				n.d.	
36	N.º de projectos (Educação)	Realização Contratada	15	37	46		46
		Metas				55	
37	N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada		9.230	12.270		12.270
		Metas				12.000	
38	N.º de projectos (saúde)	Realização Contratada	6	33	42		42
		Metas				70	
39	N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades	Realização Contratada		6	8		8
		Metas				160	
40	N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Metas				30	
41	N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada	15	40	53		53
		Metas				60	

Notas: n.a. Não Aplicável ao INALENTEJO; n.d. Não disponível; * Metodologia de cálculo em consolidação ** Indicador para o qual se propõe não se definir uma meta

A visão correcta do desempenho do INALENTEJO na concretização dos seus objectivos, a partir da análise dos indicadores definidos, poderá, em parte, ficar comprometida, tendo em conta alguma dificuldade, que ainda se regista na operacionalização da metodologia de cálculo nalguns indicadores.

Neste campo, será de realçar a dificuldade/entreve em obter determinados elementos que permitam, duma forma cabal, responder aos indicadores estabelecidos, refira-se como exemplo:

- Obtenção de dados a partir do Sistema de Informação, no que concerne aos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos (SIQREN), como é o caso dos indicadores n.º 2 e 3, nos quais não é possível obter os dados da criação de

emprego, repartidos por género, sendo que, os dados que neles constam respeitam às restantes operações, cujo registo/cálculo dos indicadores são obtidos através do SIGPOA (Sistema de Informação do INALENTEJO);

- Não são apresentados dados relativos aos Indicadores n.º 15 e 18, por não se enquadrarem nas tipologias de projecto previstas no INALENTEJO;
- Nos Indicadores n.º 20, 21 e 30, a metodologia de cálculo ainda não se encontra consolidada, pelo que, nestes casos, os indicadores não foram calculados;
- O Indicador n.º 24, não é possível quantificar, tendo em conta o tipo de projectos que se perspectivam.

Por outro lado, importa referir que a metodologia estabelecida, determina que o contributo das operações para a construção dos indicadores, só ocorra quando estas já se encontrem com contrato celebrado (até 31-12-2010), e para efeitos de execução, que as operações estejam concluídas (Relatório Final de Encerramento Aprovado) Neste entendimento, e face ao nível de realização do Programa Operacional, pode-se considerar que a realização física, ainda não é relevante, no entanto, há que ter em conta, as especificidades de cálculo referidas.

Será pertinente, no entanto, destacar o dinamismo verificado . relativamente aos indicadores contratados , nalgumas áreas:

- N.º de projectos de apoio directo ao investimento das PME, passou de 121 para 220 projectos (Indicador n.º 7). Sendo, no entanto, de realçar que o Investimento Induzido (indicador n.º 10) reduziu em relação ao ano anterior, o que pode ser explicado pelo facto de se terem verificado desistências de projectos com elevado montante elegível, sendo que os novos projectos aprovados, embora em maior numero, têm montantes de investimento mais baixo (Vale Inovação com investimento máximo elegível de 25 mil €)
- De referir também a diminuição de 2 para 1 do Ind. nº 5 - “ Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação”, devido a desistência dum projecto.
- O n.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas, passou de 69,5 km para 501,9 km (Indicador n.º 16), não se verificando alteração ao nível de novas estradas (Indicador nº 14);
- Continua a verificar-se um certo dinamismo ao nível das operações enquadradas no Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar (Eixo 3), no qual se encontram, desde já, contratadas operações que permitem perspectivar uma boa execução (indicador n.º 36), embora ainda não se verifiquem projectos concluídos/encerrados.

- Na área das energias renováveis, é de referir a aprovação de 5 projectos de energias renováveis (Ind. N.º 23), e o nº de projectos de resíduos sólidos passaram de 5 para 12.
- De igual modo, pode-se destacar a evolução registada, ao nível do n.º de projectos de turismo, passando de 10 para 67 (indicador n.º 34),
- Bem como no n.º de projectos de Saúde de 33 para 42 (indicador n.º 38).

Como complemento, importa fazer referência aos Indicadores Comuns Nacionais (Anexo I) sendo, importante realçar os seguintes aspectos:

- Os indicadores n.º ICN-TRI-015, ICN-Anual-033 (excepto nos Centros Escolares do 1º ciclo e Educação Pré-escolar) e ICN-TRI-005, não são aplicáveis ao INALENTEJO, tendo em conta os Regulamentos Específicos e as tipologias de projecto. Embora, no que respeita à Rede Escolar tenha havido alteração do Regulamento, passando do POVT para os PO Regionais, a elegibilidade dos projectos das escolas dos vários ciclos do Ensino Básico. No entanto, em 2010 essa alteração não teve efeitos práticos.
- A metodologia do Indicador ICN-Anual-017, encontra-se em fase de consolidação pelo que é “não disponível.”
- Importa justificar o facto de se verificarem algumas diferenças nos dados agora recolhidos ao nível de alguns Indicadores Trimestrais, antes reportados à data de Dezembro de 2010, e mesmo nos referentes a Março de 2011 (nomeadamente, ICN-Tri-006, ICN-Tri-009, ICN-Tri-013 e ICN-Tri-014). Tal como se alertou, aquando do reporte, existiam algumas lacunas na forma de recolha dos indicadores o que levava a algumas incorrecções, que só nesta fase foi possível suprir. Assim, visando a melhoria do procedimento de registo dos indicadores no sistema de informação do INALENTEJO – SIGPOA, foram entretanto introduzidos alguns ajustamentos, que implicaram alterações dos valores antes fornecidos. No entanto, embora gerando estas incongruências foi considerado preferível fornecer a informação mais fiável.
- Dum modo geral todos os indicadores tiveram uma evolução positiva, podendo-se destacar:
 - ICN-Tri-001 – O n.º de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (SI), passou de 125 para 226;
 - ICN-Anual-004 – O n.º de empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável passou de 28 para 57;

- ICN-Tri-006 – O investimento elegível em I&DT passou de 238.334 € para 2.471.073 € sendo que este valor é superior ao registado em Março de 2011, o que resulta de desistências que se verificaram no período entre o reporte dos dados de Dezembro de 2010 e o de Março de 2011;
- ICN – Anual – 006 “Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto” - Em Dezembro de 2009, o valor inscrito neste indicador era superior, o que se justifica pela existência de desistência de operações;
- ICN- Tri-007 – O n.º de Acções Colectivas duplicou, passando de 4 para 9;
- ICN-Anual-016 – Existem em 2010, 14 projectos piloto de eficiência energética;
- ICN-Anual-022 – Passaram de 7 para 10, o n.º de operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados;
- ICN-Anual-029 – Passou de 2 para 6 o n.º de Programas Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, tendo-se alargado para 25 o n.º de municípios envolvidos (ICN-Anual-030) quando em 2009 eram 12;
- ICN-Tri-014 – O n.º de equipamentos sociais passou de 3 para 12 e os culturais de 4 para 11;
- ICN-Tri-015 – Foram 48 o n.º de Centros Escolares apoiados (39 em 2009) e 12.270 alunos abrangidos (ICN-Anual-033).

2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

No final de 2010 o Programa Operacional apresentava uma taxa de compromisso (valor FEDER aprovado / valor FEDER programado) de 61,67% com um valor de FEDER aprovado de 535.897.904€, tendo o ano de 2010 um contributo de 46% no valor de FEDER comprometido.

O aumento da taxa de comparticipação teve implicações não só no valor de FEDER aprovado e executado, mas também, no número de candidaturas apresentadas, pois tornou possível aos Beneficiários a apresentação/aprovação de projectos novos, resultados da redução da contrapartida nacional necessária á sua realização.

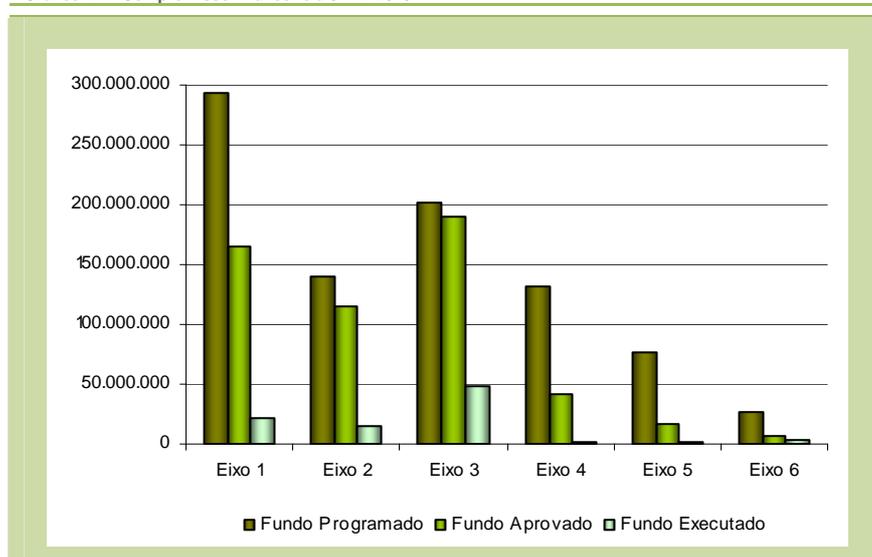
Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2010 (€)

Eixo	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Taxa de Compromisso (EX/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
Eixo 1	293.555.861	165.200.138	21.005.028	56,28%	7,16%
Eixo 2	139.911.758	115.379.515	15.765.061	82,47%	11,27%
Eixo 3	200.873.309	190.086.579	48.037.584	94,63%	23,91%
Eixo 4	131.413.521	41.713.914	1.259.708	31,74%	0,96%
Eixo 5	77.179.529	16.838.942	1.590.551	21,82%	2,06%
Eixo 6	26.000.000	6.678.816	3.548.216	25,69%	13,65%
Total	868.933.978	535.897.904	91.206.147	61,67%	10,50%

O aumento de execução de 26.870.294€ no final de 2009 para 91.206.147€ no final de 2010, como já dissemos do aumento da taxa de comparticipação e do esforço realizado pela estrutura técnica do INALENTEJO, de forma a aumentar a validação documental e processual da despesa apresentada pelos Beneficiários.

Verifica-se no gráfico 2.1 que a aprovação ao nível do Eixo 2 e 3 atinge valores muito significativos face ao valor programado. Verifica-se também que é ao nível do Eixo 3 e 4 que a execução atinge maiores valor, dando um maior contributo na taxa de execução do INALENTEJO.

Gráfico 2.1: Compromisso financeiro a 31-12-2010



Dinâmica de Avisos de Concurso

Até ao final de 2010 foram lançados um total de 310 Avisos de Concurso, 20 dos quais ainda se encontravam abertos a essa data. Comparativamente com a situação em 2009 verificou-se um crescimento do número de concursos abertos generalizado, sendo o Eixo 3 o que apresentou um maior número de concursos abertos em 2010 (41).

Gráfico 2.2: Avisos de Concurso 31-12-2010

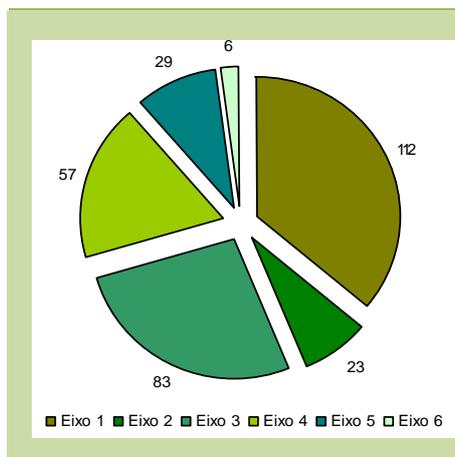
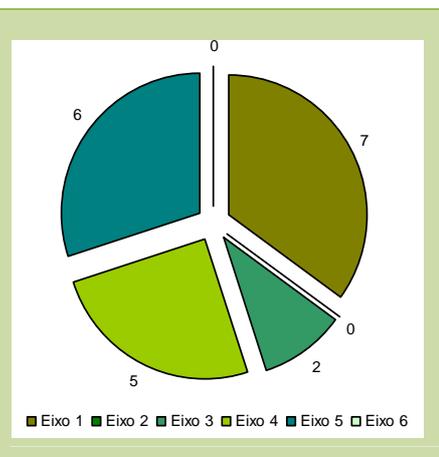


Gráfico 2.3: Avisos de Concurso em aberto 31-12-2010



Destaca-se também, o Eixo 1, como sendo o que mais concursos abriu até ao final do ano 2010 com 112 concursos dos quais no final do ano só 7 se mantinham abertos e 79 já decididos.

Gráfico 2.4: Avisos de Concurso encerrados 31-12-2010

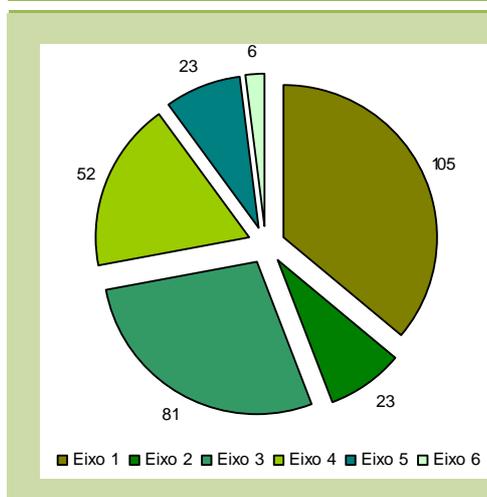
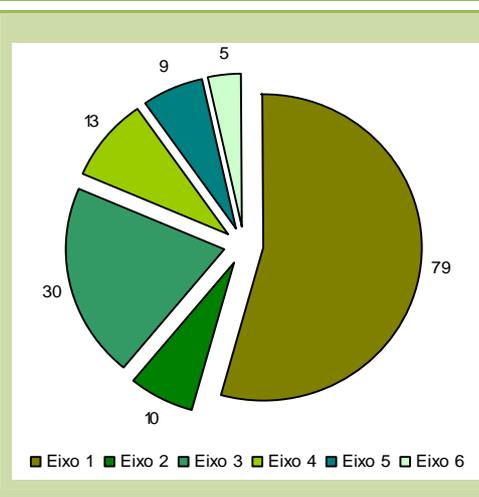


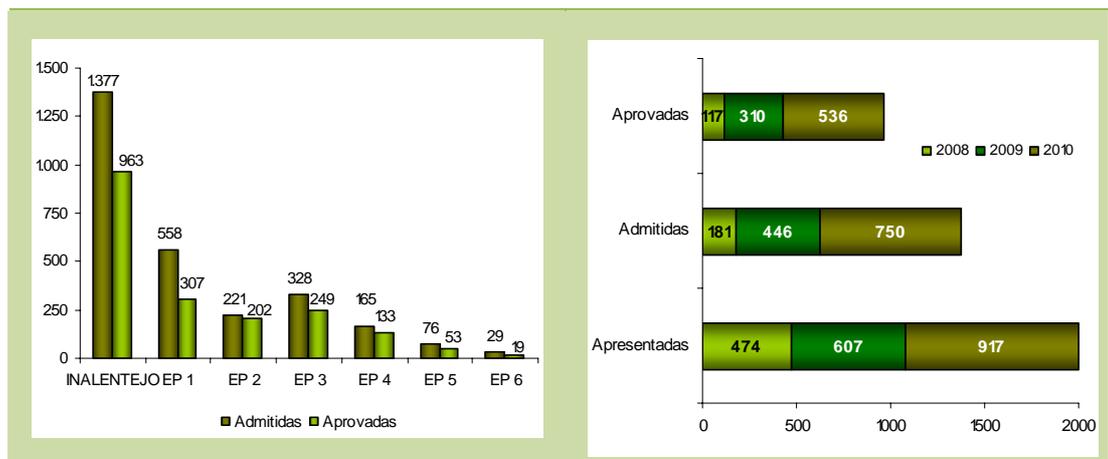
Gráfico 2.5: Avisos de Concurso decididos 31-12-2010



Aprovações e Taxas de Compromisso

Em termos de candidaturas o ano de 2010 representou um contributo de 46% das candidaturas apresentadas, 54% de candidaturas admitidas e 56% de candidaturas aprovadas. Considerando que das 1.375 candidaturas admitidas até 31-12-2010, foram aprovadas 963, constata-se que a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas), foi de 70%.

Gráfico 2.6: Variação de aprovação Líquida por Eixo Prioritário (n.º) Gráfico 2.7: Incremento de candidaturas (n.º)



Em termos de investimento, o INALENTEJO apresentava no final de 2010 uma taxa de aprovação líquida de 76%, sendo a sua distribuição por Eixo apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 2.8: Taxa de Aprovação Líquida

Gráfico 2.9: Variação anual da Taxa de Aprovação Líquida



O aumento anual da taxa de aprovação líquida, resulta em grande parte da maturidade das candidaturas apresentadas, sendo o processo de admissão meramente formal de documentação apresentada e de enquadramento no regulamento a concurso, a análise de técnica e a consequente aprovação resultam da maturidade destas e do seu mérito.

Gráfico 2.10: Incremento de Investimento Elegível Aprovado m€ (inclui exclusivamente operações aprovadas)

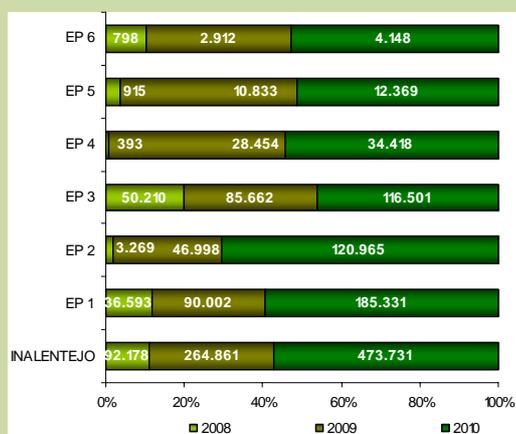


Gráfico 2.11: Incremento de Investimento Elegível Aprovado m€ (inclui Planos de Acção da Política de Cidades)

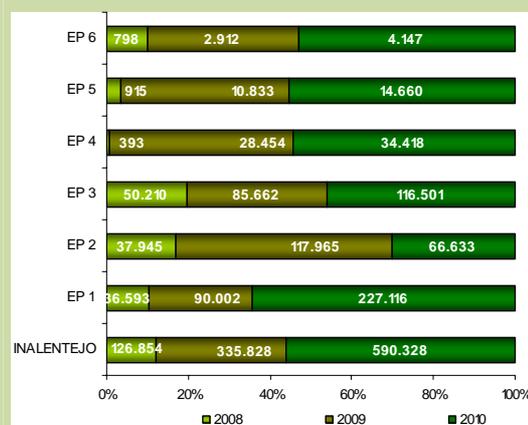


Tabela 2.3: Candidatura Aprovadas (€)

Eixo Prioritário	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER
Eixo 1	388.726.819	311.925.195	173.696.769	165.200.138
Eixo 2	179.459.314	171.232.035	163.663.569	115.379.515
Eixo 3	281.320.983	252.373.224	251.542.681	190.086.579
Eixo 4	71.276.875	63.265.357	63.192.778	41.713.914
Eixo 5	27.303.260	24.117.126	23.059.276	16.838.942
Eixo 6	8.245.620	7.857.430	7.857.430	6.678.816
Total	956.332.871	830.770.367	683.012.504	535.897.904

A 31 de Dezembro de 2010 o INALENTEJO tinha já aprovado um investimento total de 956.332.871€, com um investimento elegível de 830.770.367€ e um FEDER de 535.897.904€.

A taxa de compromisso, no mesmo período, atingiu os 56,28% face ao total programado, no Eixo 1. Se considerarmos o Plano de Acção – **SRTT Sistema Regional de Transferência de Tecnologia** a taxa de compromisso passa para 66,24%. Da mesma forma no Eixo 2, se considerarmos os Planos de Acção/Programas Estratégicos a taxa de compromisso passa de 82,47% para 121,43%, valor que representa o compromisso possível para o qual contribui a aprovação dos 23 Planos de Acção/Programas estratégicos.

O Eixo 3 e Eixo 4 apresentam taxas de compromisso respectivamente de, 94,63% resultante do forte investimento na Rede Escolar do Ensino básico e da Educação Pré-escolar e 31,74%.

Relativamente ao Eixo 5 a inclusão no compromisso do Plano de Acção - **Plano de Acção para o aumento da visibilidade turística do Alentejo**, implica a passagem da taxa de compromisso de 21,82% para 23,60%.

Tabela 2.4: Taxa de compromisso por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário	Fundo Programado	Fundo Operações Aprovadas	Fundo Inclui Planos de Acção	Taxa de Compromisso	Taxa de Compromisso possível*
Eixo 1	293.555.861	165.200.138	194.450.024	56,28%	66,24%
Eixo 2	139.911.758	115.379.515	169.904.877	82,47%	121,44%
Eixo 3	200.873.309	190.086.579	190.086.579	94,63%	94,63%
Eixo 4	131.413.521	41.713.914	33.096.855	31,74%	25,19%
Eixo 5	77.179.529	16.838.942	18.213.358	21,82%	23,60%
Eixo 6	26.000.000	6.678.816	6.678.816	25,69%	25,69%
Total	868.933.978	535.897.904	612.430.509	61,67%	70,48%

*(considerando os Planos de Acção e Programas Estratégicos e não as operações neles incluídas)

Gráfico 2.12: Taxa de compromisso

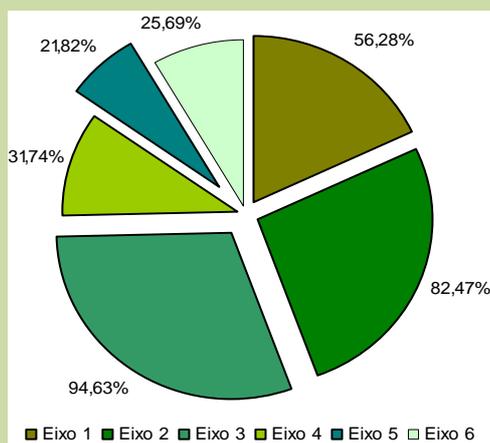
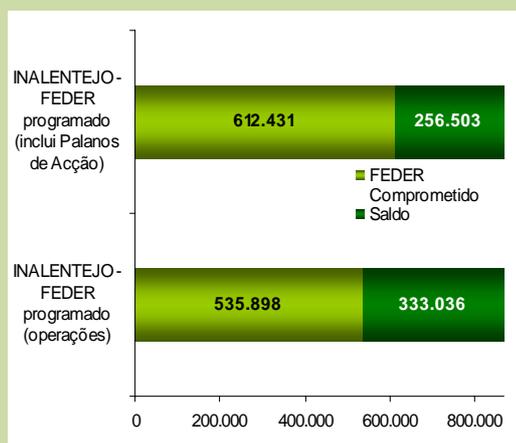


Gráfico 2.13: FEDER compromisso (m€)



A análise gráfica permite mais uma vez verificar o grau de compromisso da dotação do INALENTEJO, com especial ênfase nos Eixos 2 e 3, onde se verificam compromissos de 82,47% e 94,63%, respectivamente.

Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários

O total de despesa paga pelos Beneficiários, apresentada ao INALENTEJO e validada pela estrutura técnica do Programa até ao final do ano 2010, atingiu 121.456.047€ a que corresponde uma Despesa Pública de 116.538.402€ e uma contribuição FEDER de 91.206.147€, sendo a taxa de realização (Executado/Aprovado) de 17,02% .

Tabela 2.5: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários (€)

Eixo Prioritário	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo executado	Fundo Pago
Eixo 1	293.555.861	165.200.138	21.005.028	28.314.419
Eixo 2	139.911.758	115.379.515	15.765.061	24.186.160
Eixo 3	200.873.309	190.086.579	48.037.584	65.131.570
Eixo 4	131.413.521	41.713.914	1.259.708	3.610.041
Eixo 5	77.179.529	16.838.942	1.590.551	1.788.904
Eixo 6	26.000.000	6.678.816	3.548.216	3.979.367
Total	868.933.978	535.897.904	91.206.147	127.010.461

Gráfico 2.14: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários (€)

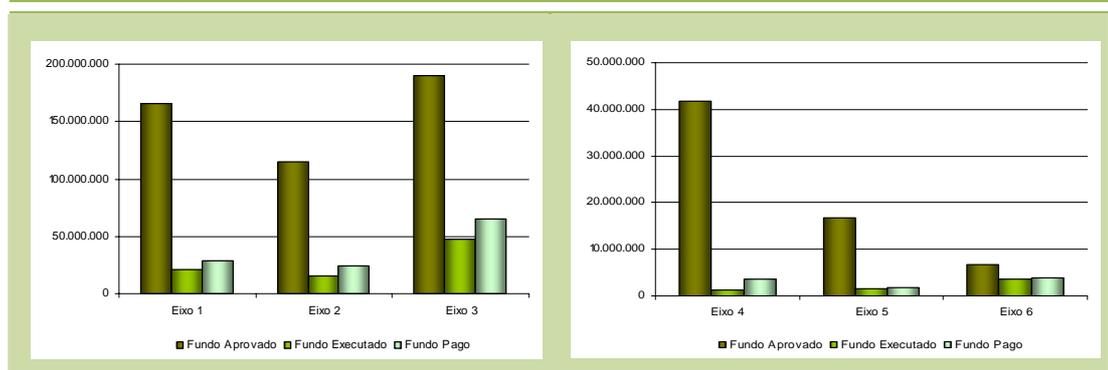
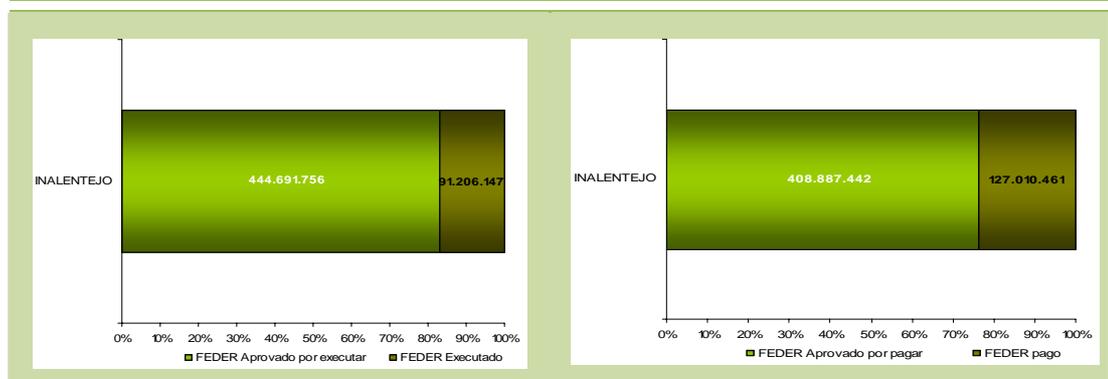


Gráfico 2.15: Total de FEDER executado do FEDER aprovado

Gráfico 2.16: Total de FEDER pago do FEDER aprovado



Em termos de Execução e Pagamentos aos Beneficiários, o ano de 2010 representa um contributo de 70,54% e de 67,07% respectivamente, sendo que a Taxa de realização passou de 9% para 17,02% e a Taxa de Pagamento passou de 14% para 23,70%.

Gráfico 2.17: Incremento da Execução

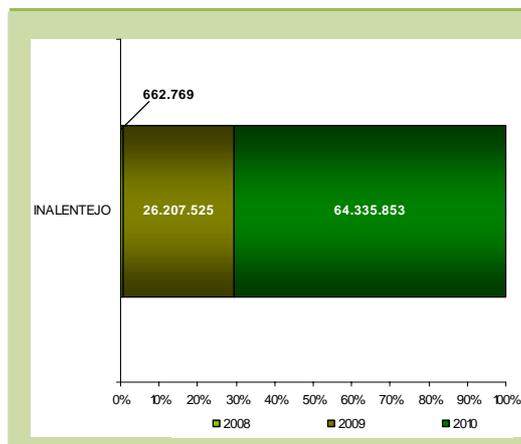


Gráfico 2.18: Incremento de Pagamentos aos Beneficiários

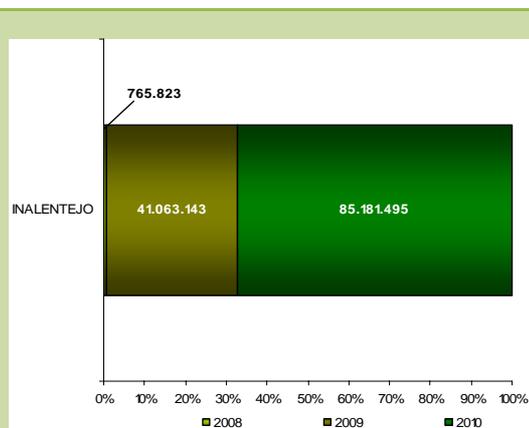


Tabela 2.6: Realização Financeira					
Un:€					
Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=3/1
Eixo Prioritário 1	552.835.896	3	9.249.930	8.889.634	1,67
FEDER	293.555.861				
Eixo Prioritário 2	247.728.744	3	18.458.398	17.353.735	7,45
FEDER	139.911.758				
Eixo Prioritário 3	286.961.870	3	36.613.143	36.613.143	12,76
FEDER	200.873.309				
Eixo Prioritário 4	220.363.506	3	1.761.633	1.761.633	0,80
FEDER	131.413.521				
Eixo Prioritário 5	121.543.320	3	1.463.140	1.463.140	1,20
FEDER	77.179.529				
Eixo Prioritário 6	30.588.235	3	2.487.712	2.487.712	8,13
FEDER	26.000.000				
Total PO	1.460.021.571	3	70.033.959	68.569.000	4,80
FEDER	868.933.978				

No dia 10 de Dezembro de 2010 procedeu-se ao envio à Comissão Europeia do Certificado e Declaração de Despesa do 4º Pedido de Certificação de Despesas do INALENTEJO. A despesa total certificada ascendeu a 70.033.959,53€, a que correspondeu um pedido de reembolso de FEDER de 9.792.658,93€.

A totalidade do montante transferido dela comissão até 31-12-2010, foi de 110.230.053 €, incluindo o valor do pré-financiamento no valor de 65.170.048 €.

Regra N+3

Norma comunitária criada no período 2007-2013 para os Estados-Membros cujo PIB entre 2001 e 2003 foi inferior a 85% da média da UE-25, que determina a anulação automática da parte de uma autorização orçamental relativa a um programa operacional que não tenha sido utilizada para o pagamento do pré-financiamento ou para a realização de pagamentos intermédios, ou em relação à qual não tiver sido apresentado à Comissão nenhum pedido de pagamento admissível, até ao final do 3º ano subsequente ao ano da autorização orçamental anual de 2007 a 2010.

Neste contexto o primeiro ano para aplicação desta regra e com meta de cumprimento é 2011 com um valor certificado à CE de 73.529.935€, estando a 31-12-2010 72% desta meta cumprida.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

Dimensão Formas de Financiamento

A 31-12-2010, o INALENTEJO apresenta, no que respeita às formas de financiamento uma distribuição bipartida entre as **Ajudas não reembolsáveis** (1), com 92,11% dos projectos aprovados e **Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)** (2) em que a aplicação se apresenta exclusiva em projectos do Eixo 1, nomeadamente do SI Inovação e SII&DT com 7,89%.

Tabela 2.7: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	887	415.589.685	80.272.868	19,32%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	76	120.308.218	10.933.280	9,09%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento				
TOTAL		963	535.897.904	91.206.147	17,02%

Gráfico 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Formas de Financiamento (€)

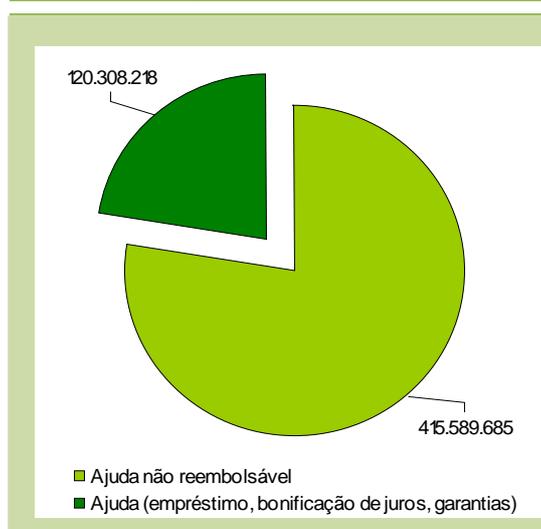
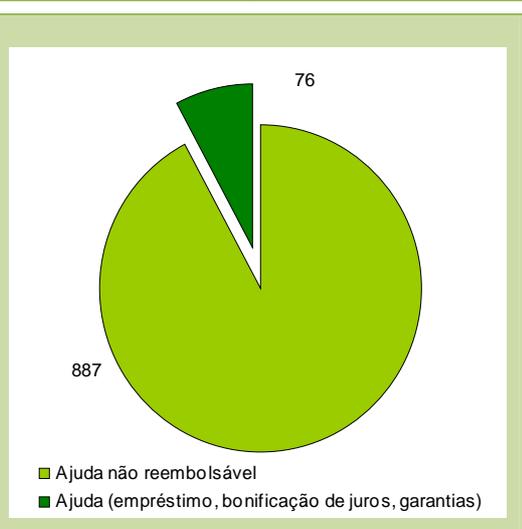


Gráfico 2.20: Distribuição projectos aprovados por dimensão Formas de Financiamento (n.º)



Dimensão Tipo de Território

Tendo em conta os conceitos utilizados (Orientação Técnica CTC QREN n.º1/2009 de 21/05):

- São considerados Aglomerados Urbanos os Concelhos:
 - Cujas populações residentes em freguesias classificadas como área predominantemente urbana (APU) seja igual ou superior a 50% do total;
 - Ou que sejam capital de Distrito;
 - Ou que integrem as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- São consideradas Zonas de Fraca e de Muito Fraca Densidade Populacional os Concelhos que tenham uma densidade populacional inferior a 50 habitantes por km² (artigo 52º, alínea f ponto ii do Regulamento CE n.º1083/2006)
- São consideradas Zonas Rurais (que não Montanhas, ilhas ou Zonas de Fraca e Muito Fraca Densidade Populacional) os Concelhos que não integrem nenhuma das anteriores classificações;
- Há ainda a considerar a classificação “Não se aplica” onde se incluem os investimentos de incidência NUT II (Alentejo).

Verifica-se a seguinte repartição da contribuição comunitária por dimensão tipo de território:

- Aglomeração urbana – 47,66% dos projectos aprovados 54,23% da comparticipação comunitária aprovada;
- Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional – 33,13% dos projectos aprovados 28,35% da comparticipação comunitária aprovada;
- Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional) – 3,63% dos projectos aprovados 3,86% da comparticipação comunitária aprovada;
- Não se Aplica – 15,58% dos projectos aprovados 13,57% da comparticipação comunitária aprovada.

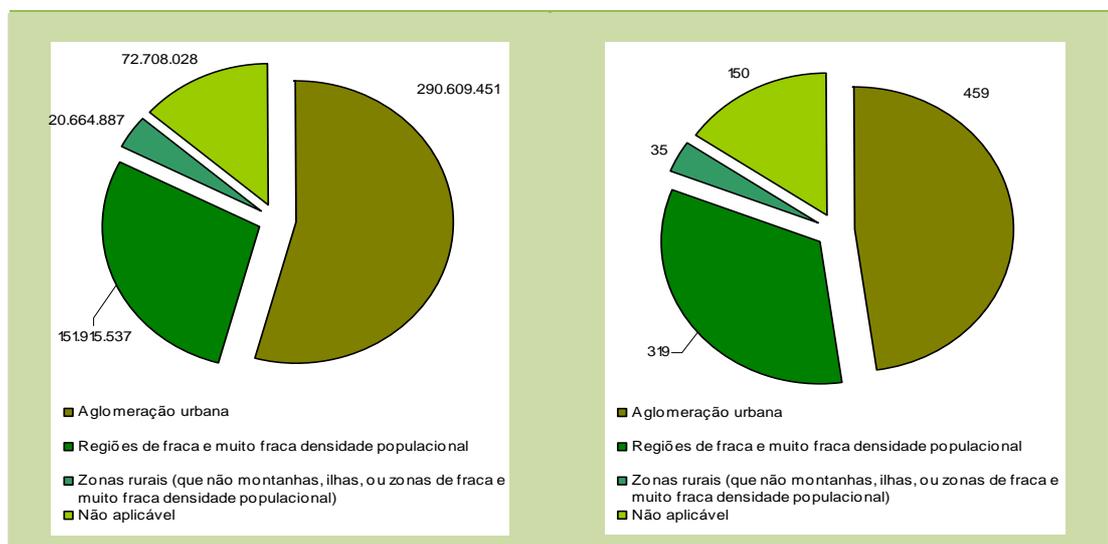
Tabela 2.8: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território (€)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	459	290.609.451	48.687.004	17%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	319	151.915.537	21.210.322	14%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	35	20.664.887	2.412.851	12%
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável	150	72.708.028	18.895.970	26%
	TOTAL	963	535.897.904	91.206.147	17%

Na análise dos valores apresentados na Tabela 2.8, verifica-se uma forte concentração do n.º de projectos e consequentemente Feder aprovado na dimensão 01- Aglomeração Urbana, estes diferencial resulta em grande parte dos investimentos estruturantes nas áreas da educação, saúde, reabilitação urbana e também da influência do investimento e projectos do Eixo 1 (área empresarial). Deve-se realçar que a dimensão territorial é obtida pelo Concelho em que o projecto se insere.

Gráfico 2.21: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Tipo de Território

Gráfico 2.22: Distribuição projectos aprovados por dimensão Tipo de Território



Dimensão Actividade Económica

A 31-12-2010 a repartição da contribuição comunitária por dimensão de Actividade Económica era a que se espelha na tabela seguinte, sendo de realçar as seguintes:

- Administração pública – 29,2% dos projectos aprovados 27,6% da comparticipação comunitária aprovada;

- Construção – 22,1% dos projectos aprovados 25,7% da comparticipação comunitária aprovada;
- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas – 11,2% dos projectos aprovados 4,1% da Comparticipação comunitária aprovada;
- Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais – 8,9% dos projectos aprovados 6,4% da Comparticipação comunitária aprovada.

De salientar nesta análise que o código de dimensão Actividade Económica, resulta do CAE do Projecto, dado este, que apresenta uma enorme necessidade de consolidação, não só na sua definição e preenchimento por parte das diferentes entidades, já que se trata do CAE da Operação e não do Beneficiário, mas também na triagem de erros e correcta afectação ao código dimensão Actividade Económica.

Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica (€)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	2	233.755	0	0,00%
02	Pesca	0	0	0	
03	Indústrias alimentares e das bebidas	21	28.142.390	102.456	0,36%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	2	175.219	0	0,00%
05	Construção de material de transporte	5	3.504.312	30.236	0,86%
06	Indústrias transformadoras diversas	51	22.739.956	2.412.277	10,61%
07	Extracção de produtos energéticos	0	0	0	
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	6	1.497.867	240.197	16,04%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	2	2.166.112	0	0,00%
10	Correios e telecomunicações	0	0	0	
11	Transportes	14	3.040.610	760.176	25,00%
12	Construção	213	137.699.739	25.667.870	18,64%
13	Comércio por grosso e a retalho	47	6.058.799	1.284.593	21,20%
14	Hotéis e restaurantes	34	47.966.705	7.754.739	16,17%
15	Actividades financeiras	1	10.000.000	4.683.115	46,83%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	108	22.032.643	1.861.707	8,45%
17	Administração pública	281	147.772.113	26.176.969	17,71%
18	Educação	42	36.039.518	11.219.954	31,13%
19	Actividades de saúde humana	8	14.093.915	4.536.836	32,19%
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	86	34.129.301	3.100.299	9,08%
21	Actividades associadas ao ambiente	24	17.314.544	899.511	5,20%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	
00	Não aplicável	16	1.290.408	475.211	36,83%
TOTAL		963	535.897.904	91.206.147	17,02%

NUT III

Sendo o valor FEDER aprovado até ao final de 2010 de 535.897.904€ verificou-se que:

- Lezíria do Tejo - com 17,03% do FEDER aprovado e 20% de taxa de execução;
- Alto Alentejo - com 16,35% do FEDER aprovado e 15% de taxa de execução;
- Alentejo Central – com 21,41% do FEDER aprovado e 16% de taxa de execução;
- Baixo Alentejo - com 16,92% do FEDER aprovado e 21% de taxa de execução;
- Alentejo Litoral - com 17,20% do FEDER aprovado e 7% de execução;

- Não Regionalizável – com 11,09% do FEDER aprovado e 27% de execução.

As diferenças verificadas, relativamente á percentagem de aprovação, resultam não só das diferentes dinâmicas regionais (social, económica, geográfica, etc.), mas em grande parte da natureza dos investimentos feitos. Neste contexto pode verificar-se que:

- Competitividade e Inovação – a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central continuam a ser as NUT III que mais apresentam operações aprovadas, respectivamente 90 e 86, nesta análise não se pode separar o facto de serem as duas regiões com mais população e com maior número de empresas instaladas;
- Educação – a Lezíria do Tejo continua a ser a NUT III com maior número de operações aprovadas passando das 13 operações em 2009 para 25 em 2010, realça-se que a população residente é superior em cerca de 39% relativamente á segunda região com maior população o Alentejo Central;
- Saúde – as duas NUT III com maior número de operações aprovadas são o Alentejo Central e o Alto Alentejo respectivamente com 11 e 12, nesta área realça-se que a NUT III Baixo Alentejo teve a construção/reconstrução dos seus centros de saúde maioritariamente financiados no QCA III, assim como o Alentejo Litoral com a construção do novo Hospital de Santiago do Cacém;
- Regeneração Urbana – o número de Programas Estratégicos/Planos de Acção aprovados nas diferentes regiões é muito uniforme, sendo ao nível das operações aprovadas que verificam duas NUT III com maior relevância, o Alentejo Central apresenta 62 operações aprovadas e o Baixo Alentejo 55;
- Ambiente – nesta área é claramente a NUT III Baixo Alentejo 32 maioritariamente nas área da educação ambiental e gestão de resíduos;
- Cultura e Património – a NUT III que mais se destaca com 12 operações aprovadas é o Alentejo Central;
- Mobilidade – nesta área a NUT III que mais se destaca é o Alto Alentejo com 42 operações aprovadas, contrapondo com 2009 em que o Alentejo Central apresentava como a região com mais operações (do Eixo 2 e Eixo 3) um dos regulamentos incluídos na contratualização.

Como forma de análise os gráficos abaixo apresentam tos níveis de FEDER aprovado per capita e por km² e a sua distribuição por NUT III.

Gráfico 2.23: Distribuição do FEDER aprovado per capita

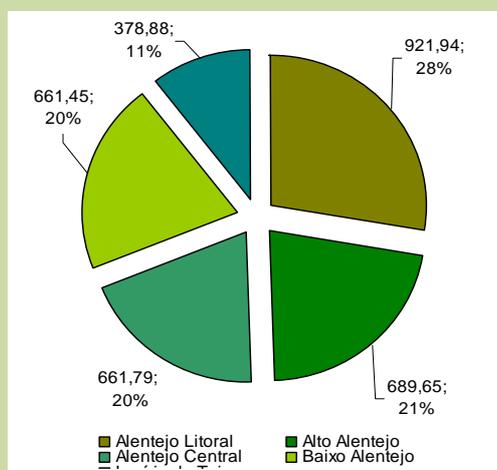


Gráfico 2.24: Distribuição do FEDER aprovado por km²

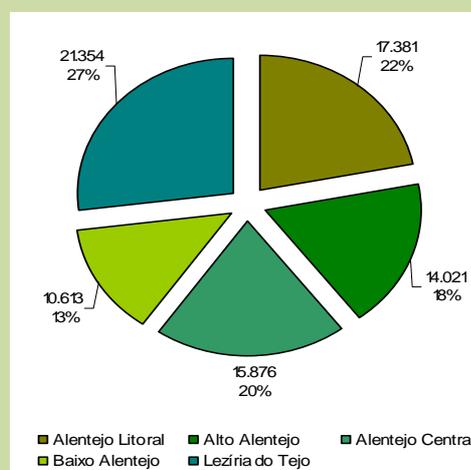


Tabela 2.10: Aprovações e execução financeira por NUT III (€)

NUT III	Aprovação			Execução		
	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER
Alentejo Litoral	196.261.458	106.587.977	92.171.505	8.309.234	7.819.712	6.481.817
Alto Alentejo	125.777.997	113.585.127	87.602.605	18.427.370	17.010.895	12.976.237
Alentejo Central	166.001.921	143.806.093	114.755.078	24.186.471	22.584.214	18.704.821
Baixo Alentejo	123.618.728	117.535.581	90.688.285	26.219.368	25.977.320	19.325.709
Lezíria do Tejo	129.744.424	117.320.078	91.246.292	24.634.593	23.467.250	17.955.095
Não regionalizável	89.365.839	84.177.646	59.434.139	19.679.011	19.679.011	15.762.468
Total	830.770.367	683.012.504	535.897.904	121.456.047	116.538.402	91.206.147

Gráfico 2.25: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III

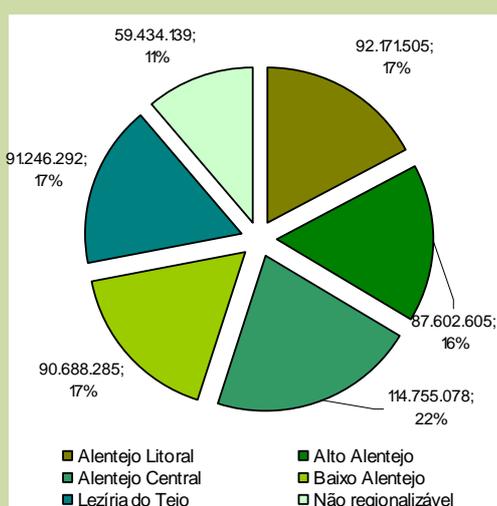
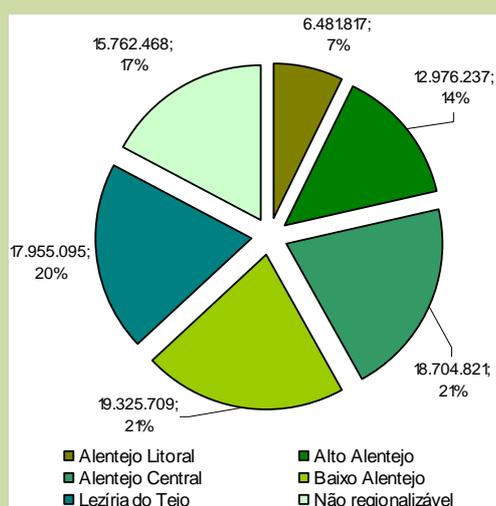


Gráfico 2.26: Distribuição FEDER executado por NUT III



2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Tabela 2.11: Aprovações e execução financeira grupo alvo (€)

Grupos Alvo	n.º de projectos	FEDER aprovado	FEDER executado
Sector Empresarial	303	184.594.399	26.681.919
Organismos da Administração Central Desconcentrada	101	56.214.820	12.231.063
Administração Local	467	268.701.253	52.017.522
Outros	92	26.387.431	275.644
Total	963	535.897.904	91.206.147

Da análise feita aos projectos aprovados no âmbito do INALENTEJO até ao final de 2010 podemos salientar, pela natureza dos Beneficiários os grupos alvo seguintes::

- Sector Empresarial: inclui empresas públicas ou privadas, associações comerciais e empresariais;
- Organismos da Administração Central Desconcentrada;
- Organismos da Administração Local: inclui Municípios e suas Associações;
- Outros.

Ao Sector Administração Local corresponde o maior valor de projectos aprovados (467) e a maior percentagem de FEDER aprovado e executado 50 e 57% respectivamente.

O Sector Empresarial que em 2009 apresentava o maior numero de projectos aprovados, mostra-se agora como o sector com o segundo maior número de projectos aprovados (303) e uma percentagem de FEDER aprovado e executado de 34 e 29% respectivamente.

Gráfico 2.27: Projectos aprovados por grupos alvo

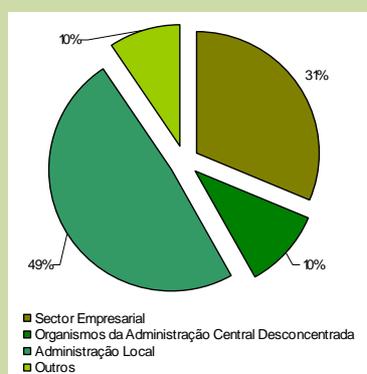


Gráfico 2.28: Evolução anual de projectos aprovados por grupos alvo

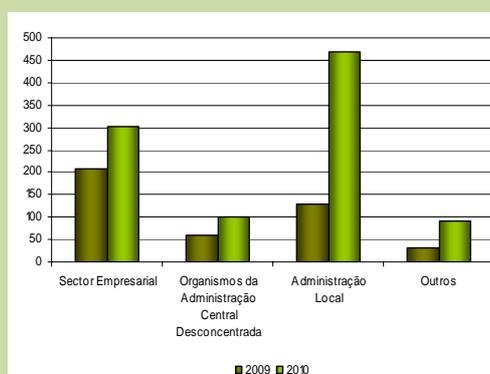


Gráfico 2.29: Evolução anual de aprovação FEDER por grupos alvo

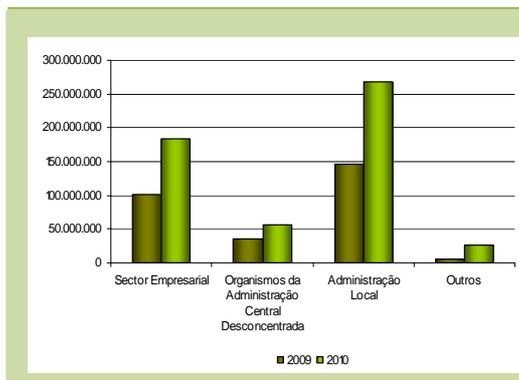
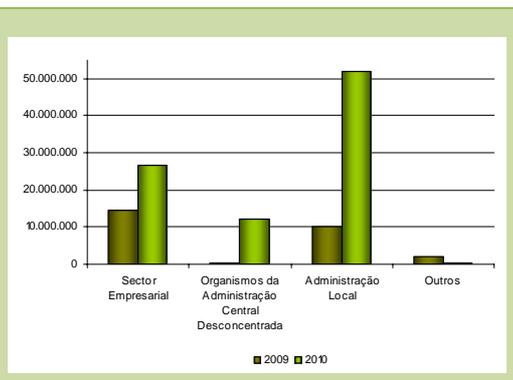


Gráfico 2.30: Evolução anual de execução FEDER por grupos alvo



2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2010, e em resultado de uma acção de verificação no local, concluiu-se pela necessidade de correcção financeira de uma operação, que consistiu na anulação parcial da participação pública nessa operação, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Essa irregularidade resultou do não cumprimento de procedimentos de contratação pública, tendo sido considerado não elegível o montante de 415.960,80€, o que deu lugar a um processo de recuperação da comparticipação comunitária no valor de 291.172,56 €.

O processo de dívida e de anulação parcial da comparticipação foi constituído em Dezembro de 2010, possibilitando de imediato a libertação do FEDER para afectação a outras operações. A recuperação desta dívida foi concluída já em Janeiro de 2011 através da compensação com créditos já apurados na mesma operação.

Não se registaram alterações substanciais das condições de atribuição de comparticipação a determinadas operações, pelo que não se produz qualquer informação neste âmbito, tal como previsto no n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

2.1.6. Análise qualitativa

A análise realizada tem como referência os objectivos e metas definidas no início do período de programação, quanto à repartição do investimento pelas grandes áreas definidas, temas prioritários e earmarking, apresentando-se nas tabelas seguintes os valores de FEDER programados, aprovados e executados assim como o número de

projectos aprovados. De salientar que a análise do earmarking é feita com base nos temas com programação no Programa Operacional do Alentejo.

Foram também calculadas as taxas de aprovação (valor aprovado / valor programado) e de execução (valor executado / valor aprovado), pode observar-se que a área da Assistência Técnica é até ao final de 2010 a que apresentava maior taxa de execução, assim como a área dos Transportes e Infra-estruturas Sociais.

Tabela 2.12: Áreas de investimento – Temas Prioritários (€)

N.º	Áreas – Temas Prioritários	Programado	Aprovado		Tx. AP/PR	Fundo Executado	Tx. EX/AP
			N.º	Fundo			
1	Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	320.784.802	269	152.501.869	47,54%	18.016.021	11,81%
2	Sociedade da informação	30.940.362	47	22.944.427	74,16%	3.795.233	16,54%
4	Transportes	107.994.379	96	63.640.448	58,93%	18.631.563	29,28%
5	Energia	17.997.907	15	2.721.792	15,12%	240.197	8,82%
6	Protecção do ambiente e prevenção de riscos	57.110.379	96	31.244.713	54,71%	1.230.968	3,94%
7	Turismo	8.255.905	21	4.623.016	56,00%	166.364	3,60%
8	Actividades culturais	37.151.571	53	18.020.329	48,50%	1.310.246	7,27%
9	Reabilitação urbana e rural	104.488.795	188	107.954.968	103,32%	14.693.329	13,61%
10	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	4.643.946	1	1.673.799	36,04%	0	0,00%
14	Investimento em infra-estruturas sociais	86.686.999	125	119.018.988	137,30%	29.167.506	24,51%
16	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	66.878.933	30	4.517.837	6,76%	406.504	9,00%
18	Assistência Técnica	26.000.000	22	7.035.717	27,06%	3.548.216	50,43%
Total		868.933.978	963	535.897.904	61,67%	91.206.147	17,02%

Gráfico 2.31: Distribuição de projectos por Áreas – Temas Prioritários

Gráfico 2.32: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários (€)

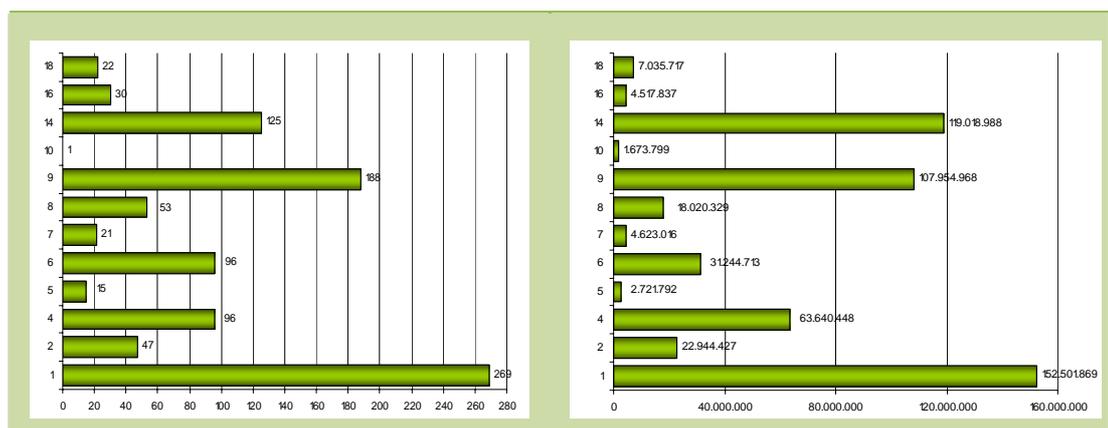
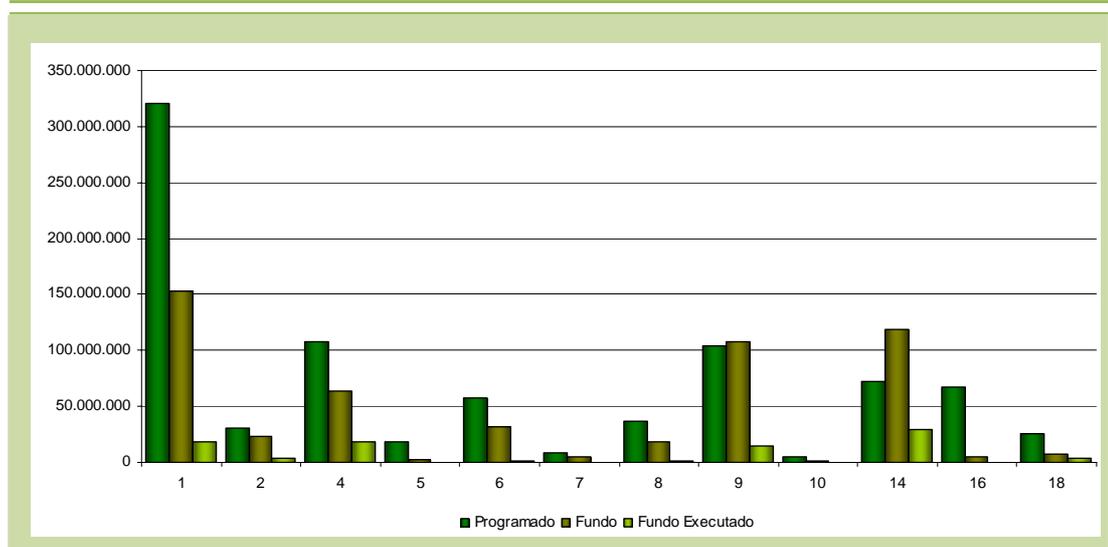


Gráfico 2.33: Variação da Programação/Aprovação/Execução por Áreas de investimento – Temas Prioritários (€)



Verifica-se que são os temas na área da reabilitação urbana e rural e das infra-estruturas sociais que se verificam as maiores taxas de aprovação respectivamente 103,32% e 137,30%

Os valores de aprovação e execução correspondentes aos temas prioritários de emarking, correspondem a aproximadamente 75% dos montantes totais registados pelo programa, valor superior ao previsto na programação em que o emarking representa cerca de 63% da comparticipação FEDER.

Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado Montante €	Nº Proj.	Aprovação Montante €	Tx AP/PR	Execução Montante €	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo							
2	Infra-estruturas de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	30.959.643	0	0	0,00%	0	
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	46.439.464	1	1.040.000	2,24%	0	0,00%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	33.539.613	8	1.747.633	5,21%	38.064	2,18%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	41.279.524	19	14.767.968	35,78%	5.551.518	37,59%
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco....	44.819.222	0	0	0,00%	0	
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	53.663.381	101	120.941.575	225,37%	10.965.655	9,07%
8	Outros investimentos em empresas	70.083.955	140	14.004.694	19,98%	1.460.784	10,43%
Sociedade da informação							
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciberinclusão, etc.)	10.300.600	42	21.911.612	212,72%	3.764.402	17,18%
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...)	16.511.810	1	384.790	2,33%	0	0,00%

Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária) continuação

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	4.127.952	4	648.025	15,70%	30.831	4,76%
Transportes							
22	Estradas Nacionais	46.439.464	1	714.419	1,54%	0	0,00%
23	Estradas regionais / locais	27.467.321	88	47.037.557	171,25%	8.454.594	17,97%
24	Ciclovias	8.287.893	2	781.414	9,43%	583.971	74,73%
25	Transportes urbanos	5.159.940	1	281.600	5,46%	0	0,00%
29	Aeroportos	15.479.821	4	14.825.459	95,77%	9.592.998	64,71%
30	Portos	5.159.940	0	0	0,00%	0	
Energia							
35	Gás natural	2.273.991	1	245.563	10,80%	240.197	97,81%
39	Energias renováveis: eólica	3.789.985	0	0	0,00%	0	
40	Energias renováveis: solar	4.547.982	9	900.264	19,79%	0	0,00%
41	Energias renováveis: biomassa	3.031.988	1	530.906	17,51%	0	0,00%
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	1.515.994	1	299.520	19,76%	0	0,00%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	2.837.967	3	745.539	26,27%	0	0,00%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos							
44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	8.255.905	21	8.566.746	103,77%	899.511	10,50%
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	16.171.332	13	10.186.202	62,99%	57.279	0,56%
46	Tratamento de águas (águas residuais)	8.085.666	2	351.900	4,35%	5.019	1,43%
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	3.234.266	2	329.959	10,20%	0	0,00%
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas	8.255.905	0	0	0,00%	0	
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000)	8.255.905	47	9.823.286	118,98%	160.059	1,63%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	4.851.400	11	1.986.620	40,95%	109.099	5,49%
Turismo							
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	8.255.905	21	4.623.016	56,00%	166.364	3,60%
Actividades culturais							
58	Protecção e preservação do património cultural	33.023.619	42	13.407.163	40,60%	970.846	7,24%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	4.127.952	11	4.613.166	111,75%	339.400	7,36%
Reabilitação urbana e rural							
61	Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	104.488.795	188	107.954.968	103,32%	14.693.329	13,61%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários							
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	2.321.973	1	1.673.799	72,09%	0	0,00%
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas ...	2.321.973	0	0	0,00%	0	
Investimento em infra-estruturas sociais							
75	Infra-estruturas de ensino	14.447.833	59	68.391.743	473,37%	20.033.168	29,29%
76	Infra-estruturas de saúde	55.727.357	42	39.163.674	70,28%	7.480.741	19,10%
77	Infra-estruturas de acolhimento à infância	2.063.976	3	656.704	31,82%	519.373	79,09%
79	Outras infra-estruturas sociais	14.447.833	21	10.806.867	74,80%	1.134.224	10,50%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local							
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	66.878.933	30	4.517.837	6,76%	406.504	9,00%

Tabela 2.13: Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária) continuação

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
Assistência Técnica							
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	20.639.762	19	6.678.816	32,36%	3.548.216	53,13%
86	Avaliação e estudos; informação e comunicação	5.360.238	3	356.902	6,66%	0	0,00%
TOTAL Temas Prioritários		868.933.978	963	535.897.904	61,67%	91.206.147	17,02%
TOTAL Earmarking		549.033.718	629	391.859.962	71,37%	67.201.657	17,15%

O total Earmarking é obtido pela soma de todos os temas earmarking que têm programação no INALENTEJO

Da análise da Tabela 2.13, podem-se salientar:

- Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo:
 - Taxa de aprovação de 47,54% e Taxa de execução 11,81%
 - Todos os temas prioritários incluídos nesta área de investimento são temas earmarking.
- Sociedade da informação:
 - Taxa de aprovação de 74,16% e Taxa de execução 16,54%.
 - Todos os temas programados são earmarking.
 - O tema 7 - Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.) apresenta uma taxa de aprovação de 225,37% face ao programado.
 - O tema 13 - Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.), apresenta uma taxa de aprovação de 212,72% face ao programado.

Gráfico 2.34: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo (€)

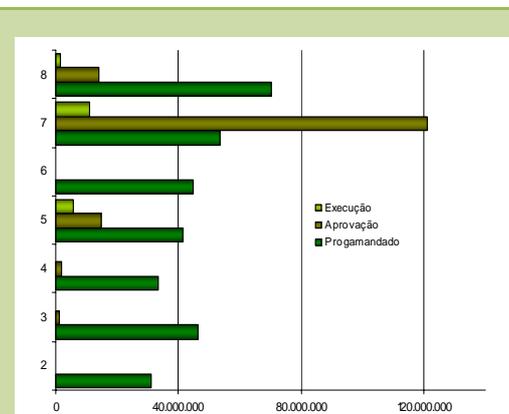
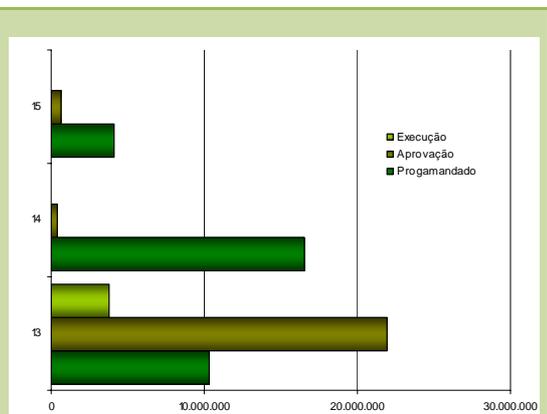


Gráfico 2.35: Sociedade da informação (€)



- Transportes:
 - Taxa de aprovação de 58,93% e Taxa de execução 29,28%
 - Na área dos Transportes o tema earmarking 29 - (Aeroportos) apresenta uma taxa de aprovação de 95,77% e de execução de 64,71%
 - O tema earmarking 30 – (Portos), continua a não apresentar aprovações.
- Energia:
 - Taxa de aprovação de 15,12% e Taxa de execução 8,82%
 - Com excepção de tema earmarking - 39 (energias renováveis: eólicas) todos os outros já apresentam aprovação.

Gráfico 2.36: Transportes (€)

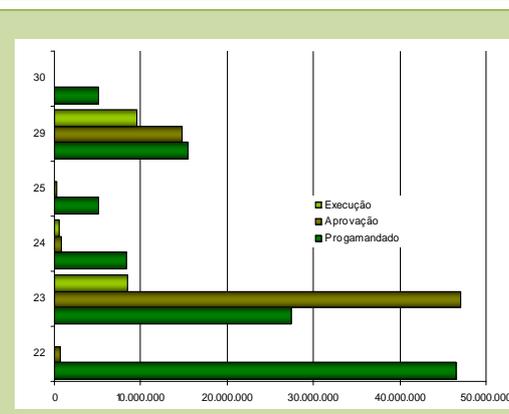
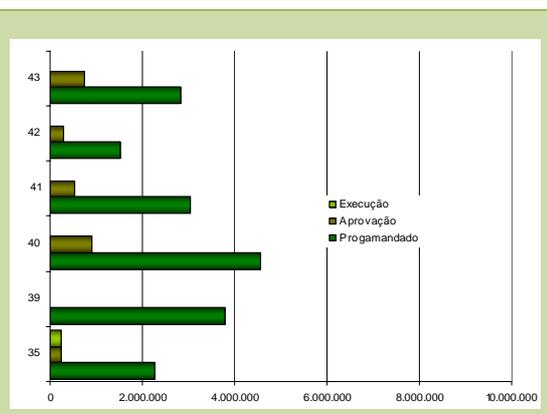


Gráfico 2.37: Energia (€)

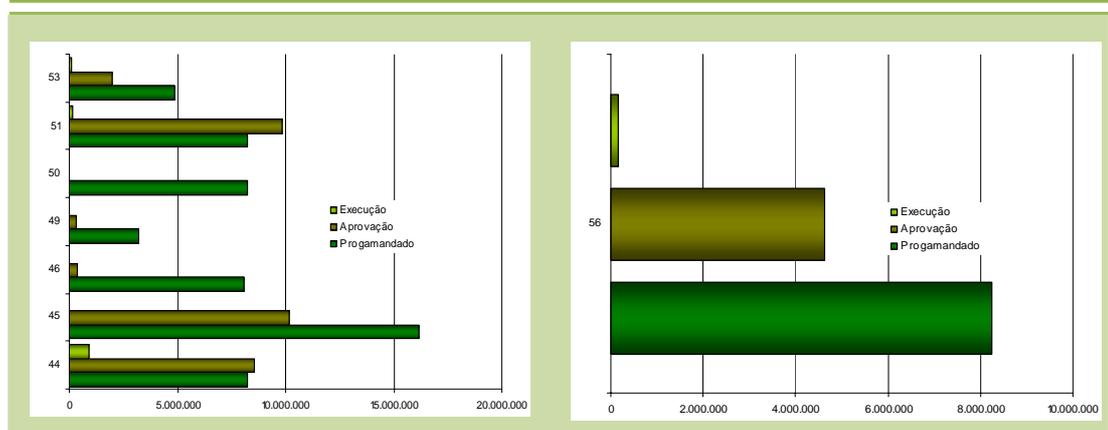


- Protecção do ambiente e prevenção de riscos:
 - Taxa de aprovação de 54,71% e Taxa de execução 3,94%

- O tema 44 - Gestão de resíduos domésticos e industriais apresenta uma taxa de aprovação de 103,77% face ao programado.
- O tema 51 - Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000) apresenta uma taxa de aprovação de 118,98% face ao programado.
- Turismo:
 - Taxa de aprovação de 56% e Taxa de execução 3,60%
 - Não inclui temas earmarking.

Gráfico 2.38: Protecção do ambiente e prevenção de riscos (€)

Gráfico 2.39: Turismo (€)



- Actividades culturais:
 - Taxa de aprovação de 48,50% e Taxa de execução 7,27%
 - Nesta área de investimento não estão programados temas earmarking.
- Reabilitação urbana e rural:
 - Taxa de aprovação de 103,32% e Taxa de execução 13,61%
 - Nesta área de investimento só tem programação e execução o tema 61 – Projectos integrados de reabilitação urbana e rural (tema earmarking).

Gráfico 2.40: Atividades culturais (€)

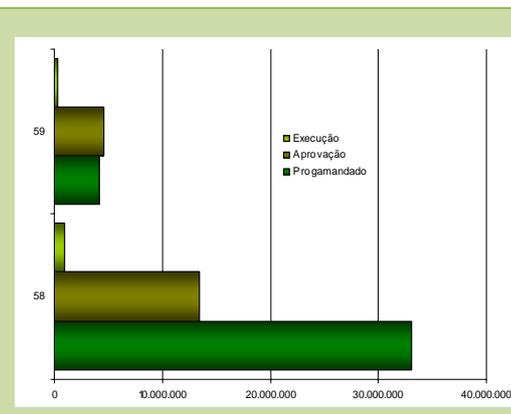
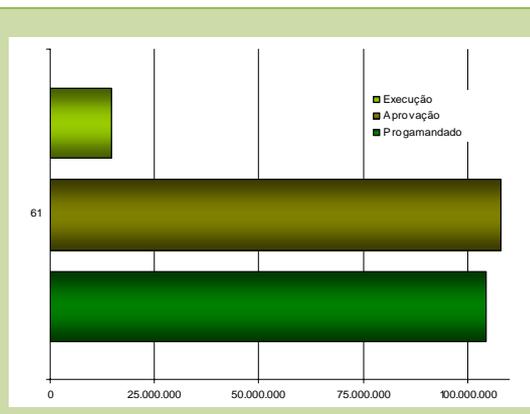


Gráfico 2.41: Reabilitação urbana e rural (€)



- Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários:
 - Taxa de aprovação de 36,04% e Taxa de execução 0%
 - Nesta área de investimento incluem-se 2 temas earmarking, apresentando o tema 62 - Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação, uma taxa de aprovação de 72,09%.
- Investimentos em infra-estruturas sociais:
 - Taxa de aprovação de 137,30% e Taxa de execução 24,51%
 - O tema 75 – Infra-estruturas de ensino apresenta-se como sendo o único tema earmarking e apresentava no final de 2010 uma taxa de aprovação de 473,37%.

Gráfico 2.42: Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários (€)

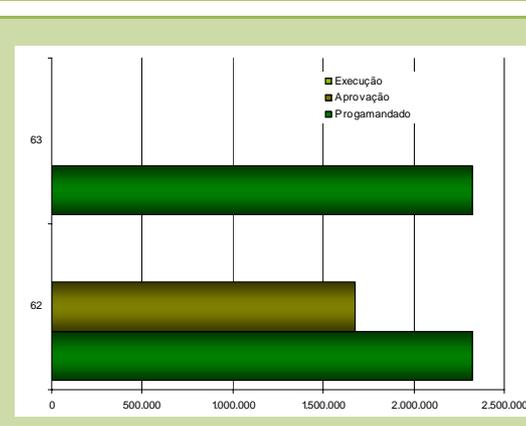
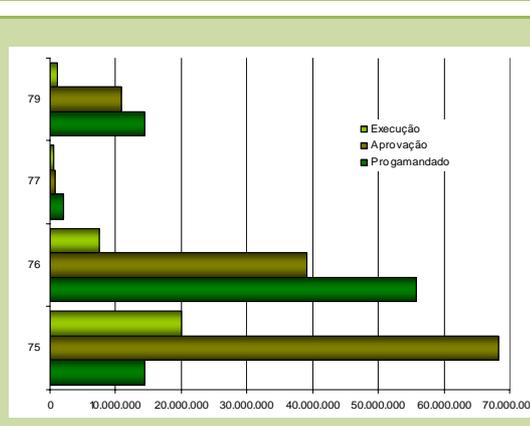


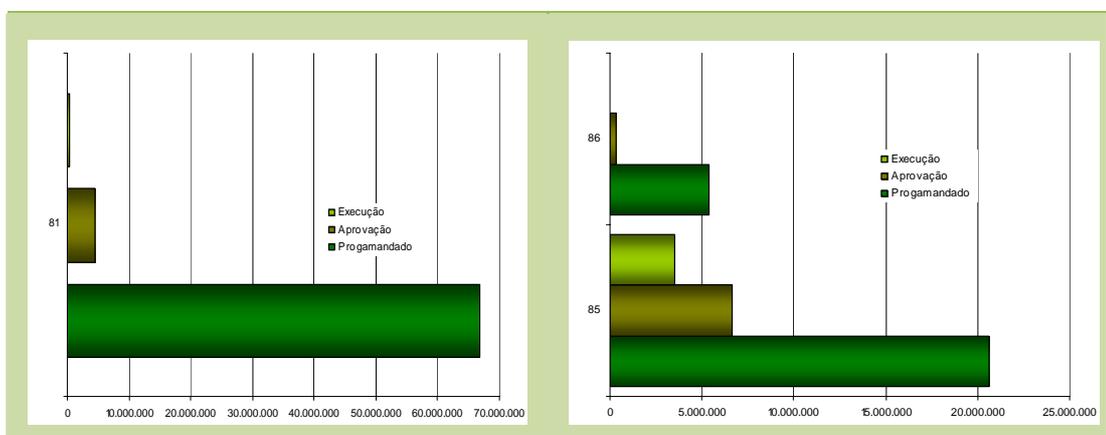
Gráfico 2.43: Investimentos em infra-estruturas sociais (€)



- Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:
 - Taxa de aprovação de 6,76% e Taxa de execução 9,00%
 - Nesta área de investimento não foram programados temas earmarking
- Assistência técnica:
 - Taxa de aprovação de 27,06% e Taxa de execução 50,43%
 - Nesta área de investimento não foram programados temas earmarking

Gráfico 2.44: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local (€)

Gráfico 2.45: Assistência técnica (€)



2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A garantia da compatibilidade com as políticas comunitárias (concorrência, mercados públicos, ambiente, ...) tem sido uma preocupação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO, em todas as iniciativas e procedimentos desenvolvidos.

Em todos os procedimentos, constantes da respectiva Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e Manual de Procedimentos do INALENTEJO, manuais e guias de apoio técnico, check-list, bem como avisos de abertura de concursos e outros, é possível comprovar esta preocupação.

Mercados Públicos

A AG do INALENTEJO tem em particular atenção o cumprimento das regras dos mercados públicos, tendo esta preocupação ficado reflectida na concepção do Sistema de

Informação que disponibiliza a check-list de verificação dos procedimentos em matéria de contratos públicos assim como instruções ao seu preenchimento.

Relativamente à contratação pública, em fase de análise das candidaturas ou em fase de análise de pedidos de pagamento, aplica-se a check-list da contratação pública, uma check-list para os procedimentos abrangidos pela legislação nacional em vigor até 29 de Julho de 2008 (Decreto Lei n.º 59/99, de 2 de Março e Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) e uma check-list para os procedimentos abrangidos pelo novo Código da Contratação Pública (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe as Directivas números 2004/17/CE e 2004/18/CE).

A check-list deve ser apresentada aquando da apresentação candidatura e/ou dos pedidos de pagamento, devidamente preenchida para cada procedimento de contratação pública. Deve ainda ser acompanhada dos documentos que atestem o cumprimento do procedimento contratual adequado, quando a despesa em causa o envolver.

Esta documentação, constitui um elemento facilitador da elaboração da check-list a preencher pela Autoridade de Gestão, que se destina a confirmar o procedimento adoptado em cada etapa e se existe ou não, por parte do promotor, a fundamentação para as eventuais excepções aplicáveis.

Os modelos de check-list e procedimentos de respectiva validação encontram-se a ser melhorados em termos técnicos, bem como a sua formatação ao nível do SIGPOA.

Outro exemplo representativo é a Orientação de Gestão n.º 5/2008 - Central de Compras.

Auxílios de Estado

No âmbito do INALENTEJO, são concedidas ajudas ao abrigo de três Sistemas de Incentivos – SI Qualificação e Internacionalização PME, SI Inovação e SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas – integrados na Agenda da Competitividade e aplicados pelo Programa Temático Compete e pelos restantes Programas Regionais. No respeito pelas regras Comunitárias que determinam que em termos de concorrência, os regimes de auxílios de Estado, lhe sejam notificados, para mero conhecimento ou para aprovação de acordo com as suas características, foram em devido tempo, aqueles Sistemas de Incentivos, notificados à Comissão Europeia e mereceram o respectivo enquadramento em termos de regras de concorrência e face à tipologia de despesa .

O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, com enquadramento no âmbito dos Auxílios de Estatais (2006/C 323/01) autorizado pelo Auxílio Estatal n.º 780/07 de 8 de Agosto de 2007 – Decisão C (2008) 2902 de 17 de Junho.

O Sistemas de Incentivo à Qualificação e Internacionalização das PME e o Sistema de Incentivos à Inovação, respeitam o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto foram autorizados nos termos do Regulamento (CE) 1628/2006 da Comissão, através das Autorizações Estatais n.º XS 73/2008e XR 60/2008.

Estes Sistemas de Incentivos integram-se actualmente no Regulamento Geral de Isenção por Categoria aprovado pelo Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto, sendo o enquadramento comunitário actual – X 404/2009.

O respeito pelas normas e procedimentos comunitários aplicáveis às operações desenvolvidas pelas micro e pequenas empresas privadas co-financiadas a nível regional, pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, está assegurado pela aplicação dos normativos que se encontram previstos na regulamentação nacional e que regem os apoios às empresas, nomeadamente nos Regulamentos Específicos dos Sistemas de Incentivos, que são dos documentos legais de enquadramento destes auxílios.

As ajudas a conceder a componentes do Investimento que não se enquadrem nos Regulamentos Comunitários referidos, só podem ocorrer no respeito pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro da Comissão Europeia, auxílios de minimis. A possibilidade do Estado Membro conceder auxílios de minimis obriga que a sua aplicação seja feita em moldes transparentes e que esteja assegurado o cumprimento dos limites máximos de apoio.

Em virtude da legislação aprovada em 2009, no âmbito das políticas de combate à crise, e tendo em consideração a Comunicação da Comissão Europeia – (2009/C 6/01) o Governo Português alterou o limite máximo passado o de 200 mil para 500 mil €, o valor máximo acumulado durante três exercícios financeiros, de despesas de minimis por empresa.

O IFDR é a entidade nacional responsável pelo registo dos auxílios de minimis concedidos.

Todo o processo de verificação da compatibilidade dos auxílios de minimis, com as regras, é verificado antes da contratualização dos incentivos, pela Autoridade de Gestão, observando os procedimentos seguintes:

- O Organismo Intermédio, através de ferramenta informática, FACI, procede às validações ;
- O parecer do OI a apresentar à Comissão de Selecção, identifica a componente de *minimis* no incentivo proposto;

- A Autoridade de Gestão do POFC, na sua qualidade de coordenadora da Rede de Sistema de Incentivos, envia a informação relevante para o IFDR, Organismo Nacional responsável pela base de dados nacional dos auxílios de *minimis*;
- Decisão definitiva da Autoridade de Gestão após comunicação do resultado no que respeito dos auxílios de *minimis*;

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento n.º 1628/2006, é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subvenção.

Os elementos referentes ao Auxílios *minimis* no que concerne ao INALENTEJO são os que constam do quadro seguinte:

Tabela 2.14: Auxílios *minimis*

Regime de Auxílios	Apoios Concedidos PO Alentejo (2007-2010)	
	N.º de Projectos	<i>minimis</i> (€)
SI Qualificação PME	89	1.629.258,96
SI Inovação/	38	468.538,49
SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4	62.827,80
TOTAL	131	2.160.625,25

Igualdade de Oportunidades

Uma das dimensões estratégicas da política comunitária é a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual. Importa salientar a obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

A tradução do princípio da Igualdade de Oportunidades, reveste-se por vezes de alguma dificuldade em alguns regulamentos específicos e avisos de concurso, mas está devidamente assinalada, nomeadamente:

- Em sede de Sistemas de Incentivos, no âmbito do SI Inovação, em que foi criada uma dotação orçamental específica para “empreendedorismo feminino”, de modo a incentivar as mulheres a assumirem um papel de maior protagonismo e liderança na actividade empresarial. Encontrando também expressão no SI Qualificação PME, que apoia a definição e implementação de planos de igualdade com contributo para a conciliação da vida profissional com a vida familiar.

- Ao nível do Eixo 2 nas as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana incluem a Requalificação socio-urbanística, focalizada na vertente da inclusão social.
- Ao nível do Eixo 3 na área de intervenção - "Rede de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial" onde são incluídos equipamentos de apoio à infância, deficiência, terceira idade e de apoio a grupos desfavorecidos. Aqui estão contempladas intercepções
- Igualmente no Eixo 3, no domínio da protecção e inclusão social, importa consolidar a oferta de equipamentos e serviços destinados a grupos etários/sociais específicos, designadamente, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, emigrantes, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas penais executadas na comunidade, entre outros.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária, nomeadamente ao nível da Igualdade de oportunidades e não discriminação.

Política Ambiental

Considerando que um dos princípios-chave da política de coesão é a conformidade de todos os projectos com a legislação comunitária, e que uma parte importante dessa legislação se relaciona com o ambiente, uma outra preocupação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO é o controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da execução do programa.

O Regulamento Geral FEDER e FC estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o Regulamento refere ainda o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.

De referir também, a um nível mais global, a intervenção de um representante de organizações não governamentais da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO.

Em termos de regras ambientais, no processo da admissibilidade das operações, ou fase de apresentação do 1º pedido de pagamento, os beneficiários já deverão dispor dos pareceres de entidades externas à AG, exigíveis de acordo com a tipologia da operação e

previstos em regulamentos específico ou em orientações técnicas gerais e específicos do INALENTEJO, quando aplicável.

Neste contexto, destaca-se também que a própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária, nomeadamente em Ambiente.

Relativamente à informação sobre a incorporação de critérios ambientais, em sede de regulamentos específicos, ver ponto 2.7 do presente relatório, referente à Avaliação ambiental Estratégica do PO.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Autoridade de Gestão

O ano de 2010 foi o primeiro em que a execução do INALENTEJO não esteve em sobreposição com os PO do QCA III, cuja data limite de elegibilidade de despesa foi 30 de Junho de 2009. Este foi também, o ano em que terminou o prazo para apresentação de candidaturas integradas num número muito significativo de Planos de Acção da Política de Cidades, o que determinou um crescimento muito acentuado das candidaturas apresentadas durante aquele período. O cumprimento dos prazos estipulados para tomada de decisão, nomeadamente o do Primeiro Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP que fazia depender o valor da taxa de comparticipação do momento da aprovação, levou a que o Secretariado Técnico tivesse dado prioridade às tarefas de análise de admissibilidade e de apreciação técnica das candidaturas apresentadas, apesar do enorme esforço desenvolvido nem sempre os prazos fixados nos Avisos de Concurso foram respeitados.

Esta prioridade teve como consequência que no final do ano de 2010, o número de operações aprovadas tivesse duplicado relativamente ao verificado no final de 2009, que a comparticipação FEDER concedida 535M€, tenha elevado a taxa de compromisso da

dotação concedida ao Programa (56%), para valores que se podem considerar como ajustado ao programado.

Se no ano de 2010 foi possível registar avanços significativos na taxa de compromisso, estes ficaram-se a dever á estratégia adoptada de dar prioridade a análise das candidaturas, que resultou em detrimento da validação de despesa.

O baixo valor da taxa de execução do Programa, no final de 2010, não é no entanto, exclusivamente imputável à opção referida, mas resulta também e de forma bastante significativa, do facto dos beneficiários, dadas as dificuldades financeiras com que se debatem em resultado da crise económica e financeira que o País atravessa, não disporem de condições para executar as operações de acordo com o programado o que os leva a não apresentarem à Autoridade de Gestão pedidos de pagamento com a frequência e em montantes que o nível de compromisso devia proporcionar.

A avocação de algumas das competências delegas no âmbito do Contratos de Subvenção Global celebrados com as CIM, obrigou a que durante o ano de 2010 fossem introduzidas alterações na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, para posterior notificação à Comissão Europeia, processo que se mostrou muito complexo e moroso, pois ainda não está concluído. A não conclusão deste processo, impossibilita que a despesa executada na realização das operações integrada na contratualização com as CIM não reúna condições para ser certificada junto da Comissão Europeia, o que condiciona o estabelecimento de um fluxo financeiro regular para a Autoridade de Pagamento o que pode ocasionar dificuldades de Tesouraria.

A execução do Programa constituiu-se como motivo de preocupação para a Autoridade de Gestão durante o ano de 2010 e deve ser objecto de particular atenção no futuro de forma a vencer os obstáculos que durante o ano de 2010 impediram que o Programa tivesse registado uma taxa de execução mais consentânea com o nível de compromisso:

- Dificuldades financeiras dos beneficiários;
- Demora na validação da despesa apresentada;
- Aprovação do Complemento à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo.

O conjunto de medidas desenvolvidas para aumentar o ritmo de execução do Programa, nomeadamente as referentes á identificação das dificuldades com que os promotores se debatem para executar as operações aprovadas, e as consagradas n.º 2 Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP, vão permitir que no ano de 2011 seja possível recuperar de forma significativa o atraso verificado no que concerne ao nível de execução do Programa e ainda criar condições que permitam apresentar com regularidade pedidos de certificação de despesa junto da Comissão Europeia.

Autoridade de Auditoria e Controlo

O Relatório Anual da Inspeção-Geral de Finanças sobre Avaliação global do teste ao funcionamento do Sistema Comum constituído pelos Programas Operacionais Factores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional conclui genericamente o seguinte: “(...) os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para o sistema comum em apreço, no essencial, respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58º e 62º do Regulamento (CE) n.º1083/2006 do Conselho e funcionam bem, sendo necessárias pequenas melhorias, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesa já apresentadas ou a apresentar á Comissão são correctas e, conseqüentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade.”

| 69

O referido relatório no que respeita especificamente ao Programa Operacional do Alentejo identifica as insuficiências seguintes:

- Insuficiência ao nível da aplicação dos critérios de cálculo do mérito das operações;
- Incumprimento das regras de Contratação Pública.

O cumprimento das regras da Contratação Pública continuará a ser objecto de particular atenção quer na fase de análise das candidaturas quer no acompanhamento das operações

Nos dias 11 e 12 de Novembro de 2010, realizou-se em Lisboa o Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais FEDER e Fundo de Coesão do período de programação 2007-2013.

A Comissão Europeia formulou um conjunto de observações que entendeu dever retirar deste Encontro, das quais foi dado o devido conhecimento à Comissão de Acompanhamento em 19-01-2011.

Embora não tenham sido efectuadas observações específicas relativamente ao INALENTEJO, importa referir resumidamente o conjunto de observações apresentadas pela Comissão Europeia, as quais têm vindo a ser tidas em conta:

- Apresentação à Comissão duma lista dos Grandes Projectos a serem submetidos, bem como o calendário previsional, até ao dia 31-01-2011;
- Ao nível dos resultados da aplicação dos critérios de selecção a Comissão considerou que deveria decorrer discussão sobre este assunto, nas diversas Comissões de Acompanhamento, e que deveriam ser apresentados “planos de acção” para aplicar e concretizar esses resultados;

- Os Indicadores Comuns Comunitários deverão ser considerados como instrumentos de aferição dos objectivos gerais e específicos fixados para cada PO, devendo os “valores-objectivo” ser quantificados;
- Quanto aos eventos anuais de divulgação sugere uma programação ao longo do ano, de forma a não haver concentração de realizações no final do ano.
- Em termos das reprogramações no âmbito do art. 33º do Regulamento nº 1083/2006, a Comissão considera que as alterações a propor deverão ser justificadas com base nos resultados de avaliações, e que seria útil uma discussão prévia e técnica com a Comissão antes dos processos formais de tomada de decisão.

2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

No contexto da demografia da região, no ano de 2010, verificou-se um decréscimo do efectivo populacional que, de acordo com as estimativas do INE, se situava nos 753.407 habitantes, em contra ciclo com a evolução demográfica do país que registou um ligeiro crescimento.

A população do Alentejo representa cerca de 7,1% da população de Portugal, distribuída por uma área equivalente a 34,3% do território nacional, a que corresponde uma densidade populacional ligeiramente inferior aos 24 hab/Km², consideravelmente abaixo da média nacional, com valores próximos dos 115,5 hab/Km².

Figura 2.1: NUTS III - ALENTEJO

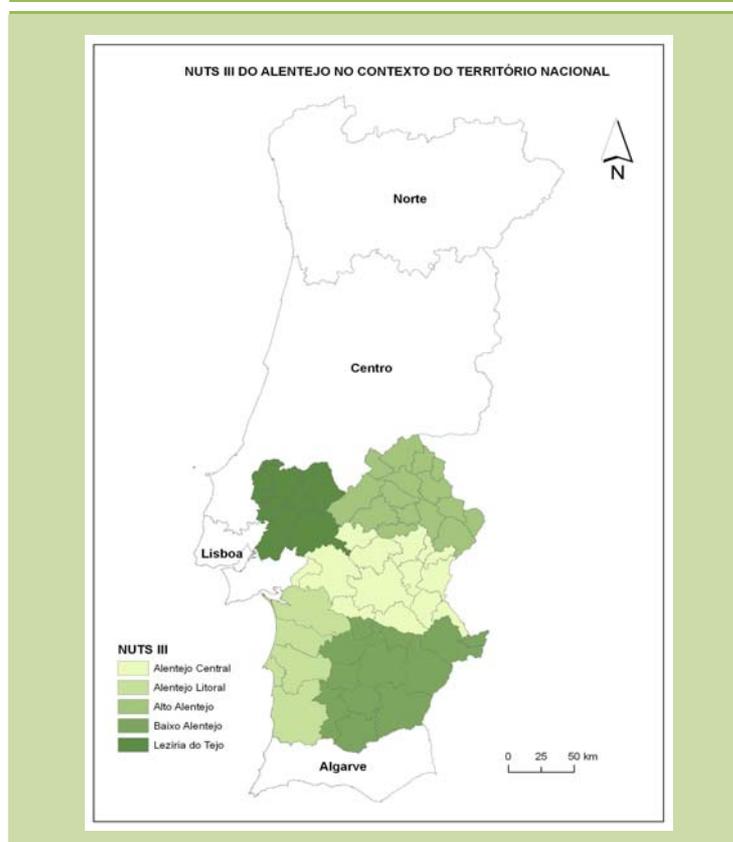


Tabela 2.15: Organização territorial

Unid. Territorial	Área (Km ²)	População 2009 (hab)	Densidade populacional (hab/Km ²)
Portugal	92.090,1	10.634.713	115,3
Alentejo	31.550,9	753.407	23,9
NUT III			
Alentejo Litoral	5.303,4	95.524	17,9
Alto Alentejo	6.247,9	115.421	18,5
Alentejo Central	7.227,6	168.116	23,3
Baixo Alentejo	8.544,6	125.066	14,6
Lezíria do Tejo	4.272,8	249.900	58,5

No contexto intra-regional, a Lezíria do Tejo, é a única sub-região que continua a manter uma dinâmica positiva, pois verifica-se o decréscimo continuado da população que se generalizou a todo o território, embora com graus de intensidade que afectaram mais o Baixo e o Alto Alentejo. À semelhança do que sucedia em 2009, o Alentejo Litoral tem resistido melhor ao fenómeno do despovoamento e, o Alentejo Central mantém a posição verificada durante a última década, isto é, um comportamento demográfico ligeiramente positivo, muito embora as estimativas mais recentes apontem para novos decréscimos.

Tabela 2.16: População residente Alentejo
Fonte: INE – Censos 2001, Anuário estatísticos 2005 a 2009

Ano	População residente Hab.
2001	776.585
2005	765.971
2006	764.285
2007	760.933
2008	757.069
2009	753.407

Tabela 2.17: Variáveis de crescimento Populacional
Fonte: INE –Anuário estatísticos 2009

Designação	Ano	Saldo	Taxa %
Crescimento efectivo	2009	-3.662	-0,48
Crescimento natural	2009	-4.157	-0,55
Crescimento migratório	2009	495	0,07

Gráfico 2.46: Evolução Demográfica – Alentejo
Fonte: INE – Censos; Eurostat

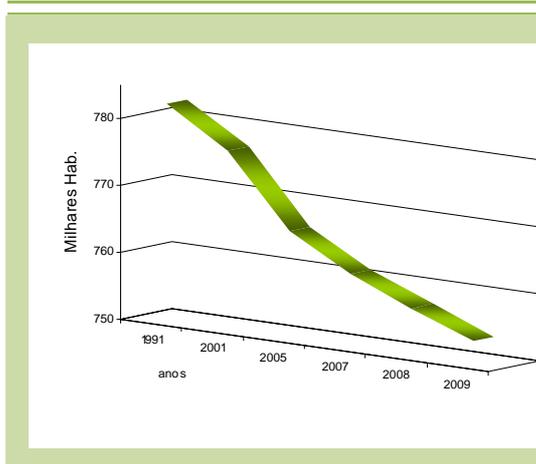
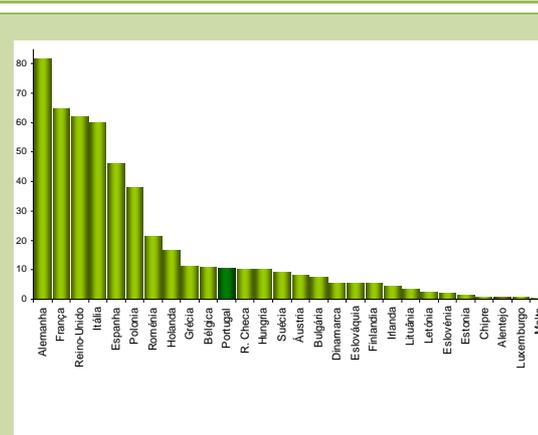


Gráfico 2.47: População – Países UE e Alentejo
Fonte: INE – Censos; Eurostat



Também o saldo natural apresenta uma evolução negativa, consequência do baixo nível da fecundidade, que caiu para valores muito abaixo do limite de substituição das gerações, que ronda os 2,1 filhos por mulher (Índice Sintético de Fecundidade, Alentejo 1,3 filhos por mulher) e do aumento continuado dos quantitativos da mortalidade, potenciados por uma concentração excessiva de população nas idades mais avançadas.

A imigração oficial também sofreu uma redução, provavelmente devido à diminuição dos fluxos oriundos da Europa Central, motivada pelo alargamento a Leste da União Europeia, ao que se junta também alguma incapacidade de fixação da população activa jovem

Gráfico 2.48: Saldo natural – Países UE e Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

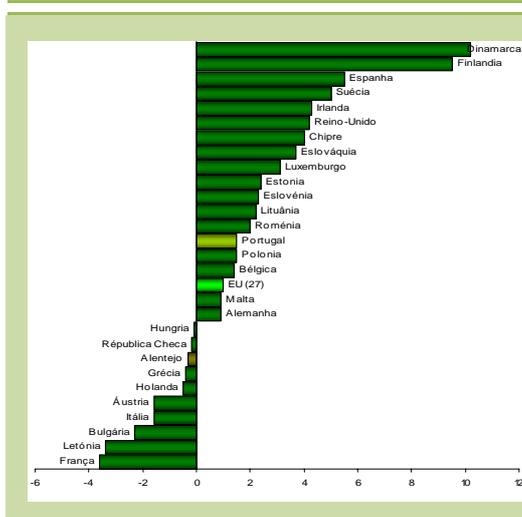
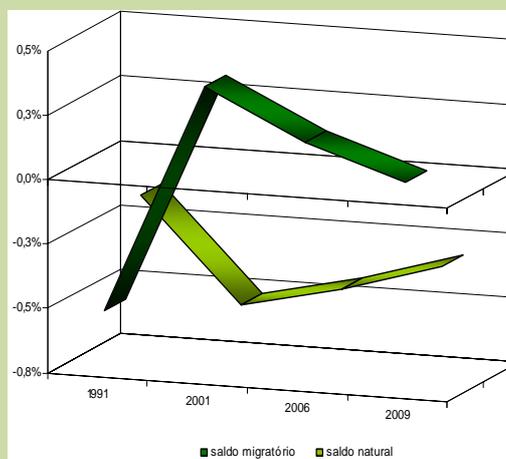


Gráfico 2.49: Saldo natural e migratório - Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



O decréscimo do saldo natural e a consequente incapacidade da região para se auto – regenerar demograficamente assume-se como um fenómeno que se generalizou a todo o território regional, apresentando a sua maior expressão no Alto e no Baixo Alentejo, com decréscimos que chegam, respectivamente, aos 0,88% e aos 0,73% no último ano, enquanto que a Lezíria do Tejo representa a sub-região com menor decréscimo do saldo fisiológico, que só passou a negativo no último ano.

A dinâmica migratória apresenta um saldo ligeiramente positivo com uma distribuição assimétrica no contexto sub-regional. A Lezíria do Tejo continua ainda a evidenciar alguma atractividade, registando valores positivos do saldo migratório, que no Alentejo Central é praticamente nulo, enquanto que as restantes sub-regiões se encontram em perda continuada de população, derivada da dinâmica migratória, com níveis de repulsão demográfica já bastante preocupantes no Alto e Baixo Alentejo, acima dos 0,25 e 0,2%, respectivamente, no último ano.

Acentuou-se o grau de envelhecimento da população residente, que configura uma estrutura demográfica duplamente muito envelhecida, na qual o peso da população com menos de 15 anos não supera os 13,3% e os idosos, com mais de 64 anos, já representam perto de ¼ da população (23,1%), dos quais, cerca de metade, são idosos dependentes, com mais de 74 anos. O índice de envelhecimento situa-se nos 173.

Gráfico 2.50: Pirâmide etária - Alentejo 2009
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

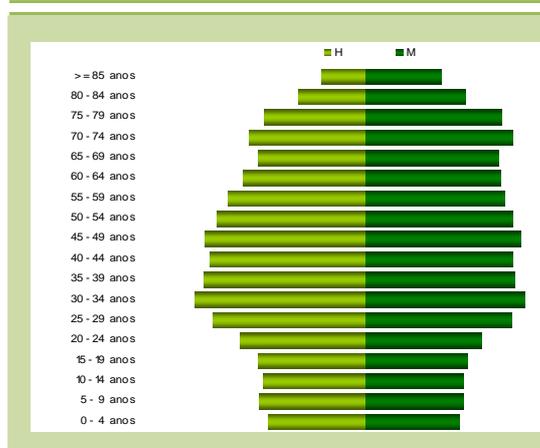
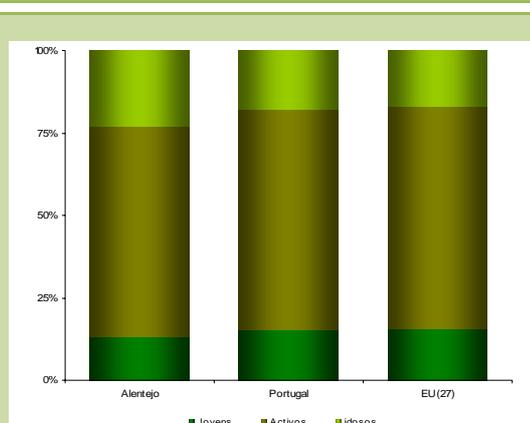


Gráfico 2.51: Grandes grupos etários
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Quanto às habilitações académicas da população, à semelhança da situação que se tem vindo a verificar no último ano, nos escalões etários mais jovens, registam-se aumentos consideráveis dos níveis de escolaridade, em particular no nível secundário e superior, embora com valores ainda abaixo das médias nacionais.

Referência particular para o aumento da pré-escolarização do Alentejo, que num contexto de evolução contínua nos últimos anos, abarca a quase totalidade das crianças, o que se reflecte numa taxa de escolarização de 95,5%, valor bastante superior às médias nacional (83,6%) e europeia (90,0% EU27).

Reflecte-se aqui o sucesso das políticas, referentes à generalização da educação Pré-escolar, com a publicação da Lei – Quadro em 1997, cuja implementação se iniciou em 1998, com o conseqüente aumento de investimentos em infra-estruturas e mais recentemente com a criação de Centros Escolares que integram este nível de educação.

Gráfico 2.52: Indicadores de Educação
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

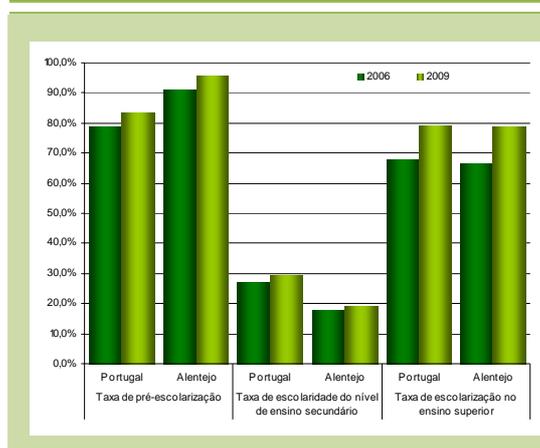
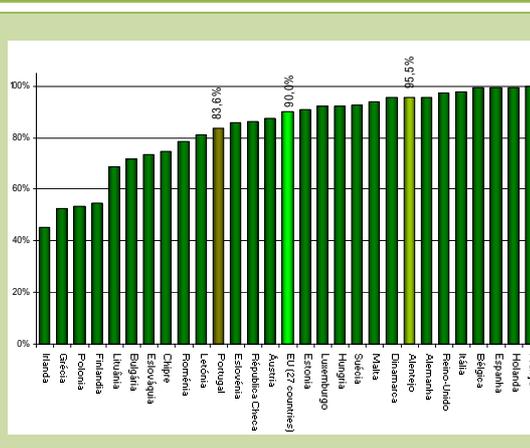


Gráfico 2.53: Taxas de pré-escolarização
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



No contexto das taxas de escolarização do ensino superior a situação é muito semelhante ao nível nacional, com tendência crescente, o que representa o aumento da oferta e da procura que se tem verificado nos últimos anos em Portugal pelo ensino universitário e politécnico. De salientar que a frequência do ensino superior resulta numa colocação de alunos a nível nacional, pelo que se compreende a semelhança das situações regional e nacional;

Já no que respeita ao nível de escolaridade no ensino secundário é possível verificar que, pese embora a tendência para um ligeiro aumento das taxas de escolarização deste nível de ensino, ainda se encontra consideravelmente abaixo da média nacional, o que traduz a existência de fenómenos de abandono e insucesso escolar com alguma importância, maioritariamente nas zonas do interior, que terão reflexos negativos futuros nos níveis de qualificação da população activa.

É por isso que a conjugação de uma estrutura populacional envelhecida com um padrão de baixo nível de habilitações, caracteriza ainda o perfil dos recursos humanos da região, podendo constituir-se num factor de estrangulamento do desenvolvimento regional, caso esta “tendência pesada” não seja invertida.

Nos últimos anos, assistiu-se a incrementos no nível de desenvolvimento económico e social das populações, traduzidos em melhorias no estado de saúde, bem estar e salubridade da população residente no Alentejo, com reflexos no contexto da coesão social.

Esta evolução tem sido no sentido positivo, com particular destaque para as melhorias verificadas, designadamente no apoio contratualizado a populações carenciadas ou em risco, reflexo dos efeitos da implementação de algumas medidas de política social activas.

Gráfico 2.54: Indicadores Sociais - Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

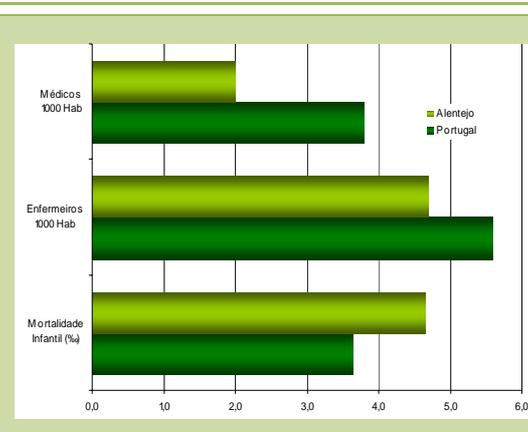
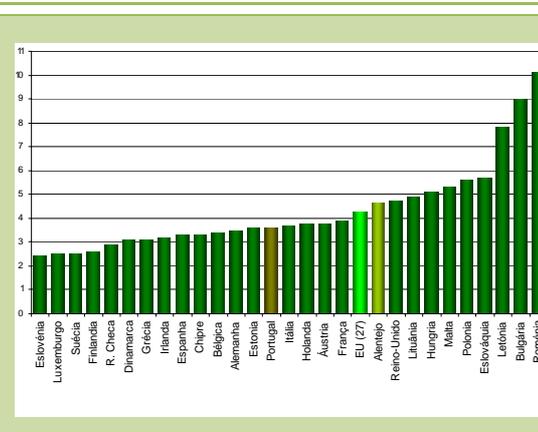


Gráfico 2.55: Mortalidade Infantil – Países UE, Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Os benefícios destas políticas públicas podem verificar-se, por exemplo, no indicador relativo à esperança de vida à nascença, encontrando-se o Alentejo com valores próximos da média

nacional (78,1 anos). A taxa de mortalidade infantil, na qual se tem observado uma redução considerável, registou um ligeiro aumento no último ano, um pouco acima do valor de Portugal que se encontra a par dos índices observados nos países mais desenvolvidos (3,4 e 4,6‰, respectivamente para Portugal e Alentejo).

É neste contexto que se tem verificado um progresso significativo nos níveis de desenvolvimento, bem-estar e salubridade das populações, que tem contribuído para a melhoria do estado de saúde das populações, consequência também do crescimento que se tem verificado na procura dos cuidados de saúde, apesar da oferta de recursos humanos de saúde no Alentejo, medida através dos rácios médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes, ser inferior à média nacional, embora se encontre dentro dos valores considerados adequados (médicos 2,0 vs 3,4 em Portugal, enfermeiros 4,7 vs 5,6 em Portugal).

Mesmo assim, e apesar do considerável esforço financeiro em equipamentos e serviços de protecção social, que decorre grandemente do aproveitamento das ajudas comunitárias no âmbito dos diferentes Quadros Comunitários de Apoio a Portugal, os grupos populacionais mais vulneráveis, pensionistas, idosos e desempregados, no Alentejo, apresentam ainda níveis médios de protecção social inferiores aos verificados no país e, por isso, uma maior vulnerabilidade às situações de pobreza, em particular quando ocorrem conjuntamente com manifestações de doença prolongada.

Dadas as especificidade geográficas da Região e apesar dos bons desempenhos em importantes indicadores (esperança de vida, mortalidade infantil), o Alentejo apresenta ainda carências nos serviços de saúde, que se manifestam particularmente ao nível dos recursos humanos, principalmente nas zonas mais periféricas da região, onde se verificam algumas insuficiências de pessoal com formação médica e de enfermagem.

O Alentejo apresenta uma taxa de actividade ligeiramente superior à da média da Europa a 27 e que ultrapassa à de países como o Luxemburgo, a França, a Bélgica e a Itália, entre outros.

Em termos evolutivos a taxa de actividade do Alentejo apresenta um ligeiro aumento face ao ano anterior, mercê do aumento da taxa de actividade feminina.

Gráfico 2.56: Taxa de Actividade do Alentejo 2009
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

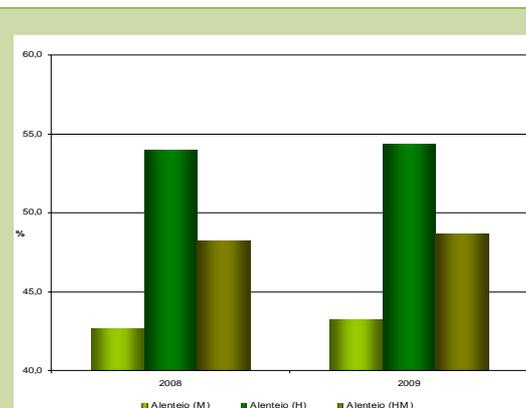
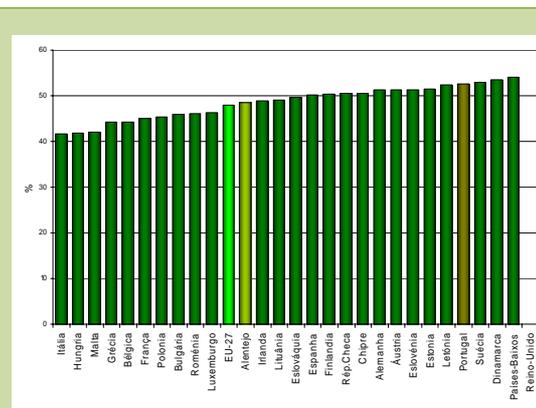


Gráfico 2.57: Taxa de Actividade – Países UE, Alentejo 2009
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



O Alentejo mantém uma elevada taxa de desemprego, que se manifesta tanto no seu agravamento relativamente ao total da população, a ambos os sexos e com principal preponderância no grupo das mulheres. Embora registre, igualmente, uma elevada taxa de desemprego jovem, apresenta, comparativamente às restantes regiões do país, um dos mais baixos níveis de desemprego de longa duração.

Gráfico 2.58: Taxa de Desemprego do Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

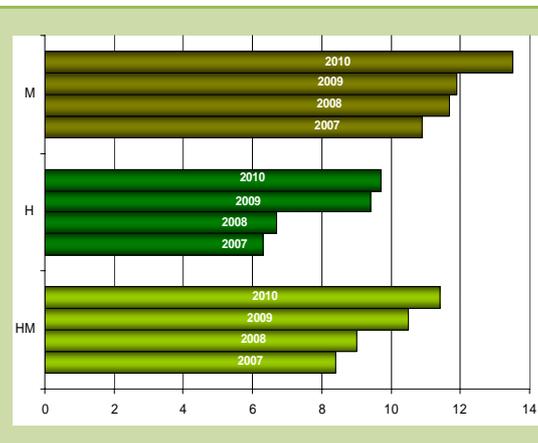
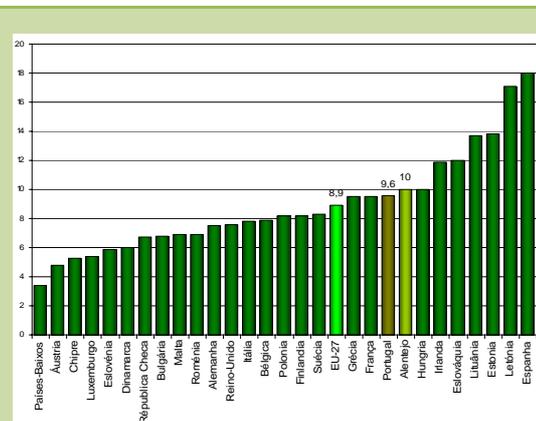


Gráfico 2.59: Taxa de Desemprego – Países UE, Alentejo 2009
Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat



Embora o PIB per capita do Alentejo tenha, tal como o país, verificado um aumento face ao ano anterior, o acréscimo regional não acompanhou o acréscimo registado para Portugal, agravando assim o posicionamento desfavorável (disparidade do PIB per capita com Portugal = 100 no Alentejo em 2008 é de 91).

Com um pequeno ganho de posição face à média dos países da Europa dos 27, a posição relativa do Alentejo mantém-se no contexto dos seus países constituintes.

Gráfico 2.60: PIB per capita 2008 (m€)
Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat

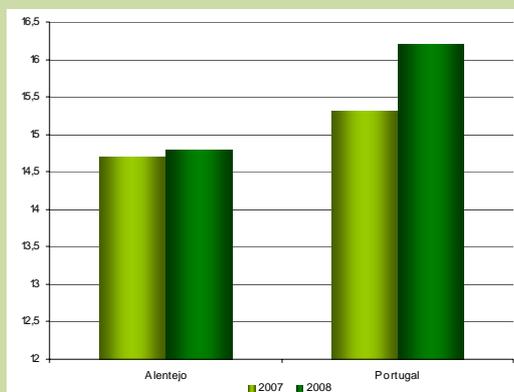
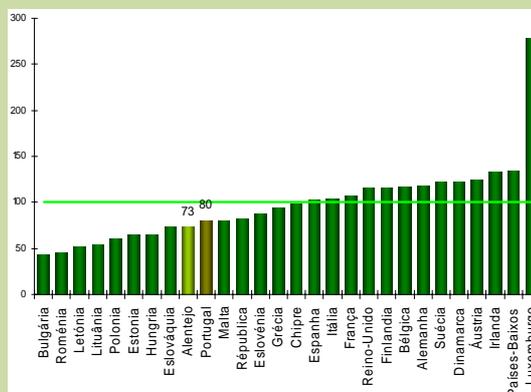


Gráfico 2.61: PIB per capita (UE 27 = 100) 2008
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



O sector terciário assume o principal papel no valor acrescentado bruto regional (VAB), seguido do sector secundário, com maior peso relativo que o observado no país e na Europa a 27. O sector primário, com uma quota-parte mais significativa que a nível nacional, tem vindo a ganhar importância, por perda relativa no sector terciário, já que o sector secundário regional também verificou aumento relativo da sua importância face ao total do VAB do Alentejo.

As sub-regiões do Alentejo reproduzem, na sua maioria, a estrutura regional e nacional do VAB, com peso dominante do sector terciário. Excepciona-se o Alentejo Litoral, com claro predomínio do sector secundário e que pela sua importância no contexto da região, coloca este sector numa posição relativa imperante quando comparado com as restantes unidades geográficas em análise.

Tabela 2.18: PIB per capita
Fonte: EUROSTAT, INE – infoline

Ano	PIB/hab	PIB/hab pps (EU27=100)	PIB – Taxa de variação anual base 2000 - %
1995	7,9		
1996	8,4		4,6
1997	9,2	74	6,1
1998	9,6	72	0
1999	10	71	1,8
2000	10,8	75	5,1
2001	11,1	73	-0,1
2002	11,7	72	3,2
2003	12,2	73	0,6
2004	12,7	71	0,4
2005	13,1	73	-0,9
2006	13,9	74	1,9
2007	14,6	73	1,1
2008	14,7	72	-0,3

Gráfico 2.62: Estrutura Sectorial do VAB – Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

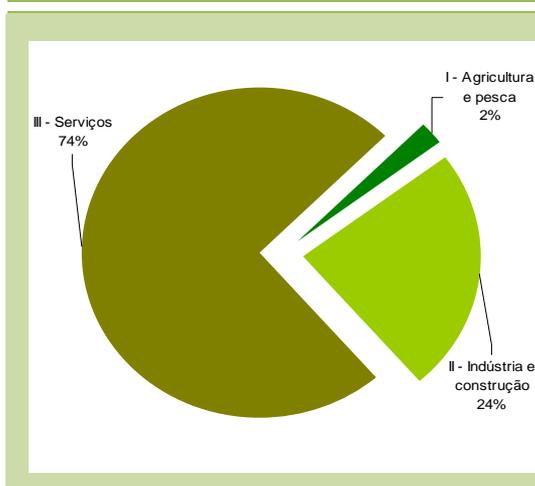


Gráfico 2.63: Estrutura Sectorial do VAB NUTIII -Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

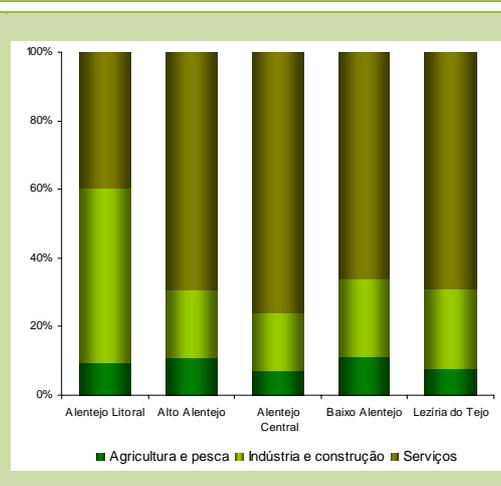


Gráfico 2.64: Estrutura Sectorial do VAB - Portugal
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

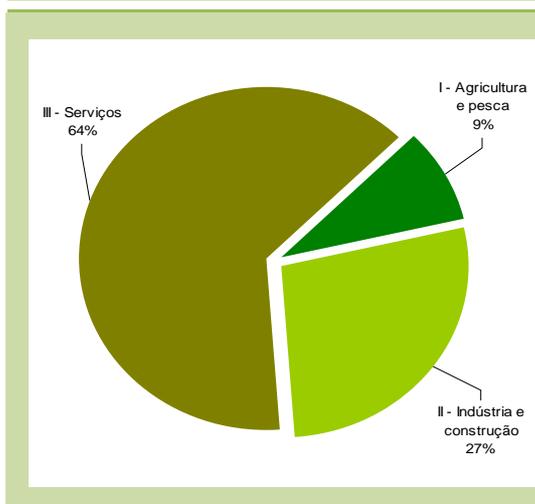
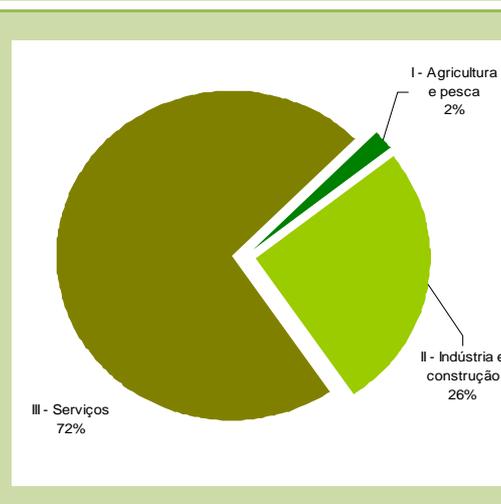


Gráfico 2.65: Estrutura Sectorial do VAB - UE-27
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Os níveis de produtividade regional mantêm uma tendência de aumento, quer em termos do seu total, quer sectorial, quer ainda quando comparados com os valores nacionais.

São excepção nesta avaliação os valores da produtividade do sector terciário regional.

Portugal apresenta um dos valores mais baixos do Índice de disparidade da produtividade no contexto da Europa dos 27, embora com ganho relativamente ao ano anterior.

Gráfico 2.66: Produtividade Sectorial 2009 (%)
Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat

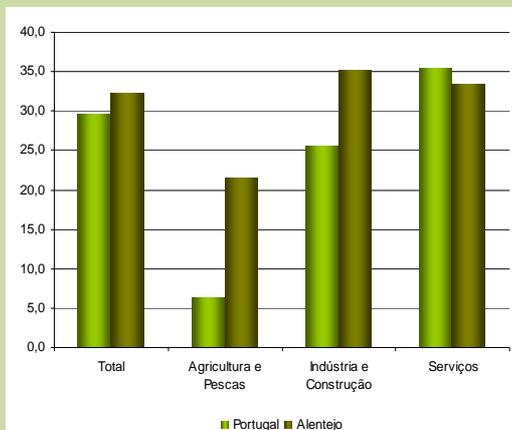
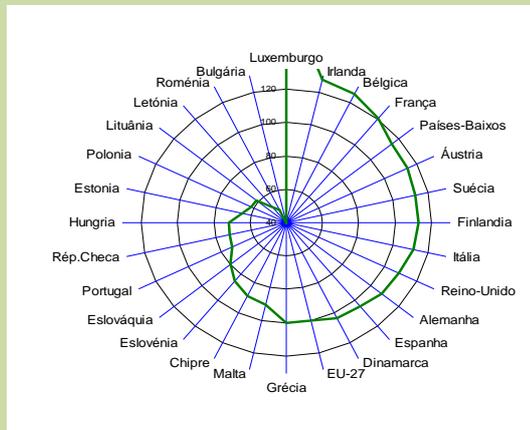


Gráfico 2.67: Produtividade UE27 = 100 - 2008
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



A estrutura empresarial do Alentejo mantém uma reduzida dimensão empregadora média, que é ainda inferior à que ocorre ao nível nacional.

A taxa de natalidade das empresas é da ordem de 13%, inferior à registada a nível nacional, apenas com o Alentejo Litoral a superar aquele valor.

Metade das empresas, nas sub-regiões do Alentejo, mantêm-se activas dois anos após a sua constituição. No caso do Baixo Alentejo e da Lezíria do Tejo o número de empresas activas com mais de dois anos é superior aos das restantes sub-regiões do Alentejo e ainda mais elevado que o observado a nível nacional.

Em 2007, no contexto da Europa a 27 Portugal apresenta-se como um dos países com uma maior taxa de criação de empresas da indústria e serviços, mantendo, a posição que detinha no ano anterior.

Gráfico 2.68: Demografia das empresas 2008
Fonte: INE – Anuários Estatísticos ; Eurostat

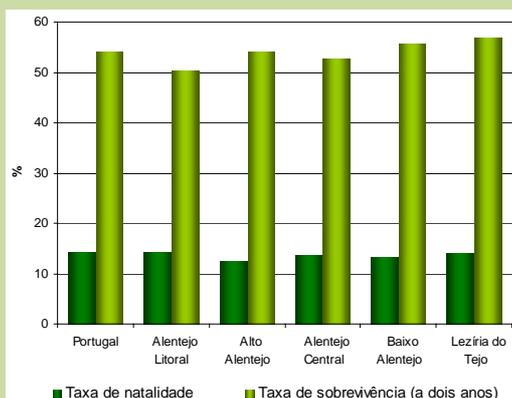
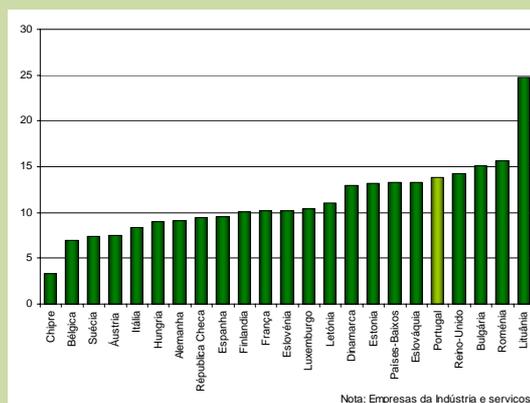


Gráfico 2.69: Taxa de Criação de empresas 2007
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



A posição global do Alentejo face ao mercado externo, assumida como as trocas estabelecidas com os seus parceiros europeus (chegadas/expedições) e com o mercado extra-comunitário (importações/exportações) revela-se desfavorável, tal como se regista no país. Esta situação é resultado da trocas internacionais estabelecidas na Lezíria do Tejo, uma vez que as restantes sub-regiões do Alentejo, e mais vincadamente o Baixo Alentejo, apresentam uma taxa de cobertura das entradas pelas saídas mais elevada que no país.

A balança comercial regional apresenta assim valor negativo, mercê do valor claramente superior das chegadas, relativamente às expedições, no espaço europeu, uma vez que as trocas estabelecidas com o mercado extra-comunitário têm um saldo positivo Alentejo.

Como já foi afirmado o comércio intra-comunitário é favorável a todas as sub-regiões, e a todas as suas desagregações geográficas, em oposição ao verificado a nível nacional, com exclusão da Lezíria do Tejo.

Apesar das trocas estabelecidas com o mercado extra-comunitário apresentarem um saldo positivo, ao nível da Região, como já se referiu, nas sub-regiões do Alentejo Litoral e do Alto Alentejo regista-se um défice da balança comercial.

O mercado externo do Alentejo é superavitário em produtos minerais e da indústria alimentar, tanto no mercado intra-comunitário como com o resto do mundo. As expedições superam as chegadas em produtos da indústria química, mas é deficitário em animais vivos e produtos do reino animal e em material de transporte. A balança comercial com os países fora da comunidade tem também saldo positivo em máquinas e aparelhos, material eléctrico.

Os países com quem o Alentejo estabelece maior volume de transacções são a Espanha e a Alemanha, mantendo com ambos os países uma posição deficitária.

Gráfico 2.70: Comércio Internacional 2009 Alentejo
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

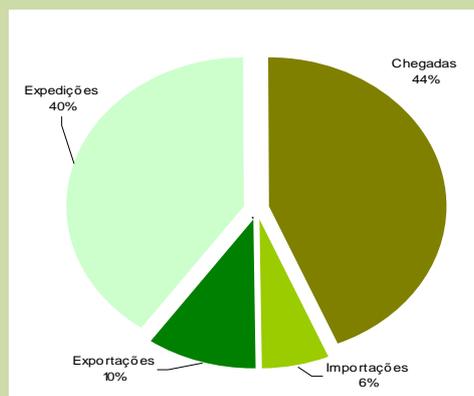


Gráfico 2.71: Comércio Internacional 2009 Portugal
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat

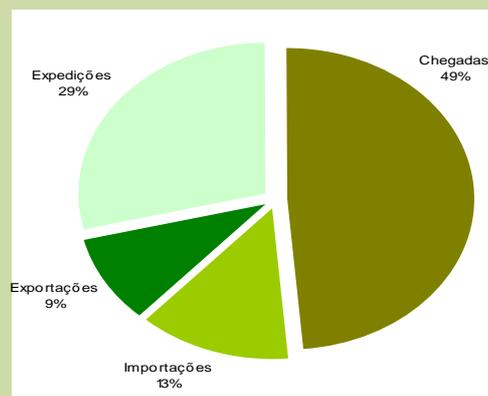
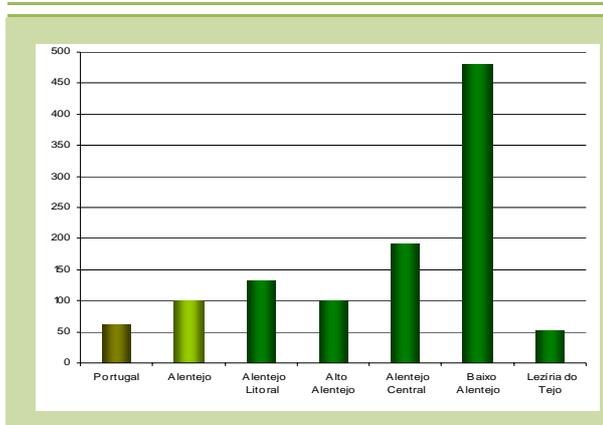


Gráfico 2.72: Taxa de cobertura das entradas pelas saídas
Fonte: INE – Anuários Estatísticos; Eurostat



Sendo o turismo referenciado como um factor de desenvolvimento, principalmente para países ou regiões onde o tecido económico e produtivo é pouco competitivo, este sector, de carácter transversal no contexto económico foi considerado como um dos sectores estratégicos para a região Alentejo.

No Alentejo, o crescimento deste sector traduziu-se no aumento da sua capacidade de oferta de alojamento (2007- 8.804 camas, 2009 – 10.591) apesar da ligeira diminuição do número de estabelecimentos hoteleiros (2007 – 154, 2009 – 153). O crescimento da oferta turística deveu-se essencialmente ao contributo do Alentejo Litoral, uma das áreas definidas como Pólo de Desenvolvimento Turístico no Alentejo, no âmbito da reestruturação das áreas regionais de turismo de Portugal Continental através do Decreto-Lei nº 67/2008 de 10 de Abril.

Gráfico 2.73: Capacidade de Alojamento
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

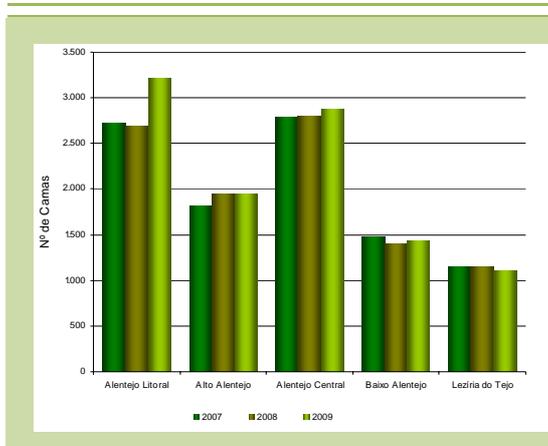
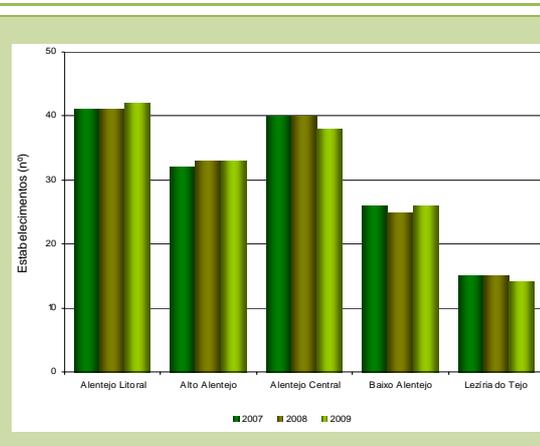
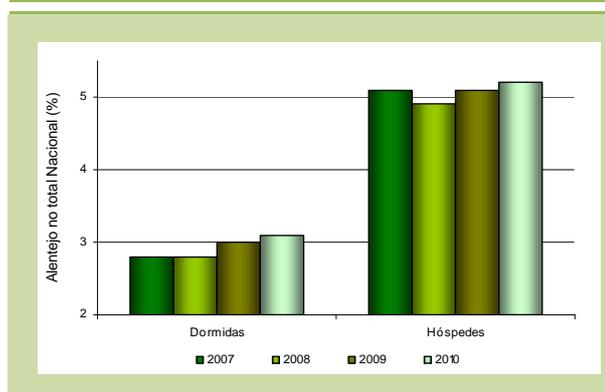


Gráfico 2.74: Estabelecimentos Hoteleiros
Fonte: INE – Anuários Estatísticos



O reforço desta capacidade de oferta, de forma a mobilizar recursos territoriais, deverá induzir uma tendência positiva na procura do Alentejo enquanto destino turístico. O aumento gradual do número de hóspedes no Alentejo, que em 2010 ultrapassou os 702 mil, têm gerado um significativo aumento do número de dormidas (em 2010 foi superior a 1 milhão), reflectindo-se no crescente aumento do contributo do Alentejo para o total das dormidas a nível nacional.

Gráfico 2.75: Ocupação Hoteleira Fonte: INE – Anuários Estatísticos



Detendo este sector, um potencial significativo reflectido na diversidade de recursos naturais, patrimoniais e culturais, é importante que a sua afirmação se faça não só enquanto destino mas também no reforço da sua capacidade competitiva.

Existindo um crescente número de camas disponíveis, constatamos que os valores da Estada - Média têm mantido uma tendência estável nos últimos anos, contrariando a tendência nacional que regista um ligeiro decréscimo. Já no que se refere ao comportamento da Taxa Líquida de Ocupação - Cama, regista-se uma diminuição menos expressiva do que a média nacional, embora acompanhe a tendência nacional.

Gráfico 2.76: Estada Média
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

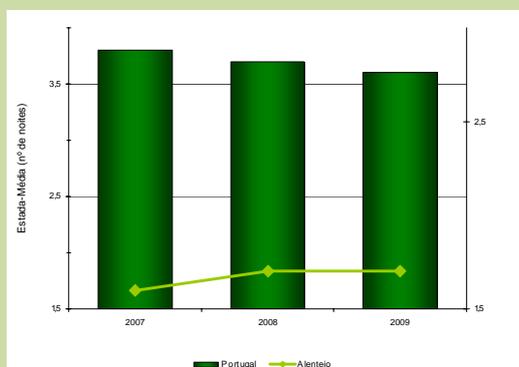
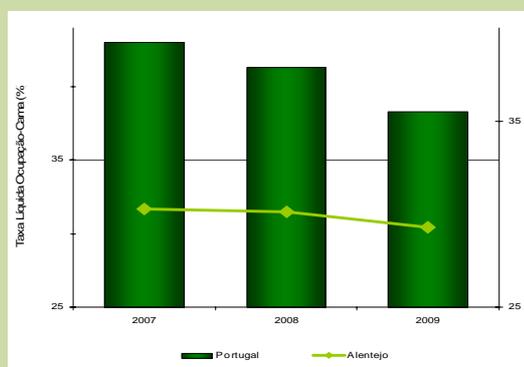


Gráfico 2.77: Taxa líquida Ocupação - Cama
Fonte: INE – Anuários Estatísticos



Os dados mais recentes, divulgados pelo INE, referentes ao mês de Março de 2011, mostram uma melhoria generalizada no total de dormidas, observando-se maiores acréscimos homólogos no Alentejo (11,4%), seguido do Algarve (11,2%) e Madeira (10,7%). Ainda relativamente ao mês de Março de 2011, nos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros, o Alentejo registou o maior crescimento homólogo (12,5%) seguido da Madeira (12,1%). No rendimento médio por quarto o Alentejo e a Madeira foram as únicas regiões a evidenciar melhorias na sua rentabilidade média, com variações homólogas de 7,8% e 14,9%, respectivamente.

Gráfico 2.78: ISDR e Variação (%) por NUT II
Fonte: INE

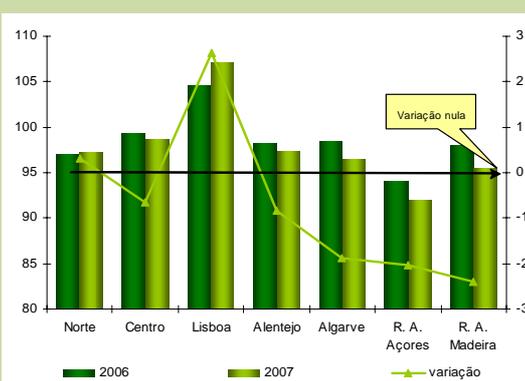
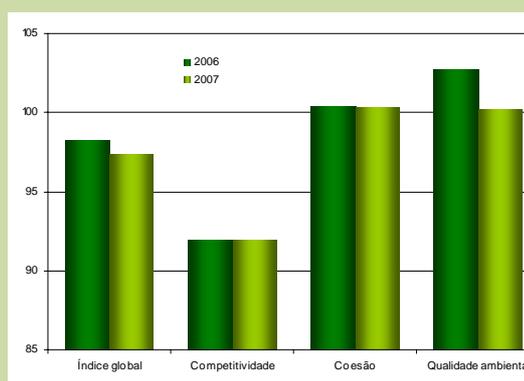


Gráfico 2.79: ISDR e suas Componentes
Fonte: INE



Em conclusão, podemos dizer que as alterações que se verificaram no contexto regional medidas através do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), vão no sentido de um ligeiro decréscimo, contrariamente às regiões do Algarve e do Norte, que registaram melhorias consideráveis, e do Centro e de Lisboa, zonas onde se observaram os maiores decréscimos.

O decréscimo verificado foi influenciado pela redução significativa do índice de competitividade, ligeiramente superior às melhorias verificadas no contexto da coesão, tendo-se registado uma variação praticamente nula no índice da qualidade ambiental.

Tabela 2.19: Indicadores Estatísticos Fonte: INE - Censos e Anuários Estatísticos; Eurostat

Indicadores	Ano	Unidade	Alentejo	Portugal	EU 27
Área	2008	100 Km ²	316,0	920,9	n.d.
População Residente	2008	10 ³	753,4	106.377,1	501.105,7
Proporção de Mulheres / Homens	2008	%	103,8	106,6	104,9
Densidade Populacional	2008	Hab/ Km ²	23,9	115,5	n.d.
Índice Sintético de Fecundidade	2008	n.º	1,3	1,3	1,5
Esperança de Vida à Nascimento	2007	Anos	78,1	78,5	79,0
Taxa de Mortalidade Infantil	2008	‰	4,6	3,6	4,7
Índice de Envelhecimento	2008	%	173,2	117,6	108,2
Rácio de Dependência de Idosos	2008	%	36,2	26,7	25,2
Médicos por 1000 habitantes	2008	nº	2	3,8	4,1
Enfermeiros por 1000 habitantes	2008	nº	4,7	5,6	n.d.
População Servida por sistema público de abastecimento de Água	2006	%	95,0	n.d	n.d.
População Servida por sistema de Drenagem de Águas Residuais	2006	%	86,0	n.d	n.d.
Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas (ETAR)	2006	%	76,0	n.d	n.d
VAB pb	2007	10 ⁶ €	9.614,0	143.862,0	11.004.506,0
Distribuição do VAB por Sectores					
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2007	%	9,0	2,0	1,9
Indústria, Construção, Energia e Água	2007	%	27,0	24,0	26,5
Serviços	2007	%	64,0	74,0	71,7
PIB/hab	2007	€	14800	16200	24800
Rendimento Disponível das Famílias	2006	10 ⁶ €	7699	115202	n.d.
População Activa	2009	10 ³	367,6	5.583	239.267,5
Homens	2009	10 ³	201,4	2.949	130.959,1
Mulheres	2009	10 ³	166,2	2.634	108.308,2
Proporção de Mulheres / Homens	2009	%	83,7	90,4	82,7
Taxa de Actividade	2008	%	48,7	48,0	48,6
Homens	2008	%	54,3	58,2	54,5
Mulheres	2008	%	43,2	53,0	43,0
Taxa de Desemprego	2009	%	11,4	10,8	9,9
Homens	2009	%	9,7	9,8	9,8
Mulheres	2009	%	13,5	11,9	9,9
População Desempregada	2009	10 ³	42,2	602,6	22.645,0
Homens	2009	10 ³	19,5	287,3	12.555,0
Mulheres	2009	10 ³	22,6	315,3	10.089,0
Desempregados à Procura de 1º Emprego	2008	10 ³	3,7	55,3	n.d.
Desempregados à Procura de Novo Emprego	2008	10 ³	35,0	473,3	n.d.
Desempregados há mais de 1 ano	2008	10 ³	15,5	245,8	6.147,2

2.4.1. Mudanças no contexto regulamentar

O ano de 2010 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma profunda crise financeira, que rapidamente evoluiu para uma crise económica de expressão mundial, cujas

consequências em Portugal, se reflectiu na evolução negativa da generalidade dos indicadores que caracterizam a situação socioeconómica.

Associada, à crise económica e financeira, também, a necessidade de consolidação orçamental, resultante dos elevados níveis de défice público registados colocaram Portugal em situação de défice excessivo, o que diminui as disponibilidades das entidades da Administração Pública para a realização de empreendimento.

A conjugação destes factores determinou uma retracção por parte dos promotores dos investimentos susceptíveis de financiamento enquadrável no INALENTEJO de procedessem à sua execução.

Esta situação levou o governo a implementar um conjunto de medidas de ataque à crise com reflexos directos na execução do QREN e como tal também do INALENTEJO, nomeadamente as medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos e de disponibilização de meios financeiros através da concessão de adiantamentos, para a concretização de algumas tipologias operações promovidas pela Administração Pública.

Estas medidas foram materializadas, fundamentalmente através de alterações introduzidas em 25-10-2010, às Portarias já aprovadas em 2009 que visaram:

- Alargar o âmbito sectorial em termos de elegibilidade nos três instrumentos dos Sistema de Incentivos às Empresas.
- Aumentar a flexibilidade no que respeita ao limite mínimo considerado elegível em sede de aviso de concurso.
- Melhorar as condições de acesso e montante dos adiantamentos concedidos pelos sistemas de incentivos para execução das operações apoiadas.

Para além das alterações à legislação de enquadramento, foram ainda aprovadas um conjunto de doze medidas que tiveram com objectivo acelerar a execução das operações apoiadas.

Em 09-03-2010, o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), estabeleceram um “Memorando de Entendimento para promover a execução dos investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN 2007-2013”, considerando a importância do investimento público territorialmente desconcentrado para a recuperação económica, bem como as elevadas responsabilidades que os municípios detêm na gestão e execução duma importante parte dos fundos comunitários disponíveis no QREN.

Do referido documento constavam 18 “Iniciativas de Intervenção”, em diversas vertentes apontando a necessidade de agir de forma célere sobre os principais constrangimentos verificados na operacionalização do QREN.

As diversas alterações ocorridas neste ano, materializaram-se nas seguintes modificações a nível legislativo:

Orientação prestada à Autoridade de Gestão para garantir a boa gestão financeira do Fundo Estrutural:

- Regulamentação Comunitária
 - **Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 16-06-2010 – Altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho que estabelece disposições gerais sobre o FEDER, FSE e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira.
 - **Regulamento (UE) n.º 437/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 19-03-2010 – Altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao FEDER no que diz respeito à elegibilidade de intervenções
- Regulamentação Nacional e Específica
 - **Alteração ao Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão** Respeitante ao processamento dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários/prazos - Deliberação aprovada por consulta escrita à CMC do QREN em 20-04-2010, vem estabelecer medidas destinadas a agilizar os pagamentos aos beneficiários, visando assegurar uma melhor gestão de tesouraria a todos os envolvidos. Visa em simultâneo incentivar o cumprimento dos prazos regulamentares fixados para a celebração do contrato de financiamento e o início da execução da operação contratualizada;
 - **Alteração aos Regulamentos Específicos** relativos a tipologias de investimento susceptíveis de financiamento pelos POR do Continente – Deliberação da CMC aprovada por consulta escrita em 20-04-2010 (acima citada).
 - **Infra-estrutura de banda larga** – adopção da modalidade de submissão de candidaturas em contínuo – deliberação aprovada por consulta escrita em 18-06-2010 à CMC dos POR do Continente.
 - **Alterações ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME** – Portaria n.º 1101/2010 de 25 de Outubro.
 - **Alterações ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação** – Portaria n.º 1103/2010 de 25 de Outubro.

- **Alterações ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico** – Portaria nº 1102/2010 de 25 de Outubro.
- **Alteração ao Regulamento Específico do Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas** – Deliberação aprovada em 17-12-2010 por Consulta Escrita à CMC dos POR do Continente.
- **Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC)** – Aprovado por Consulta Escrita pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 18-06-2010.
- **Alteração ao Regulamento Específico da Energia** – Aprovado pela CMC dos POR do Continente por Consulta Escrita em 09-06-2010.
- **Alteração do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar** – Deliberação aprovada por Consulta Escrita em 20-04-2010.
- **Aprovação do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar** – Deliberação aprovada por Consulta Escrita em 14-10-2010.
- **Alteração do Regulamento Específico de Património Cultural** – Deliberação aprovada por Consulta Escrita em 06-12-2010.
- **Alteração ao Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental** – Deliberação aprovada pela CMC POR do Continente em 14-10-2010.
- **Alteração do Regulamento Específico do Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”** – Deliberação aprovada por Consulta Escrita em 23-09-2010
- **Alteração ao Regulamento Específico do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa** - Aprovado pela CMC dos POR do Continente em 07-12-2010.

Orientações da Autoridade de Gestão:

- **Orientação de Gestão n.º 1/2010**, de 11 de Maio – “Política de Cidades” Reprogramação dos Programas de Acção / Programas Estratégicos (Revogação da OG nº 2/2009).

- **Deliberação CD /10-02**, de 11-05-2010 – Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP – Operacionalização da Iniciativa 3 – Aumento das taxas de co-financiamento para 80%.
- **Orientação de Gestão nº 2/2010**, de 30 de Novembro – Republicação da OG nº 1, de 11 de Maio, de acordo com os ajustamentos decorrentes de deliberação do CD de 30-11-2010.
- **Orientação de Gestão nº 3/2010**, de 14 de Setembro – Regulamenta Específico de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-escolar – Adiantamentos
- **Orientação de Gestão nº 4/2010**, de 22 de Junho – Pagamentos Contra-Factura – Adiantamentos
- **Orientação de Gestão nº 5/2010**, de 30 de Novembro – Projectos geradores de Receitas
- **Actualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo** – Versão de Outubro de 2010

Sistemas de Incentivos QREN

- Orientação de Gestão nº 04.REV2/2010, de 18 de Junho – Norma de Pagamentos / Sistema de Incentivos QREN
- Revisão nº 1/2010, de 22 de Março, do Manual de Procedimentos do Sistema de Incentivos QREN – Acompanhamento da Execução – Análise e Aprovação de Ajustes / Reprogramações Físicas e Financeiras do Projecto.
- Revisão nº 2/2010, de 6 de Agosto, do Manual de Procedimentos do Sistema de Incentivos QREN – Encerramento de Projectos.

Da Autoridade de Certificação:

- **Norma IFDR nº 1/2010**, de 27-04-2010 – Estrutura e conteúdo do Relatório de execução de 2009

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

No INALENTEJO não se verificou qualquer alteração substancial ocorrida ao nível das operações que tenha afectado a sua natureza ou as suas condições de execução ou tenha proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado quer, de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.

| 90

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Os princípios de repartição de responsabilidades entre os Fundos Estruturais, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER, e o Fundo Europeu das Pescas – FEP encontram-se definidos no ponto V.12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 03 de Julho, que aprova o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Também o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, prevê no seu artigo 2.º *que a coordenação, monitorização e gestão do QREN e dos PO Temáticos são articuladas entre as operações co-financiadas pelo FEDER, pelo Fundo de Coesão e FSE, e as apoiadas pelo FEADER*.

Assim, em 02-10-2008, foi celebrado um Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN (FEDER) e do PRODER (FEADER). Este protocolo delimita os campos de intervenção do FEDER e FEADER, e estabelece procedimentos de acompanhamento e troca de informação das operações co-financiadas, bem como a avaliação e vigência do Protocolo.

Em relação à execução das agendas Valorização do Território e Factores de Competitividade, tem sido estabelecida a articulação com a agenda do Potencial Humano, bem como a coordenação em alguns níveis de intervenção, procurando garantir uma efectiva consistência das acções e dos apoios possíveis no INALENTEJO e no POPH.

A representação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na Comissão de Acompanhamento do POPH permite garantir a coordenação da política de valorização dos recursos humanos com os objectivos globais do INALENTEJO, embora se reconheça a necessidade de desenvolvimento de trabalho que permita potenciar a troca de

informação e a intervenção coordenada, designadamente no que se refere às Estratégias de Eficiência Colectiva.

Os Regulamentos Específicos do SI Inovação, do SI Qualificação e Internacionalização de PME, o Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA e os Sistemas de Apoio a Acções Colectivas - SIAC, prevêem o co-financiamento de acções formativas na condição de as mesmas serem integradas e específicas a projectos de investimento FEDER, ou seja a utilização do princípio de projecto integrado.

O apoio à actividade económica através de auxílios estatais, e como já se referiu anteriormente concedida pela aplicação dos três sistemas de incentivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Programa Sectorial Nacional – POFC, ou pelos Programas Regionais. Na distribuição dos investimentos pelos Programas são tidos em consideração, de uma forma geral, a dimensão empresa promotora e a localização da sede ou do estabelecimento em que se vai realizar a operação.

O contributo dos Programas Operacionais na Região Alentejo, até 31 de Dezembro de 2010, resume-se no Quadro e Gráfico seguintes, onde será de destacar o POPH pelo nº de candidaturas aprovadas, embora em termos de investimento e Fundo (FEDER) Elegível seja de realçar o POVT com 741,6 M€, que significa 37% do montante de fundo aprovado na região, seguindo-se o INALENTEJO com 535,9 M€, cujo peso é de 27%.

Tabela 2.20: Contributo da Intervenção Programas Operacionais no Alentejo mil €

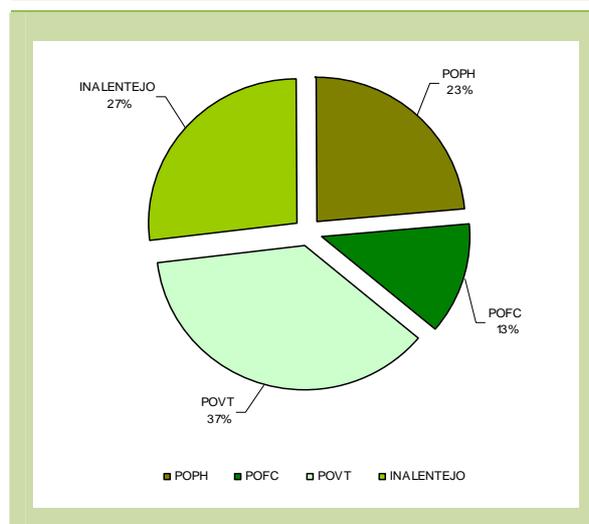
PO Temáticos	Nº Candidaturas Apresentadas	Nº Candidaturas Aprovadas	Investimento Elegível	Fundo	Fundo Executado	Ex/Ap. (%)
POVT	153	81	1.034.482	741.624	204.883	28%
POFC	415	146	830.696	251.942	55677	22%
POPH	4.244	2.207	699.254	469.667	196.150	42%
INALENTEJO	1.998	963	830.770	535.898	91.206	17%
Total	6.810	3.397	3.395.202	1.999.130	547.916	27%

Ao conjunto dos Programas Operacionais do QREN, POPH, POFC, POVT e INALENTEJO, foram apresentadas, até 31 Dezembro de 2010, 6.810 candidaturas a executar na Região Alentejo que integram um Investimento Total de cerca de 9.104 M€. Este representava 15% do Investimento Total candidatado àqueles Programas.

Deste conjunto de candidaturas estavam aprovadas 3.397 a que corresponde um Investimento Elegível de cerca 3.396 M€ e uma participação Comunitária FEDER de cerca 1.999 M€.

A comparticipação comunitária atribuída ao conjunto de candidaturas aprovadas da Região Alentejo, representa 14% do total a nível nacional.

Gráfico 2.80: Fundo Comunitário Aprovado por PO no Alentejo



Da análise relativa à origem do FEDER atribuído, constata-se que é o POVT que contribui com a maior parcela, aproximadamente 37%, enquanto o POFC, com cerca de 13% regista o valor mais baixo, contribuindo o INALENTEJO com 27% e POPH cerca de 23%.

O financiamento do Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, é determinante para que o POVT, contribua de forma tão significativa para a comparticipação do FEDER nos projectos aprovados na Região Alentejo.

Por outro lado, o peso da região Alentejo em cada um dos Programas é o seguinte:

- POFC – 10%
- POPH – 11%
- POVT – 32%

2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA

A Iniciativa JESSICA (Joint European for Sustainable Investment in City Áreas) foi concebida pela Comissão Europeia em conjunto com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) como uma forma diferente de apoiar os projectos integrados em intervenções de desenvolvimento urbano através da utilização dos meios financeiros dos fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados. O funcionamento desta iniciativa baseia-se numa lógica de “revolving funding” utilização de apoios reembolsáveis em detrimento do habitual financiamento a fundo perdido.

Depois de uma primeira avaliação desta iniciativa por parte do Governo Português, foi solicitado ao BEI, que com o apoio da Comissão Europeia, realizasse um estudo para avaliar a viabilidade da aplicação da JESSICA em Portugal. Demonstrada que a sua utilização contribuía para a concretização das estratégias definidas pelos Programas Operacionais Regionais e pela “POLIS XXI”, procedeu-se em Julho de 2009 à assinatura do “Funding Agreement”. Com a conclusão deste processo, foram criadas as condições para constituição de “Holding Fund” (HF), que permite o financiamento através do Fundo de Desenvolvimento Europeu. Na criação do JESSICA HF, no montante de 130 M€, cuja gestão será assegurada pelo BEI, participaram os Programas Operacionais Regionais, o PO Valorização do Território, utilizando meios financeiros com origem no FEDER e o Ministério das Finanças (DGTF) que assegurou a componente nacional do financiamento. A participação do Programa Operacional Regional do Alentejo foi 10 M€. A participação de cada uma das entidades é a que consta da tabela seguinte:

Tabela 2.21: JESSICA - participação de cada uma das entidades

Origem	% do HF	Participação (€)
PO Norte	23,08	30.000.00
PO Centro	15,38	20.000.00
PO Lisboa	3,85	5.000.00
PO Alentejo	7,69	10.000.00
PO Algarve	3,85	5.000.00
POVT	23,08	30.000.00
DGTF	23,08	30.000.00

Durante o ano 2009, desenvolveram-se as acções necessárias, à definição das normas que iriam reger a aplicação da Iniciativa JESSICA em Portugal, estabilizado o modelo iniciou-se em 2010 a sua implementação. Em 26 de Janeiro de 2010 realizou-se a primeira reunião do Comité de Investimento (Investment Board) onde se procedeu à aprovação de alguns documentos base para o seu funcionamento.

Seguiu-se um período de troca de informações e clarificação, que culminou com a realização de reunião em 16 de Julho de 2010, em que participaram representantes da Comissão Europeia, do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento e do Ministério do Ambiente, em que foram aprovadas alterações ao FA - Funding Agreement e a alteração à constituição do IB - Comité de Investimento que passou a integrar um Secretário Geral.

De acordo com o calendário estabelecido para a implementação da iniciativa procedeu o INALENTEJO, em 31 de Agosto de 2010, à primeira transferência para o JESSICA Holding Fund Portugal, no montante FEDER de 4.683.115€.

De acordo com o plano estabelecido desenvolveu o IB - Comité de Investimento, durante os meses de Agosto e Setembro, em conjunto com as restantes entidades, os trabalhos referentes à estratégia de implementação do investimento. A Estratégia de

Implementação foi aprovada pelo processo de consulta escrita, desencadeada em 12 de Outubro na sequência da reunião do IB - Comité de Investimento, realizada a 6 do mesmo mês.

A 08-10-2010 foi iniciada a consulta escrita, em 12-10-2010, foi aprovada pelo Comité de Investimento a implementação da estratégia de investimento, comum a todos os PO envolvidos e à DGTF (conforme JESSICA Action Plan consolidado e remetido pelo Holding Fund Officer Portugal), a qual contém um conjunto de critérios de selecção dos fundos de desenvolvimento urbano que, de acordo com os normativos vigentes foi submetida à aprovação das Comissões de Acompanhamento dos PO. Assim, a 21 de Outubro de 2010, foi iniciado o processo de Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO.

O lançamento do concurso “Call for Expressions of Interest” teve início em 6 de Novembro de 2010, no qual foram apresentadas 11 propostas, as quais foram admitidas/aceites, como previsto nos termos do concurso, de 7 de Fevereiro.

Toda a informação relativa à INICIATIVA JESSICA está disponibilizada no site do INALENTEJO, tendo a proposta de Critérios de Selecção sido aprovada por unanimidade.

A divulgação desta iniciativa decorreu durante o ano de 2010, tendo sido objecto de várias reuniões de esclarecimento e de uma sessão de informação realizada no dia 17 de Dezembro, em Rio Maior

2.7. Acompanhamento e avaliação

Autoridade de Gestão

- Formação

O Primeiro Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, prevê na Iniciativa 15, Acções de Formação sobre contratação pública com vista a desenvolver capacidades institucionais, técnicas e administrativas das CIM e promover a aptidão dos elementos que integram as Estruturas de Apoio Técnico das mesmas. O planeamento e programação destas acções foram desenvolvidos pelo IFDR.

Deste modo, no período de 17 a 21 de Maio de 2010, foi realizada uma formação sobre “O Novo Código da Contratação Pública”, orientada pelo INA – Instituto Nacional de Administração Pública, destinada preferencialmente aos técnicos das Estruturas de Apoio Técnico das AM/CIM.

O dia 21 de Maio foi assegurado pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, Comissão Directiva e Secretários Técnicos, assumindo a forma de uma reflexão conjunta sobre alguns temas / assuntos a esclarecer, relacionados com as fases de desenvolvimento das candidaturas.

Figura 2.2: Acção de formação



- Orientações / Normas de Gestão

Para além das Orientações de Gestão disponíveis para conhecimento e consulta no sítio da internet do INALENTEJO, e já referidas no ponto 2.4., durante o ano foram ainda emitidas Normas Técnicas de Gestão, internas à gestão do Programa, a saber:

- **Norma Técnica nº 01/2010**, de 10 de Agosto – Recomendação técnica para processamento de propostas de pagamentos a título de Adiantamentos das operações aprovadas, nas diversas modalidades de Pedido de Pagamento (Reembolso, Contra-factura e Misto)
- **Norma Técnica nº 02/2010, de 7 de Outubro** – Alteração de procedimentos referentes a alteração da taxa de co-financiamento (na sequência da Deliberação da CMC dos PO Regionais de 20-04-2010, harmonizou-se os procedimentos a efectuar nos ajustamentos em documentos de despesa anteriormente validados.
- **Norma Técnica nº 3/2010**, de 7 de Outubro - Circuito AG / CIM – No âmbito da Avocação de competências entre a AG e as CIM foi necessário definir o circuito a estabelecer em cada fase da vida duma operação (nomeadamente, Aceitação das candidaturas pela CD; Decisão das candidaturas pela CD; Reprogramações; Validação de Despesa e Proposta de Pagamento).

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento tem desenvolvido as suas actividades de acordo com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

Assim, durante o ano de 2010, realizaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 5.º do respectivo Regulamento Interno de Funcionamento.

Para além disso, verificaram-se diversas comunicações / prestação de informação, conforme a seguir se identifica, por ordem cronológica:

- **Consulta Escrita** à Comissão de Acompanhamento, em 17-03-2010 – para aprovação da Acta da 5ª Comissão de Acompanhamento, com aprovação a 07-04-2010.
- **Consulta Escrita** à Comissão de Acompanhamento, em 30-06-2010 – para aprovação da Acta da 6ª Comissão de Acompanhamento, com aprovação a 13-09-2010.
- **Consulta Escrita** à Comissão de Acompanhamento, em 15-10-2010 – Proposta de Revisão do Programa para alargamento do domínio de intervenção em matéria de ensino, passando o PO a apoiar para além da requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, também as intervenções ao nível das escolas básicas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e as escolas integradas
- **Consulta Escrita** à Comissão de Acompanhamento, em 21-10-2010 – Aprovação dos critérios de selecção aplicáveis aos Fundos de Desenvolvimento Urbano /Iniciativa JESSICA
- **6.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento** – realizada em 17-06-2010, em Sines, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Informações
 - Apresentação e apreciação do relatório Anual do INALENTEJO, referente ao ano de 2009
 - Ponto de situação de execução do INALENTEJO a 30-05-2010
 - Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO
 - Diversos
- **7.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento** – realizada em 17-12-2010, em Rio Maior, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações
- Proposta de alteração do Regulamento Interno da CA (alteração do nº 1 do Art. 5º do Regulamento com vista a reduzir as reuniões anuais obrigatórias previstas de duas para uma.
- Ponto de situação do INALENTEJO:
 - Apresentação
 - Reflexão – Debate sobre os constrangimentos identificados
- Diversos

Parceria

Organismos Intermédios no âmbito das Subvenções Globais

Em resultado dos Contratos de Subvenção Global celebrados, no final de 2008, com as AM/CIM, organizadas territorialmente com base nas NUT III, estas entidades passaram a participar nas actividades de gestão do Programa, de acordo com as competências então delegadas. No desenvolvimento de tais actividades, os procedimentos desenvolvidos pelas EAT das AM/CIM são os adoptados pela Autoridade de Gestão, nomeadamente as orientações técnicas, os procedimentos previstos na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e no Manual de Procedimentos do INALENTEJO, sendo a tramitação processual efectuada e evidenciada no SIGPOA – Sistema de Informação e Gestão do PO Alentejo.

Entretanto, a 9 de Março de 2010, o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), estabeleceram um “*Memorando de Entendimento para promover a execução dos investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN 2007-2013*”, considerando a importância do investimento público territorialmente desconcentrado para a recuperação económica, a dinâmica das pequenas e médias empresas, o emprego e a modernização do país, bem como as elevadas responsabilidades que os municípios detêm na gestão e execução duma importante parte dos fundos comunitários disponíveis no QREN.

Do referido documento constavam 18 “Iniciativas de Intervenção”, em diversas vertentes apontando a necessidade de agir de forma célere sobre os principais constrangimentos verificados na operacionalização do QREN, com influência directa na execução dos investimentos, adoptando uma solução de contingência transitória que viabilize a curto prazo a execução dos projectos de iniciativa municipal e reforçando o reconhecimento dos municípios, nomeadamente através das CIM, enquanto parceiros estratégicos das políticas públicas de desenvolvimento, crescimento e emprego. Resumidamente as 18 iniciativas previam o seguinte:

- Iniciativa 1 – Medida temporária de contingência para o sistema de gestão e controlo;*
- Iniciativa 2 – Utilização da modalidade de acesso de “balcão permanente”*
- Iniciativa 3 – Aumento das taxas de co-financiamento para 80% no âmbito dos POR;*
- Iniciativa 4 – Aumento do financiamento aos Centros Escolares;*
- Iniciativa 5 – Flexibilização da utilização das dotações contratualizadas;*
- Iniciativa 7 – Possibilidade de transição de projectos com aprovação condicionada no QCA III;*
- Iniciativa 8 – Avaliação de execução, reforço ou redução das dotações contratualizadas;*
- Iniciativa 9 - Celeridade nos pagamentos e cumprimentos de prazos regulamentares;*
- Iniciativa 10 – Revisão de procedimentos entre IFDR, AG, POR e CIM/AMP;*
- Iniciativa 11 – Simplificação de procedimentos associados aos limites de endividamento;*
- Iniciativa 12 – Simplificação dos processos de emissão dos pareceres sectoriais;*
- Iniciativa 13 – Solução de contingência para análise dos projectos de Regeneração Urbana;*
- Iniciativa 14 – Ciclo Urbano da água – articulação POR com POVT;*
- Iniciativa 15 – Acções de formação sobre contratação pública, procedimentos e projectos geradores de receita;*
- Iniciativa 16 – Encontros regulares de Coordenação do QREN, ANMP e Dirigentes CIM/AM;*
- Iniciativa 17 – Melhoria da informação disponibilizada à ANMP;*
- Iniciativa 18 – Revisão sistemática dos Regulamentos Específicos.*

Na sequência é de realçar a Deliberação aprovada por consulta escrita em 20 de Abril de 2010, pela CMC dos Programas Operacionais do Continente, que veio proceder às alterações nos Regulamentos Específicos de acordo com as Iniciativas previstas no Memorando referido e que não são específicas a uma determinada tipologia de investimento, nomeadamente a utilização da modalidade de acesso de “balcão permanente”, o aumento das taxas de co-financiamento para 80%, a possibilidade de transição de projectos com aprovação condicionada no 3º Quadro Comunitário de Apoio e a simplificação dos processos de emissão dos pareceres sectoriais. Assim, esta Deliberação veio introduzir alterações ao nível dos seguintes Regulamentos Específicos: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento dos PO Regionais; Sistema de Apoio à

Modernização Administrativa; Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Energia; Mobilidade Territorial; Equipamento para a Coesão Local; Rede de Equipamentos Culturais; Património Cultural; Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação; Valorização Económica dos Recursos Específicos; Acções de Valorização do Litoral; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados; Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais e Acções Imateriais; Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas; Ciclo Urbano da Água “Vertente em Baixa – Modelo não Verticalizado”; Optimização e Gestão de Resíduos; Promoção e Capacitação Institucional.

Verificaram-se algumas alterações decorrentes da “Avocação de Competências” que se reflectiram na reorganização de alguns procedimentos administrativos entre a AG e as CIM, alterando alguns circuitos ao nível do SIGPOA e dos procedimentos em papel (paralelo ao sistema). Estas alterações foram estabelecidas em Orientações e Normas de Gestão.

Subvenções Globais

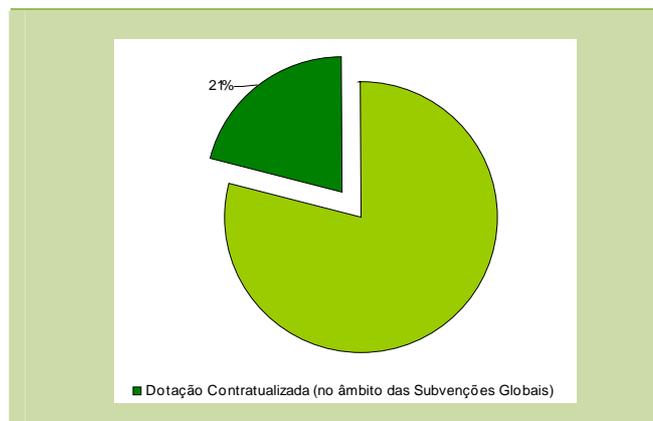
Os valores de aprovação e execução no âmbito da Subvenção Global com as 5 CIM do Alentejo apresentam a seguinte distribuição:

CIM	€				
	FEDER Contratualizado	Aprovação		Execução	
		Investimento Elegível	FEDER	Investimento Elegível	FEDER
Alentejo Central	58.000.000	41.914.801	32.429.313	12.192.646	9.653.231
Alentejo Litoral	33.000.000	15.495.925	13.410.920	5.073.546	4.049.157
Alto Alentejo	48.000.000	42.610.142	33.624.517	5.643.456	4.411.551
Baixo Alentejo	44.900.000	31.081.717	24.600.175	2.503.358	1.999.606
Lezíria do Tejo	72.000.000	71.384.363	54.440.537	19.966.619	14.759.260
Subvenção Global	255.900.000	202.486.948	158.505.463	45.379.625	34.872.805

As tipologias de operações objecto de delegação de competências foi genericamente a seguinte:

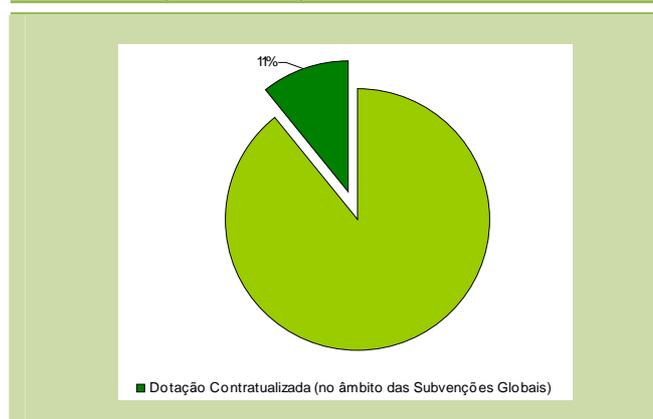
- Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento
 - Áreas de Acolhimento Empresarial
 - Energia
 - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Gráfico 2.81: Dotação Contratualização no Eixo 1



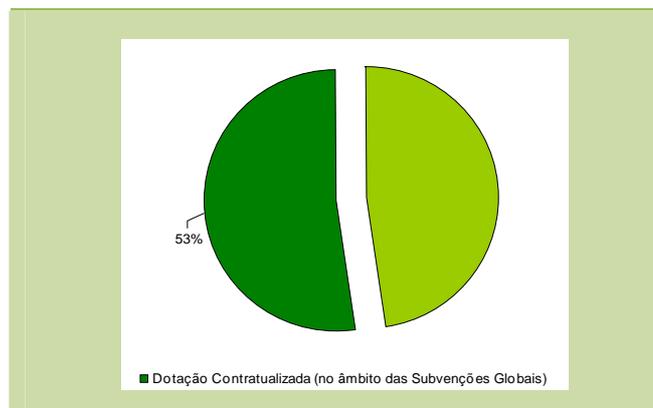
- Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano
 - Mobilidade Territorial (urbana)

Gráfico 2.82: Dotação Contratualização no Eixo 2



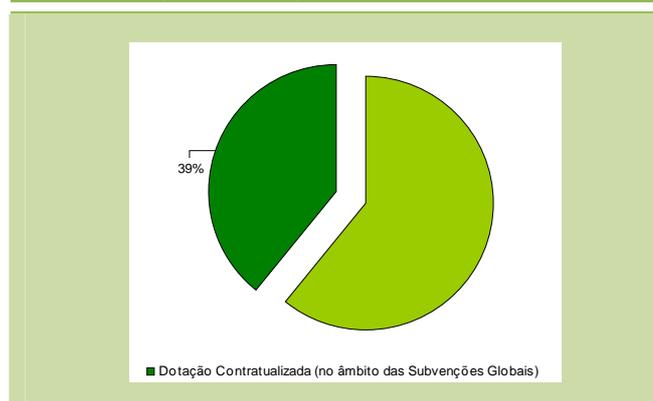
- Eixo 3 – Conectividade e Articulação territorial
 - Mobilidade Territorial (rede rodoviária)
 - Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (com exceção da AMBAAL)
 - Património Cultural
 - Equipamentos Culturais
 - Equipamentos para a Coesão Local

Gráfico 2.83: Dotação Contratualização no Eixo 3



- Eixo 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural
 - Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado"
 - Ações de Valorização e Qualificação Ambiental
 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações materiais
 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações imateriais (com excepção da AMBAAL)
 - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

Gráfico2.84: Dotação Contratualização no Eixo 4



- Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional
 - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
 - Promoção e Capacitação Institucional

Gráfico 2.85: Dotação Contratualização no Eixo 5

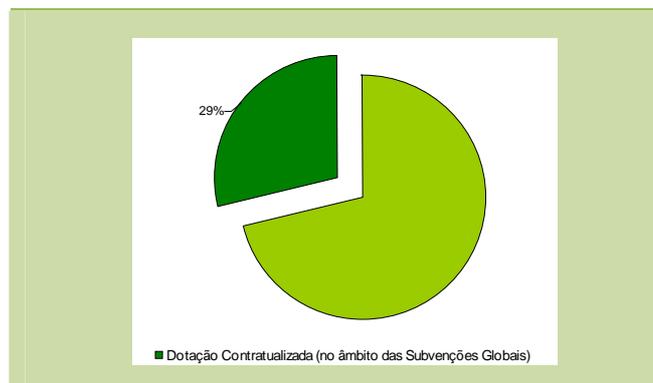


Gráfico 2.86: Distribuição FEDER por CIM (M€)

Gráfico 2.87: N.º de candidaturas aprovadas

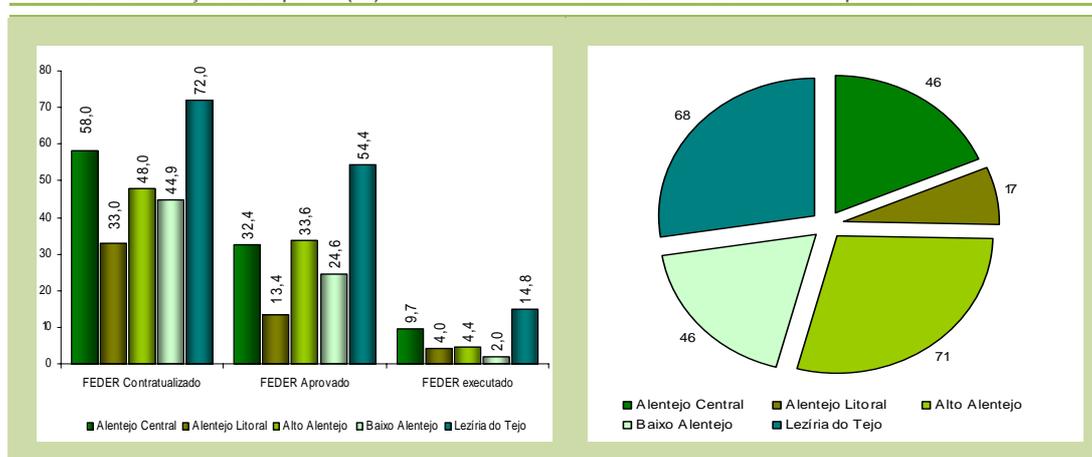


Tabela 2.23: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção Global

		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Total
INALENTEJO	N.º	307	202	249	133	53	19	963
	Inv. Elegível	311.925.195	171.232.035	252.373.224	63.265.357	24.117.126	7.857.430	830.770.367
	FEDER	165.200.138	115.379.515	190.086.579	41.713.914	16.838.942	6.678.816	535.897.904
Alentejo Central	N.º	3	2	33	6	2		46
	Inv. Elegível	6.941.880	865.659	29.429.790	2.599.893	2.077.579		41.914.801
	FEDER	5.392.594	692.527	22.847.229	2.079.914	1.417.048		32.429.313
	%	3,26%	0,60%	12,02%	4,99%	8,42%		6,05%
Alentejo Litoral	N.º	1	1	14	0	1		17
	Inv. Elegível	679.970	180.690	14.538.520	0	96.745		15.495.925
	FEDER	543.976	144.552	12.664.345	0	58.047		13.410.920
	%	0,33%	0,13%	6,66%	0,00%	0,34%		2,50%
Alto Alentejo	N.º	9	5	47	7	3		71
	Inv. Elegível	2.072.090	7.361.922	28.528.735	1.827.631	2.819.765		42.610.142
	FEDER	1.657.672	5.889.538	22.812.388	1.462.104	1.802.815		33.624.517
	%	1,00%	5,10%	12,00%	3,51%	10,71%		6,27%
Baixo Alentejo	N.º	9	2	23	9	3		46
	Inv. Elegível	6.343.395	801.927	15.538.013	6.516.046	1.882.336		31.081.717
	FEDER	4.835.602	641.541	12.416.456	5.200.707	1.505.869		24.600.175
	%	2,93%	0,56%	6,53%	12,47%	8,94%		4,59%
Lezíria do Tejo	N.º	11	3	43	4	7		68
	Inv. Elegível	4.693.759	2.439.409	57.327.439	2.955.267	3.968.489		71.384.363
	FEDER	3.726.935	1.611.304	44.074.185	1.853.322	3.174.791		54.440.537
	%	2,26%	1,40%	23,19%	4,44%	18,85%		10,16%

O montante FEDER total contratualizado corresponde a 255,90 M€, repartido pelas cinco CIM incluídas no Alentejo.

No final de 2010, a análise do quadro acima permite concluir que, no âmbito das subvenções globais, foram aprovadas 248 operações a que corresponde um montante FEDER aprovado de 158,5 M€, representando 29,6% do valor total de FEDER aprovado no INALENTEJO, e representando 61,9% do FEDER contratualizado com as CIM.

Esta situação encontra-se espelhada, igualmente, nos gráficos anteriores. De salientar que as CIM Alto Alentejo e Lezíria do Tejo destacam-se em relação ao número de candidaturas aprovadas, 71 e 68, a que correspondem os montantes FEDER de 33,6 e 54,4 M€ respectivamente.

Em termos de execução financeira, apenas a CIM Lezíria do Tejo apresenta um valor de 14,8 M€ de FEDER executado até final do ano 2010, as restantes apresentam valores de execução mais baixos, nomeadamente, CIM Alentejo Central 5,5 M€, CIM Alentejo Litoral 4,4M€, CIM Alto Alentejo 4,4 M€, CIM Baixo Alentejo e Alentejo Litoral 2,0M€.

Compliance assessment

Durante o ano de 2009 foi desenvolvida e reformulada uma versão revista da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO, enviada às Autoridades de Certificação e de Auditoria no início de Outubro de 2009, e posteriormente transmitida à Comissão Europeia. Em resultado do exame efectuado a esta versão revista, a Autoridade de Auditoria concluiu, no seu Relatório de Avaliação de Conformidade, que os sistemas estabelecidos no INALENTEJO respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, tendo emitido em 02-10-2009, um parecer sem reservas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11-07-2006, no que se refere à actualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, este documento foi objecto de revisão e actualização em 2010. A Autoridade de Gestão do INALENTEJO procedeu à sua actualização, incluindo as alterações aos procedimentos de gestão e controlo entretanto ocorridas, e remeteu a nova versão, 13-10-2010, à Autoridade de Certificação. As alterações mereceram o acordo da Inspeção-Geral de Finanças, salientando contudo o facto de ainda estarem a ser definidos os procedimentos a aplicar à Iniciativa JESSICA – Joint European Support Sustainable Investment in City Áreas, circunstância que limita a emissão de uma opinião.

Em paralelo, atendendo a que a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO não incluiu a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo das Estruturas

de Apoio Técnico das Comunidades Intermunicipais, enquanto Organismos Intermédios no âmbito do processo de Subvenção Global, em 21-01-2011, a Inspeção-Geral de Finanças transmitiu à Comissão Europeia, via SFC 2007, um Complemento à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO acompanhado de um Relatório.

Neste Relatório, em resultado do exame efectuado, a Inspeção-Geral de Finanças concluiu que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para os Organismos Intermédios do Programa Operacional Regional do Alentejo respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11-07-2006 e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 08-12-2006.

Verificações no Local - Enquadramento

De acordo com o artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006, a Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do programa operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e relevando em especial a alínea b): “Verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais; verificações no local de determinadas operações podem ser efectuadas por amostragem, de acordo com regras de execução a aprovar pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 103.º;”

O artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, refere que as verificações a realizar pela autoridade de gestão incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações.

O Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril, define o modelo de governação do QREN e dos respectivos programas operacionais, regulando no seu artigo 49.º a responsabilidade das autoridades de gestão dos programas operacionais no âmbito da implementação de um sistema de controlo interno, que previna e detecte as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objectivos que presidem à auditoria do QREN.

Para concretizar as referidas funções que lhe estão cometidas as autoridades de gestão dos PO devem implementar um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas.

Estes procedimentos não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efectuar pela autoridade de auditoria (IGF) e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR).

A informação transmitida pelas autoridades de gestão às autoridades de certificação constitui um elemento essencial para a certificação das despesas declaradas à Comissão Europeia, podendo as insuficiências nos procedimentos de controlo interno inviabilizar aquela certificação.

| 105

No âmbito do INALENTEJO, de acordo com a respectiva Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, compete à Unidade de Controlo Interno – UCI o desenvolvimento de um plano de controlo a aprovar pela Comissão Directiva do INALENTEJO, mediante proposta desta Unidade, de modo a garantir a conformidade da despesa validada pela Autoridade de Gestão.

Objectivos e Âmbito

Os objectivos centram-se na verificação da conformidade dos procedimentos de todos os intervenientes no processo e de que as despesas validadas reúnem as condições de regularidade e elegibilidade exigidas.

Cabe ainda à UCI efectuar o “follow-up” de recomendações de auditorias, quer da Autoridade de Auditoria, quer da Autoridade de Certificação, a nível nacional, bem como de outras eventuais auditorias das instâncias comunitárias

Considerando os montantes relativamente baixos de despesa certificada/validada na fase inicial do período de programação 2007-2013, de acordo com a decisão da Autoridade de Gestão, os trabalhos conducentes à realização das acções de verificação no local iniciaram-se no 2.º trimestre de 2009.

Pelo mesmo motivo, a decisão passou pelo planeamento do trabalho a curto prazo, com desenvolvimento de planos de acção trimestrais, de modo a permitir acompanhar de forma mais próxima a evolução da certificação da despesa, tendo por base o disposto no artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Em 2010 foram igualmente desenvolvidos os procedimentos de aquisição de serviços para verificação dos Sistemas de Gestão e Controlo dos Organismos Intermédios, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, do INALENTEJO. Por motivos relacionados com a entrada em vigor da Portaria n.º 371-A/2010, de 23 de Junho de 2010, que regulamenta

² D.R. 1.ª série, n.º 120, de 23.06.2010

os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, verificou-se um desvio na adjudicação, tendo a autorização sido concedida apenas 11 de Abril de 2011.

Planos de Acção - 2009 e 2010

Plano de Acção de 2009

Ao longo do ano de 2009 foram aprovados três planos de acção trimestrais, cujas amostras conduziram à realização de 10 acções de verificação no local, identificadas nos quadros seguintes. Pelos motivos já referidos, relacionados com a reduzida despesa validada à data, mas sendo importante iniciar o processo de verificações, as amostras incluíram operações apenas com despesa apresentada/executada e operações com despesa validada à data das acções de verificação no local:

Tabela 2.24: Plano de Acção de 2009 - Operações só com despesa apresentada/executada (€)

Ano / Trim	Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Código da operação	Designação da operação	Designação do Beneficiário	Data do despacho de decisão final	Despesa executada à data da verificação (a)	Despesa verificada no local (b)	% (b)/(a)
2009/2º	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde - Unidades de Rede de Urgência e Emergência	ALENT-03-0348-FEDER-000064	Requalificação da Urgência para preenchimento dos requisitos de Urgência Polivalente	Hospital do Espírito Santo E.P.E.	07-09-2009	1.056.246,65	1.010.286,65	96%
2009/2º	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	ALENT-03-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de Alcanede	Município de Santarém	13-08-2009	114.699,27	114.699,27	100%
2009/3º	EP 2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	ALENT-02-0141-FEDER-000168	Fórum de Eventos Promocionais	Município de Redondo	14-12-2009	2.405.483,92	2.402.096,46	100%
2009/3º	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	ALENT-03-0344-FEDER-000127	Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1/JI de Reguengos de Monsaraz	Município de Reguengos de Monsaraz	17-02-2010	97.935,03	88.930,03	91%
2009/3º	EP 5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	ALENT-05-0227-FEDER-000137	Slow Motion: À descoberta do território ao ritmo dos sentidos	Município de Fronteira	29-12-2009	55.842,81	55.842,81	100%
2009/4º	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	ALENT-03-0344-FEDER-000106	Centro Escolar de Santa Maria da Feira	Município de Beja	10-05-2010	1.351.046,89	488.824,02	36%
Total							5.081.254,57	4.160.679,24	82%

Assim, de um total de 5.081.255€ de despesa apresentada/executada destas operações, foi verificado no local o montante de 4.160.679€, o que representa um nível de verificação de 82% destas despesas da amostra.

Tabela 2.25: Plano de Acção de 2009 - Operações com despesa validada (€)

Ano / Trim	Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Código da operação	Designação da operação	Designação do Beneficiário	Data do despacho de decisão final	Despesa executada à data da verificação (a)	Despesa verificada no local (b)	% (b)/(a)
2009/4º	EP 2 - Desenvolvimento Urbano	Política das Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	ALENT-02-0141-FEDER-000277	Circular à Cidade - 3ª Fase entre o Aqueduto da Amoreira e as Portas de S. Vicente	Município de Elvas	27-04-2010	2.153.353,75	2.153.353,75	100%
2009/4º	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde - Unidades de Rede de Urgência e Emergência	ALENT-03-0348-FEDER-000073	Requalificação dos Serviços de Urgência no Alentejo - Serviços de Urgência Básica	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	05-11-2010	559.883,78	492.321,53	88%
2009/4º	EP 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ações de valorização e qualificação ambiental	ALENT-04-0331-FEDER-000006	Educação ambiental e cidadania - um plano integrado para o Vale do Guadiana	Associação Defesa do Património de Mértola (ADPM)	10-01-2011	19.740,00	19.740,00	100%
2009/4º	EP 5 - Governação e Capacitação Institucional	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa	ALENT-05-0126-FEDER-000017	Implementação do Sistema de Gestão Documental	Município de Sines	21-01-2010	48.400,00	48.400,00	100%
Total							2.781.377,53	2.713.815,28	98%

Quanto às operações com despesa validada à data das verificações, de um total de 2.781.378€, foi verificado no local o montante de 2.713.815€, o que representa um nível de verificação de 98% destas despesas da amostra.

Face ao desenvolvimento do trabalho, no final de 2009, e conforme evidenciado no quadro anterior, encontravam-se 4 acções com despacho de decisão final e 6 acções em execução.

Tabela 2.26: Ponto de Situação das acções no final de 2009

	Planeadas	Em execução	Concluídas
Plano de 2009	10	6	4

Plano de Acção de 2010

No início de 2010, como complemento às verificações no local já realizadas, nos termos do despacho de 04-02-2010 do Senhor Presidente da Comissão Directiva do INALENTEJO, foi decidida a realização de uma acção de verificação administrativa a uma operação com despesa já validada em SIGPOA. O objectivo foi o de consolidação da opinião de gestão quanto à regularidade e legalidade das despesas realizadas no âmbito da referida operação, a declarar para efeitos de certificação. A operação está identificada

no quadro seguinte, e embora a acção não tenha envolvido verificações junto do beneficiário, foi analisada a regularidade e legalidade de despesa no valor de 216.007€.

Tabela 2.27: Verificação Rápida junto da Autoridade de Gestão (€)

Ano / Trim	Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Código da operação	Designação da operação	Designação do Beneficiário	Data do despacho de decisão final	Despesa executada à data da verificação (a)	Despesa verificada no local (b)	% (b)/(a)
2010/1º	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Saúde - Unidades de Rede de Urgência e Emergência	ALENT-03-0348-FEDER-000078	Equipamento para Laboratório de Saúde Pública de Évora e Centro Regional de Saúde Pública do Alentejo	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	13-04-2010	216.006,99	216.006,99	100%

| 108

Em 2010, foi aprovado um novo Plano de Acção cuja amostra abrangeu três operações.

Em complemento ao Plano de Acção, por despacho de 30 de Junho de 2010 do Senhor Presidente da Comissão Directiva do INALENTEJO, foi ainda decidida a realização de uma acção de verificação no local à operação ALENT-03-0347-FEDER-000087 – Música, Tradição e Contemporaneidade, cujo beneficiário é a Oficina da Courela Associação, para efeitos de avaliação da situação efectiva da operação face às fragilidades demonstradas em sede de execução.

Deste modo, o Plano de Acção de 2010 assumiu a seguinte composição:

Tabela 2.28: Plano de Acção de 2010 (€)

Ano / Trim	Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Código da operação	Designação da operação	Designação do Beneficiário	Data do despacho de decisão final	Despesa executada à data da verificação (a)	Despesa verificada no local (b)	% (b)/(a)
2010	EP 2 - Desenvolvimento Urbano	Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana	ALENT-02-0141-FEDER-000171	Regeneração Urbana do Eixo Comercial de Mértola	Município de Mértola		935.777,30	604.143,78	65%
2010	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Mobilidade Territorial	ALENT-03-0150-FEDER-000169	Aeródromo Municipal de Ponte de Sor - 2ª Fase - Ampliação da Área de Manobra	Município de Ponte de Sor				
2010	EP 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Optimização da Gestão de Resíduos	ALENT-04-0359-FEDER-000249	Expansão e optimização do Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Recicláveis no Sistema Multimunicipal da Valnor	VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	05-11-2010	1.113.518,84	1.113.518,84	100%
2010	EP 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Património Cultural	ALENT- 03-0347-FEDER-000087	Música, Tradição e Contemporaneidade	Oficina da Courela Associação			153.966,00	
Total							2.049.296,14	1.871.628,62	91%

No final de 2010, o desenvolvimento do trabalho pode sintetizar-se da seguinte forma, tendo em consideração as acções transitadas do ano anterior:

Tabela 2.29: Ponto de Situação das acções no final de 2010

	Planeadas	Em execução	Concluídas
Plano de 2009	10	6	4
Plano de 2010	4	3	1

Em termos acumulados, até final de 2010 foram concluídas dez acções.

Expressão das Amostras

| 109

Para a definição das amostras referentes ao ano de 2009, foram considerados os pontos de situação da execução do INALENTEJO, reportados às seguintes datas:

- 20-04-2009 - 2.º Trimestre de 2009
- 30-06-2009 - 3.º Trimestre de 2009
- 30-09-2009 - 4.º Trimestre de 2009

De igual modo, para a definição da amostra do Plano de Acção de 2010, foi considerado o ponto de situação da execução do INALENTEJO, reportado à data de 31-03-2010.

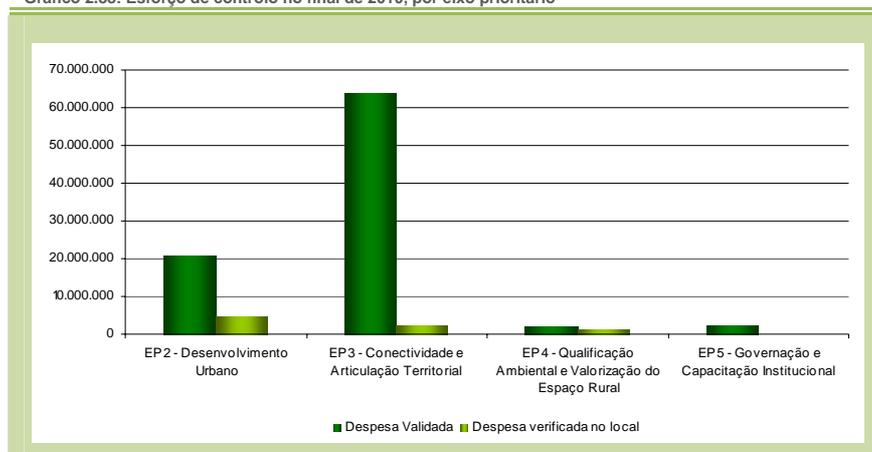
O total da despesa verificada no local até ao final de 2010, com despacho de decisão final, ascendeu ao montante de 7.968.273 €, representando um esforço de controlo total de 6,56% da despesa validada no Programa, que foi de 121.456.047 €

Considerando os dados da monitorização de Dezembro de 2010, a taxa de esforço das acções de verificação no local face à despesa validada no respectivo Eixo Prioritário àquela data, apresentava a seguinte expressão:

Tabela 2.30: Esforço de controlo no final de 2010, por eixo prioritário (€)

Eixos Prioritários	Despesa Validada	Despesa verificada no local	Taxa de Esforço
EP2 - Desenvolvimento Urbano	20.845.039	4.555.450	21,9%
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	63.923.359	2.195.061	3,4%
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	1.920.663	1.113.519	58,0%
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	2.337.120	104.243	4,5%

Gráfico 2.88: Esforço de controlo no final de 2010, por eixo prioritário



A taxa de esforço das acções de verificação no local concluídas, face à despesa validada no respectivo Regulamento Específico naquela data, é a seguinte:

Tabela 2.31: Esforço de controlo no final de 2010, por Regulamento Específico (€)

Eixos Prioritários	Despesa Validada	Despesa verificada no local	Taxa de Esforço
EP 2 - Parcerias para a Regeneração Urbana	13.966.497	4.555.450	32,6%
EP 3 - Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar	25.840.452	692.453	2,7%
EP 3 - Saúde	10.686.773	1.502.608	14,1%
EP 4 - Optimização da Gestão de Resíduos	1.173.519	1.113.519	94,9%
EP 5 - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	1.784.014	48.400	2,7%
EP 5 - Promoção e Capacitação Institucional	553.106	55.843	10,1%

Gráfico 2.89: Esforço de controlo no final de 2010, por Regulamento Específico (€)

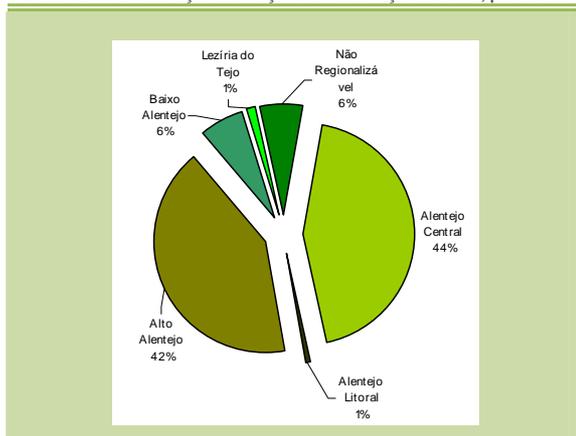


Na distribuição das acções de verificação no local por NUT III, verifica-se que o Alentejo Central e o Alto Alentejo se destacam tanto no número de acções como na despesa verificada, i.e., três acções cada e 44,3% da despesa verificada em operações localizadas no Alentejo Central e 41,5% em operações localizadas no Alto Alentejo.

Tabela 2.32: Distribuição das acções de verificação no local, por NUTIII (€)

NUT III	N.º de acções	Despesa verificada no local	%
Alentejo Central	3	3.501.313	43,9%
Alentejo Litoral	1	48.400	0,6%
Alto Alentejo	3	3.322.715	41,7%
Baixo Alentejo	1	488.824	6,1%
Lezíria do Tejo	1	114.699	1,4%
Não Regionalizável	1	492.322	6,2%
Totais	10	7.968.273	100,0%

Gráfico2.90: Distribuição das acções de verificação no local, por NUTIII



Consequências Financeiras / Irregularidades

Nas acções de verificação no local concluídas, foram registadas consequências financeiras apenas numa operação, a seguir identificada, no montante de 415.960,80 €, ao nível dos procedimentos de contratação pública, o que se traduz numa taxa de erro da operação na ordem de 5% do total da despesa verificada no local até ao final de 2010, revelando no entanto que se trata de situação localizada e contida ao nível da operação.

Tabela 2.33: Acções de verificação no local – consequências financeiras (€)

Código da operação	Designação da operação	Beneficiário	Investimento aprovado	Despesa validada	Despesa verificada no local		
					Total	Elegível	Não elegível
ALENT-03-0348-FEDER-000073	Requalificação dos Serviços de Urgência no Alentejo – Serviços de Urgência Básica	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.789.449,97	559.883,78	492.321,53	76.360,73	415.960,80

Principais conclusões / Recomendações

Principais Conclusões

Neste âmbito, registaram-se como principais conclusões das acções de verificação no local, situações de não conformidade pouco relevantes:

- Não cumprimento pela Autoridade de Gestão dos prazos para apreciação e análise de Pedidos de Pagamento;

- Não utilização pelo beneficiário da conta bancária específica constante do contrato de financiamento;
- Menção a marcas nos cadernos de encargos dos procedimentos de concurso, sem referência do “tipo ou equivalente”;
- Não utilização de conta bancária para depósito das retenções para reforço de garantia;
- Falta de colocação de placa publicitária definitiva, embora sem apresentação de pedido de pagamento final ou Relatório Final;
- Não cumprimento dos prazos para decisão das candidaturas, previstos nos avisos de concurso;
- Não cumprimento na totalidade dos procedimentos de contratação pública (aspectos não formais).

Recomendações

Quanto às recomendações, não existe um padrão definido, embora as principais estejam relacionadas com as conclusões anteriormente referidas, necessidade de cumprimento das disposições definidas.

Outras Auditorias ao INALENTEJO

No período de 2009/2010, registaram-se as seguintes auditorias ao INALENTEJO:

Ent. Resp.	Sumário da Acção	Data de início Acção	Operações			Data Relatório		Cons. Financ. Finais
			Código	Designação	Executor	Preliminar	Final	
Tribunal de Contas	Processo n.º 11/09-AUDIT- Auditoria ao modelo de Governação e Controlo do QREN – Relatório de Auditoria n.º 50/2009 – 2ª Secção –Relatório Final em Dezembro de 2009	30-04-2009				11-11-2009	10-12-2009	-
IFDR	Acção de Controlo Prévia da Declaração de Despesas e Pedidos de Pagamento à CE 1º Pedido de Certificação – Relatório Final inf. n.º 09-00073, de 22-12-2009 com despacho de 30-12-2009	21-10-2009	ALENT-03-0344-FEDER-000102	Ampliação da EB1 da Golegã	Município da Golegã	06-11-2009	30-12-2009	-

Tabela 2.35: Auditorias realizadas em 2010

Ent. Resp.	Sumário da Acção	Data de início Acção	Operações			Data Relatório		Cons. Financ. Finais
			Código	Designação	Executor	Preliminar	Final	
IFDR	Auditoria a Projectos n.º1_2010	12-02-2010	ALENT-02-0141-FEDER-000277	Circular á Cidade – 3ª Fase entre o Aqueduto da Amoreira e as Portas de S. Vicente	Município de Elvas	29-06-2010	Out-10	-
			ALENT-03-0348-FEDER-000076	Construção do Centro de Saúde de Mourão	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP			-
			ALENT-06-0173-FEDER-000269	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo			O montante foi objecto de contestação da AG
IGF	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POR Alentejo 2007-2013	01-03-2010	ALENT-06-0173-FEDER-000269	Assistência Técnica global do programa orçamental	CCDR Alentejo	25-06-2010		-
			ALENT-06-0173-FEDER-000262	Assistência Técnica - Alentejo Central - 2009	AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora			-
			ALENT-05-0126-FEDER-000039	Balcão Multimédia de Suporte à Gestão Integrada do Atendimento nos Centros de Saúde da Região Alentejo	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP			-
			ALENT-04-0331-FEDER-000036	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	Município de Ferreira do Alentejo			-
			ALENT-03-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de Alcanede	Município de Santarém			-
			ALENT-03-0150-FEDER-000166	Empreitada de construção dos Edifícios, ETAR e Acções complementares	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S. A			-
			ALENT-03-0348-FEDER-000064	Requalificação da Urgência para Preenchimento dos Requisitos de Urgência Polivalente	HESE - Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.			-
			ALENT-02-0141-FEDER-000162	Regeneração Urbana de Aljustrel	Município de Aljustrel			-
			ALENT-02-0141-FEDER-001531	criação de uma unidade industrial de biodiesel	GREENCYBER, SA			-
			ALENT-01-0201-FEDER-003780	TTERRA	TTERRA - Auditoria, Projecto e Técnicas Ambientais, Lda.			-
			ALENT-01-0201-FEDER-000188	CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE	EKAL - Exploração de Kartodromos, Lda.			-
DG REGIO	Missão Comunitária da DG REGIO – Auditoria ao Trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do Art.º 62.º do Reg (CE) n.º 1083/2006, do Conselho 7 de Julho de 2010 (O processo de Assistência Técnica foi seleccionado mas não analisado pela DG REGIO) Foi efectuada visita ao Centro de Saúde de Mourão	07-07-2010	ALENT-02-0141-FEDER-000277	Circular á Cidade - 3ª Fase entre o Aqueduto da Amoreira e as Portas de S. Vicente	Município de Elvas			-
			ALENT-03-0348-FEDER-000076	Construção do Centro de Saúde de Mourão	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP			-
			ALENT-06-0173-FEDER-000269	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo			Operação seleccionada mas não verificada

Sistema de Informação

O sistema de informação do INALENTEJO cujo desenvolvimento tem sido assegurado pela Universidade de Évora com o apoio de técnicos da Comissão de Coordenação da Região Alentejo e do Programa visa suportar o Programa Operacional do Alentejo no

âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e tem como principal objectivo suportar as diversas operações e fases de um projecto tal como definidas no “Modelo Conceptual do SIGPOA” de 7 de Março de 2008, bem como todos os fluxos de informação e “actores” identificados, assegurando:

- a desmaterialização de documentos e tramitação processual;
- um sistema de acesso e de segurança fiável e robusto, garantindo um registo histórico de operações e de alterações de dados;
- o acompanhamento e monitorização das diversas fases dos projectos pelos vários agentes envolvidos no processo;
- disponibilizar mecanismos de produção de relatórios e indicadores de gestão bem como mecanismos de pesquisa robustos e eficazes;
- a integração com outros sistemas, preferencialmente sob a forma de *web services*;
- assegurar a realização de acções de formação quer para utilizadores quer para administração do SIGPOA, bem como a documentação necessária.

Para o desenvolvimento do sistema recorreu-se a tecnologia *open-source*, devidamente testada e referenciada pelo mercado com elevados padrões de qualidade e respeitando as normas e standards, tecnologia em que os técnicos da Universidade detêm grande experiência e know-how, tendo sido tidas em consideração todas as recomendações legais actualmente em vigor no que concerne a usabilidade e acessibilidade.

Por outro lado, e tal como já foi anteriormente referido, dever-se-á ter em conta que ao longo de todo o período de funcionamento do sistema (pelo menos até 2013) é muito provável que venha a haver necessidade de proceder à sua integração com outros sistemas, que haja necessidade de proceder a alterações estruturais (dados e funcionalidades) bem como ao desenvolvimento de novos módulos, pelo que a arquitectura proposta incorpora princípios de modularidade e escalabilidade.

Arquitectura do sistema

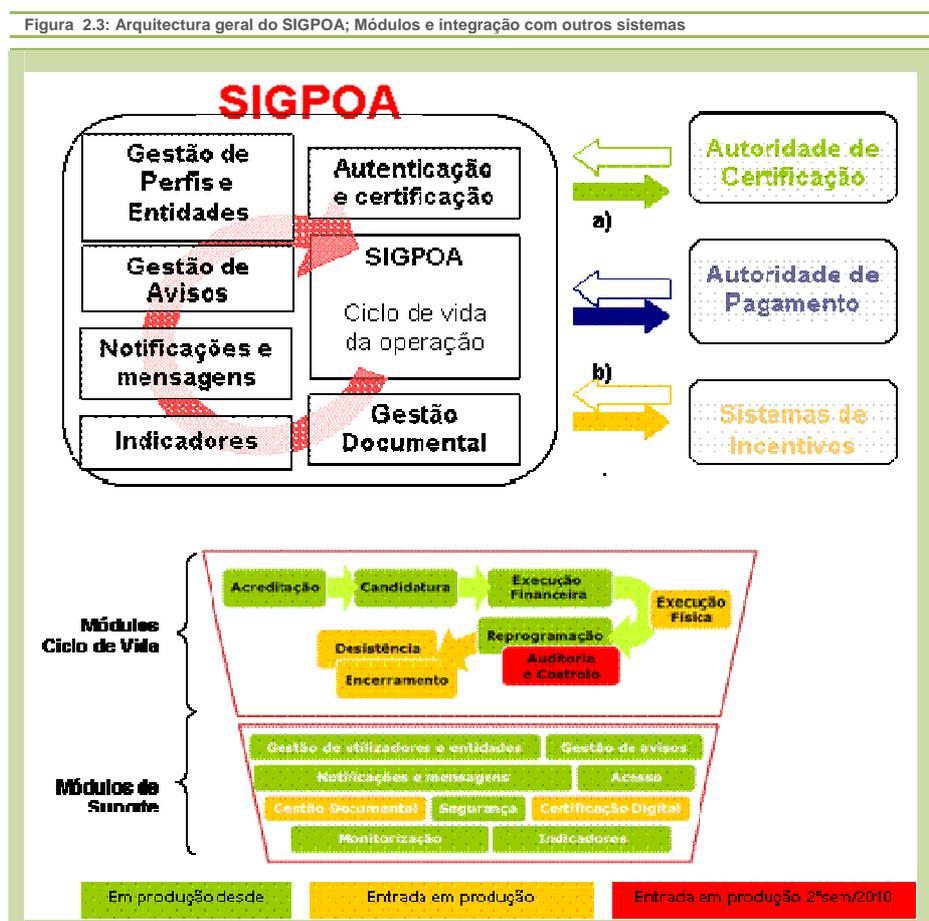
A arquitectura prevê uma total redundância dos dados ao nível físico, através do recurso a sistemas RAID (*Redundant Array of Independent Drives*). Do mesmo modo estão previstos mecanismos de *backup* e *restore* que garantem um *uptime* próximo dos 100%, sendo que a descontinuidade de serviço será correspondente ao tempo de reposição do sistema.

Relativamente aos backups do sistema, estão actualmente a ser mantidas réplicas on-line da base de dados e do código do SIGPOA, sendo realizados backups diários, semanais e mensais. Os backups diários do código, ficheiros e base de dados são enviados para o

servidor de backups mantido pela CCDRA. É igualmente mantida uma réplica diária do código e base de dados num servidor mantido e fisicamente localizado nas instalações da Universidade. O código é gerido por um sistema de controlo de versões alojado num servidor da Universidade, sendo possível em qualquer momento restaurar a última versão do código ou qualquer versão anterior. Os documentos, dado que estão a ser carregados no ALFRESCO, são salvaguardados pelos backups deste sistema. O acesso ao sistema será garantido através de mecanismos de autenticação seguros baseados em certificados digitais. A plataforma de certificação (PKI) ainda não está totalmente operacional, pelo que o acesso é assegurado através de um login e password encriptadas e de ligações seguras em https.

Desenvolvimento; módulos e funcionalidades

A figura seguinte identifica os diversos módulos do SIGPOA bem como as respectivas ligações com outros sistemas externos.



No que concerne aos desenvolvimentos dos módulos que estavam preconizados para integrar o SIGPOA, assumiram particular realce durante o ano de 2010 as seguintes acções:

- Conclusão e entrada em produção do módulo de Desistência.
- Conclusão e entrada em produção do módulo de Encerramento.
- Conclusão e entrada em produção do módulo de Auditoria e Controlo.
- Conclusão e entrada em produção do módulo de Registo de Dividas; este módulo inclui a integração com o IFDR, via webServices.
- Conclusão do módulo de Execução Física e Monitorização Mensal.
- Conclusão e entrada em produção do módulo de Reprogramação.

Durante este período foram também introduzidas melhorias nalguns processos já em produção:

- Fase de Aceitação das Candidaturas.
- Propostas de hierarquização.
- Contrato.
- Delegação de competências.

Na sequência do Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, foram efectuadas no Sistema de Informação as necessárias alterações com particular realce para as relacionadas com a avocação de competências por parte da Autoridade de Gestão. Esta adaptação implicou alterações em todo o sistema de pareceres, assim como, o refazer circuitos de candidaturas / pedidos de pagamento / propostas de validação de despesas / lista de propostas / reprogramações

Articulação com outros SI

- SIGA / IFDR: assegurada através de uma VPN lan-to-lan entre a rede privada em que se encontra o SIGPOA e a rede privada do IFDR, tendo sido completamente automatizado o processo de comunicação entre os dois sistemas através de Webservices de acordo com a especificação do IFDR2, assegurando as seguintes funcionalidades:
 - Certificação de despesa
 - Monitorização mensal

- Registo de dividas
- SIEP / IFDR (Pagamentos) : Numa fase de contingência do SIEP o SIGPOA assegura a produção automática de um ficheiro em formato csv com a informação relativa aos pagamentos a exportar. Numa fase posterior a comunicação deverá ser igualmente garantida via web services
- Sistemas de incentivos / POFC (Consulta de operações) : assegurada através de uma VPN lan-to-lan entre as redes em que se encontram os dois sistemas. Pela invocação dos web services disponibilizados pelo POFC é já possível aceder a toda a informação disponibilizada quer para importação para o SIGPOA (tabelas auxiliares) e posterior tratamento quer para inclusão em relatórios ou para consulta directa no SIGPOA de dados agregados.

Avaliação

Os regulamentos comunitários, a legislação nacional e os PO fornecem um enquadramento necessário à definição e aplicação do **Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013**.

A nível nacional, o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, define o modelo de governação do QREN e dos respectivos PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das várias funções, entre as quais a de avaliação. Neste contexto, o Plano Global de Avaliação é aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sob proposta do Observatório do QREN, e os Planos de Avaliação dos PO são objecto de apreciação e aprovação pelas respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação, e integrados no Plano Global de Avaliação do QREN.

O **Plano de Avaliação do INALENTEJO**, elaborado em conformidade com a alínea f) do n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril, foi aprovado em 26 de Fevereiro de 2009. Tendo em conta que os referidos Planos foram elaborados segundo uma perspectiva dinâmica, flexível e adaptativa em função das necessidades de informação para a gestão, contemplando um processo regular de revisão e consequente actualização dos exercícios de avaliação.

Nesta perspectiva e integrada na primeira revisão do PGA, aprovada em 12 de Janeiro de 2010 pela CMC do QREN, foi o Plano de Avaliação do INALENTEJO alterado, sendo introduzidos os seguintes ajustamentos:

- _ à calendarização (lançamento e realização) da Avaliação da Operacionalização e da Avaliação Intercalar;

- _ na Avaliação Intercalar foi também alterado o seu objectivo, pois deixou de ser exclusivamente o impacto do PO e análise dos seus resultados, mas também a definição de estratégias e programas a integrar no novo ciclo de programação dos Fundos Comunitários.

O Plano de Avaliação do INALENTEJO engloba os seguintes exercícios de avaliação:

- o **Avaliação da Operacionalização**
- o **Avaliação Intercalar.**

Avaliação da Operacionalização

O exercício de Avaliação Operacional, que já decorreu, centrou-se na verificação do modo como a programação física e financeira e os compromissos em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e informação do programa estão a ser prosseguidos e a traduzir-se nos resultados e, sobretudo, nos impactes pretendidos, tendo em atenção as condições de eficácia e eficiência promovidas para se atingirem esses resultados e impactes (ou seja, decorrentes designadamente, da operacionalização do modelo de governação e de gestão do Programa). Na elaboração deste exercício foram tidos em consideração os seguintes aspectos:

- o Principais objectivos
 - Avaliar o modo de operacionalização do INALENTEJO na prossecução das prioridades estratégicas do QREN.
 - Avaliar a eficácia do modelo de governação do QREN e dos PO, em termos da articulação institucional, face ao desenvolvimento das prioridades estratégicas do INALENTEJO.
 - Avaliar as dinâmicas de execução das tipologias de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa, à luz da pertinência das candidaturas aprovadas, face às expectativas de concretização das prioridades estratégicas desses Eixos.
- o Principais questões de avaliação
 - As dinâmicas de procura dos promotores e as candidaturas apresentadas nas diversas tipologias correspondem ao perfil desejado, nomeadamente no que se refere aos projectos integrados e de natureza estruturante?

- Os critérios de selecção aprovados permitem a selecção das candidaturas, em função dos objectivos e metas definidas?
- Os Regulamentos Específicos estão adequados às especificidades da Região Alentejo e permitem enquadrar as candidaturas apresentadas e as potenciais candidaturas?
- A contratualização com organismos intermédios revela eficácia e eficiência para a gestão do Programa?
- O modelo de governação do QREN e dos PO garante os objectivos de eficácia e eficiência no que se refere aos diferentes aspectos de articulação inter-institucional existentes?
- As recomendações da avaliação ex-ante estão a ser implementadas?
- Utilização específica dos resultados da avaliação
 - Os resultados da avaliação destinam-se a efectuar potenciais ajustamentos no sistema de gestão, acompanhamento e controlo, nomeadamente nos domínios seguintes:
 - adequação dos regulamentos específicos e critérios de selecção às prioridades do Programa Operacional;
 - delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e os organismos intermédios;
 - acções de divulgação e promoção do Programa com vista à qualificação da procura;
 - dinamização e recepção de candidaturas e modelo de análise de candidatura e aplicação de critérios de selecção;
 - formulários de candidatura;
 - condições de elegibilidade e de selectividade, etc.
- Incidência programática
 - INALENTEJO - Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013
- Âmbito territorial
 - NUTS II Alentejo
- Âmbito temático

- A totalidade do Programa Operacional

O 2.º trimestre de 2009 marcou o início da fase de lançamento do processo de aquisição de serviços, para o exercício de “Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN”, processo este que ficou concluído no 3.º trimestre do mesmo ano. A entidade a quem foi adjudicada esta prestação de serviços, foi a Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A., tendo o arranque formal da execução ocorrido no início do último trimestre de 2009.

| 120

Este exercício de avaliação consistiu na apresentação de 4 relatórios: inicial, intermédio, preliminar e final. No decorrer de 2009 foram apresentados, pela equipa responsável pela avaliação, o relatório inicial, contendo a metodologia de avaliação detalhada e ajustada relativamente à apresentada em fase de proposta, e o relatório intermédio, expondo os primeiros resultados e perspectivas do estudo nas suas principais vertentes de incidência.

Em Março de 2010, foi apresentado o relatório preliminar da Avaliação da Operacionalização, e o relatório final em 24 de Maio de 2010, tendo sido aprovado em 30 de Junho de 2010.

O Relatório Final apresenta as suas conclusões, organizando-as em função dos três objectivos específicos do estudo, que pretendia avaliar:

- Eficácia do Modelo de Governação do QREN e do INALENTEJO
- Modo de Operacionalização do INALENTEJO (Dispositivo Tático, Modelo Organizativo e Ferramentas e Desempenho da Gestão)
- Dinâmicas de Execução do INALENTEJO

Por outro lado procedeu à apresentação das principais recomendações:

- Recomendações de Natureza Estratégica
 1. Salvaguardar o respeito e a incorporação das especificidades
 2. Promover práticas regulares de auscultação e participação de agentes relevantes na formulação e/ou aplicação de políticas públicas com incidência regional
 3. Materializar o potencial de articulação e concertação do modelo de governação do QREN no domínio das Agendas Operacionais Temáticas do QREN

4. Promover uma maior explicitação das lógicas e padrões preferenciais /desejáveis de investimento para cada uma das áreas de intervenção previstas em sede de programação
5. Desencadear o processo interno de reapreciação da adequação e exequibilidade das metas inicialmente estabelecidas em sede de programação
6. Reforçar e qualificar as funções de aconselhamento e monitorização estratégica
7. Reforçar e desenvolver os mecanismos de acompanhamento do INALENTEJO
8. Promover o desenvolvimento da avaliação/revisão intercalar dos PTD e do modelo de contratualização subjacente
9. Promover a avaliação imediata dos efeitos do Memorando de Entendimento estabelecido entre o Governo português e a Associação Nacional de Municípios
10. Promover a realização antecipada do exercício de Avaliação Intercalar do INALENTEJO

▪ Recomendações de Natureza Tática

1. Criar condições efectivas para a operacionalização da área de intervenção relativa à valorização económica do espaço rural
2. Reforçar as práticas de articulação temática no âmbito do modelo de governação do QREN
3. Assegurar o valor acrescentado associado à participação de entidades externas nos processos de análise e selecção de candidaturas
4. Promover abordagens estruturadas ao tecido empresarial da região e à sua envolvente de suporte
5. Garantir a inclusão e medição adequada do contributo das candidaturas para as metas do INALENTEJO nos processos de análise de mérito
6. Melhorar a capacidade de indução e selecção de candidaturas alinhadas com padrões e lógicas e investimento preferenciais/desejáveis
7. Promover a especificação e divulgação atempada das metodologias utilizadas no apuramento do mérito das candidaturas
8. Optimizar a estratégia e o mix de comunicação em função de públicos-alvo específicos

9. Desenvolver mecanismos e modelos de intervenção específicos para projectos de carácter estruturante e/ou natureza inovadora
10. Assegurar a capacidade permanente de resposta da estrutura de gestão em termos da dotação de recursos críticos do modelo organizativo

▪ Recomendações de Natureza Operacional

1. Reforçar as funções de acompanhamento da realização das operações aprovadas
2. Proceder à elaboração de Manuais de Apoio aos beneficiários
3. Promover a revisão do Sistema de Gestão e Controlo de modo a concretizar o processo do compliance assessment das Associações de Municípios
4. Garantir o reforço da capacidade de gestão operacional das subvenções Globais contratualizadas com as Associações de Municípios
5. Finalizar o processo de desenvolvimento do SIGPOA
6. Desenvolver as capacidades do SIGPOA em termos de extração e tratamento de informação de suporte à gestão
7. Promover a simplificação, a adequabilidade funcional e o carácter user-friendly do SIGPOA
8. Incrementar a capacitação técnica das Associações de Municípios para a utilização do SIGPOA
9. Assegurar condições efectivas de suporte à operacionalização de Estratégias de eficiência Colectiva
10. Estruturar e disseminar um Repositório de Boas Práticas
11. Assegurar a celeridade dos processos de análise de candidaturas com recurso a entidades

Entretanto tendo em conta o imperativo de proceder à divulgação dos resultados da avaliação, bem como proceder ao follow-up das recomendações propostas, foi articulada no seio da Rede de Avaliação do QREN, uma linha de actuação comum em termos do planeamento da divulgação dos resultados. Assim, foi elaborado um quadro com as recomendações, a sua aceitação ou não, bem como as principais iniciativas a promoverem com vista à sua implementação. O documento foi trabalhado, encontrando-se na sua fase final, para posterior aprovação na Comissão Directiva.

▪ Avaliação intercalar do INALENTEJO

Este exercício reveste-se de um carácter mais estratégico e visa não só analisar os efeitos das medidas sobre o contexto do desenvolvimento regional mas também identificar estratégias a implementar no próximo ciclo de programação para efeito de aplicação dos Fundos Comunitários.

Este exercício será desenvolvido, tendo em consideração os seguintes parâmetros:

- Principais objectivos
 - Avaliar a performance e o impacte do INALENTEJO
- Principais questões de avaliação
 - Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado? Quais as explicações desse percurso (análise de desvios)?
 - O perfil de execução corresponde ao esperado?
 - Qual o impacte global da execução do INALENTEJO nas principais variáveis ligadas às prioridades do QREN e à estratégia de desenvolvimento regional?
 - As recomendações dos anteriores exercícios de avaliação (ex-ante, ambiental estratégica, operacionalização do PO, ...) foram tidas em conta pela Autoridade de Gestão do Programa?
 - Eficácia da descentralização da gestão no âmbito dos contratos de delegação de competências com subvenção global celebrados entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e cada uma das Associações de Municípios da Região Alentejo, baseadas nas unidades geográficas NUT III.
- Utilização específica dos resultados da avaliação
 - A demonstração de impactos a identificação de necessidades de ajustamentos ao programa e apoio à definição de estratégias e programas a integrar no novo ciclo de programação dos Fundos Comunitários
- Incidência programática
 - INALENTEJO - Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013
- Âmbito territorial

- NUTS II Alentejo
 - Âmbito temático
 - A totalidade do Programa Operacional

O exercício de avaliação intercalar do INALENTEJO, que pretende avaliar a performance e o impacto do INALENTEJO, conforme acima se referiu, sofreu algumas alterações nomeadamente ao nível da sua calendarização. Está previsto o lançamento do concurso até ao final do 3º trimestre de 2011, estendendo-se a execução dessa avaliação até ao final do 2º trimestre de 2012

Tabela 2.36: Cronograma de execução

Ano Trimestre	2009				2010				2011				2012			
	1T	2T	3T	4T												
Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN no período 2007-2013																
Avaliação intercalar do INALENTEJO para o período 2007-2010																

Legenda ■ Fase de lançamento ■ Fase de execução ■ Conclusão

Avaliação Ambiental Estratégica

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do INALENTEJO

- A Monitorização Ambiental Estratégica

No âmbito do relatório de execução relativo a 2009 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PO Alentejo, e, simultaneamente, a avaliar em

que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao PO Alentejo (inscritas no Relatório Ambiental da AAE ³

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2009, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE ⁴

A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efectuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objecto de divulgação pública.

▪ **Consolidação do Sistema de Monitorização AAE**

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

³ A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

⁴ De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

Figura 2.4: Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



No reporte referente a 2009 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos⁵. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projectos Apoiados e a Afecção de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos –

⁵ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energético

no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será actualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para:

- o i) identificar as alterações de uso do solo directamente induzidas pelos projectos apoiados;
- o ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objectivos estratégicos⁶ estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
 - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projectos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projectos apoiados; intensidade de materiais dos projectos apoiados; padrão de consumo de energia dos projectos apoiados; intensidade energética dos projectos apoiados; padrão de consumo de água dos projectos apoiados.
- **Conclusões do Exercício de 2010 e ajustamentos introduzidos**

No ano de 2010, procedeu-se a uma normalização de conceitos e procedimentos, no sentido de aferir e articular as metodologias necessárias para a recolha de informação ao nível das operações, de forma a permitir melhorar o apuramento dos dados.

Importa mencionar as entidades com responsabilidades em matérias ambientais e que intervêm em diversas fases do ciclo da vida das operações, assim, para além das já referidas no ano anterior (Pareceres da Direcção de Serviços de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Pareceres da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e da Administração Hidrográfica do Tejo e Pareceres da

⁶ A prossecução destes objectivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

APA) são de destacar a interacção com as seguintes entidades:

- Associação Nacional de Protecção Civil no âmbito dos projectos de Protecção de Riscos Naturais e Tecnológicos
- Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP, no âmbito da Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados que intervêm ao nível da Rede Natura

▪ **Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.**

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objectivos estratégicos.

– Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do INALENTEJO

- No Objectivo Estratégico “Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos”, será de realçar o contributo dos projectos aprovados no INALENTEJO, no que respeita à “População servida pelas lojas do cidadão/centros multi-serviços e balcões únicos”, com um valor de população de 539.678, que significam cerca de 70% da população da Região Alentejo, não se verificando, neste ano, alteração em relação a 2009 no nº de operações aprovadas.
- “Garantir a Universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis”, deve ser avaliado tendo em conta que esta não constitui uma área prioritária de intervenção deste PO. Ainda assim, e com base no indicador “população servida pelas unidades de saúde apoiadas” destaca-se que com os projectos apoiados pelo INALENTEJO, este Programa contribui para o acesso à totalidade da população da região, uma vez que, entre outros, abarcam os Hospitais Distritais.

Situação que já se verificava no ano anterior, embora em 2010, tivesse havido a aprovação de novos projectos.

- A prossecução do Objectivo Estratégico “Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino”, constitui um dos domínios com particular peso nos apoios no INALENTEJO, que com os seus apoios, contribuiu para que 12.270 alunos fossem abrangidos por escolas da Educação Pré-Escolar e da Rede Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico, com cerca de 46 projectos de Educação (48 estabelecimentos educativos apoiados). Entende-se igualmente que com as intervenções na requalificação da rede de Escolas atrás referidas, o INALENTEJO, contribui igualmente para a “Redução da Pobreza e Promoção da Equidade, Igualdade de Oportunidades e da Coesão Social”, Objectivo Estratégico no qual se enquadram Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos e de cariz social.
- O indicador da população beneficiada por intervenções de regeneração urbana ou requalificação urbana apoiadas, no valor de 217.472, traduz o contributo do INALENTEJO, para a “Promoção da Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano”, situação que não teve alteração em relação ao ano de 2009.
- “Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” constitui um objectivo estratégico, sendo este avaliado através do indicador do n.º de pessoas servidas por sistemas de abastecimento de água em resultado dos projectos apoiados. Sendo que o contributo do INALENTEJO se traduz num acréscimo de população abrangida de 1.664 habitantes.

- Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO, para as recomendações de carácter geral que constam da agenda da Valorização do Território, demonstra a particular atenção dada a esta matéria, prestando a informação recolhida no âmbito das operações contratadas até final de Dezembro de 2010.

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos.*

Apesar de todos os Regulamentos aplicados no INALENTEJO preverem a aplicação da legislação ambiental e de ordenamento do território, a aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados na maioria dos Regulamentos critérios de selecção com ponderações ambientais.

A aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 41% dos projectos contratados.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos*

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 75% do total elegível, incluem nomeadamente, estudos e planos necessários à implementação das operações, bem como acções demonstradoras do uso eficiente dos recursos, acções de mobilização que promovam um melhor conhecimento junto da população, bem como acções de monitorização ambiental, obtendo-se a percentagem de 39 % (261/666) no Indicador 2 e no Indicador 3, a percentagem de 35% (333 M€ / 956 M €€).

Recomendação (R7): Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 M€. Sendo assim, no INALENTEJO os investimentos em infra-estruturas com construção sustentável ou gestão ambiental, representam 60%.

Recomendação (R8): As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo acções destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas, e que abrangem respectivamente, 200 iniciativas sendo que eram 133 em 2009 (I13) e 641.131 pessoas beneficiadas (I14).

Recomendação (R9): Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa

Tendo como objectivo medir a prevenção em detrimento da cura, as operações aprovadas no âmbito deste critério incluem medidas que apontem para a redução de poluição e resíduos tóxicos na fonte de origem, medidas preventivas no que respeita à erosão costeira, bem como medidas que anatem o uso eficiente de recursos. Assim, no rácio proposto no Indicador 15, obtém-se 31% (41/133)

Recomendação (R10): Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infra-estruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, como tipologias de intervenção, os equipamentos estruturantes do sistema urbano, a requalificação da rede escolar e a mobilidade territorial e de Regeneração Urbana, obtendo-se o rácio de 39% (201/510).

O Quadro seguinte sintetiza as recomendações gerais em matéria de AAE:

Tabela 2.37. : Indicadores de monitorização das recomendações da AAE

Recomendação	Designação do Indicador	Unidade	Operações Contratadas até 31/12/2010
R1	Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)	%	41%
R2	Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2)	%	39%
R2	Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)	%	35%
R3	(I 4) e (I 5)	%	n.d.
R4	Rácio de projectos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I6)	%	35,8%
R4	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	%	3%
R5 e R6	(I 8), (I 9), (I 10) e (I 11)		n.d.
R7	Rácio de projectos de infra-estruturas contemplando a adopção de práticas de concepção, construção e gestão sustentável (I 12)	%	60%
R8	Nº de operações de acções de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13)	Nº	200
R 8	Pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental	Nº	641.131
R9	Rácio de projectos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de protecção ambiental	%	31%
R10	Rácio de projectos de regeneração/requalificação de construções e infra-estruturas	%	39%

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, inovação e conhecimento

Dadas as especificidades do Eixo 1, importa destacar as articulações e o contributo dos objectivos de Eixo para os objectivos do PO.

| 132

Assim, os seguintes objectivos específicos do INALENTEJO:

- Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo;
- Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos;
- Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas;
- Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters;
- Constituir uma rede regional de centros tecnológicos;
- Reforçar a rede regional de parques empresariais; Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC

articulam-se com os seguintes objectivos específicos do Eixo 1:

- Incentivar a criação de empresas inovadoras;
- Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
- Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial;
- Apoiar actividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico;
- Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas;
- Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em sectores intensivos em conhecimento e tecnologia;
- Apoiar os sectores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transaccionável;
- Reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais;
- Promover a densificação do relacionamento empresarial através de acções colectivas;

- Dinamizar a transferência de “know-how” das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial;
- Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial;
- Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais.

Identificam-se assim, as seguintes áreas de intervenção prioritárias, no âmbito do Eixo 1:

| 133

- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras;
- Projectos de I&D (projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do sistema científico e tecnológico);
- Projectos de investimento produtivo para a inovação em micro e pequenas empresas;
- Qualificação de micro e pequenas empresas;
- Desenvolvimento da sociedade do conhecimento;
- Rede de ciência e tecnologia (instalações e equipamentos científicos e tecnológicos);
- Áreas de acolhimento para a inovação empresarial (ALE, parques tecnológicos, incubadoras e parques de ciência e tecnologia);
- Acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
- Intervenções complementares em redes de energia (Unidades autónomas gás e ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em energias renováveis)

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O ano 2010 foi um ano de recuperação de histórico em termos de apreciação de candidaturas e também de encerramento de vários avisos de concurso. Assumiu especial relevo o encerramento de avisos de 2009, mas também o objectivo de cumprimento mais aproximado dos prazos de decisão previstos nos avisos de concurso abertos em 2010.

Considerando as alterações dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM) resultantes do processo de avocação que ocorreu no primeiro semestre do ano, foram

definidos para o ano 2010 objectivos adicionais relativos à necessidade de verificação e supervisão dos processos inerentes a candidaturas e operações no âmbito da contratualização.

A acrescer à verificação destes processos esteve ainda a aplicação do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios e as consequentes alterações dos Regulamentos Específicos, que motivou verificações suplementares em termos dos processos e fases de decisão e execução.

Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.460.021.571	868.933.978	830.770.367	535.897.904	61,67%
FEDER		868.933.978		535.897.904	61,67%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	293.555.861	311.925.195	165.200.138	56,28%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	139.911.758	171.232.035	115.379.515	82,47%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	200.873.309	252.373.224	190.086.579	94,63%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	131.413.521	63.265.357	41.713.914	31,74%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	77.179.529	24.117.126	16.838.942	21,82%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	25,69%

O referido esforço de recuperação de prazos de decisão de candidaturas culminou no final do ano numa taxa de compromisso do Eixo 1 em cerca de 56% face ao programado para o período 2007-2013.

Por outro lado, a componente de contratualização de verbas para com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM) também se demonstrou decisiva para a análise de progresso e cumprimento de metas.

Abaixo é apresentado um quadro onde se encontram claramente identificados os montantes que correspondem ao grau de compromisso existente a 31 de Dezembro de 2010.

Tabela 3.2: Eixo Prioritário 1 - Aprovação

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER	FEDER* aprovado		Contratualização ** Planos de Acção ***		FEDER aprovado (contratualização/Planos de Acção)			Taxa de Aprovação Bruta
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d)	(d/a)	(d/c)	[(b+c-d)/a]
Eixo Prioritário 1	293.555.861	165.200.137	56,28	91.046.887	31,02	15.468.069	5,27	16,99	82,02
SI Inovação		120.308.218	68,76	0		0			68,76
SI Qualificação e Internacionalização de PME	174.973.691	14.103.359	8,06	0		0			
SI IDT		1.747.633	1,00	0		0			
Acções Colectivas	0	2.853.428	-	0		0			
Áreas acolhimento empresarial**	42.993.536	14.609.028	33,98	40.000.000	93,04	14.495.438	33,72	36,24	93,30
Promoção da Cultura científica e tecnológica	5.999.098	1.361.964	22,70	0		0			22,70
Apoio a Infra-estr. científicas e tecnológicas***	8.998.647	1.888.958	20,99	29.249.887	88,6	0			346,04
Parques ciência e tecnologia***	23.996.392								
Energia**	9.998.497	1.501.286	15,02	5.900.000	59,01	313.083	3,13	5,31	70,89
Economia digital e sociedade conhecimento**	26.596.001	6.826.263	25,67	15.900.000	59,78	659.548	2,48	4,15	82,97

* inclui todas as candidaturas aprovadas no âmbito do PO

Tabela 3.3: Eixo Prioritário 1 – Execução

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos				Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário o validado	Adiantamentos certificáveis - montante fundo	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	2.976.653	1.523.989	882.780	474.479	1.467.863	2.825.123	7,14%	10,81%	20,03%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	53.253	38.063	0	0	38.063	38.063		2,18%	2,18%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	14.022.774	10.933.279	2.967.809	2.235.716	10.933.279	16.136.804		9,09%	13,41%
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	0,00	0,00	00	24.185	0	24.185	0,00%	0,00%	1,78%
Apoio a Acções Colectivas	196.605	137.624	0	283.001	137.624	420.625		4,82%	14,74%
Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	1.198.866	899.150	0	0	899.150	899.150	9,99%	47,60%	47,60%
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	6.939.398	5.551.518	0	85.232	5.271.527	5.356.759	12,91%	38,00%	36,67%
Energia	600.493	240.197	0	73.292	228.187	301.480	2,40%	16,00%	20,08%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	2.267.447	1.681.204	0	634.365	1.677.859	2.312.225	6,32%	24,63%	33,87%
ALENT-01 Competitividade, Inovação e Conhecimento	28.255.494	21.005.028	3.850.590	3.810.273	20.653.556	28.314.419	7,16%	12,71%	17,14%

Na realidade, a taxa de aprovação bruta assume um valor ainda mais expressivo, cerca de 83%, decorrente da aprovação do Programa Estratégico do “Sistema Regional de Transferência de Tecnologia - SRTT”, no âmbito de aviso conjunto no âmbito dos Regulamentos Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCT) e Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT), no valor de 29,3 M€ de FEDER.

Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à Programação

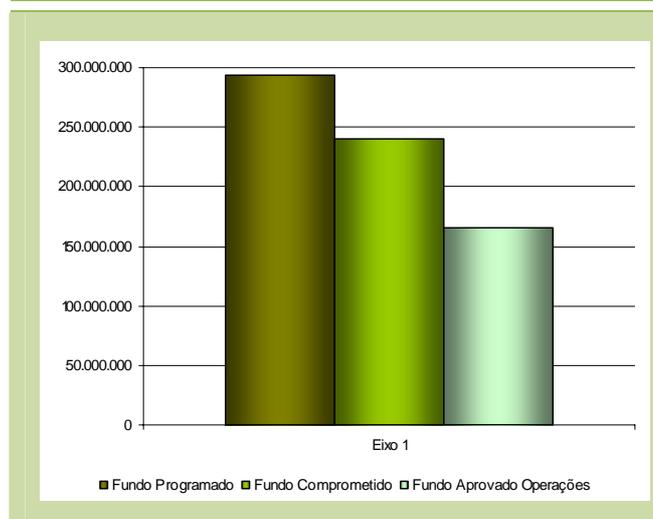


Tabela 3.4: Realização Física do Eixo Prioritário 1

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006						
1-Índice de sobrevivência das empresas criadas	Realização Executada					
	Realização Contratada			n.d.	n.d.	n.d.
	Metas				30%	45%
	Valor de Referência					45%
2-N.º de Empresas criadas	Realização Executada					
	Realização Contratada			10	22	22
	Metas				50	150
	Valor de Referência					150
3-Empresas criadas nos sectores com potencial de crescimento (%)	Realização Executada					
	Realização Contratada			20%	32%	32%
	Metas				25%	40%
	Valor de Referência					26%
4-N.º Start-ups (tecnológicas) criadas	Realização Executada					
	Realização Contratada			0	3	3
	Metas				12	60
	Valor de Referência					60
5-N.º de PME envolvidas em acções de cooperação apoiadas	Realização Executada					
	Realização Contratada			0	1	1
	Metas				40	120
	Valor de Referência					n.a.
6-Relevância das actividades I&D em consórcio	Realização Executada					
	Realização Contratada			0%	22%	22%
	Metas				7%	12%
	Valor de Referência					19%
7-N.º Acções de cooperação apoiadas	Realização Executada					
	Realização Contratada			0	1	1
	Metas				4	12
	Valor de Referência					12
8-Incentivo à inovação produtiva	Realização Executada					
	Realização Contratada			72%	90%	90%
	Metas				45%	60%
	Valor de Referência					41%
9- VAB gerado em sectores com potencial de crescimento	Realização Executada					
	Realização Contratada			27,4%	11%	11%
	Metas				15%	20%
	Valor de Referência					31% e 41%
10-Orientação para a produção transaccionável e internacionalizável	Realização Executada					
	Realização Contratada			72%	80%	80%
	Metas				50%	70%
	Valor de Referência					

Tabela 3.4: Realização Física do Eixo Prioritário 1		(continuação)					
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
11-Orientação para mercados internacionais	Realização Executada						
	Realização Contratada			3,7	3,6		3,6
	Metas				1,5	1,5	1,5
	Valor de Referência						n.a.
12- N.º de Micro e pequenas empresas apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			125	226		226
	Metas				140	450	450
	Valor de Referência						
13-N.º de PME envolvidas em acções colectivas apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			79	79		79
	Metas				80	260	260
	Valor de Referência						n.a.
14-N.º Acções colectivas apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			4	9		9
	Metas				4	13	13
	Valor de Referência						
15-N.º Patentes Registadas por 1.000.000 hab.	Realização Executada						
	Realização Contratada			0	0,000316		0,000316
	Metas				10	30	30
	Valor de Referência						6
16-N.º Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			0	0		0
	Metas				2	4	4
	Valor de Referência						
17-% das áreas de inovação empresarial apoiadas que, 2 anos após a conclusão do projecto, têm taxa de ocupação acima de 50%	Realização Executada						
	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				20%	80%	80%
	Valor de Referência						
18-N.º áreas de inovação empresarial apoiadas	Realização Executada						
	Realização Contratada			2	8		8
	Metas				5	10	10
	Valor de Referência						
19- % empresas apoiadas com presença na Internet e acesso à banda larga	Realização Executada						
	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				40%	100%	100%
	Valor de Referência						n.a.
20-N.º Projectos apoiados de promoção da economia digital	Realização Executada						
	Realização Contratada			3	12		12
	Metas				20	50	50
	Valor de Referência						
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada			SI - 1453 Out.Reg-12 Total - 1.465	SI - 3.965 Out.Reg-352 Total - 4.317	--
		Realização Executada					
2	dos quais : homens	Realização Contratada			SI - n.d. Out.Reg-6	SI - n.d. Out.Reg-203	--
		Realização Executada					
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada			SI - n.d. Out.Reg-6	SI - n.d. Out.Reg-149	--
		Realização Executada					
4	Nº de projectos de I&DT	Realização Contratada		4	8		8
		Realização Executada					
5	Nº de projectos de cooperação empresas - instituições de investig.	Realização Contratada		2	1		1
		Realização Executada					
6	Empregos na investigação criados	Realização Contratada		13	167		167
		Realização Executada					
7	Nº de projectos de apoio	Realização Contratada		30	121	220	220
		Realização Executada					
8	Nº de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada		4	10	52	52
		Realização Executada					
9	Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada		1.453	3.961		3.961
		Realização Executada					

Tabela 3.4: Realização Física do Eixo Prioritário 1 (continuação)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
10 Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada	15,6	163,9	130,17		130,17
	Realização Executada					
11 Nº de projectos (sociedade de inform.)	Realização Contratada		1	3		3
	Realização Executada					
12 Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada		61.451	65.734		65.734
	Realização Executada					
23 Nº de projectos (energias renováveis)	Realização Contratada		n.d.	5		5
	Realização Executada					
24 Capacidade Suplem. de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada					
34 Nº Projectos (turismo)	Realização Contratada		0	50		50
	Realização Executada					
35 Nº empregos criados ETI (Turismo)	Realização Contratada		0	178		178
	Realização Executada					
40 Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada					

n.d. – não disponível

| 138

Dos indicadores que constam na tabela 3.3, é de destacar, pelo grau de cumprimento, o indicador 8 – incentivo à inovação produtiva – que se situa nos 90%, quando o grau de cumprimento para 2015 seria de 60%.

Outro indicadores, como os que se associam à capacidade de internacionalização também se destacam pela positiva, o que releva o aumento da capacidade de penetrar no mercados externos por parte dos promotores. Esta situação é tanto mais importante, uma vez que será, em grande parte, através das exportações que as empresas poderão aumentar o volume de negócios e manter a capacidade de criação de postos de trabalho perante um mercado doméstico ainda em recessão.

Do lado oposto, o VAB gerado em sectores com potencial de crescimento (indicador 9), obteve um decréscimo de 16,4 pp se comparáramos o ano 2010 com o ano anterior.

Por outro lado, nota-se uma capacidade das empresas da região em participar em acções colectivas muito próxima da meta prevista. Isto é, acções que promovam a resposta a necessidades comuns por um conjunto de específico de empresas. Não obstante, o número de acções colectivas contratadas é bastante superior à meta para 2010.

No que diz respeito aos indicadores comuns, existe uma evolução positiva praticamente em todos os itens avaliados. De destacar os empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME cujo valor passou de 1.453 em 2009 para 3.961 em 2010. Evolução igualmente positiva teve o indicador 35 com a criação de mais 178 postos de trabalho.

De notar ainda que no que diz respeito ao acesso à banda larga houve um acréscimo, de 2009 para 2010, em 4.283 utilizadores.

▪ Regulamento Específico – SI Inovação

Tabela 3.7: Regulamento Específico - SI Inovação

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-03-2010-04	15-11-10	10-01-11	02-09-08	0	3	8.761.206	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-03-2010-05	15-11-10	10-01-11	02-09-08	0	1	750.000	0	0	0	0	0	0	0

Relativamente às metas que se pretendem atingir no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas (SI), os actuais dados continuam a permitir olhar, mesmo tendo em conta a actual conjuntura económica menos favorável, com optimismo os objectivos definidos no INALENTEJO.

Com efeito, e após as alterações introduzidas em 25 de Outubro de 2010 às alterações por sua vez introduzidas em 3 de Abril de 2009 às Portarias nº 1462/2007 (Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico), de 15 de Novembro, 1463/2007 (Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização), de 15 de Novembro e 1464 (Sistema de Incentivo à Inovação) de 15 de Novembro, que tinham como objectivo o ajustamento da legislação em vigor às novas condições de mercado resultantes da crise económica e financeira internacional, verificou-se a continuação do interesse por parte dos potenciais promotores em relação aos avisos colocados a concurso para a NUTS II Alentejo.

Alterações mais significativas às portarias que regulamentam os três instrumentos dos sistemas de incentivos foram, no essencial, o aumento das taxas de incentivo, adiantamentos de incentivos mais significativos e facilitados, alargamento da tipologia dos projectos abrangidos, e a adequação dos critérios à actual situação financeira das empresas.

Desta forma, aquelas alterações tornaram ainda mais atractivas as condições para apresentação de candidaturas. Obviamente que o efeito das alterações terá repercussões ao longo de 2011 e 2012, anos de execução dos projectos aprovados no âmbito das portarias já alteradas.

Para além destas alterações, foram ainda introduzidas, no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas, doze medidas que têm como objectivo a aceleração da execução dos investimentos empresariais:

- 1 – Linha de crédito QREN Investe;
- 2 – Novos fundos de capital de risco;
- 3 – Mecanismo excepcional de ajustamento de projectos;

- 4 – Anulação de comprovativos de licenciamento;
- 5 – Simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento;
- 6 – Eliminação da necessidade de pré-avaliação favorável do SI Inovação;
- 7 – Celeridade de resposta aos processos de alegações contrárias e de ajustamentos às decisões;
- 8 – Balcão único PRODER+QREN para o sector agro-alimentar e florestal;
- 9 – Revisão dos formulários de candidaturas e pedidos de pagamento;
- 10 – Descativação de incentivos de projectos não contratados;
- 11 – Novo regime de incentivos a serviços transaccionáveis de elevado valor acrescentado (em função dos postos de trabalho criados);
- 12 – Concentração dos Sistemas de Incentivos em actividades transaccionáveis e em estratégias de eficiência colectiva e novos concursos.

Terá que se reconhecer, contudo, que a região, e apesar dos melhoramentos introduzidos nos instrumentos associados aos sistemas de incentivos às empresas, ainda tem algumas dificuldades no que diz respeito à apresentação de projectos de cooperação entre empresas e entre estas e as instituições do SCT. Mesmo para projectos individuais, a região é ainda pouco atractiva para a recepção de projectos de índole tecnológica, embora ao longo de 2010 existisse um esforço para que esta tendência se invertesse.

Com efeito, e tendo em atenção os dados acumulados até 31 de Dezembro de 2010, o peso do sistema de incentivos à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, no que ao incentivo diz respeito (1,7M€), apenas representa 1,28% do total aprovado (ainda assim, este valor representa um significativo acréscimo se tivermos em conta o valor de 2009 que se situava apenas nuns ainda mais modestos 0,33%).

Já no que diz respeito ao sistema de incentivos à inovação, o incentivo aprovado (120,3M€) representa 88,36% do total aprovado.

Relativamente ao sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME, o incentivo aprovado ascende a 14,1M€, o que significa 10,36% do total de incentivo aprovado.

Embora o incentivo aprovado no âmbito deste último instrumento seja inferior ao sistema de incentivos à inovação, a verdade é que existem mais projectos aprovados no âmbito do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME (164) do que no âmbito do sistema de incentivos à inovação (76). Este aspecto prende-se com a natureza dos projectos que, no primeiro caso, se relaciona com acções imateriais que promovem a

qualificação das empresas com vista ao aumento do volume de vendas tanto no mercado doméstico, como no mercado internacional, enquanto que no segundo caso prende-se com actividades produtivas transaccionáveis e internacionalizáveis cujos investimentos em activos de produção têm um peso significativamente superior.

O sistema de incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico conta apenas com 8 projectos aprovados.

A taxa de compromisso, no que diz respeito ao incentivo aprovado relativamente ao programado, é de 80,09%. Já a taxa de execução, se tivermos em conta o incentivo executado relativamente ao incentivo aprovado, é de 9,18%. Esta taxa sobe para os 13,95% se tivermos em conta não o incentivo executado mas antes os pagamentos de fundo comunitário relativamente ao incentivo aprovado.

Tal como aconteceu no último relatório nunca será demais realçar a excelente colaboração entre os Organismos Técnicos e a Gestão do INALENTEJO, na medida em que se tem vindo a trabalhar de uma forma coordenada em prol de uma cada vez mais rápida e eficaz resposta aos vários promotores e potenciais promotores dos Sistemas de Incentivos às Empresas.

▪ Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Acções Colectivas

Tabela 3.8: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Acções Colectivas

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-28-2010-01	12-01-10	15-03-10		253	9	4.380.173	5	1.873.288	3	1.134.772	1	267.603
ALENT-28-2010-02	03-03-10	19-04-10	19-10-10	187	1	103.625	1	103.625	1	101.825	0	0

Aos valores considerados no mapa acima, acresce salientar o encerramento do Aviso ALENT-28-2009-01 com uma comparticipação FEDER aprovada na ordem dos 1,3 M€, resultante da decisão de aprovação da única candidatura que ainda se encontrava em apreciação.

As aprovações no âmbito do Sistema de Apoio a Acções Colectivas assumem especial relevo, o financiamento deste tipo operações, pela sua natureza e especificidade, promove a complementaridade face aos Sistemas de Incentivos às Empresas.

Destacam-se, no âmbito destas aprovações, as áreas de investimento relacionadas com actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, da Região e de actividades com relevância para a economia, incluindo com uma aposta no sector do Turismo, a sua dinamização e promoção; a criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores, alavancadas sobretudo por associações empresariais; bem

como uma aposta ainda na sensibilização para os factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial no âmbito de vários projectos apresentados.

Assim, dos três avisos de concurso apreciados (total ou parcialmente) em 2010, foram aprovadas 5 candidaturas, com um global de investimento previsto de cerca de 3 M€, e uma comparticipação de mais de 2,2 M€.

▪ Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

| 143

Tabela 3.9: Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-63-2010-01	04-01-10	16-08-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-63-2010-02	14-01-10	07-07-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-63-2010-03	01-04-10	31-12-10		183	1	688.147	1	688.147	1	679.970	1	543.976
ALENT-63-2010-04	16-06-10	31-12-10		115	5	3.093.516	3	1.227.431	2	791.688	1	178.903
ALENT-63-2010-05	07-07-10	31-12-10		77	3	1.879.434	3	1.879.434	2	1.605.760	1	708.606
ALENT-63-2010-06	17-08-10	31-12-10		31	3	5.461.739	2	3.896.216	2	3.707.216	0	0

Os Avisos referenciados foram publicitados na modalidade de acesso “Balcão Permanente” no âmbito da delegação de competências com subvenção global.

Atendendo à particularidade do Regulamento, conjugado com o facto de a generalidade das suas tipologias estarem contratualizadas, em 2010 assumiu principal expressão a aprovação de candidaturas no âmbito da tipologia relativa a intervenções na rede logística de 2º nível.

De forma particularizada:

- Na NUT III Alto Alentejo, foram aprovadas 2 candidaturas, com um investimento elegível de mais de 750 m€ e uma comparticipação de aproximadamente 600 m€.
- Na NUT III Alentejo Central, foram aprovadas 2 candidaturas, com um investimento elegível de cerca de 1,6 M€ e uma comparticipação de aproximadamente 1,2 M€.
- Na NUT III Alentejo Litoral, foi aprovada 1 candidatura, com um investimento elegível de cerca de 680 m€ e uma comparticipação de mais de 550 m€.
- Na NUT III Baixo Alentejo, foram aprovadas 2 candidaturas, com um investimento elegível de mais de 3,5 M€ e uma comparticipação de aproximadamente 2,8 M€.

▪ Regulamento Específico – Energia

Tabela 3.10: Regulamento Específico – Energia

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-65-2010-01	14-01-10	12-10-10		62	6	1.064.403	6	1.064.403	2	322.147	2	257.717
ALENT-65-2010-02	03-02-10	31-12-10		103	3	834.632	2	628.885	1	205.486	1	164.389
ALENT-65-2010-03	04-03-10	18-03-10	07-09-10	174	1	45.205	1	45.205	1	45.772	1	36.617
ALENT-65-2010-04	17-03-10	03-05-10	17-08-10	81	2	459.400	2	459.400	2	459.400	2	367.520
ALENT-65-2010-05	16-06-10	12-10-10		88	3	274.932	3	274.932	3	269.364	0	0
ALENT-65-2010-06	19-07-10	30-11-10		0	52	3.363.115	0	0	0	0	0	0
ALENT-65-2010-07	13-10-10	31-12-10		0	1	168.113	0	0	0	0	0	0
ALENT-65-2010-08	13-10-10	31-12-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0

| 144

Os avisos abertos no âmbito do Regulamento Específico Energia possibilitaram a abrangência de candidaturas no âmbito dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as Comunidades Intermunicipais, bem como candidaturas apresentadas directamente a concurso no âmbito das dotações não contratualizadas do INALENTEJO.

Destacam-se, no âmbito das aprovações ocorridas em 2010, as áreas de investimento relacionadas com a utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental no domínio das energias renováveis, com especial destaque para a utilização da energia solar térmica para produção de águas quentes sanitárias.

Aos valores considerados no mapa acima, acresce ainda salientar o encerramento dos Avisos ALENT-65-2009-01 e ALENT-65-2009-03 (abertos no âmbito do Contrato de delegação de competências com subvenção global da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo e da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, respectivamente) com uma comparticipação FEDER aprovada na ordem dos 200 mil euros, resultante da decisão de aprovação de duas candidaturas que ainda se encontravam em apreciação.

Assim, de forma particularizada, no âmbito da contratualização :

- Na NUT III Alto Alentejo, foram aprovadas 5 candidaturas, com um investimento elegível de mais de 450 mil euros e uma comparticipação de aproximadamente 350 mil euros.
- Na NUT III Lezíria do Tejo, foi aprovada 1 candidatura, com um investimento elegível de cerca de 200 mil euros e uma comparticipação de mais de 160 mil euros.
- Na NUT III Baixo Alentejo, foram aprovadas 3 candidaturas, com um investimento elegível de cerca de 430 mil euros e uma comparticipação de aproximadamente 350 mil euros.

▪ Regulamento Específico – Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

Relevamos a evolução verificada no Aviso ALENT-25-2009-01 com uma comparticipação FEDER aprovada na ordem dos 800 mil euros, resultante da decisão de aprovação de 6 candidaturas que ainda se encontravam em apreciação.

No âmbito das aprovações ocorridas em 2010, salientam-se as áreas de investimento relacionadas com a divulgação e promoção científica e tecnológica e produção de recursos e conteúdos para esse efeito.

No que se refere à Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento salientamos a colaboração estabelecida com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, atentas as suas competências em matéria de emissão de parecer sectorial, enquanto requisito de admissão das operações apresentadas.

▪ Regulamento Específico – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Tabela 3.11: Regulamento Específico – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
				N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-66-2010-01	04-01-10	16-08-10	16/11/10	74	3	448.179	3	448.179	3	444.524	2	316.833
ALENT-66-2010-02	15-04-10	14-06-10		0	14	4.449.697	8	1.681.356	0	0	0	0
ALENT-66-2010-03	07-07-10	31-12-10		0	1	69.419	1	69.419	0	0	0	0
ALENT-66-2010-04	17-08-10	31-12-10	21/12/10	52	2	173.452	2	173.452	2	173.210	1	72.508
ALENT-66-2010-05	13-10-10	31-12-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-66-2010-06	15-12-10	15-02-11		0	0	0	0	0	0	0	0	0

Os avisos abertos no âmbito do Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, tal como no caso dos avisos de concurso abertos no âmbito do Regulamento Específico Energia, possibilitaram a abrangência de candidaturas no âmbito dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as Comunidades Intermunicipais, bem como candidaturas apresentadas directamente a concurso no âmbito das dotações não contratualizadas do INALENTEJO.

Destacam-se, no âmbito das aprovações ocorridas em 2010, as áreas de investimento relacionadas com a integração das TIC nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.

No âmbito da contratualização apenas a NUT III Lezíria do Tejo registou a aprovação de candidaturas, 5 no total, com um investimento elegível de mais de 600 m€ e uma comparticipação de cerca de 480 m€.

Aos valores considerados no mapa acima, relevamos ainda a evolução verificada nos Avisos ALENT-66-2009-02, ALENT-66-2009-03 e ALENT-66-2009-04 através da aprovação de uma comparticipação FEDER na ordem dos 550 m€, resultante da decisão de aprovação de 4 candidaturas que ainda se encontravam em apreciação.

Decorrente aviso conjunto no âmbito dos Regulamentos Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCT) e Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT) aberto em Junho de 2009, foi em 2010 aprovado o Programa Estratégico do “Sistema Regional de Transferência de Tecnologia - SRTT”.

O SRTT apresenta um investimento proposto de 41,8 M€, a que corresponde um montante comunitário FEDER de 29,3 M€ (com uma taxa de co-financiamento de 70% para todas as operações a candidatar).

A Candidatura do Programa Estratégico foi apresentada pela ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, líder do Consórcio que lhe dá suporte e que incorpora mais de 20 entidades (Universidade de Évora, Instituto Politécnico de Beja, Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Santarém, CEVALOR, CEBAL, COTR, ICTVR, INRB/INIA, LNEG, LOGICA EM, Sines Tecnopólo, IDERSANT, Câmara Municipal de Beja, Câmara Municipal do Cartaxo, Câmara Municipal de Évora, Câmara Municipal de Portalegre, Câmara Municipal de Nisa, ANJE, NERE-AE, NERBE-AEBAL).

O SRTT encontra-se estruturado em cinco componentes:

1. O Parque de Ciência e Tecnologia (PCTA), que será localizado no Parque Industrial e Tecnológico de Évora, enquanto infra-estrutura de acolhimento e suporte às iniciativas de promoção e transferência de I&DT no quadro do referido sistema regional;
2. O sistema de incubadoras de base tecnológica, cujo objectivo “é a criação de centros de incubação destinados a potenciar o surgimento de iniciativas empresariais inovadoras e de natureza tecnológica”;
3. O sistema de infra-estruturas científicas e tecnológicas que visa consolidar e qualificar a oferta regional de tecnologia com base no reforço das competências regionais;
4. O sistema de infra-estruturas com forte potencial sinérgico que “assenta num conjunto de iniciativas destinadas a potenciar os impactes gerados pelos restantes sistemas, alavancando e potenciando os resultados dos restantes projectos e, especificamente, do PCTA, nomeadamente no que concerne à ligação e interacção com a malha empresarial da Região Alentejo”;
5. O sistema de zonas e parques industriais e tecnológicos que “surge numa óptica de valorização e potenciação de uma estreita articulação entre o SRTT e o tecido

empresarial regional, passando pelo estabelecimento de parcerias de colaboração com as suas entidades gestoras”.

Com vista a possibilitar a apresentação das candidaturas no âmbito do Programa Estratégico aprovado, perspectiva-se durante o ano 2011 a assinatura do Protocolo de Financiamento entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e a ADRAL relativo ao Programa Estratégico, bem como a abertura da segunda fase do aviso de concurso (fase de apresentação de candidaturas).

De uma forma global, realça-se o peso da parcela contratualizada (21%) no total da dotação do Eixo 1.

No âmbito do Eixo 1 importa ainda abordar a temática do PROVERE – Programas de valorização económica de recursos endógenos.

Tendo ocorrido em 2009, para o Alentejo, o Reconhecimento Formal de sete PROVERE – “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos”, o ano de 2010 foi marcado pelo arranque de cada uma das Estratégias de Eficiência Colectiva. Neste contexto durante o ano 2010 foram aprovadas todas as candidaturas relativas às equipas de gestão dos PROVERE. Tais aprovações ocorreram no âmbito do Eixo 5 do INALENTEJO.

Com vista a possibilitar a apresentação de candidaturas em situação de concorrência relativa, na maioria dos avisos abertos no âmbito do INALENTEJO, para além das dotações gerais indicativas, foram consideradas dotações específicas PROVERE. Para situações mais particulares, foram ainda abertos concursos específicos para candidaturas inseridas em EEC PROVERE.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Uma das principais dificuldades encontradas tem sobretudo a ver com o baixo nível de execução dos projectos, decorrente nalguns casos da dificuldade dos beneficiários conseguirem assegurar a contrapartida do financiamento no decurso das operações.

Em relação aos Sistemas de Incentivo, esta situação está directamente relacionada com a conjuntura económica em que nos encontramos.

Por outro lado, a verificação do cumprimento dos Mercados Públicos em sede de análise da candidatura tem-se revelado um dos principais factores de alongamento de toda a análise, tanto mais que na maioria dos avisos de concurso de 2010, foi exigido Grau de

Maturidade das candidaturas, representando este critério, por si só, um aspecto de complexa e por vezes demorada verificação em sede de aceitação de candidaturas.

No âmbito do Eixo I parece-nos importante deixar as seguintes considerações finais:

1 – Apesar do forte impulso ocorrido durante o ano de 2010 ao nível dos SI QREN, permanece uma forte dificuldade por parte dos beneficiários em obterem a contrapartida nacional. O acesso ao crédito continua a estar muito dificultado às empresas, pelo que se prevê que o grande efeito das alterações introduzidas em 25 de Outubro de 2010 às Portarias nº 1462/2007 (Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico), de 15 de Novembro, 1463/2007 (Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização), de 15 de Novembro e 1464 (Sistema de Incentivo à Inovação) de 15 de Novembro, venham a ter maior impacto durante o ano de 2011. Ainda assim, e apesar das novas condições de mercado resultantes da crise económica e financeira internacional, verificou-se um forte interesse por parte dos potenciais promotores em relação aos avisos colocados a concurso para a NUTS II Alentejo.

2 – Como já foi referido, no âmbito dos Regulamentos Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (SAPCT) e Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (SAICT), foi aprovado o Programa Estratégico do “Sistema Regional de Transferência de Tecnologia - SRTT” durante o ano de 2010. Decorrente deste aviso conjunto, o qual contempla uma verba de FEDER de 29,3 Milhões de Euros (com uma taxa de co-financiamento de 70% para todas as operações a candidatar), está previsto que venha a ser efectivamente executado durante os anos de 2011 e 2012.

3 - No âmbito do Regulamento Específico Energia, salienta-se o facto de a 31/12/2010 se encontrarem ainda em apreciação 52 candidaturas apresentadas ao aviso ALENT-65-2010-06, no valor de mais de 3,2 M€ de investimento proposto. O aviso em causa visa o apoio de candidaturas no âmbito da utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos (IPSS e ADUP), nomeadamente, sistemas de utilização racional de energia e de eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes. Para efeitos de apuramento da avaliação do mérito das candidaturas a Autoridade de Gestão promoverá a articulação com a ADENE – Agência Nacional de Energia, a qual emitirá parecer sobre o enquadramento da operação proposta nos objectivos e prioridades definidas no Aviso, bem como sobre a pontuação a atribuir a alguns critérios de mérito. Prevê-se que para 2011 venha a continuar a existir uma forte procura neste instrumento de apoio, sobretudo ao nível dos investimentos da iluminação pública e de apoio à mobilidade eléctrica.

4 – Efectivamente os avisos abertos no âmbito do Regulamento Específico SAAEL possibilitaram a abrangência de candidaturas no âmbito dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as Comunidades Intermunicipais. Este desenvolvimento, sobretudo se tivermos em conta o contexto económico actual, parece-nos o caminho mais adequado para a aplicação deste instrumento de apoio. A opção centrou-se mais nos projectos de menor dimensão, com efeito significativo no estímulo à actividade económica local, do que nos mega investimentos de difícil concretização.

3.1.4. Projecto demonstrativo

ALDEAMENTO TURÍSTICO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Designação	<i>Aldeamento Turístico das Valadas</i>
Promotor	<i>SOUSA CUNHAL - TURISMO, S.A.</i>

| 150

Investimento do projecto

Investimento Total	6.992.063 €
Investimento Elegível	6.624.369 €
FEDER	4.305.840 €

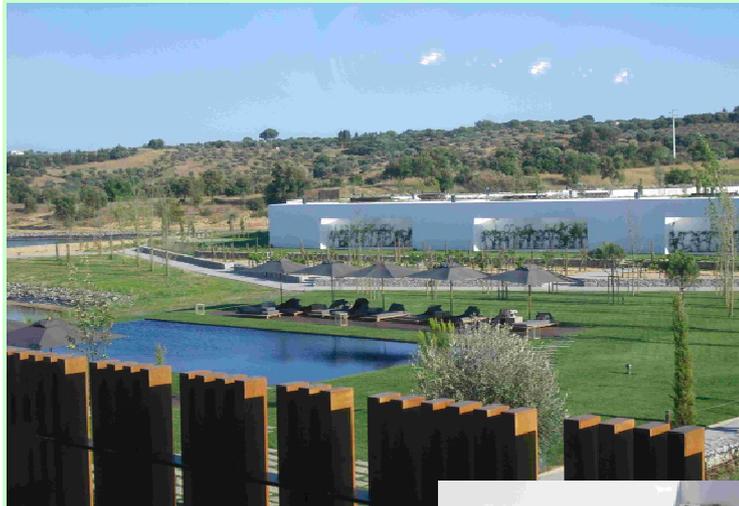
CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

O presente projecto de investimento respeita à criação de um aldeamento turístico de 5* no concelho de Montemor o Novo, pretendendo uma simbiose entre turismo de qualidade e a actividade vitivinícola, uma vez que a construção se desenvolverá em torno de um vale central de vinha.

Os principais serviços a disponibilizar pela unidade serão o alojamento turístico, eventos, restauração, actividades de saúde e bem estar com SPA (oferecendo tratamentos e experiências criados a partir das uvas e dos vinhos).

ALDEAMENTO TURÍSTICO

FOTOGRAFIAS



3.2. Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano

O Eixo 2 integra três áreas de intervenção, consubstanciadas nos seguintes Regulamentos Específicos:

- Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
- Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
- Mobilidade Territorial (Urbana)

Os três regulamentos específicos e os respectivos critérios de selecção foram aprovados, respectivamente, pela Comissão Ministerial de Coordenação e pela Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO em 2007.

Tendo em conta a importância do desenvolvimento urbano, importa destacar as articulações e o contributo dos objectivos de Eixo para os objectivos do PO.

Assim, os seguintes objectivos específicos do INALENTEJO:

- Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades
- Reforçar a competitividade e atractividade das cidades
- Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes.

articulam-se com os seguintes objectivos específicos do Eixo 2:

- Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades
- Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação inter-urbana
- Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes de passageiros.

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Considerando a componente de contratualização de verbas com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM), a aplicação dos memorandos de entendimento realizados neste âmbito, assim como o compromisso resultante dos Programas de Acção e Programas Estratégicos aprovados, optou-se pela elaboração de

um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas realmente comprometidas no Eixo 2, assim como, a Taxa de compromisso existente; para o cálculo destes valores foram consideradas todas as operações aprovadas até 31-12-2010.

Tabela 3.12: Eixo Prioritário 2 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.460.021.571	868.933.978	830.770.367	535.897.904	61,67%
FEDER		868.933.978		535.897.904	61,67%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	293.555.861	311.925.195	165.200.138	56,28%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	139.911.758	171.232.035	115.379.515	82,47%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	200.873.309	252.373.224	190.086.579	94,63%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	131.413.521	63.265.357	41.713.914	31,74%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	77.179.529	24.117.126	16.838.942	21,82%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	25,69%

Gráfico 3.2: Grau de compromisso global face à Programação

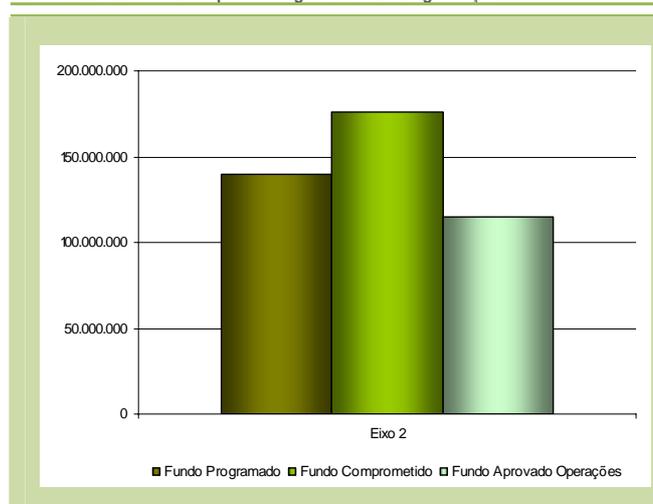


Tabela 3.13: Eixo Prioritário 2 - Aprovação

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER	FEDER* aprovado		Contratualizado		FEDER aprovado (contratualização)			Taxa de Aprovação Bruta
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d)	(d/a)	(d/c)	[(b+c-d)/a]
Eixo Prioritário 2	139.911.758	115.379.516	82,50	135.195.478	96,67	73.785.947	52,76	54,58	126,41
Parcerias para a Regeneração Urbana **	78.950.206	81.677.335	103,45	86.915.686	110,09	50.083.766	63,44	57,62	150,11
Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação **	34.977.940	14.722.718	42,09	33.179.792	94,86	14.722.718	42,09	44,37	94,86
Mobilidade Territorial (Urbana) *	15.989.915	8.979.463	56,16	15.100.000	94,43	8.979.463	56,16	59,47	94,43
Iniciativa Comunitária JESSICA	9.993.697	10.000.000	100,67						100,67

Tabela 3.14: Eixo Prioritário 2 – Execução

Tipologia de operação	Execução			Pagamentos		Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação - incluídas em PA	0	0	411.552	0	411.552	0,00%	0,00%	2,80%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana - incluídas em PA	4.990.611	3.003.667	1.566.522	2.993.646	4.560.169	5,46%	6,00%	9,11%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	8.975.885	6.619.575	6.282.598	6.619.575	12.902.173	27,60%	20,95%	40,84%
Mobilidade Territorial	2.195.426	1.458.702	226.848	1.402.300	1.629.148	9,12%	16,24%	18,14%
Iniciativa Comunitária Jessica	4.683.115	4.683.115	0	4.683.115	4.683.115	46,86%	46,83%	46,83%
ALENT-02 Desenvolvimento Urbano	20.845.039	15.765.061	8.487.522	15.698.638	24.186.160	11,27%	13,66%	20,96%

Quanto aos Indicadores Físicos de PO com contributo do Eixo 2, importa destacar os que em fase de realização contratada, demonstram um certo dinamismo tendo mesmo igualado ou superado a meta inicialmente definida para 2010:

- o População beneficiada (residentes e novos residentes) pelos projectos apoiados – 217.472
- o N.º de protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados - 16

Tabela 3.15: Realização Física do Eixo Prioritário 2

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Realização Executada							--
1- População beneficiada (residentes e novos residentes) pelos projectos apoiados	Realização Contratada		101.951	217.472	217.472		217.472
	Metas				90.000	150.000	150.000
	Valor de Referência						121.800
	Realização Executada						--
2-N.º protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização Contratada		5	16	16		16
	Metas				4	8	8
	Valor de Referência						--
	Realização Executada						--
3-N.º postos de trabalho beneficiados pelas redes urbanas para a competitividade	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				600	1.200	1.200
	Valor de Referência						n.a.
	Realização Executada						--
4-N.º de redes cooperação inter-urbana	Realização Contratada			2	6		6
	Metas				3	6	6
	Valor de Referência						--
	Realização Executada						--
5-População servida por sistemas de transportes colectivos apoiados	Realização Contratada			n.d.	2,2%		2,2%
	Metas				33%	72%	72%
	Valor de Referência						n.a.
	Realização Executada						--
6-N.º sistemas transportes urbanos apoiados	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				2	5	5
	Valor de Referência						--
	Realização Executada						--
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1 Empregos criados	Realização Contratada			13	134		134
	Realização Executada						
2 dos quais : homens	Realização Contratada			7	78		78
	Realização Executada						
3 dos quais : mulheres	Realização Contratada			6	56		56
	Realização Executada						

Tabela 3.15: Realização Física do Eixo Prioritário 2 (continuação)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada		n.d.	2.700		2.700
		Realização Executada					
39	Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades	Realização Contratada		6	8		8
		Realização Executada					
41	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Realização Executada					

n.d. – não disponível

3.2.2. Análise qualitativa

Os regulamentos específicos respeitantes à Política de Cidades são operacionalizados, numa primeira fase, através da candidatura de Programas de Acção e de Programas Estratégicos, que envolvem operações da responsabilidade de diversos parceiros e, numa segunda fase, para os Programas de Acção e Programas Estratégicos seleccionados, através da candidatura das operações neles previstas.

Situação dos Avisos Abertos de 01-01-2010 a 31-12-2010

▪ Regulamento Específico – Parcerias para a Regeneração Urbana

Tabela 3.16: Regulamento Específico – Parcerias para a Regeneração Urbana

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-41-2010-01	20-10-10	02-11-10			1	7.935.600	1	7.935.600	1	7.935.600	1	6.348.480

▪ Regulamento Específico – Mobilidade Territorial

Tabela 3.17: Regulamento Específico – Mobilidade Territorial

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-50-2010-02	04-01-2010	16-08-2010	16-08-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-50-2010-04	14-01-2010	07-07-2010	07-07-10	0	2	705.600	2	705.600	2	590.327	2	472.261
ALENT-50-2010-06	17-02-2010	15-09-2010	15-09-10	0	4	8.567.974	4	8.567.974	3	6.771.596	0	0
ALENT-50-2010-07	17-02-2010	15-09-2010	15-09-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-50-2010-09	04-03-2010	05-04-2010	05-04-10	192	1	880.482	1	880.482	1	880.482	0	0
ALENT-50-2010-12	15-06-2010	31-12-2010	31-12-10	87	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-50-2010-14	08-07-2010	31-12-2010	31-12-10	0	2	18.087.379	2	18.087.379	2	16.536.273	2	12.043.430
ALENT-50-2010-15	17-08-2010	31-12-2010	31-12-10	39	7	5.057.885	7	5.057.885	7	4.084.061	7	3.203.661
ALENT-50-2010-17	15-09-2010	31-12-2010	31-12-10	0	7	5.411.892	7	5.411.892	7	4.911.359	7	3.929.087

▪ Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana

No âmbito do regulamento específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, entende-se por “Parceria para a Regeneração Urbana” um processo estruturado e formal de cooperação entre entidades que se propõem elaborar e implementar um Programa de Acção comum de regeneração de uma área específica de uma dada cidade.

Neste contexto, até ao final de 2010, foram abertos e já encerrados e decididos três concursos para Programas de Acção, destinados aos centros urbanos estruturantes do modelo territorial definido no PNPOT.

No primeiro (Aviso - ALENT-41-2007-01), aberto em 28-12-2007 e encerrado em 30-04-2008, dos 13 Programas de Acção candidatados, foram seleccionados pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 12-09-2008 e 24-11-2008, os seguintes:

Tabela 3.18: Programas de Acção: ALENT-41-2007-01 (€)

Designação do Programa de Acção		Município Líder	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Beja	P0104001134	Beja	9.600.000	6.533.306	5.199.983
Acrópole XXI	P0104001130	Évora	11.656.174	10.691.048	7.999.655
Programa de Acção/Portalegre	P0104001131	Portalegre	9.979.658	8.805.728	6.178.099
Programa Integrado de Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André	P0104001132	Santiago de Cacém	13.377.907	6.632.470	5.199.621
Regeneração Urbana da Cidade de Elvas	P0104001133	Elvas	9.999.730	8.235.885	5.777.959
Total			54.613.469	40.898.437	30.355.317

Os protocolos de financiamento foram assinados em 02-12-2008. Nos termos do n.º 1 do Artigo 15.º do regulamento específico, à selecção de um Programa de Acção corresponde a afectação indicativa do correspondente montante financeiro para financiamento dos projectos nele identificados, que devem ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados.

No conjunto dos cinco Programas de Acção aprovados, até 31-12-2010 foram apresentadas 65 candidaturas, tendo sido aprovadas 55, que representam um compromisso FEDER de 21.447.098€ (71% do comprometido) e uma execução FEDER de 2.250.983€ (10,5% do aprovado).

No segundo (Aviso - ALENT-41-2008-03), aberto em 31-12-2008 e encerrado em 31-03-2009, foram seleccionados pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 07-12-2009, os seguintes Programas de Acção:

Tabela 3.19: Programas de Acção: ALENT-41-2008-03 (€)

Designação do Programa de Acção	Município Líder	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER
Plano de Acção para a Regeneração Urbana de Sines	Sines	9.454.847	9.454.847	7.563.637
Plano de Acção para Regeneração Urbana da Cidade de Estremoz	Estremoz	11.000.000	10.970.000	8.000.545
Montemor Pedra a Pedra	Montemor-o-Novo	5.932.380	5.322.380	4.219.143
Regeneração Urbana do Centro Tradicional da Cidade de Vendas Novas	Vendas Novas	10.640.431	9.638.475	7.425.433
Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura	Moura	9.593.015	9.593.015	6.266.081
Plano de Acção Integrada de Valorização da Cidade de Almeirim	Almeirim	9.971.434	6.641.591	5.313.273
Plano de Acção para a Regeneração Urbana de Rio Maior	Rio Maior	2.545.66	2.545.666	2.036.533
Ruas – Regeneração Urbana de Alcácer do Sal... do Castelo ao Sado	Alcácer do Sal	8.439.572	4.390.150	3.356.920
Regeneração Urbana da Cidade do Cartaxo	Cartaxo	4.908.945	4.811.223	3.848.978
Regeneração Urbana da Cidade de Ponto Sôr	Ponte de Sôr	6.067.338	2.744.286	2.181.346
TOTAL		78.553.627	66.111.632	50.211.889

Os protocolos de financiamento foram assinados em 18/12/2009, tendo as operações neles incluídas, sido submetidos à Autoridade de Gestão, durante o prazo de 1 ano, contado a partir daquela data.

No conjunto dos doze Programas de Acção aprovados, até 31-12-2010 foram apresentadas 100 candidaturas, tendo sido aprovadas 53, que representam um compromisso FEDER de 28.636.667€ (57% do comprometido) e uma execução FEDER de 752.684€ (2,6% do aprovado). O processo de aceitação e aprovação seguiu os trâmites normais e a baixa execução deve-se à apresentação tardia e concentrada das operações previstas na data limite (18-12-2010).

No terceiro (Aviso - ALENT-41-2010-01), aberto em 20-10-2010 e encerrado em 02-11-2010, foi seleccionado pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 16-11-2010, o seguinte Programa de Acção:

Tabela 3.20: Programas de Acção: ALENT-41-2010-05 (€)

Designação do Programa de Acção	Município Líder	Investimento Total	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER
Liberdade para Requalificar	Lezíria do Tejo	7.935.600	7.935.600	6.348.480
TOTAL		7.935.600	7.935.600	6.348.480

O Protocolo de Financiamento foi assinado em 17-11-2010, devendo as operações neles incluídas ser submetidas à Autoridade de Gestão até 16-02-2011.

Até 31-12-2010 foram apresentadas 7 candidaturas, que representam um compromisso FEDER de 2.573.898€ (41% do comprometido), não aprovadas até aquela data.

Ainda, no âmbito do regulamento específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” foram abertos mais dois concursos, através dos Avisos ALENT-41-

2008-02 e ALENT-41-2009-04, destinados aos centros urbanos complementares, abertos em 30-05-2008 e 12-02-2009, e encerrados em 19-09-2008 e 20-07-2009, respectivamente. No âmbito destes dois concursos, foram aprovadas 26 operações, correspondendo a um investimento elegível de 43.287.699€ e a um compromisso FEDER de 31.596.568€, que no final do ano apresentavam uma execução FEDER de 6.619.575€ (20% do aprovado).

Em suma, a 31-12-2010, o regulamento específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” apresentava um compromisso FEDER indicativo de 118,5 M€, respeitante aos Programas de Acção aprovados e operações aprovadas em centros complementares, efectivo de 81,7 M€, e uma execução de 9,6 M€.

▪ Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação

No âmbito do regulamento específico “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”, entende-se por “Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação” uma parceria correspondente a um processo estruturado de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se propõem elaborar e implementar em comum um Programa Estratégico de desenvolvimento urbano centrado nos factores territoriais de competitividade e inovação.

Neste contexto, até ao final de 2010, foram abertos dois concursos para Programas Estratégicos.

No primeiro (Aviso - ALENT-40-2008-01), aberto em 02-04-2008 e encerrado em 17-10-2008, dos 7 Programas Estratégicos candidatados, foram seleccionados pela Comissão Directiva do INALENTEJO, em 27-04-2009, os seguintes:

Tabela 3.21: Programas Estratégicos: ALENT-40-2008-01					
(€)					
Rede Urbana	Entidade Líder	Centros Urbanos que integram a Rede	Temática de cooperação	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER
Programa Estratégico da Rede de Cidades e Centros Urbanos para a Competitividade e a Inovação do Corredor Azul	Évora	Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Alentejo Central	Inovação e conhecimento	10.822.329	7.999.986
ECOS - Energia e Construção Sustentáveis para a Competitividade e Inovação Urbanas (1)	Moura	Moura, Serpa, Beja, Óbidos, Torres Vedras, Peniche e Silves	Energia e Construção Sustentáveis	4.758.284	2.687.479
TOTAL				15.580.613	10.687.465

(1) Rede Urbana inter-regional, que envolve o Alentejo, o Centro e o Algarve. Os dados apresentados respeitam apenas ao Alentejo.

Os Protocolos de Financiamento foram assinados em 18-12-2009. Nos termos do n.º 1 do Artigo 14.º do Regulamento Específico, à selecção de um Programa Estratégico

corresponde a afectação indicativa do correspondente montante financeiro para financiamento dos projectos nele identificados, que devem ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados.

No conjunto dos dois Programas Estratégicos aprovados, até 31-12-2010 foram apresentadas 32 candidaturas, tendo sido aprovadas 14, que representam um compromisso FEDER de 5.993.508€ (56% do comprometido) e uma execução FEDER nula, resultante da apresentação tardia e concentrada das operações previstas na data limite (18-12-2010).

| 159

No segundo (Aviso - ALENT-40-2009-02), aberto em 27-04-2009 e encerrado em 29-05-2009, foram candidatados 5 Programas Estratégicos, tendo sido seleccionados os seguintes:

Tabela 3.22: Programas Estratégicos: ALENT-40-2009-02 (€)

Rede Urbana	Município Líder	Centros Urbanos que integram a Rede	Temática de cooperação	Investimento elegível	Comparticipação FEDER
Rede Urbana para o Património	Beja	Baixo Alentejo	Património	8.004.363	6.247.478
Rede de Cidades com Marinas (1)	Grândola	Alentejo Litoral	Marinas	3.090.909	1.700.000
Rede de Cidades do Alentejo Litoral	Santiago do Cacém	Alentejo Litoral	Valores naturais e culturais	7.955.275	5.090.601
Rede de Cidades do Norte Alentejano	Portalegre	Alto Alentejo	Valores naturais e culturais	6.000.000	4.800.000
Rede Terras do Sol	Reguengos de Monsaraz	Alentejo Central	Turismo cultural e ambiental	5.972.673	4.654.248
TOTAL				31.023.220	22.492.326

(1) Rede Urbana inter-regional, que envolve o Alentejo, o Centro, Lisboa e o Algarve. Os dados apresentados respeitam apenas ao Alentejo.

Os protocolos de financiamento foram assinados em 20-04-2010, devendo as operações neles incluídas, ser submetidos à Autoridade de Gestão, até 20-04-2011. A Rede de Cidades com Marinas, em 31-12-2010, ainda não tinha o respectivo protocolo assinado.

No conjunto das quatro redes urbanas, com protocolo de financiamento assinado, até 31-12-2010 foram apresentadas 42 candidaturas, tendo sido aprovadas 40, que representam um compromisso FEDER de 9.061.207€ (40% do comprometido) e uma execução FEDER nula.

Em suma, a 31-12-2010, o regulamento específico “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” apresentava um compromisso FEDER indicativo de 33,1 M€ e efectivo de 15,1 M€.

▪ Mobilidade Territorial (Urbana)

Como já referido em Relatórios anteriores, trata-se de um regulamento com pouco peso financeiro no Eixo, mas com uma forte participação no processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios/NUT III, dado que se trata de intervenções que têm os municípios como beneficiário potencial mais relevante, e têm como principais objectivos a melhoria da circulação de pessoas e de mercadorias, a promoção da coesão territorial, a qualificação e integração dos espaços regionais e o reforço da competitividade empresarial e da articulação urbana

| 160

Até 31-12-2010, na sequência dos catorze concursos abertos, 5 em 2009 e 9 em 2010, encontrava-se aprovado neste regulamento um investimento elegível de cerca de 11,6 M€, correspondente a um montante FEDER de cerca de 8,9 M€, com uma execução FEDER de cerca de 1,4 M€

Considerando que uma parcela significativa das aprovações se realizou no último trimestre do ano de 2010, não podendo assim reflectir-se de imediato no respectivo grau de realização financeira, é expectável que não existirão estrangulamentos significativos à realização deste regulamento sendo razoável considerar-se que em 2011 a taxa de execução poderá subir significativamente.

Em conclusão, é de referir que, até 31-12-2010, o compromisso total atingiu 96,7% da dotação FEDER do Eixo 2; no entanto, dada a complexidade e morosidade do processo de aprovação das operações apoiadas pelos regulamentos inseridos na Política de Cidades, que exige uma prévia selecção de Programas de Acção e Programas Estratégicos, o compromisso efectivo em termos de FEDER é de 82,5%, alcançado no final do ano, verificando-se em consequência uma execução financeira de apenas 11,3%.

Em suma, pode-se considerar que 2008 e 2009 foram anos de compromissos indicativos, 2010 um ano de compromissos efectivos e 2011 e seguintes serão, certamente, anos de execução.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Para além dos já identificados no ponto anterior, decorrentes do processo de aprovação das operações que, conforme previsto nos regulamentos específicos associados à Política de Cidades, exige uma prévia selecção de Planos de Acção e Programas Estratégicos com a correspondente afectação indicativa de montante financeiro para financiamento dos projectos neles identificados, que devem ser submetidos à Autoridade

de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados, não foram encontrados outros problemas significativos.

3.2.4. Projecto demonstrativo

BIOECOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Designação	<i>BIOECOS - Valorização Integrada da Biomassa</i>
Promotor	<i>CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Baixo Alentejo</i>

| 162

Investimento do projecto

Investimento Total	800.001 €
Investimento Elegível	702.722 €
FEDER	530.906 €

CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

A operação enquadra-se no Programa Estratégico "ECOS - Energia e Construção Sustentáveis para a Competitividade e Inovação Urbanas" e visa o desenvolvimento de estratégias de valorização que permitam extrair valor acrescentado previamente à utilização energética da biomassa.

O projecto consiste no desenvolvimento de metodologias que permitam avaliar o potencial dos diferentes tipos de biomassa provenientes de culturas energéticas ou resíduos agro-florestais como geradores de produtos de alto valor acrescentado (compostos anti-oxidantes, bioactivos, óleos essenciais, açucares).

Será também determinado o potencial energético da biomassa em termos caloríficos, após extração destes compostos de alto valor. O projecto BioEcos pretende adicionar valor às culturas energéticas e resíduos agro-florestais, sem retirar o potencial energético. Este estudo será realizado usando como espécies modelo o cardo e a esteva e as metodologias desenvolvidas podem ser aplicadas a qualquer tipo de biomassa vegetal.

BIOECOS

FOTOGRAFIAS



ACRÓPOLE XXI

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Designação	<i>Páteo de S. Miguel</i>
Promotor	<i>Fundação Eugénio de Almeida</i>

| 164

Investimento do projecto

Investimento Total	2.134.077 €
Investimento Elegível	2.134.077 €
FEDER	1.543.792 €

CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

A presente operação integra-se numa parceria para a regeneração urbana da Acrópole XXI.

A Operação inclui a profunda requalificação de equipamentos já existentes – Arquivo e Biblioteca Eugénio de Almeida e o Museu das Carruagens - , a valorização do Paço dos Condes de Basto, bem como uma forte intervenção no espaço exterior, com um projecto que contempla a reabertura da denominada Porta da Traição, existente na muralha sobre o Largo dos Colegiais, e a instalação de um elevador na torre adjacente, modificações que reforçam a integração e a articulação do Páteo de S. Miguel com a cidade de Évora, tanto do ponto de vista físico como vivencial.

Esta opção relativamente à torre substitui a intervenção na Ermida de S. Miguel, incluída no plano inicial. A intervenção no Páteo de São Miguel objectiva a sua valorização, recuperando imóveis e inserindo actividades que conduzam ao aumento da sua carga patrimonial e funcional, a disponibilizar à cidade e aos seus visitantes. O projecto assumiu que a intervenção no conjunto do Páteo de São Miguel deverá salvaguardar algumas das suas características, que decorrem dos equipamentos que aqui irão coexistir, das alterações que os mesmos impõem aos imóveis e por eles são condicionadas, e do programa e objectivos que a Fundação Eugénio de Almeida determinou.

ACRÓPOLE XXI

FOTOGRAFIAS



3.3. Eixo Prioritário 3 – Conectividade e Articulação Territorial

Este eixo operacionaliza áreas determinantes para se alcançar os objectivos propostos na estratégia de intervenção delineada para o Alentejo.

Com efeito, os objectivos específicos do INALENTEJO:

- Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes;
- Assegurar a dotação de serviços colectivos à população.

articulam directamente com os objectivos específicos do Eixo 3:

- Melhorar a articulação da rede viária regional;
- Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde;
- Reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública.

Como se pode verificar identificam-se duas áreas de intervenção prioritárias no âmbito do Eixo 3 as infra-estruturas e redes de mobilidade e as redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial.

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Trata-se de um Eixo que pela análise dos objectivos e áreas de intervenção prioritária acima descritos, se pode concluir da participação significativa das Comunidades Intermunicipais no âmbito do processo de contratualização.

Neste contexto, optou-se pela elaboração de um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas comprometidas (aprovação bruta) no Eixo 3, assim como, a taxa de compromisso existente a 31 de Dezembro de 2010

Para o cálculo destes valores foram excluídos os valores das operações aprovadas incluídas nos valores totais da contratualização.

Tabela 3.23: Eixo Prioritário 3 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.460.021.571	868.933.978	830.770.367	535.897.904	61,67%
FEDER		868.933.978		535.897.904	61,67%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	293.555.861	311.925.195	165.200.138	56,28%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	139.911.758	171.232.035	115.379.515	82,47%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	200.873.309	252.373.224	190.086.579	94,63%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	131.413.521	63.265.357	41.713.914	31,74%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	77.179.529	24.117.126	16.838.942	21,82%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	25,69%

Gráfico 3.3: Grau de compromisso global face à Programação

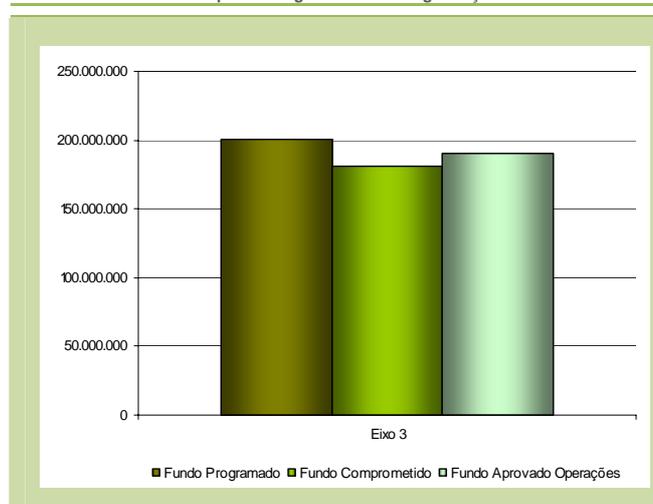


Tabela 3.24: Eixo Prioritário 3 - Aprovação

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER (a)	FEDER* aprovado		Contratualizado		FEDER aprovado (contratualização)			Taxa de Aprovação Bruta [(b+c-d)/a]
		(€) (b)	% (b/a) (b/a)	(€) (c)	% (c/a) (c/a)	(€) (d)	% (d/a) (d/a)	% (d/c) (d/c)	
Eixo Prioritário 3	200.873.310	190.086.579	94,63	105.500.000	52,52	114.814.603	57,16	108,83	89,99
Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	35.512.961	67.755.743	190,79	28.600.000	80,53	55.865.742	157,31	195,33	114,01
Valorização e Animação do Património Cultural	19.507.119	11.536.936	59,14	12.500.000	64,08	6.471.562	33,18	51,77	90,05
Infra-estruturas e Equi. de Saúde	54.019.715	39.163.674	72,50			0,00	0,00		72,50
Mobilidade Territorial	59.721.796	55.740.356	93,33	43.300.000	72,50	40.914.897	68,51	94,49	97,33
Equipamentos e Serviços de Proximidade (Coesão Local)	21.107.703	12.751.542	60,41	15.500.000	73,43	9.667.487	45,80	62,37	88,04
Rede de Equi. Culturais	11.004.016	3.138.328	28,52	5.600.000	50,89	1.894.916	17,22	33,84	62,19

Tabela 3.25: Eixo Prioritário 3 – Execução

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	25.840.451	20.033.168	8.233.605	19.496.637	27.730.242	56,41%	29,57%	40,93%
Valorização e Animação do Património Cultural	1.274.469	970.845	1.883.870	970.845	2.854.715	4,98%	8,42%	24,74%
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	10.686.773	7.480.741	3.376.713	7.363.291	10.740.005	13,85%	19,10%	27,42%
Mobilidade Territorial	23.619.372	17.559.831	4.838.598	17.154.309	21.992.908	29,40%	31,50%	39,46%
Rede de Equipamentos Culturais	424.250	339.400	25.914	255.246	281.161	3,08%	10,81%	8,96%
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2.078.042	1.653.597	313.779	1.218.757	1.532.537	7,83%	12,97%	12,02%
ALENT-03 Conectividade e Articulação Territorial	63.923.359	48.037.584	18.672.482	46.459.088	65.131.570	23,91%	25,27%	34,26%

| 168

Tabela 3.26: Realização Física do Eixo Prioritário 3

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Realização Executada							
1-Nº de passageiros (aéreos) transportados	Realização Contratada			0	0		0
	Metas				235.000	1.100.000	1.100.000
	Valor de Referência						0
Realização Executada							
2-Nº infra-estruturas aeroportuárias apoiadas	Realização Contratada			2	2		2
	Metas				1	1	1
	Valor de Referência						
Realização Executada							
3-Diminuição da distância-tempo entre centros urbanos (redução em %) nos troços intervencionados	Realização Contratada			-142,3	-142,3		-142,3
	Metas				-15%	-15%	-15%
	Valor de Referência						NA
Realização Executada							
4-Nº km rede rodoviária intervencionada	Realização Contratada			73,2	505,6		505,6
	Metas				25	85	85
	Valor de Referência						
Realização Executada							
5-População adicional servida por unidades de saúde familiar apoiadas	Realização Contratada		0,3%	0,3%	0,3%		0,3%
	Metas				+2%	+5%	+5%
	Valor de Referência						NA
Realização Executada							
6-Nº unidades de saúde familiar apoiadas	Realização Contratada		1	1	1		1
	Metas				7	15	15
	Valor de Referência						
Realização Executada							
7-Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do 1º CEB	Realização Contratada		7.902	9.230	12.270		12.270
	Metas				1.420	2.840	2.840
	Valor de Referência						N.A.
Realização Executada							
8-Nº estabelecimentos educativos apoiados	Realização Contratada		31	39	48		48
	Metas				11	23	23
	Valor de Referência						
Realização Executada							
9-Acréscimo do nº visitantes às infra-estruturas apoiadas	Realização Contratada		5.707	11.207	212.995		212.995
	Metas				40.000	150.000	150.000
	Valor de Referência						NA
Realização Executada							
10-Nº elementos patrimoniais apoiados	Realização Contratada		3	8	23		23
	Metas				4	10	10
	Valor de Referência						

Tabela 3.26: Realização Física do Eixo Prioritário 3 (continuação)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada		79	317		317
		Realização Executada					
2	dos quais :	Realização Contratada		21	126		126
	homens	Realização Executada					
3	dos quais :	Realização Contratada		58	191		191
	mulheres	Realização Executada					
13	Nº de projectos (Transportes)	Realização Contratada		16	38		38
		Realização Executada					
14	Nº de km de novas estradas	Realização Contratada		3,7	3,7		3,7
		Realização Executada					
15	Nº de km de novas estradas nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a	n.a.		n.a.
		Realização Executada					
16	Nº de km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada		69,5	501,9		501,9
		Realização Executada					
17	Nº de km de novas ferrovias	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Realização Executada					
18	Nº de km de novas ferrovias nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a	n.a		n.a
		Realização Executada					
19	Nº de km de ferrovias reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Realização Executada					
	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d	n.d		n.d
		Realização Executada					
20	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d	n.d		n.d
		Realização Executada					
21	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.d	n.d		n.d
		Realização Executada					
34	Nº de projectos (Turismo) *	Realização Contratada	2	3	7		7
		Realização Executada					
35	Nº de empregos criados (em ETI) *	Realização Contratada		14	16		16
		Realização Executada					
36	Nº de projectos (Educação)	Realização Contratada	15	37	46		46
		Realização Executada					
37	Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	7.902	9.230	12.270		12.270
		Realização Executada					
38	Nº de projectos (saúde)	Realização Contratada	6	33	42		42
		Realização Executada					
	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada	15	40	53		53
		Realização Executada					

n.a. – não aplicável no INALENTEJO; n.d. – não disponível; * - embora não esteja previsto no texto do PO, existem projectos nesta área, pelo que este indicador apresenta contributo do Eixo 3

A análise da tabela permite-nos evidenciar relativamente aos Indicadores do eixo que do ponto de vista da realização contratada, se verifica um bom grau de realização das metas definidas para 2010, sendo de destacar os seguintes indicadores:

- N.º de infra-estruturas aeroportuárias apoiadas – 2
- N.º de km de rede rodoviária apoiada – 505.6
- N.º de alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos de 1º CEB – 12.270

- N.º de estabelecimentos educativos apoiados – 48
- N.º de elementos patrimoniais apoiados – 23

Devemos salientar que embora em termos de realização efectiva não exista ainda quantificação, pois ainda não existe nenhuma operação formalmente encerrada, existem, contudo, operações que embora não formalmente encerradas estão concluídas fisicamente, o que originaria uma realização de certos indicadores diferente de zero.

As realizações contratadas ultrapassam as metas inicialmente previstas, o que poderá indiciar uma sub valorização da meta programada, situação que a verificar-se será analisada e eventualmente alterada em sede de avaliação Intercalar.

| 170

As raras excepções são justificadas pela natureza do próprio indicador que apenas terá expressão aquando do encerramento formal de cada operação, como é o caso do : Nº de passageiros (aéreos) transportados.

Relativamente aos indicadores 5 - População adicional servida por unidades de saúde familiar apoiadas e 6 - Nº unidades de saúde familiar apoiadas, deveremos referir que à data de realização deste relatório não dispomos de dados seguros sobre as Unidades de Saúde apoiadas que se transformaram em USF durante o ano de 2010, pelo que apenas dispomos e mantemos o valor do Relatório de 2009.

Fazemos notar de novo que a criação de Unidades de Saúde Familiares ocorre só após a criação e instalação de uma Unidade de Saúde, podendo ocorrer que unidades de saúde apoiadas ao longo da realização das operações poderão vir a transformar-se em USF, não sendo disponível essa informação aquando da contratação da operação aprovada.

3.3.2. Análise qualitativa

Tal como em 2009, o Eixo 3 contribuiu significativamente para o nível de compromisso atingido pelo INALENTEJO até 31-12-2010.

Foram publicitados avisos de concurso relativos a todos os regulamentos específicos que operacionalizam intervenções a apoiar no âmbito deste eixo:

- Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar
- Saúde
- Património Cultural
- Mobilidade Territorial
- Equipamentos para a Coesão Local

- Equipamentos Culturais

Situação dos Avisos Abertos de 01-01-2010 a 31-12-2010

- Regulamento Específico – Equipamentos para a Coesão Local

Tabela 3.27: Situação dos avisos - Equipamentos para a Coesão Local

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-56-2010-01	04-01-10	31-12-2010		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-56-2010-02	04-01-10	31-12-2010		55	3	2.003.823	2	1.847.991	2	1.847.991	0	0	0
ALENT-56-2010-03	14-01-10	07-07-2010		0	1	645.782	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-56-2010-04	17-02-10	15-09-2010		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-56-2010-05	19-03-10	30-07-2010		0	45	64.153.656	6	7.363.084	0	0	0	0	0
ALENT-56-2010-06	16-06-10	31-12-2010		92	21	12.823.657	9	6.717.489	5	4.298.666	0	0	0
ALENT-56-2010-07	08-07-10	31-12-2010		68	12	10.182.739	9	7.434.995	3	707.275	2	132.526	0
ALENT-56-2010-08	15-09-10	31-12-2010		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

| 171

- Regulamento Específico - Mobilidade Territorial

Tabela 3.28: Situação dos avisos - Mobilidade Territorial

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-50-2010-01	04-01-10	16-08-10		119	4	1.739.866	3	921.945	3	922.893	2	449.230	0
ALENT-50-2010-03	14-01-10	07-07-10	22-10010	172	1	524.670	1	524.670	1	479.584	1	383.667	0
ALENT-50-2010-05	17-02-10	15-09-10	07-10-10	213	1	613.439	1	613.439	1	613.439	1	490.751	0
ALENT-50-2010-08	01-03-10	05-04-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-50-2010-10	18-03-10	30-07-10		187	1	2.762.182	1	2.762.182	1	2.012.237	0	0	0
ALENT-50-2010-11	15-06-10	31-12-10		103	25	16.261.082	22	9.883.579	20	8.224.790	0	0	0
ALENT-50-2010-13	08-07-10	31-12-10		67	11	8.412.264	9	8.134.157	7	7.787.171	3	1.226.541	0
ALENT-50-2010-16	17-08-10	31-12-10		30	5	2.663.992	4	2.357.659	4	2.357.659	0	0	0
ALENT-50-2010-18	15-09-10	31-12-10		82	3	6.431.804	1	3.218.111	1	1.299.334	1	1.039.467	0
ALENT-50-2010-19	03-11-10	30-12-10		0	2	6.536.318	0	0	0	0	0	0	0

- Regulamento Específico - Património Cultural

Tabela 3.29: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Património Cultural

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-47-2010-01	04-01-10	16-08-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-02	14-01-10	07-07-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-03	17-02-10	15-09-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-04	17-03-10	10-05-10		0	15	6.251.669	9	2.511.360	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-05	15-06-10	31-12-10		0	7	1.829.529	4	1.005.354	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-06	08-07-10	31-12-10		0	1	1.002.980	1	1.002.980	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-07	17-08-10	31-12-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-47-2010-08	15-09-10	31-12-10		0	1	112.530	0	0	0	0	0	0	0

Regulamento Específico - Equipamentos Culturais

Tabela 3.30: Situação dos avisos - Regulamento Específico - Equipamentos Culturais

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-52-2010-01	14-01-10	31-12-2010		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-52-2010-02	09-02-10	15-04-2010		0	2	2.059.800	2	2.059.800	0	0	0	0	0
ALENT-52-2010-03	17-02-10	15-09-2010		0	1	54.947	1	54.947	0	0	0	0	0
ALENT-52-2010-04	17-02-10	15-09-2010		0	1	74.930	1	74.930	0	0	0	0	0
ALENT-52-2010-05	15-06-10	31-12-2010		0	3	1.949.713	2	1.384.897	0	0	0	0	0
ALENT-52-2010-06	08-07-10	31-12-2010		0	2	2.046.053	2	2.046.053	0	0	0	0	0
ALENT-52-2010-07	15-09-10	31-12-2010		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

| 172

Regulamento Específico - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré – Escolar

Tabela 3.31: Situação dos avisos - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré – Escolar

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-44-2010-01	04-01-10	16-08-10	16-08-10	109	4	14.002.060	3	10.840.284	3	9.665.605	3	7.732.484	0
ALENT-44-2010-02	19-03-10	30-09-10		92	3	6.752.354	3	6.752.354	2	3.556.669	0	0	0
ALENT-44-2010-03	17-08-10	31-12-10		40	7	11.543.625	7	11.543.625	7	9.449.540	0	0	0
ALENT-44-2010-04	15-09-10	31-12-10		91	3	5.114.876	2	4.103.276	1	1.753.143	0	0	0
ALENT-44-2010-05	22-12-10	15-06-11		0	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-44-2010-06	22-12-10	31-12-10		0	1	1.172.048	0	0	0	0	0	0	0

Regulamento Específico – Saúde

Tabela 3.32: Situação dos avisos - Saúde

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-48-2010-01	09-03-10	25-06-10		0	14	16.460.193	6	4.327.695	0	0	0	0	0
ALENT-48-2010-02	15-12-10	15-03-11		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

No âmbito do Eixo 3 foram publicitados 41 avisos de Concurso. Deram entrada cerca de 200 candidaturas com um investimento total proposto de cerca de 200 M€, podendo concluir-se que a procura por parte dos potenciais beneficiários é muito expressiva, representando o investimento proposto nas candidaturas apresentadas cerca de 70% da despesa pública programada para o Eixo 3.

Trata-se de um Eixo em que as principais áreas de intervenção são da competência da Administração Local e Central, sendo os Municípios e os Organismos da Administração Pública os principais beneficiários, salientando-se ainda, nos Equipamentos para a Coesão Local uma expressão significativa de beneficiários não públicos – Instituições Particulares de Solidariedade Social que desempenham um papel relevante na integração

social de grupos mais fragilizados da sociedade civil, nomeadamente os idosos, os portadores de deficiência e as mulheres.

No sentido de ultrapassar constrangimentos e ineficiências na aplicação e operacionalização dos regulamentos específicos, foram efectuadas alterações a regulamentos específicos do Eixo 3, durante o ano de 2010.

No âmbito do processo de contratualização foram identificados obstáculos e dificuldades no acesso dos municípios e outras entidades maioritariamente participadas por Municípios cuja resolução, ou minimização foi objecto da celebração de um memorando de entendimento entre o Governo da república Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios que também originou alterações aos regulamentos específicos deste Eixo.

Neste contexto e durante o ano de 2010 foram aprovadas alterações aos regulamentos específicos, com excepção do regulamento específico da Saúde que não sofreu qualquer alteração.

As alterações mais significativas incidiram nos seguintes aspectos:

- Revisão das tipologias de operações, para inclusão das EB 2.3 e das EBI - Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar.
- Aumento das taxas de co-financiamento comunitário e de pequenos ajustamentos às condições de admissão e aceitação das candidaturas, no seguimento da assinatura do 1º memorando de entendimento com a Associação Nacional de Municípios Portugueses – todos os regulamentos específicos com excepção do regulamento específico da Saúde.

A complementaridade entre os apoios aprovados no âmbito dos Programas Regionais e no âmbito dos Programas Temáticos estão vertidas nas condições de acesso dos regulamentos específicos aplicáveis, como é o caso dos regulamentos específicos da Mobilidade Territorial e dos Equipamentos para a Coesão Local.

Mantém-se a questão identificada no relatório de 2009, relativamente aos equipamentos na área social que tem originado uma dificuldade acrescida no processo de financiamento de algumas tipologias de intervenção.

Com efeito, foi cometido aos Programas Regionais o financiamento de:

- Equipamentos sociais, de âmbito supra-municipal, que demonstrem, em sede de candidatura ter uma procura mínima, exterior ao Município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total.

Se esta situação pode ser exequível no caso de ofertas sociais dirigidas a pessoas portadoras de deficiência, ou dependentes, já no caso das ofertas sociais dirigidas à terceira idade, ou à infância a apresentação de justificações e demonstração desta

procura externa tem ocasionado demoras acrescidas na instrução de candidaturas e na sua aprovação, apesar da elevada procura que se tem verificado nesta área, contamos que esta situação poderá vir a ser superada no âmbito de uma possível alteração regulamentar.

O Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial comprometeu até 31-12-2010 cerca de 94% da dotação programada total do FEDER para este Eixo, tendo sido os compromissos assumidos no âmbito dos regulamentos específicos Saúde, Rede de Escolas do Ensino Básico e Educação Pré-escolar e Mobilidade Territorial, os que mais contribuíram para este valor.

| 174

No que diz respeito à execução financeira verifica-se até 31-12-2010 uma taxa de execução de apenas 24%, devemos assinalar contudo, que esta representa cerca de 52% da execução global do programa e que reflecte fundamentalmente as dificuldades que a Autoridade de Gestão tem tido na validação da despesa apresentada pelos promotores, considerando a prioridade que tem sido cometida à realização de compromisso.

Com efeito esta taxa não reflecte a despesa apresentada pelos promotores que é substancialmente superior à execução evidenciada pelo Eixo.

Na linha do compromisso, foram as operações contidas nos regulamentos Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escola, Saúde e Mobilidade Territorial que mais contribuíram para a execução do Eixo 3.

Nesta data ainda não se encontra encerrada formalmente nenhuma operação neste Eixo, embora já ocorram situações de operações aprovadas que se encontram concluídas fisicamente.

Perspectiva-se que este Eixo venha a ter necessidade de reforço financeiro esta situação decorre das intervenções que se perspectivam para os diferentes regulamentos com particular relevância para a área da Educação, dos Transportes e dos Equipamentos Sociais.

A promoção da Igualdade entre homens e mulheres apenas tem uma incidência directa e eventualmente mensurável no âmbito de aplicação dos regulamentos específicos do Eixo 3, relativamente aos Equipamentos na Área Social, cujo impacto no favorecimento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho é particularmente relevante, pois são elas que asseguram na ausência de equipamentos de apoio para este efeito, o acompanhamento dos grupos sócias envolvidos nesta área – as crianças, os idosos e os portadores de deficiência.

Até 31-12-2010 não foi ainda apoiado um número muito significativo de equipamentos, nesta área, sendo contudo expectável que em 2011 esta situação venha a evoluir muito

positivamente face às aprovações já realizadas até esta data, relativas a avisos de concurso ainda abertos em 2010, e as que se espera vir a aprovar até ao final do ano.

Relativamente aos restantes regulamentos específicos, trata-se de uma directiva transversal que norteia a aplicação do FEDER no âmbito das diferentes áreas sem uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita, como é o caso do regulamento específico da Saúde, das Escolas de Ensino Básico e Educação Pré-escolar, do Património Cultural e dos Equipamentos Culturais, que contribuem ainda que de uma forma dificilmente mensurável para a igualdade de género ao permitir e potenciar o acesso de todos, independentemente do género, em condições de equidade, aos cuidados de Saúde, à Educação, à Cultura e à participação cívica.

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Passamos a enunciar uma súmula dos principais constrangimentos e medidas que se têm tomado com vista à sua superação, no âmbito da implementação do Eixo 3:

- Dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, decorrentes da situação financeira global e dos principais potenciais beneficiários das intervenções previstas neste eixo – Administração Central e Local.

Em 2010, a aprovação por parte da Comissão Ministerial de Coordenação da alteração aos regulamentos específicos, no seguimento do já referido memorando de entendimento, foi possível a aplicação de taxas de comparticipação mais elevadas para os Municípios e outras entidades participadas por Municípios, o que contribuiu e contribuirá para minimizar as referidas dificuldades;

- Mantêm-se o constrangimento relativo ao apoio, no âmbito do INALENTEJO, a intervenções na área dos equipamentos sociais com um impacto local, ou concelhio, este constrangimento poderá vir a ser superado com uma possível alteração ao regulamento específico ainda no decorrer do ano de 2011.

3.3.4. Projecto demonstrativo

CENTRO ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Designação	<i>Centro Escolar de Benavente</i>
Promotor	<i>Município de Benavente</i>

| 176

Investimento do projecto

Investimento Total	1.583.695 €
Investimento Elegível	1.487.554 €
FEDER	1.190.043 €

CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

A presente operação visa a construção de um Centro Escolar em Benavente.

O Centro Escolar contemplará, devidamente equipadas, 3 salas de Jardim de Infância, 8 salas para o 1º ciclo do ensino básico, sala polivalente para prolongamento de horários do Jardim de Infância, centro de recursos, cozinha, refeitório, salas de convívio para professores gabinetes, salas de trabalho e inclui também execução de arranjos exteriores.

A concretização está inserida numa lógica integrada de oferta educativa potencializando complementaridades entre as valências de ensino e terá como objectivo o aumento da oferta de educação pré-escolar pública, face à existência de listas de espera e eliminação de regimes duplos de funcionamento, permitindo novas possibilidades pedagógicas. O presente centro escolar enquadra-se na Carta Educativa do Município de Benavente.

O Centro Escolar de Benavente encontra-se concluído e em funcionamento.

CENTRO ESCOLAR

FOTOGRAFIAS



3.4. Eixo Prioritário 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

O Eixo 4 contribui para a operacionalização de uma importante linha estratégica regional a “Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental”

Os objectivos específicos do INALENTEJO:

- Promover a revitalização económica do espaço rural
- Gerir eficientemente os recursos hídricos
- Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental
- Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos

colhem um forte contributo nos objectivos específicos do Eixo 4:

- Dinamizar a criação de emprego em territórios de baixa densidade, através de acções integradas de valorização económica;
- Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água;
- Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo;
- Valorizar e ordenar a orla costeira;
- Valorizar ambiental e economicamente as áreas extractivas.

A natureza das intervenções preconizadas exige uma estreita articulação e enquadramento estratégico em orientações e normativos nacionais, das quais salientamos: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEASAR II), o Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II), a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), o Plano Nacional da Água e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Trata-se de um eixo que pela análise dos objectivos e áreas de intervenção prioritária acima descritos, tem também uma participação significativa das Comunidades Intermunicipais no âmbito do processo de contratualização.

Neste contexto, optou-se pela elaboração de um quadro onde ficassem claramente identificados os montantes que correspondem às verbas comprometidas (aprovação bruta) no Eixo 4, assim como, a taxa de compromisso existente a 31-12-2010

Para o cálculo destes valores foram excluídos os valores das operações aprovadas incluídas nos valores totais da contratualização.

Tabela 3.33: Eixo Prioritário 4 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.460.021.571	868.933.978	830.770.367	535.897.904	61,67%
FEDER		868.933.978		535.897.904	61,67%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	293.555.861	311.925.195	165.200.138	56,28%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	139.911.758	171.232.035	115.379.515	82,47%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	200.873.309	252.373.224	190.086.579	94,63%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	131.413.521	63.265.357	41.713.914	31,74%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	77.179.529	24.117.126	16.838.942	21,82%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	25,69%

| 179

Gráfico 3.4: Grau de compromisso global face à Programação

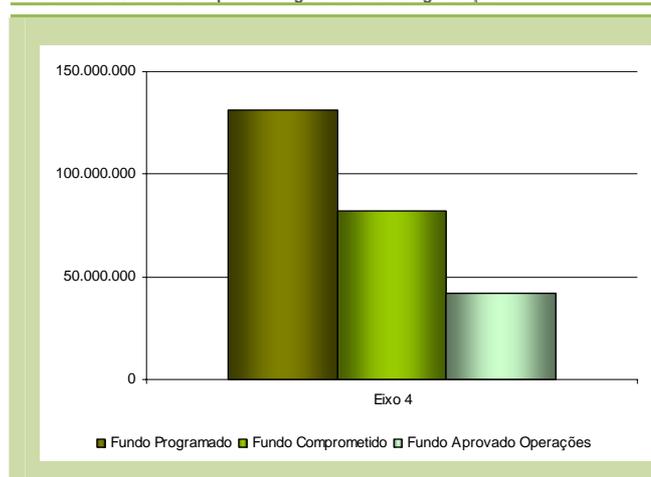


Tabela 3.4: Eixo Prioritário 4 - Aprovação

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER		FEDER* aprovado		Contratualizado		FEDER aprovado (contratualização)			Taxa de Aprovação Bruta
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d)	(d/a)	(d/c)	[(b+c-d)/a]	
	(€)	(%)	(€)	(%)	(€)	(%)	(%)			
Eixo Prioritário 4	131.413.522	41.713.912	31,74	51.300.000	39,04	10.596.048	8,06	20,66	62,72	
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	22.002.264	22.362.395	101,64	14.200.000	64,54	4.087.487	18,58	28,79	147,60	
Acções de Valorização do Litoral	6.000.617	767.039	12,78	0	0,00	0	0,00	0,00	12,78	
Ciclo Urbano da Água	32.903.385	5.423.697	16,48	31.500.000	95,73	5.423.697	16,48	17,22	95,73	
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	11.001.132	2.607.416	23,70	3.600.000	32,72	530.724	4,82	14,74	51,60	
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	7.000.722	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	3.000.309	1.827.268	60,90	1.500.000	49,99	456.056	15,20	30,40	95,70	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	1.500.154	159.352	10,62	500.000	0,00	98.083	6,54	19,62	37,41	
Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	8.000.823	8.566.745	107,07	0	0,00	0	0,00	0,00	107,07	
Valorização Económica do Espaço Rural	40.004.116	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	

Tabela 3.35: Eixo Prioritário 4 – Execução

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	50.459	30.275	120.440	30.275	150.716	0,28%	1,16%	5,78%
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	217.675	156.286	1.454.788	156.286	1.611.075	0,71%	0,70%	7,20%
Ações de Valorização do Litoral	95.626,00	64.534	2.992	64.534	67.527	1,08%	8,41%	8,80%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	128.100	102.480	165.459	102.480	267.939	3,42%	5,61%	14,66%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	11.032	6.619	0	6.619	6.619	0,44%	4,15%	4,15%
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	0	0	133.395	0	133.395	0,00%	0,00%	2,46%
Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	1.417.768	899.5110	509.255	863.511	1.372.766	11,24%	10,50%	16,02%
Reabilitação locais contaminados	0	0	0	0	0			
Valorização econ. espaço rural	0	0	0	0	0			
ALENT-04 Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	1.920.663	1.259.708	2.386.333	1.223.708	3.610.041	0,96%	3,02%	8,65%

| 180

Tabela 3.36: Realização Física do Eixo Prioritário 4

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
	Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006					
Realização Executada						
1-Nº postos de trabalho criados	Realização Contratada		25	30		30
	Metas			100	450	450
	Valor de Referência					0
Realização Executada						
2-Nº intervenções apoiadas	Realização Contratada		9	46		46
	Metas			10	30	30
	Valor de Referência					
Realização Executada						
3-Acréscimo da população servida por redes novas/intervencionadas de abastecimento de água ao domicílio (sist. Em baixa)	Realização Contratada		740	1.664		1.664
	Metas			7.700	27.000	27.000
	Valor de Referência					NA
Realização Executada						
4-Nº km rede de abastecimento (sist. Em baixa) intervencionada	Realização Contratada		6	16,1		16,1
	Metas			80	260	260
	Valor de Referência					
Realização Executada						
5-Nº de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas	Realização Contratada		52.450	59.540		59.540
	Metas			40.000	172.500	172.500
	Valor de Referência					0
Realização Executada						
6-Nº equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados)	Realização Contratada		4	6		6
	Metas			8	23	23
	Valor de Referência					
Realização Executada						
7-Nº praias com bandeira azul apoiadas	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
	Metas			6	15	15
	Valor de Referência					11
Realização Executada						
8-Nº projectos de valorização de praias	Realização Contratada		5	5		5
	Metas			4	11	11
	Valor de Referência					

Tabela 3.36: Realização Física do Eixo Prioritário 4

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
9-Área abrangida por acções de reabilitação e descontaminação ambiental (ha)	Realização Executada						
	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				100	250	250
	Valor de Referência						0
10-Nº acções de valorização de áreas extractivas	Realização Executada						
	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				2	6	6
	Valor de Referência						
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados	Realização Contratada		6	17		17
		Realização Executada					
2	dos quais : homens	Realização Contratada		5	13		13
		Realização Executada					
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		1	4		4
		Realização Executada					
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Contratada		740	1.664		1.664
		Realização Executada					
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionadas	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Realização Executada					
27	Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada		5	12		12
		Realização executada					
28	Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada		1	1		1
		Realização executada					
29	Área reabilitada (em Km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Realização executada					
30	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização Contratada		n.d.	n.d.		n.d.
		Realização executada					
31	Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada		5	8		8
		Realização executada					
32	População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada		661.545	767.679		767.679
		Realização executada					
33	População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada		661.545	767.679		767.679
		Realização executada					
34	Nº de projectos (Turismo) *	Realização Contratada		2	7	10	10
		Realização executada					
35	Nº de empregos criados (em ETI) *	Realização Contratada		10	14		14
		Realização executada					

n.a. – não aplicável no INALENTEJO; n.d. – não disponível; * - embora não esteja previsto no texto do PO, existem projectos nesta área, pelo que este indicador apresenta contributo do Eixo 4

A análise da tabela permite-nos evidenciar relativamente aos Indicadores do eixo que do ponto de vista da realização contratada, a evolução dos indicadores foi mais significativa em 2010, embora sem atingir valores significativos.

Importa referir que a diferença entre o indicador de Eixo n.º 1 e o Indicador Comum (CE) n.º 1, resulta do facto de não partirem dos mesmos pressupostos.

Mantendo-se, as dificuldades de operacionalização de determinadas intervenções, nomeadamente as que se referem ao Ciclo Urbano da Água e Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas, dificilmente se poderão vir a atingir as metas preconizadas esta situação terá de ser analisada em sede de Avaliação Intercalar.

Relativamente às restantes áreas de intervenções, considera-se que apesar de até à data os níveis de realização serem baixos é expectável que a situação se altere em 2011, face às aprovações em curso neste Eixo.

Neste eixo tem também particular relevância o indicador - Nº postos de trabalho criados, o qual está associado a um desígnio do INALENTEJO a Valorização Económica do Espaço Rural cuja dificuldade de operacionalização, leia-se regulamentação, identificada em ponto específico deste relatório não tem permitido o apoio a intervenções que possam ter um contributo efectivo para este indicador.

3.4.2. Análise qualitativa

O contributo do Eixo 4 para os níveis de compromisso do INALENTEJO, é pouco significativo, cerca de 8%, sendo revelador das dificuldades de operacionalização de determinados tipos de intervenção.

Estas dificuldades, já identificadas em relatórios anteriores, são de diversa natureza e referem-se maioritariamente a intervenções no domínio dos Passivos Ambientais e do Ciclo Urbano da Água, para além da existência de uma área de intervenção do eixo – Valorização Económica do Espaço Rural que apenas foi parcialmente operacionalizada em 2009, com a inclusão de uma nova tipologia no regulamento específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental.

Em 2010 foram abertos concursos para os seguintes regulamentos específicos:

- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
- Acções de Valorização do Litoral
- Ciclo Urbano da Água
- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
- Optimização da Gestão de Resíduos
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

Situação dos Avisos Abertos de 01-01-2010 a 31-12-2010

Regulamento Específico - Acções de Valorização do Litoral

Tabela 3.37: Situação dos avisos - Acções de Valorização do Litoral

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-32-2010-01	17-03-10	03-05-10		0	1	240.750	0	0	0	0	0	0	0

| 183

Regulamento Específico - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Tabela 3.38: Situação dos avisos - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-31-2010-01	04-01-10	16-08-10		48	2	432.953	2	432.953	2	430.538,89	1	146.676
ALENT-31-2010-02	14-01-10	07-07-10		221	1	386.346	1	386.346	1	389.358	0	0
ALENT-31-2010-03	10-03-10	31-05-10		214	93	41.906.508	50	23.150.819	38	16.186.418	0	0
ALENT-31-2010-04	15-06-10	31-12-10		96	2	1.030.023	1	916.667	1	916.667	0	0
ALENT-31-2010-05	08-07-10	31-12-10		97	4	534.490	3	303.853	1	132.513	0	0
ALENT-31-2010-06	17-08-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-31-2010-07	13-10-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-31-2010-08	03-11-10	02-12-10		0	45	17.108.552	9	2.836.848	0	0	0	0

Regulamento Específico - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

Tabela 3.39: Situação dos avisos - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-30-2010-01	14-01-10	07-07-10	07-07-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-30-2010-02	17-03-10	03-05-10		0	3	894.581	2	528.563	0	0	0	0
ALENT-30-2010-03	08-07-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-30-2010-04	13-10-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Regulamento Específico - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais

Tabela 3.40: Situação dos avisos - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-36-2010-01	12-01-10	03-05-10		0	9	2.837.953	0	0	0	0	0	0
ALENT-36-2010-02	15-06-10	31-12-10		91	1	245.480	1	245.480	1	245.480	0	0
ALENT-36-2010-03	13-10-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-36-2010-04	03-11-10	31-01-11		0	1	195.531	0	0	0	0	0	0

▪ **Regulamento Específico - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais**

Tabela 3.41: situação dos avisos - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-37-2010-01	04-01-10	16-08-10	16-08-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-37-2010-02	12-01-10	12-04-10		0	1	881.009	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-37-2010-03	15-06-10	31-12-10		102	3	102.034	3	102.034	3	102.034	0	0	-0
ALENT-37-2010-04	01-07-10	31-12-10		53	4	77.228	2	44.495	1	20.570	0	0	0
ALENT-37-2010-05	17-08-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-37-2010-06	13-10-10	31-12-10	31-12-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

| 184

▪ **Regulamento Específico - Ciclo Urbano da Água**

Tabela 3.42: situação dos avisos - Ciclo Urbano da Água

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-54-2010-01	14-01-10	07-07-10	07-07-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-54-2010-02	17-02-10	15-09-10	15-09-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-54-2010-03	08-07-10	31-12-10		68	1	2.746.640	1	2.746.640	1	2.221.472	0	0	0
ALENT-54-2010-04	15-09-10	31-12-10		0	2	725.097	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-54-2010-05	22-09-10	31-12-10		0	4	3.364.967	2	2.101.605	0	0	0	0	0

▪ **Regulamento Específico - Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental**

Tabela 3.43: situação dos avisos - Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-60-2010-01	09-03-2010	17-05-2010		0	14	9.475.318	2	498.740	9	4.729.682	0	0	0

No âmbito do Eixo 4, em 2010, foram publicitados 29 Avisos de Concurso.

Deram entrada 191 candidaturas com um investimento total proposto de cerca de 80 M€, podendo concluir-se que a procura por parte dos potenciais beneficiários não sendo ainda muito expressiva, revela um acréscimo significativo relativamente aos anos anteriores.

Foi fundamentalmente a alteração ao regulamento específico – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, que com a introdução da nova tipologia, mais contribuiu para este acréscimo.

O investimento proposto nas candidaturas apresentadas representa cerca de 36% da despesa pública programada para o Eixo 4.

Este Eixo tem uma grande diversidade de potenciais beneficiários, sendo que até à data a maior procura tem sido por parte da Administração Local e Central. As entidades sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público têm também respondido à oferta de avisos, contudo o investimento proposto tem sido pouco expressivo, o que é consentâneo com a sua natureza, e reflecte as dificuldades financeiras destas entidades em assegurar a contrapartida nacional das intervenções, considerando que a taxa de comparticipação que lhes está atribuída é de apenas 60%.

Na fase de lançamento dos avisos de concurso e nas fases subsequentes de avaliação das condições de admissibilidade e aceitação dos Beneficiários e operações, de análise técnica e de análise de mérito, surgem frequentemente interpretações diferenciadas pelos Programas Regionais que tornam necessário a realização de reuniões de harmonização e suscitam, por vezes, a necessidade de clarificação de alguns procedimentos previstos nos regulamentos aprovados.

Como já referido, no âmbito do processo de contratualização foram identificados obstáculos e dificuldades no acesso dos municípios e outras entidades maioritariamente participadas por Municípios cuja resolução, ou minimização, foi objecto da celebração de um memorando de entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No sentido de ultrapassar constrangimentos e ineficiências na aplicação e operacionalização dos regulamentos específicos, foram efectuadas alterações a todos os regulamentos específicos do Eixo 4, durante o ano de 2010.

As alterações mais significativas incidiram nos seguintes aspectos:

- Aumento das taxas de co-financiamento comunitário e de pequenos ajustamentos às condições de admissão e aceitação das candidaturas, no seguimento da assinatura do 1º memorando de entendimento com a Associação Nacional de Municípios Portugueses – todos os regulamentos específicos;
- Alteração de condições específicas de acesso, nomeadamente no que se refere ao Documento de Enquadramento Estratégico - Ciclo Urbano da Água;
- Clarificação da nova tipologia e condições de acesso – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental.

A complementaridade entre os apoios aprovados no âmbito dos Programas Regionais e dos Programas Temáticos estão vertidas nas condições de acesso dos Regulamentos Específicos aplicáveis, nomeadamente nos casos do Ciclo Urbano da Água e da Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas.

Como já referido no Relatório de 2009, no caso da Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas o documento estratégico que condiciona a complementaridade das intervenções, identifica as acções que podem ser candidatas a cada Programa e não propriamente tipologias de intervenção, não existindo ainda qualquer garantia de que o Programa Temático venha a ter capacidade de financiamento de todas as acções que identificou como de sua responsabilidade.

Torna-se assim, difícil, materializar algumas intenções de candidatura que colhem enquadramento no Regulamento Específico, mas que estando identificadas naquele documento, não tornam possível o seu enquadramento no INALENTEJO.

| 186

Trata-se de situação que embora identificada em 2009 não foi objecto de clarificação, nem de resolução em 2010, sendo expectável que em 2011, a situação evolua de forma a possibilitar, num, ou noutro PO, a possibilidade de aprovação/financiamento de intervenções, algumas das quais já identificadas pelos serviços regionais do Ambiente.

No caso do Ciclo Urbano da Água, continuou a verificar-se em 2010 uma situação de não clarificação da possibilidade de enquadramento de determinadas tipologias de intervenção no PO Regional, que do nosso ponto de vista, considerando a sua dimensão física, territorial e financeira teriam aí o enquadramento adequado.

Trata-se do caso de intervenções em Pequenos Sistemas Autónomos de Água e Saneamento, que embora configurem uma intervenção verticalizada, não estão incluídos nos sistemas em alta, as intervenções visam assegurar condições ambientalmente adequadas em aglomerados populacionais de reduzida dimensão demográfica.

Esta situação terá de ser solucionada em 2011, pois a sua manutenção cria estrangulamentos de ordem financeira significativos, em municípios, cuja ocupação populacional do território, é propícia à ocorrência desta tipologia de intervenções e que se esforçam por garantir uma cobertura equilibrada do seu território no que se refere às Infra-estruturas Básicas, como suporte mínimo de fixação das populações.

As questões identificadas no Relatório de 2009, relativamente à Área de Valorização Económica do Espaço Rural mantiveram-se inalteradas durante o ano de 2010.

Com então referido, esta área de intervenção constitui-se como um dos pilares da arquitectura do nosso Programa, considerando o contexto económico e social do nosso território e dos actores que nele intervêm.

Tem como principal objectivo a promoção da competitividade sub-regional, através da valorização económica de activos territoriais únicos, que se possam constituir como suportes de uma estratégia de desenvolvimento de médio/longo prazo.

Durante o ano de 2009 foi possível como já enunciámos solucionar alguns dos constrangimentos existentes, com a introdução de uma nova tipologia de operações no

Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, não foi possível, contudo, a criação de um novo regulamento específico que operacionalize as intervenções necessárias à sustentabilidade económica e social de territórios de “Baixa Densidade” a concretizar no âmbito de um documento Integrador para cada território abrangido, ou no âmbito de uma estratégia de eficiência colectiva reconhecida.

A questão manteve-se assim em aberto durante o ano de 2010, apesar de terem sido apresentadas à tutela documentos de trabalho, com propostas de operacionalização desta área.

O Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural comprometeu até 31-12-2010 cerca de 19 % da dotação programada do FEDER, para o Eixo, tendo sido os compromissos assumidos no âmbito dos regulamentos específicos Acções de Valorização e Qualificação Ambiental e Optimização da gestão de Resíduos, os que mais contribuíram para este valor.

No que diz respeito à execução financeira continua a verificar-se até 31-12-2010 uma taxa de execução muito baixa, cuja recuperação em 2011 deverá ser significativa, considerando que a maioria das aprovações registadas no ano de 2010, ocorreram no final deste ano.

Apesar de tudo a execução do Eixo não espelha a despesa já apresentada pelos promotores no âmbito das operações aprovadas, a qual é significativamente maior do que a que já foi objecto de análise e validação.

A baixa execução financeira decorre de vários constrangimentos do processo que passamos a enunciar:

- Dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, por um lado decorrentes da situação financeira global, e por outro das baixas taxas de participação que se verificam neste eixo, para os beneficiários não previstos nas alterações aos regulamentos específicos, sobre esta matéria. Trata-se de uma situação que terá de ser reavaliada em sede de reprogramação, face à situação financeira, quer das entidades da Administração Central, quer das entidades privadas sem fins lucrativos que são beneficiários dos regulamentos deste Eixo.

Nesta data ainda não se encontra encerrada formalmente nenhuma operação neste eixo, embora já ocorram situações de operações aprovadas que se encontram concluídas fisicamente.

Não se perspectiva que este eixo venha a ter necessidade de reforço financeiro após a avaliação intercalar, esta situação decorre da dificuldade que se tem manifestado na operacionalização de uma área significativa do eixo e nas dificuldades de articulação com o Programa Temático Valorização do Território.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres não tem uma evidência directa e mensurável no âmbito de aplicação dos regulamentos específicos relativos ao Eixo 4.

Com efeito, trata-se de uma directiva transversal que norteia a aplicação do FEDER no âmbito das diferentes áreas sem uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita.

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Passamos a enunciar uma súmula dos principais constrangimentos e medidas que se têm tomado com vista à sua superação, no âmbito da implementação do Eixo 4:

- Necessidade de criação de um Regulamento Específico novo que operacionalize uma área do programa – Valorização Económica do Espaço Rural, ainda em 2010, foi apresentada proposta de operacionalização, que não teve acolhimento da tutela; ou em alternativa a afectação das verbas inicialmente previstas para esta área temática, para outras, cuja operacionalização esteja estabilizada e estejam identificadas como intervenções prioritárias para a região.
- Melhor especificação das intervenções que colhem enquadramento e possibilidade efectiva de financiamento pelo Programa Operacional de Valorização do Território no que se refere a Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas.
- Possibilidade de apoio no âmbito do INALENTEJO das intervenções relativas aos Pequenos Sistemas Autónomos, com clarificação do respectivo Regulamento Específico – Ciclo Urbano da Água;
- Ainda no âmbito deste Regulamento a necessidade de se realizar um Documento de Enquadramento Estratégico, embora actualmente com menor complexidade, nomeadamente para a realização de Investimentos de pequeno montante, ou de remodelação de Redes em Baixa, tem sido factor constrangedor para a possibilidade de apresentação e financiamento de intervenções nesta área.
- Alteração das Taxas de Comparticipação Médias do Eixo de forma a poder aplicar taxas de Comparticipação mais adequadas, quer à natureza das intervenções quer dos potenciais beneficiários. Em 2010 com a aprovação por parte da Comissão Ministerial de Coordenação da alteração aos Regulamentos Específicos foi possível a aplicação de taxas de comparticipação mais elevadas para os Municípios e outras entidades participadas por municípios, esta situação deveria ser extensível a todos os beneficiários potenciais do Eixo.

3.4.4. Projecto demonstrativo

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - NORTE ALENTEJANO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Designação	<i>Expansão e Optimização do Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Recicláveis no Sistema Multimunicipal da Valnor</i>
Promotor	<i>VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S.A</i>

| 189

Investimento do projecto

Investimento Total	1.231.417 €
Investimento Elegível	1.231.417 €
FEDER	738.850 €

CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

A operação visa aumentar a recolha, tratamento e triagem de materiais recicláveis por habitante na região, tendo por consequência a diminuição da deposição em aterro, dando cumprimento às metas definidas no PERSU II; aumentar a eficiência na recolha de materiais recicláveis de origem doméstica, tais como plásticos, papel/cartão e vidro; melhorar a eficiência na recolha selectiva de materiais recicláveis de origem comercial (canal horeca); criar condições para a consciencialização e responsabilização da população em geral para as boas práticas de deposição selectiva de resíduos, criando para o efeito condições para a deposição, armazenagem, triagem e valorização dos referidos resíduos e integrar estas infra-estruturas na rede de recolha já existente.

Do ponto de vista dos indicadores de resultado e, de acordo com o beneficiário para além dos resultados já quantificados em termos de realização, pretende aumentar a capacidade instalada da linha de triagem de embalagens de 1 para 2,5 toneladas por hora, aumentar em 10% da recolha selectiva de matérias depositados em ecopontos e aumentar a recolha de materiais de origem comercial em 20%.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - NORTE ALENTEJANO

FOTOGRAFIAS



3.5. Eixo Prioritário 5 – Governação e capacitação Institucional

A Governação e Capacitação institucional tem como objectivo central a melhoria do desempenho da Administração Pública - nos níveis regional e local – na sua relação com os cidadãos e empresas.

Assim, os seguintes objectivos específicos do INALENTEJO:

- Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC;
- Dinamizar a captação de investimento para a região.

Articulam-se com os seguintes objectivos específicos do Eixo 5:

- Reforçar a informatização e modernização da Administração Pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais;
- Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a Administração Pública, através da reorganização espacial dos serviços;
- Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação e IDE qualificante e para a actividade turística.

As áreas de intervenção prioritárias, são as seguintes:

- Governo electrónico regional e local;
- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração descentrada e local;
- Promoção institucional da região.

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tal como foi referido no ponto 3.1.1. em relação ao Eixo 1, também para o Eixo 5 o ano 2010 foi um ano de recuperação de histórico em termos de apreciação de candidaturas e também encerramento de vários avisos de concurso. Assumiu especial relevo o encerramento de avisos de 2009, mas também o objectivo de cumprimento mais aproximado dos prazos de decisão previstos nos avisos de concurso abertos em 2010.

Considerando as alterações dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as Comunidades Intermunicipais / Associações de Municípios (CIM/AM) resultantes do processo de avocação que ocorreu no primeiro semestre do ano, foram

definidos para o ano 2010 objectivos adicionais relativos à necessidade de verificação e supervisão dos processos inerentes a candidaturas e operações no âmbito da contratualização.

A acrescer à verificação destes processos esteve ainda a aplicação do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios e as consequentes alterações dos Regulamentos Específicos, que motivou verificações suplementares em termos dos processos e fases de decisão e execução.

Tabela 3.44: Eixo Prioritário 5 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.460.021.571	868.933.978	830.770.367	535.897.904	61,67%
FEDER		868.933.978		535.897.904	61,67%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	293.555.861	311.925.195	165.200.138	56,28%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	139.911.758	171.232.035	115.379.515	82,47%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	200.873.309	252.373.224	190.086.579	94,63%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	131.413.521	63.265.357	41.713.914	31,74%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	77.179.529	24.117.126	16.838.942	21,82%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	25,69%

Gráfico 3.5: Grau de compromisso global face à Programação

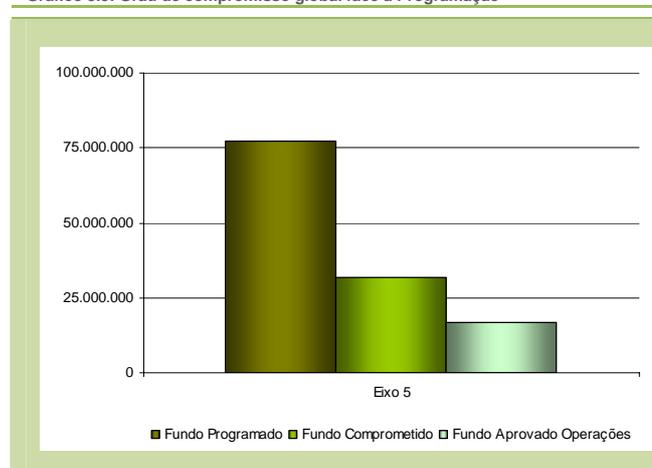


Tabela 3.45: Eixo Prioritário 5 - Aprovação

Designação de Eixo Prioritário Área de intervenção	Programação Financeira 2007-2013 FEDER	FEDER* aprovado		Contratualização ** Planos de Acção ***		FEDER aprovado (contratualização/Planos de Acção)			Taxa de Aprovação Bruta
		(€)	%	(€)	%	(€)	%	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d)	(d/a)	(d/c)	[(b+c-d)/a]
Eixo Prioritário 5	77.179.529	16.838.942	21,82	23.574.416	30,54	8.686.833	11,26	0,00	41,11
Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	67.069.111	12.321.105	18,37	18.500.000	27,58	7.637.874	11,39	0,00	34,57
Promoção e capacitação institucional**/**	10.110.418	4.517.837	44,68	3.700.000		1.048.959	10,38	0,00	70,91
				1.374.416	50,19	0	0,00	0,00	0,00

* com exclusão das aprovações no âmbito da contratualização, por se considerarem incluídas no Fundo Contratualizado.

Tabela 3.46: Eixo Prioritário 5 – Execução

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Apoio à Modernização Administrativa	1.784.013	1.184.047	216.747	1.094.047	1.310.7949	1,77%	9,61%	10,64%
Promoção e Capacitação Institucional	553.106	406.503	96.352	381.756	478.108	4,02%	9,00%	10,58%
ALENT-05 Governação e Capacitação Institucional	2.337.120	1.590.551	313.099	1.475.805	1.788.904	2,06%	9,45%	10,62%

Constata-se que o Eixo 5 apresenta ainda uma Taxa de compromisso de apenas cerca de 22%, em grande parte relacionada com o facto de uma das tipologias integradas neste eixo, mais concretamente a tipologia “Lojas do Cidadão”, no âmbito do Regulamento Específico SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, não ter apresentado qualquer evolução em termos de candidaturas.

Não obstante, o referido esforço de recuperação de prazos de decisão e de compromisso o Eixo não apresentou resultados idênticos em cada um dos dois Regulamentos Específicos.

Tabela 3.47: Realização Física do Eixo Prioritário 5

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Realização Executada							
1- Serviços públicos (regionais e autárquicos) disponíveis on-line	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				60%	100%	100%
	Valor de Referência						60%
Realização Executada							
2- Nº de projectos de modernização administrativa (serv. Públ.) apoiados	Realização Contratada		2	7	8		8
	Metas				12	30	
	Valor de Referência						
Realização Executada							
3- População servida por lojas de cidadão e centros multiserviços	Realização Contratada			70,3%	70,3%		70,3%
	Metas				30%	90%	90%
	Valor de Referência						0%
Realização Executada							
4- Nº de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados	Realização Contratada			40	40		40
	Metas				16	36	36
	Valor de Referência						
Realização Executada							
5- % de hóspedes estrangeiros nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros	Realização Contratada			n.d.	n.d.		n.d.
	Metas				30%	40%	40%
	Valor de Referência						27%
Realização Executada							
6- Nº de acções promocionais apoiadas	Realização Contratada			n.d.	3		3
	Metas				8	20	20
	Valor de Referência						
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Empregos criados			38	51		51
	Realização Executada						
2	dos quais : homens			19	26		26
	Realização Executada						
3	dos quais : mulheres			19	25		25
	Realização Executada						
11	Nº de projectos (sociedade de inform.)			9	9		9
	Realização Executada						
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga			n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada						

n.d. – não disponível;

Quanto aos indicadores físicos do PO com contributo do Eixo 5, destacam-se aqueles que em termos de realização contratada superam a meta estabelecida para 2010, nomeadamente a população servida por lojas do cidadão e centros multi-serviços e o n.º de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados.

Dos indicadores que constam na Tabela 3.44, é de destacar, pelo grau de cumprimento, o indicador 1 – Serviços públicos (regionais e autárquicos) disponíveis on-line, que se situa nos 60% em 2010.

| 194

Outro indicadores, como os que pertencem ao critério 2 – n.º de projectos de modernização administrativa e ao critério 3 - População servida por lojas de cidadão e centros multiserviços, também se destacam pela positiva. Tendo em conta o contexto difícil em que a Administração Pública Regional e Local se encontram, esta é uma situação que merece um destaque muito especial. Apesar da fraca utilização das verbas inicialmente previstas para a implementação das Lojas do Cidadão na Região, ainda foi possível apoiar um número interessante de projectos. Foram apoiados 16 projectos para um total de 36 previstos (critério 4).

Da Tabela 3.44 há ainda destacar o indicador 5, pelo grau de cumprimento, que se situa nos 30%, quando o grau de cumprimento para 2015 seria de 40%.

Os resultados do indicador 6 também são muito positivos, foram apoiadas 8 iniciativas em 2010 para 20 previstas até 2015.

No que respeita aos indicadores comuns comunitários, releva-se um acréscimo do número de empregos criados, com distribuição equitativa em termos de género, um ligeiro aumento das intervenções no domínio da sociedade da informação, bem como, no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação, um significativo acréscimo da população com acesso à banda larga.

3.5.2. Análise qualitativa

No Eixo 5 relevam-se as áreas relativas à modernização administrativa, capacitação institucional e promoção da região.

Situação dos Avisos Abertos de 01/01/2007 a 31/12/2009

▪ Regulamento Específico - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

Tabela 3.48: Situação dos avisos - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
				N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-26-2010-01	12-01-10	15-03-10		241	6	2.090.355	5	1.883.384	4	1.699.726	1	31.681
ALENT-26-2010-02	21-05-10	31-08-10		0	2	555.808	0	0	0	0	0	0
ALENT-26-2010-03	01-07-10	21-09-10		149	2	825.043	1	592.557	1	592.557	0	0
ALENT-26-2010-04	15-09-10	31-12-10		90	13	4.060.288	8	3.022.268	2	584.842	0	0
ALENT-26-2010-05	22-09-10	31-12-10		57	6	5.218.723	3	3.499.242	3	3.112.892	0	0
ALENT-26-2010-06	23-09-10	31-12-10		82	1	796.325	1	796.325	1	592.638	0	0
ALENT-26-2010-07	13-10-10	31-12-10		0	2	1.385.891	1	924.993	0	0	0	0
ALENT-26-2010-08	15-12-10	15-02-11		0	0	0	0	0	0	0	0	0

Destacam-se, no âmbito das aprovações ocorridas em 2010, o apoio de operações enquadráveis nos domínios da qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos, aos cidadãos e às empresas, racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e ainda no quadro da administração em rede. No âmbito dos avisos publicitados pela Autoridade de Gestão foram apoiadas maioritariamente as entidades da Administração Local do Estado (serviços desconcentrados da administração directa do Estado, na acepção do regulamento específico SAMA). Por outro lado, tendo em conta que a maioria das tipologias do regulamento específico SAMA se encontram “contratualizadas”, destaca-se o esforço de modernização autárquica por via do apoio a operações de cariz municipal e intermunicipal no âmbito dos avisos publicitados na modalidade de acesso “Balcão Permanente”.

De forma particularizada:

- Na NUTS III Baixo Alentejo, foram aprovadas 2 candidaturas, com um investimento elegível de cerca de 0,58 M€ e uma comparticipação de aproximadamente 0,47 M€.
- Na NUTS III Lezíria do Tejo, foram aprovadas 4 candidaturas, com um investimento elegível de cerca de 3,7 M€ e uma comparticipação na ordem dos 2,9 M€.
- Na NUTS III Alentejo Central, foi aprovada 1 candidatura, com um investimento elegível de cerca de 0,600 M€ e uma comparticipação de aproximadamente 0,47 M€.

▪ Regulamento Específico - Promoção e Capacitação Institucional

Tabela 3.49: Situação dos avisos - Promoção e Capacitação Institucional

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas								
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas		
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER	
ALENT-27-2010-01	12-01-10	15-03-10	15-03-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-27-2010-02	12-01-10	15-03-10		199	10	3.921.861	7	1.927.572	6	1.335.404	4	569.566	
ALENT-27-2010-03	14-01-10	07-07-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALENT-27-2010-04	08-02-10	31-12-13		44	7	2.109.406	7	2.109.406	6	1.883.495	5	1.073.124	
ALENT-27-2010-05	15-02-10	01-03-10	16-06-10	27	3	266.028	3	266.028	3	263.040	3	210.432	
ALENT-27-2010-06	01-03-10	18-03-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALENT-27-2010-07	03-03-10	19-04-10		192	6	4.236.776	5	2.498.370	5	2.442.832	0	0	
ALENT-27-2010-08	07-07-10	31-12-10		0	2	672.964	1	418.054	0	0	0	0	
ALENT-27-2010-09	17-08-10	20-08-10	31-08-10	12	1	135.000	1	135.000	1	135.000	1	94.500	
ALENT-27-2010-10	01-09-10	31-12-10		0	2	300.330	1	210.185	0	0	0	0	
ALENT-27-2010-11	13-10-10	31-12-10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALENT-27-2010-12	28-10-10	28-10-11		0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALENT-27-2010-13	15-12-10	15-02-11		0	0	0	0	0	0	0	0	0	

196

Os avisos abertos no âmbito do regulamento específico Promoção e Capacitação Institucional possibilitaram a abrangência de candidaturas no âmbito dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as Comunidades Intermunicipais, bem como candidaturas apresentadas directamente a concurso no âmbito das dotações não contratualizadas do INALENTEJO.

Destacam-se, no âmbito das aprovações ocorridas em 2010, as áreas de investimento e domínios de intervenção relacionadas com a promoção de produtos regionais ou de fileiras, com prospectiva e planeamento, informação de apoio ao desenvolvimento, dinamização turística, promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas, valorização do património, cultura e artesanato.

Durante o ano 2010 foram também aprovadas todas as candidaturas relativas às equipas de gestão dos PROVERE, perfazendo um total de FEDER aprovado de cerca de 1,8 M€

Aos valores considerados no mapa acima, acresce ainda salientar o encerramento do aviso ALENT-27-2009-03 (aberto no âmbito do contrato de delegação de competências com subvenção global da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo) com uma comparticipação FEDER aprovada na ordem dos 0,110 M€, resultante da decisão de aprovação de duas candidaturas que ainda se encontravam em apreciação.

Assim, de forma particularizada, no âmbito da contratualização :

- Na NUT III Alto Alentejo, foram aprovadas 2 candidaturas, com um investimento elegível de cerca de 0,15 M€ e uma comparticipação de aproximadamente 0,11 M€.
- Na NUT III Lezíria do Tejo, foram aprovadas 3 candidaturas, com um investimento elegível de cerca de 0,26 M€ e uma comparticipação de mais de 0,21 M€.

Acresce ainda ao volume de candidaturas aprovadas no âmbito do Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional, a aprovação de um Programa de Acção “Aumento da visibilidade turística do Alentejo”, em Outubro de 2010, composto por 8 candidaturas, com um valor global de investimento de cerca de 2,3 M€, e uma comparticipação FEDER de cerca de 1,3 M€

Decorrente da aprovação do referido Programa de Acção, foi ainda em 2010, celebrado um protocolo de financiamento com Turismo do Alentejo, ERT, enquanto entidade líder.

Com vista à apresentação das candidaturas integrantes do Programa de Acção aprovado, foi aberta ainda a segunda fase do convite público respectivo.

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

À semelhança do referido relativamente ao Eixo 1, uma das principais dificuldades encontradas, tem sobretudo a ver com o baixo nível de execução dos projectos, decorrente, nalguns casos, da dificuldade dos beneficiários conseguirem assegurar a contrapartida do financiamento no decurso das operações.

Também a verificação do cumprimento dos mercados públicos em sede de análise da candidatura tem-se revelado um dos principais factores de alongamento de toda a análise, tanto mais que na maioria dos avisos de concurso de 2010, foi exigido grau de maturidade das candidaturas, representando este critério, por si só, um aspecto de complexa e por vezes demorada verificação em sede de aceitação de candidaturas.

Para a taxa de compromisso do Eixo contribuiu negativamente a dotação indicativa afecta aos apoios à implementação das Lojas do Cidadão na Região (não contratualizada), na ordem dos 40 M€, que se considera sobredimensionada face à procura regional efectiva.

No âmbito do Eixo V parece-nos importante deixar as seguintes considerações finais:

- 1 – Prevê-se que, para o ano de 2011, continue a existir uma forte procura no âmbito do regulamento específico Promoção e Capacitação Institucional.
- 2 – O regulamento específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa apresentou uma taxa de compromisso extremamente reduzida. Esta situação deveu-se essencialmente à não utilização das verbas inicialmente previstas para a implementação das lojas do cidadão na região. Situação esta, que se prevê não vir a ter alterações significativas no ano de 2011.

3.5.4. Projecto demonstrativo

PORTUGAL TECNOLÓGICO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO	
Designação	<i>Alentejo - Promoção e marketing Territorial</i>
Promotor	<i>CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo</i>
Investimento do projecto	
	Investimento Total 135.000 €
	Investimento Elegível 135.000 €
	FEDER 94.500 €
CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO	
<p>A participação do Alentejo no Portugal Tecnológico mais não foi do que uma mostra do melhor se faz no Alentejo ao nível da qualidade e inovação. Foi, acima de tudo, mais um esforço para dar a conhecer o que melhor se faz em produtos altamente inovadores e em investigação e desenvolvimento.</p> <p>Participaram na exposição desde empresas, instituições do ensino superior, centros de investigação e demais agentes cujo lema para a sua criatividade passe pela qualidade e inovação.</p> <p>Como exemplo de acções inovadoras e de excelência destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Herdade Flor da Rosa, que está localizada no concelho de Ferreira do Alentejo e no centro do triângulo de desenvolvimento da região: o aeroporto de Beja, o porto de Sines e Alqueva. Com óptimas condições naturais que desfrutam, numa área de 230 há em estufas e 300 colaboradores (500 em período de campanha), dedica-se à produção de uvas de mesa sem grainha de elevada qualidade, reconhecida não só em Portugal como também nos países para o qual exportam. - Centro Hércules, esta infra-estrutura é composta por uma equipa multidisciplinar que envolve técnicos e especialistas em conservação e património além de cientistas de diferentes áreas. O Centro dispõe de uma sala de recursos educativos e diversos laboratórios de caracterização de materiais equipados com instrumentação analítica de ponta, únicas na região e potenciadoras de sinergias com outras áreas de actividade. 	

PORTUGAL TECNOLÓGICO

FOTOGRAFIAS



| 199



3.6. Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica

3.6.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

No que se refere ao Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica, a sua evolução está identificada nas tabelas seguintes, bem como o seu comportamento ao nível de Indicadores de Eixo, e ao nível de Indicadores Comuns Comunitários:

Tabela 3.50: Eixo Prioritário 6 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.460.021.571	868.933.978	830.770.367	535.897.904	61,67%
FEDER		868.933.978		535.897.904	61,67%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	293.555.861	311.925.195	165.200.138	56,28%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	139.911.758	171.232.035	115.379.515	82,47%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	200.873.309	252.373.224	190.086.579	94,63%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	131.413.521	63.265.357	41.713.914	31,74%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	77.179.529	24.117.126	16.838.942	21,82%
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	25,69%

Tabela 3.51: Eixo Prioritário 6 – Execução

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Ações de Assistência Técnica	4.174.371	3.548.216	535.060	3.444.307	3.979.367	13,65%	53,13%	59,58%
ALENT-06 Assistência Técnica	4.174.372	3.548.216	535.060	3.444.307	3.979.367	13,65%	53,13%	59,58%

Gráfico 3.6: Grau de compromisso global face à Programação

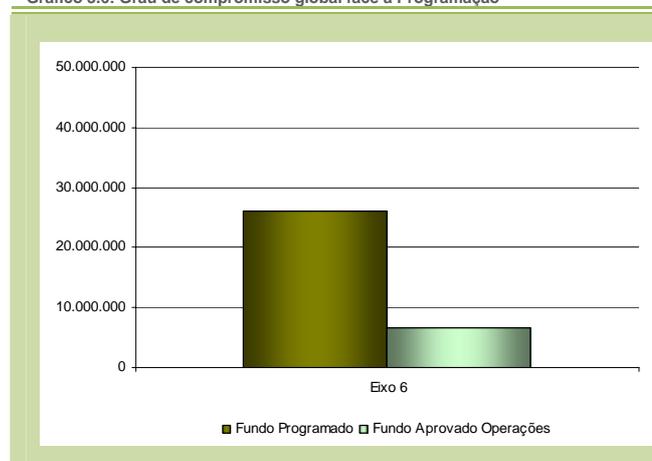


Tabela 3.52: Realização Física do Eixo Prioritário 6

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
% despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização Executada	0	0,13%	6,9%	6,6%		6,6%
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				7,5%	10%	
	Valor de Referência						--
Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização Executada				32%		32%
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				60%	80%	
	Valor de Referência						
N.º Visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO	Realização Executada	0	50.248	176.277	314.121		314.121
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				80 000	100 000	180 000
	Valor de Referência						--
N.º Acções de divulgação e informação do Programa	Realização Executada		160	453	1.206		1.206
	Realização Contratada	n.a.					
	Metas				50	75	--
	Valor de Referência						--
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
1	Emprego criado			10	10		10
2	dos quais : homens			4	4		4
3	dos quais : mulheres			6	6		6

n.a. – não aplicável

Indicadores de Eixo

- **Percentagem de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão** – Como já referido no Relatório anterior, no que se refere à percentagem de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão, a terminologia adoptada para o indicador talvez não seja a mais adequada. Face ao modelo de governação do QREN e do PO, não existem auditorias de gestão, mas sim verificações de gestão e verificações no local, estas realizadas por uma estrutura segregada.

Podemos considerar que toda a despesa pública dos Eixos Prioritários 1 a 6, com excepção dos Sistemas de Incentivos integrados no Eixo 1, que têm normas de verificação próprias realizadas pelos Organismos Intermédios, se encontra coberto por verificações de gestão, pelo que para efeitos deste indicador serão apenas tomadas em consideração as acções realizadas no local pela estrutura segregada.

Desta forma, o valor para este indicador, no ano de 2010, situa-se em 6,57%. De referir que este valor se reporta exclusivamente às acções inteiramente concluídas com despacho de decisão final.

- **Número de Acções de Divulgação e Informação do Programa** – Este indicador reflecte todas as componentes do Plano de Comunicação do INALENTEJO, nomeadamente as acções de esclarecimento e de formação, materiais de promoção concebidos, material de *merchandising*, eventos realizados, participação em feiras e publicidade realizada, perfazendo um número total acumulado de 1.206 acções.

| 202

Salienta-se o empenho da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na divulgação e promoção do Programa, assim como o êxito no cumprimento deste indicador dado já se encontrarem largamente ultrapassadas as metas previstas atingir em 2010 e 2015, respectivamente 50 e 75 acções.

- **Número de Visitantes anuais ao sítio de internet do INALENTEJO** - O sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/, constituiu-se desde o início do Programa como o meio preferencial de transmissão da informação, verificando-se um número de visitas em 2010 de 137.844, de que resulta um valor acumulado de 314.121 visitas, ultrapassando em larga medida as metas definidas para o ano de 2010 (80.000) e 2015 (100.000).
- **Níveis de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)** – Em 2010, registaram-se 44 recomendações resultantes de verificações no local, das quais 14 encontravam-se satisfeitas no final do ano, um grau de satisfação de 32%.

Considerando que o Plano de Comunicação se encontra em fase de avaliação por uma equipa independente, e face ao desajustamento de alguns dos indicadores anteriormente referidos, quer em termos de definição, quer em termos de metas, pensamos que deste exercício de avaliação poderá vir a resultar um bom contributo para o ajustamento dos mesmos.

Indicadores Comuns Comunitários:

Ao nível de Indicadores Comuns Comunitários apenas se define para o Eixo 6 – Assistência Técnica, o indicador ‘Empregos criados’, entendido como empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro.

Em 31-12-2010, para este indicador, não se registam alterações relativamente ao ano de 2009. A realização contratada situa-se em 10 novos postos de trabalho distribuídos por três operações de Assistência Técnica, das quais a da própria Autoridade de Gestão – CCDRA e de duas operações referentes às EAT das AM/CIM, no âmbito do processo de subvenção global.

Em termos de repartição por género, dos 10 postos de trabalho criados, 6 são femininos e 4 são masculinos.

3.6.2. Análise qualitativa

O regulamento específico Assistência Técnica aplica-se na capacitação das Autoridades de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências.

Assim, a execução física do Eixo 6, que se encontra representada na tabela anterior, e cuja análise já foi efectuada, permite realçar a totalidade da despesa pública coberta por verificações de gestão, o número de acções de divulgação e informação do Programa, bem com o elevado número de visitantes anuais ao sitio da internet do INALENTEJO, que já ultrapassam as metas previstas.

Quanto ao contributo do Eixo 6 para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, conforme anteriormente referido, dos 10 postos de trabalho criados, 6 são femininos e 4 masculinos.

No final de 2010, a taxa de compromisso do Eixo 6 é de 26 % da dotação FEDER programada. Com um total de investimento elegível de 7,9 M €, a taxa de aprovação líquida é de 66 % e a taxa de contratação é de 95 %. Estes valores reflectem a receptividade dos beneficiários, o que é expectável, considerando ser este o Regulamento vocacionado para o apoio ao funcionamento das estruturas de gestão e controlo do Programa.

A execução do Eixo 6 - Assistência Técnica (Anexo II), apresenta um investimento elegível total de 4.174.372 €, ao qual corresponde uma taxa de execução de 13,65 % e uma taxa de realização de 53,13 %.

O total de FEDER pago aos beneficiários é de 3.979.367 €, valor que se traduz numa taxa de pagamento de 59,58 %, assim como numa taxa de reembolso de 112,15%, uma vez que este Regulamento Específico prevê a possibilidade de concessão de adiantamentos aos beneficiários.

Regulamento Específico - Assistência Técnica

Tabela 3.53: Situação dos avisos – Assistência Técnica

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-73-2010-01	12-01-10	08-02-10	08-03-10	11	1	2.700.000	1	2.700.000	1	2.700.000	1	2.295.000
ALENT-73-2010-02	09-03-10	09-04-10	16-06-10	89	3	594.630	3	594.630	3	493.684	3	419.631
ALENT-73-2010-03	03-11-10	30-11-10		0	11	5.227.259	10	5.159.301	0	0	0	0

Relativamente ao processo de selecção das candidaturas (valores acumulados – Anexo IX), no Eixo 6, com uma dotação FEDER total de 26 M€, foram publicitados 6 Avisos de Concurso até final de 2010, representando uma dotação total a concurso de 18 M€.

Estes concursos deram lugar à entrada de 30 candidaturas, podendo referir-se o seguinte ponto de situação no final do ano:

- 29 candidaturas admitidas;
- 1 candidatura não admitida, embora com situação revista após o procedimento de audiência prévia do beneficiário;
- 19 candidaturas aprovadas com um investimento total de 8,1 M€, um investimento elegível de 7,9 M€ e uma comparticipação FEDER de 6,7 M€;
- A taxa de admissibilidade das candidaturas situa-se em 97%.

A análise da situação referente ao ano 2010, permite apurar as seguintes situações:

- No início do ano de 2010, no âmbito do aviso de concurso ALENT-73-2010-01, com uma dotação financeira de 3,5 M€, foi apresentada uma única candidatura da CCDRA, a qual se constitui como suporte ao funcionamento de toda a estrutura de gestão directa do INALENTEJO;
- Abertura de um segundo concurso (ALENT-13-2010-02) do regulamento específico Assistência Técnica para o ano de 2010, com uma dotação de 1,0 M€, permitiu a apresentação de 3 candidaturas de Organismos Intermédios no âmbito dos Sistemas de Incentivos;
- Para efeitos de financiamento da Assistência Técnica para 2011, foi publicitado ainda o aviso de concurso ALENT-73-2010-03, com uma dotação de 4,0 M€; das 11 candidaturas apresentadas neste concurso, uma foi objecto de não admissão

encontrando-se, as restantes 10 candidaturas em análise de mérito, no final do ano;

- A tipologia dos beneficiários é representada por uma entidade da Administração Central (CCDRA), que presta apoio administrativo e financeiro à Autoridade de Gestão, com duas candidaturas, bem como cinco Comunidades Intermunicipais (CIMAA, CIMAC, AMBAAL, CIMAL e CIMLT) que integram as Estruturas de Apoio Técnico no âmbito do processo de contratualização, e quatro Organismos Intermédios nos âmbito dos Sistemas de Incentivos (AICEP, IAPMEI, Turismo de Portugal e AdI).

O investimento médio por candidatura é de cerca de 0,44 M€, e os tempos médios de decisão apresentam 55 dias efectivos contra o previsto de 29 dias, devendo no entanto ser tido em consideração os prazos consumidos pela solicitação de elementos/esclarecimentos adicionais, bem como as situações de observações apresentados pelos beneficiários em sede de audiência prévia.

Verifica-se assim, neste Eixo, a continuação de uma boa performance ao nível da Autoridade de Gestão, quer na fase de aprovação, quer na fase do acompanhamento, que permite contribuir de forma positiva para as taxas médias de execução e realização global do Programa.

3.6.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo 6 – Assistência Técnica, não se verificaram problemas significativos. No entanto, considerando que se trata de um eixo vocacionado para a capacitação das Autoridades de Gestão no desenvolvimento das suas competências, incluindo as estruturas dos Organismos Intermédios, não parece fazer sentido a necessidade de se manter o modelo de candidatura através de avisos de concurso, para além da própria avaliação de mérito das candidaturas. Pensamos que este deveria ser um aspecto a rever.

4. GRANDES PROJECTOS

O projecto Criação de Uma Unidade Industrial de Biodiesel, cujo promotor é a Greencyber, S.A., está enquadrado no regime especial nos termos do nº 5 do Artigo 7º do Anexo II – Republicação do Decreto-Lei nº 287/2007 de 17 de Agosto – do Decreto-Lei nº 65/2009 de 20 de Março e do nº 3 do Artigo 5º do Anexo da Portaria nº 1103/2010 de 25/10.

O projecto, com localização no Concelho de Sines, tem como objectivo a criação de condições para o fornecimento de um combustível "verde" em particular para mercados externos (Espanha, Itália, Reino Unido e Alemanha) com vista à sustentabilidade de recursos não renováveis e poluentes, o que garante a redução da emissão de gases contaminantes, CO₂.

Na 29ª reunião da Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN, realizada em 15 de Janeiro de 2010, obteve o projecto parecer favorável com base no parecer apresentado pelo Organismo Intermédio AICEP, culminando com a decisão, em 18 de Janeiro de 2010, por parte do INALENTEJO, da atribuição do incentivo, na sequência dos nºs 5 e 6 do Artigo 21 do Anexo à Portaria nº 1103/2010 de 25/10.

Para além das condições de elegibilidade do projecto propostas pelo Organismo Intermédio, considerou o INALENTEJO pertinente em fazer constar da sua decisão, em sistema de informação, a seguinte observação em outras condicionantes pré-contratuais: “o pagamento do incentivo financeiro fica condicionado à comprovação, pela Sociedade, até 31 de Outubro de 2010, do início das obras de terraplanagem da unidade industrial de produção de biodiesel, objecto do projecto”.

O projecto foi objecto de notificação em 14-01-2011. Este processo ainda está a decorrer.

Ainda não teve lugar a assinatura do contrato e, por conseguinte, não existe qualquer execução / adiantamento.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A programação financeira 2007-2013 para o Eixo 6 – Assistência Técnica, cifra-se em 26 M€ de financiamento FEDER, o que representa cerca de 3,0 % da dotação orçamental atribuída ao Programa.

A análise à execução acumulada do Eixo 6 permite constatar o seguinte:

- A taxa de compromisso do Eixo 6 é de 26 % da dotação FEDER programada.
- A contribuição do Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica para o valor global de aprovação FEDER do INALENTEJO, no final de 2010, é de 6,7 M€, representando 1,33 % do total aprovado no Programa;
- Em termos de execução, o FEDER correspondente à despesa validada no Eixo 6 - Assistência Técnica, é de 3.548.216 €, representando 3,89 % do total do Programa;
- A taxa de execução do Eixo é de 13,65 % e a taxa de realização é de 53,13 %;
- Relativamente ao ano anterior, a taxa de realização mantêm-se em níveis idênticos.

Os valores aprovados no âmbito da Assistência Técnica não ultrapassaram os limites regulamentares estabelecidos, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009 do Conselho, de 7 de Abril de 2009.

Tabela 5.1: Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica (€)

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Execução (EX)		Taxa de compromisso	Taxa de realização
	Despesa Pública	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	(AP/PR)	(EX/AP)
Eixo Prioritário 6	30.588.235	26.000.000	7.857.430	6.678.816	4.174.372	3.3548.216	25,69 %	53,13%

Gráfico 5.1: Assistência Técnica (€)

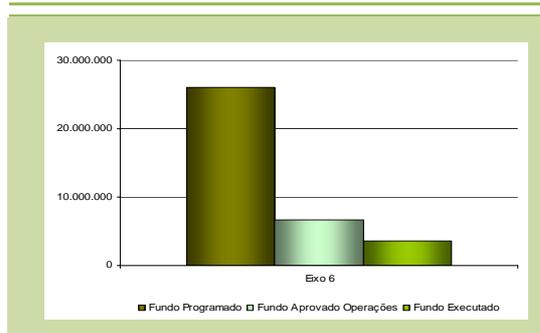


Tabela 5.2 : Assistência Técnica, aprovações e execução por tipologia de Beneficiário a 31-12-2010 Un:€

Tipologia de Beneficiário	N.º de candidaturas apresentadas	N.º de projectos aprovados	Custo elegível aprovado	FEDER Aprovado (AP)	% FEDER aprovado	FEDER Executado (EX)	Taxa de realização (EX/AP)
CCDRA	4	4	5.245.278	4.458.487	85%	2.729.604	61,22%
OI/CIM	10	10	1.588.983	1.350.636	85%	730.330	54,07%
OI/SI	5	5	1.023.168	869.693	85%	88.282	10,15%
Total PO	19	19	7.857.429	6.678.816	85%	3.548.216	53,13%

Tabela 5.3 : Tipologia de despesa elegível aprovada a 31-12-2010

Tipologia de despesa	Investimento elegível aprovado	%
Custos com pessoal	5.474.873,68	69,68
Equipamento informático e software	220.670,38	2,81
Informação e publicidade	169.452,24	2,16
Estudos e consultoria	1.225.469,15	15,60
Outros bens e serviços de apoio à gestão	766.964,91	9,75
Total	7.857.430,36	100,00

Ainda no que se refere ao Eixo 6 - Assistência Técnica, conforme tabela seguinte, no final de 2010, em termos de aplicação orçamental e considerando os valores aprovados por tipologia de despesas, bem como a correspondente estrutura de custos, verifica-se que o valor mais significativo, 69,68%, se refere a custos com pessoal.

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Plano de Comunicação do INALENTEJO foi apresentado à Comissão Europeia em 11-02-2008, de acordo com a regulamentação comunitária e nacional em vigor, tendo sido objecto de aprovação por parte desta, conforme ofício n.º 6146, de 10-07-2008, da DG REGIO.

| 209

Através do Plano de Comunicação aprovado, a Autoridade de Gestão propõe-se promover e coordenar um conjunto de acções, com o intuito de sensibilizar a opinião pública e informar os potenciais beneficiários, sobre os objectivos do FEDER e do empenho nacional no apoio ao desenvolvimento regional e à coesão económica e social.

A comunicação do INALENTEJO assenta em quatro grandes objectivos estratégicos, ligados à notoriedade/visibilidade, à transparência/equidade, à qualificação da procura e, não menos importante, ao papel da União Europeia e dos fundos estruturais. Trata-se de objectivos suficientemente fortes e integradores, podendo ser considerados como “elementos fundadores” da comunicação do Programa.

A divulgação e a publicitação do co-financiamento concedido pelo INALENTEJO constituem uma responsabilidade das suas entidades beneficiárias, consagrada na legislação comunitária e nacional.

Tal obrigação tem como principal objectivo informar os públicos-alvo da intervenção (ou beneficiários finais) e a opinião pública, em geral, sobre o papel desempenhado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e pelo Estado Português, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, nos projectos e operações co-financiados e nos seus respectivos impactos e resultados.

A implementação do Plano de Comunicação aprovado é constituída por três fases operacionais:

- 1.ª Fase (2007/2009) – Promoção e implementação institucional
- 2.ª Fase (2010/2011) – Consolidação e avaliação intercalar
- 3.ª Fase (2012/2013) – Divulgação da execução e encerramento

Atendendo às acções previstas no Plano de Comunicação do INALENTEJO e respectiva calendarização programada, os resultados obtidos até ao final do ano de 2010 são os seguintes:

Imagem

Neste âmbito estavam previstas três acções:

- a concepção da “*corporate image*” do Programa – foi desenvolvido um concurso de ideias para a concepção da logomarca INALENTEJO. A logomarca foi seleccionada e registada como marca nacional sob o n.º 435089, ainda em 2008;
- a concepção do Manual de Normas Gráficas - ficou concluída em 2008, e está acessível no sítio da internet do INALENTEJO; foram ainda desenvolvidas diversas aplicações de economato;
- as Orientações de Gestão sobre as obrigações de informação e publicidade dos beneficiários para implementação do Plano de Comunicação - a Autoridade de Gestão do INALENTEJO emitiu a Orientação de Gestão n.º 2/2008, de 06-06-2008 – Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários, acessível no sítio do INALENTEJO, posteriormente actualizada em 26-10-2009.

Figura 6.1: Logomarca



O sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/

Constituiu-se desde o início como o meio preferencial de transmissão da informação, disponibilizando toda a informação referente a:

- apresentação do Programa e da Comissão Directiva;
- regulamentação comunitária, nacional e de gestão;
- avisos de concurso abertos por Eixo Prioritário e regulamento específico, com indicação do período de abertura, montante a concurso e possibilidade de acesso imediato ao regulamento, respectivos critérios de selecção e aviso de concurso;
- avisos de concurso encerrados;
- operações aprovadas, por Eixo Prioritário, com identificação dos respectivos beneficiários, investimento total e FEDER aprovados, com informação actualizada trimestralmente, de acordo com a Orientação de Gestão n.º 2/2008 - Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários; a informação sobre os apoios financeiros concedidos começou a ser divulgada no início de 2009, com a

situação reportada a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com a Orientação Técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de Outubro;

- procedimentos de Gestão, incluindo o Manual de Procedimentos do INALENTEJO e as Orientações de Gestão;
- Plano Anual de Concursos;
- Relatórios de Execução;
- regras de publicitação, nomeadamente as Normas de Publicitação do INALENTEJO, e as normas gráficas do QREN e do INALENTEJO, bem como as especificações do Emblema Europeu;
- sessões de divulgação;
- notícias;
- newsletter;
- contactos;
- ligações úteis, designadamente ao site do QREN e dos Sistemas de Incentivos.

Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/



O sítio de internet do INALENTEJO constitui um meio privilegiado de informação e divulgação, como se pode confirmar pelo respectivo número de visitantes, que até 31-12-2010 ascendeu a 314.121, dos quais, 137.844 respeitam apenas ao ano 2010. Neste

contexto, também o exercício de Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO, refere relativamente à utilização da internet, e mais concretamente do site do INALENTEJO, que “*Quer o número de visitas ao site, quer a opinião perspectivada pelos beneficiários no inquérito realizado no âmbito da avaliação, confirma a importância deste meio de divulgação e informação (...)*”. O número de visitas ao site tem superado claramente a média anual inicialmente prevista (50.000 visitantes/ano).

Em 2010, foi lançado um procedimento de aquisição de serviços externos para “*Concepção da Reformulação do Website do INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 – 2013, e sua Implementação*”, cujo respectivo contrato data de final de Janeiro de 2011, encontrando-se os trabalhos em curso.

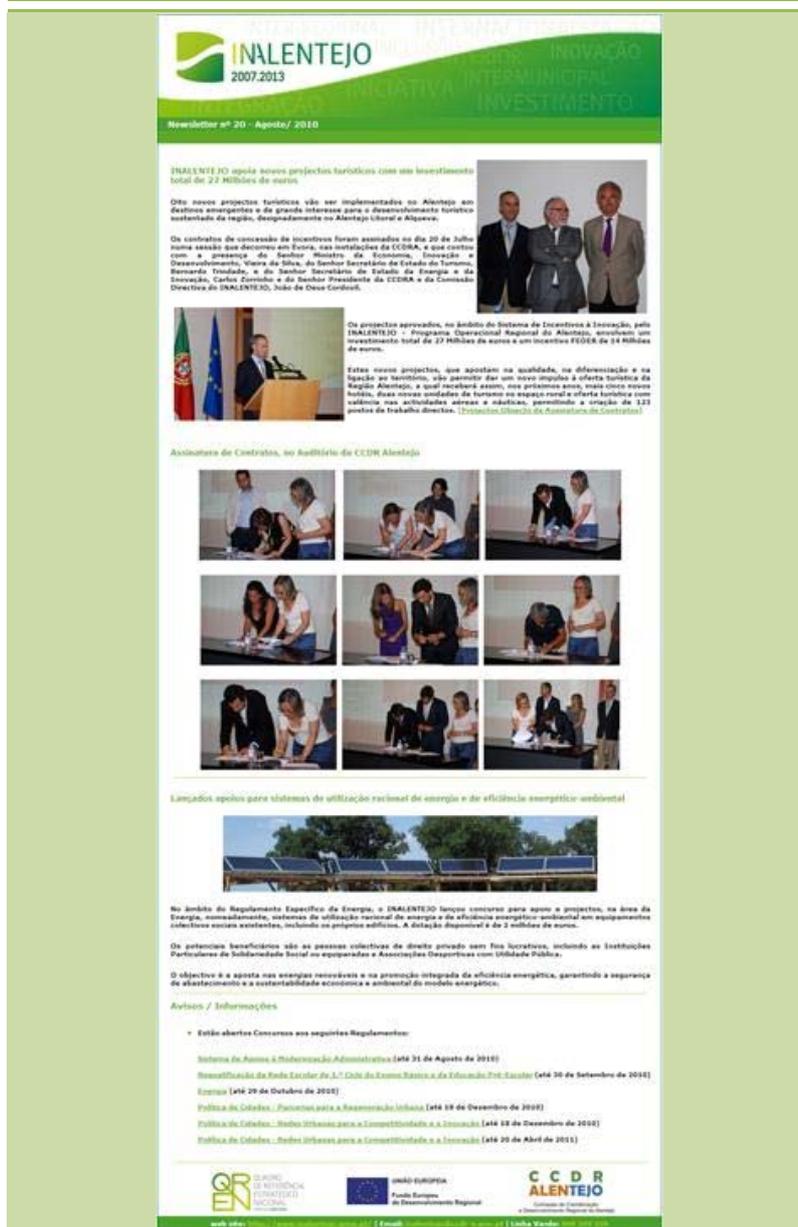
A concepção da reformulação do *Website* do Programa tem como principal objectivo, reforçar a notoriedade da marca INALENTEJO e melhorar a imagem do Programa, criando uma relação de maior proximidade entre o INALENTEJO e os seus públicos-alvo, facilitando o acesso à informação, através de uma navegação fácil e intuitiva e de um visual apelativo.

Outros importantes meios de comunicação, para efeitos de esclarecimento de dúvidas e pedidos de informação, foram:

- O endereço electrónico info.poalentejo@ccdr-a.gov.pt, (actualmente inalentejo@ccdr-a.gov.pt) - com 771 e-mail's respondidos até 31-12-2009, dos quais 268 ao longo do ano de 2009;
- A linha verde 800 205 238 – com 5.870 solicitações telefónicas até 31-12-2009, das quais 2.272 em 2009.

Do total de 20 newsletter produzidas até 31-12-2009, 17 respeitam ao ano de 2009, sendo de referir que a sua produção teve início no último trimestre de 2008.

Figura 6.3: Newsletter



A consulta on-line da situação dos projectos e lista de beneficiários, prevista na alínea d) do art.º 7.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, começou a ser divulgada no início de 2009, com a situação reportada a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com a Orientação Técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de Outubro.

Meios Materiais

No âmbito da concepção e edição de “*merchandising*”, no ano de 2010 foram produzidos os seguintes materiais de promoção e divulgação do INALENTEJO: cadernos de capa rígida, cadernos de capa de cortiça, *memória USB*, blocos de notas, *post-it*, fitas e bonés.

Figura 6.4: Meios Materiais



Em 2010, ao nível da concepção e edição de suportes de comunicação e promoção, salienta-se ainda a remodelação do *stand* de exposições do INALENTEJO, a produção de cartazes e de autocolantes para publicitação do co-financiamento, bem como a reedição de pastas de processos. Importa referir ainda, a produção de um destacável INALENTEJO, distribuído a nível regional através dos diversos meios de comunicação escrita, à semelhança do que já havia ocorrido no ano anterior.

A produção da brochura de apresentação do Programa completou o conjunto de materiais produzidos no ano de 2010, incluindo também uma versão em CD-ROM.

Figura 6.5: Meios Materiais



Figura 6.6: Meios Materiais (Brochura e Destacável)



Eventos

No que diz respeito aos eventos, em 2010 realizaram-se 3 sessões públicas de assinatura de contratos, duas das quais contaram com a presença de membros do Governo.

Realizaram-se duas sessões alargadas de esclarecimentos, incidindo sobre temas de carácter específico, uma no domínio da energia (Apoios para sistemas de utilização racional de energia e de eficiência energético-ambiental) e outra direccionada para as empresas (Medidas para aceleração de projectos QREN).

Foram ainda realizadas ao longo de 2010, um conjunto de 25 sessões de esclarecimento e informação diversa, com potenciais beneficiários.

Em Maio de 2010, no âmbito das comemorações alargadas do Dia da Europa, realizou-se um Colóquio sob o tema “Valorizar e Tornar Mais Competitiva a Região Alentejo – Oportunidades e Estratégia no Horizonte Europa 2020” e em Dezembro de 2010 realizou-se o Seminário “Política de Cidades – O Desenvolvimento e a Regeneração Urbana”.

De referir que a Região Alentejo acolheu em Outubro de 2010, a Conferência “Economia Verde e Avaliação Ambiental Estratégica”, evento organizado pelo Observatório do QREN e pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, com o apoio do Instituto Politécnico de Beja.

Figura 6.7: Eventos (Conferência “Economia Verde e Avaliação Ambiental Estratégica”)



Em Maio de 2010, as comemorações do Dia da Europa, deram lugar a um programa alargado, que incluiu o hasteamento da bandeira da União Europeia nas instalações da CCDRALentejo, a realização de um concurso de elaboração de trabalhos, por parte dos Alunos dos Centros Escolares apoiados pelo INALENTEJO, subordinados aos temas “A Europa” e “A minha nova escola”, a respectiva sessão de Entrega de Prémios aos Alunos e Escolas, a inauguração de uma Exposição dos referidos trabalhos na Sala de exposições da CCDRA, para além da realização do Colóquio “Valorizar e Tornar Mais Competitiva a Região Alentejo – Oportunidades e Estratégia no Horizonte Europa 2020”, atrás referido. Foi ainda produzida uma *newsletter* especial do INALENTEJO (2.º Trimestre de 2010) dedicada às comemorações do Dia da Europa, em particular ao concurso de trabalhos dos alunos e à respectiva sessão de entrega de prémios.

Figura 6.8: Eventos (Dia da Europa - Exposição)



Figura 6.9: Eventos (Dia da Europa - Sessão de Entrega de Prémios aos Alunos e Escolas)



Ao nível da participação do INALENTEJO em **feiras**, no ano de 2010 contabilizam-se três participações, designadamente: OVIBEJA 2010 - Beja, Feira de S. João – Évora e Feira do Montado - Portel.

No âmbito da **mediação e publicidade**, no ano de 2010, foram produzidos 10 comunicados de imprensa, foram publicados 23 anúncios nos meios de comunicação social e contabilizam-se 648 notícias publicadas. Se no primeiro caso, se registou um decréscimo face ao número de comunicados de imprensa efectuados em 2009, no que se refere aos anúncios, o número quase duplicou em 2010 face ao ano anterior e no caso das notícias registou-se um forte incremento, uma vez que do total de 848 registado até 31-12-2010, 648 notícias terão sido publicadas em 2010.

Em termos de execução, e pretendendo apresentar uma visão transversal do Plano de Comunicação junto do público-alvo, podemos referir o seguinte:

- **Beneficiários** (directos e potenciais) – A comunicação foi efectuada através das sessões públicas de informação realizadas, informação disponibilizada no sítio da internet do INALENTEJO, *newsletter* e publicidade nos meios de comunicação regionais, nomeadamente dos Planos Anuais de Concursos.

No entanto, no que se refere a este grupo de público-alvo, os principais meios de informação, e esclarecimento mais específico de questões objectivas, foram as reuniões de esclarecimento e informação realizadas (25), e a informação através da linha verde (2.079 solicitações) e da conta de e-mail específico (76 solicitações). Em termos de sessões de esclarecimentos alargadas, destacam-se as sessões dedicadas à energia (Apoios para sistemas de utilização racional de energia e de eficiência energético-ambiental) e às empresas (Medidas para aceleração de projectos QREN).

- **Mediadores** (Comunicação Regional, “*Opinion Makers*” e Rede Regional de Informação e Divulgação) – A este nível, o principal meio de informação utilizado foi a prestação de informação junto da comunicação social, bem como o convite para a sua presença nas principais reuniões e eventos organizados pela Autoridade de Gestão. Destacamos a edição e distribuição do Destacável INALENTEJO nos principais jornais a nível regional, que abrangem potencialmente toda a população das respectivas NUT III.

- **Público em Geral / Opinião Pública** – Este é o segmento de público-alvo mais diversificado, com diferentes níveis de conhecimento e interesse por estas temáticas. A principal informação é veiculada através do sítio da internet, da informação na comunicação social e da presença em certames a nível regional, com distribuição de materiais de promoção e “*merchandising*”.

A presença em feiras permite abranger um público alargado, sendo de referir que a OVIJEJA, pelas suas características muito próprias, se reveste de natureza nacional.

O material de promoção distribuído é apelativo para o público, levando-os a interessar-se por obter mais informação, nomeadamente sobre o significado da designação “INALENTEJO” e os seus objectivos.

- **Público institucional** – A este segmento muito específico de público-alvo, para além das outras acções já referidas, aplicam-se também as acções de informação e formação realizadas, nomeadamente junto das Estruturas de Apoio Técnico das

AM/CIM, em sede de processo de contratualização, no âmbito do qual também foi prestada informação/formação aos beneficiários.

A diferença mais relevante entre a previsão e a execução reside no número de participantes nos mega-eventos, que talvez tenha sido demasiado ambicioso (200 participantes/evento), face à experiência de quadros comunitários anteriores, ou os temas abordados nestes eventos não sejam apelativos para os públicos-alvo.

| 219

Ao nível das despesas referentes à execução do Plano de Comunicação aprovado do INALENTEJO, podemos associar em 2010, um montante financeiro de 68.859,95€

Os quadros seguintes permitem sintetizar as diversas acções realizadas em 2010, com o objectivo primordial de divulgação do programa junto dos principais públicos-alvo, bem como de informação e esclarecimento, sendo ainda apresentado o ponto de situação relativo à implementação do Plano de Comunicação do PO, até 31-12-2010.

Tabela 6.1: Acções de natureza diversa desenvolvidas em 2010

	Indicadores	Tipo	Obj.	Segm.	Metas	Observações	Realizado em 2010	Realizado Acumulado a 31-12-2010
				alvo				
Internet	Acessibilidade ao sítio de Internet a cidadãos com necessidades especial (W3C)	Rs	T	T	100%	Cumprimento integral das regras W3C	Cumprimento regras W3C – conformidade A	Cumprimento regras W3C – conformidade A
	N.º visitantes ao sítio de Internet do Programa	Rs	T	T	350.000	Média anual: 50.000 visitantes	137.844	314.121
	N.º newsletters electrónicas editadas	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	90	Média anual: 15 edições	15	35
	N.º newsletters electrónicas recebidas	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	45.000	Média destinatários/edição: 500	Edição 900	Edição 900
Meios materiais	N.º exemplares de material de "merchandising" editados	Rz	1	BD, BP, PI	50.000	N.º aproximado ao "porAlentejo"	7 materiais 6.500 unid.	17 materiais 20.450 unid.
	% exemplares de material de "merchandising" distribuídos em eventos	Rs	1, 2	BD, BP, PI	90%	% = n.º exempl. distrib. / n.º exempl. editados	a)	a)
Eventos	N.º de "mega-eventos" (inclui evento de apresentação do Programa)	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	6	1 evento apres. + 5 "mega-eventos"	7 sessões públicas + 2 "mega-eventos"	26 sessões públicas + 4 "mega-eventos"
	N.º de participantes nos "mega-eventos"	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	1.200	Média: 200 particip./evento	-	-
	N.º "press-trips" realizadas	Rz	1, 2	M	10	Média anual: 2	-	-
	N.º "clippings" (notícias, reportagens, entrevistas) após "press-trips"	Rs	1, 2	M	100	Média: 10 "clippings" por evento	658	888
	N.º seminários/"workshops" realizados	Rz	T	BD, BP, M	40	Média anual: 6 eventos	25	86
	N.º participantes em seminários/"workshops" realizados	Rs	T	BD, BP, M	2.000	Média: 50 particip./evento	a)	a)
	N.º participações em feiras e "road-shows"	Rz	T	BD, BP, M, OP, PI	30	Média anual: 5	3	14
	N.º folhetos distribuídos em feiras e "road-shows"	Rs	T	BD, BP, M, OP, PI	15.000	Média: 500 folhetos /evento	a)	a)
Mediação e publ.	N.º anúncios de divulgação nos "media" (jornais, rádios, ...)	Rz	T	BD, BP, M, OP	60	Média anual: 10 anúncios	23	45
	Taxa de acolhimento dos "press-releases" enviados para os "media"	Rs	T	M	75%	Taxa = n.º press public. / n.º press enviados	a)	a)
	N.º entidades envolvidas na rede regional de divulgação e informação	Rs	2	M	40	estimativa	a)	a)

Tabela 6.1: Acções de natureza diversa desenvolvidas em 2010

(continuação)

Indicadores	Tipo	Obj.	Segm.	Metas	Observações	Realizado em 2010	Realizado Acumulado a 31-12-2010
			alvo				
Avaliação	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	BD, BP	90%	A apurar através de fontes primárias	
	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	OP	30%	A apurar através de fontes primárias	
	Grau de reconhecimento do papel da União Europeia e fundos estruturais	Rs	4	BD, BP, OP	90%	A apurar através de fontes primárias	
	Grau de avaliação positiva do Programa	Rs	T	BD, BP, M, OP	80%	A apurar através de fontes primárias	

a) sem informação

| 220

Plano de Comunicação – Execução

Tabela 6.2: Plano de Comunicação

Plano de Comunicação	Ano de 2010	Acumulado a 31-12-2010
Sítio da Internet (www.inalentejo.qren.pt)		
Visitas ao site	137.844	314.121
Linha Verde (800 205 238)		
Solicitações por via telefónica	2.079	7.949
Conta de e-mail específico (inalentejo@ccdr-a.gov.pt)		
E-mails respondidos	76	847
E-newsletter		
N.º E-newsletter	15	35
Destinatários de envio da e-newsletter	900	900
Reuniões de esclarecimento		
Reuniões realizadas	25	86
Acções de Formação		
Acções de Formação realizadas	1	19
Material de Promoção		
Materiais de Promoção produzidos	6	49
Folheto (desdobrável)	3	8
N.º de Exemplares (folheto)	48.500	144.300
Material de "Merchandising"		
Materiais de "Merchandising" produzidos	7	17
Eventos		
Sessões públicas de apresentação do PO	0	19
Das quais, com a presença de membros do Governo	0	2
Sessões públicas de assinaturas de contratos	3	14
Das quais, com a presença de membros do Governo	2	11
Outros Eventos Públicos	9	12
Média Total de Participantes por Sessão	100	-
Feiras		
Participações em Feiras, a nível regional	3	14
Mediação e Publicidade		
Anúncios nos meios de comunicação social	23	45
Comunicados de Imprensa/ Conferências de Imprensa	10	40
Notícias Publicadas	648	848

Rede de Comunicação QREN

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO participa nos trabalhos da Rede de Comunicação do QREN e nas suas diversas iniciativas, esta tem vindo a revelar-se como uma oportunidade única de troca de experiências, racionalização de meios e potenciação de iniciativas junto dos beneficiários e do público em geral, que muito tem contribuído para a divulgação do QREN e dos PO.

Neste âmbito, destacamos:

- **O Programa de Rádio Objectivo 2013** - programa de rádio da TSF e da Rede de Comunicação do QREN, teve início em Setembro de 2009. O objectivo deste programa é dar a conhecer os projectos nos quais têm sido aplicados os fundos

comunitários, destacando os seus resultados e benefícios, informar adequadamente o público em geral no capítulo das oportunidades oferecidas pelo QREN e seus PO, e simultaneamente, estimular a procura de apoios no âmbito do QREN. A emissão é de Segunda a Sexta às 12h e 50m, com repetição depois das 20h, e um compacto semanal aos Sábados depois das 14h.

Figura 6.10: Programa de Rádio Objectivo 2013



- **Suplemento OJE** – A produção e divulgação dos suplementos editoriais tem como principal objectivo dar a conhecer em concreto quem são os beneficiários dos PO e em que consistem os projectos apoiados, destacando o papel que os apoios comunitários assumem no desenvolvimento do país e das regiões, informar adequadamente o público em geral sobre as oportunidades oferecidas pelo QREN e estimular a procura pelos apoios, especialmente o público que tem interesse pela envolvente empresarial do QREN. De referir que em Abril de 2010 foi publicado um Suplemento sob o tema “Micro e Pequenas Empresas Inovadoras” e em Setembro de 2010 foi emitido um Suplemento dedicado à “Economia Verde”, com a participação do INALENTEJO.
- **Vídeos QREN** – Em 2010 foi produzida uma série de vídeos, abrangendo todo o território nacional, que pretendeu ilustrar os projectos e iniciativas apoiados pelos fundos comunitários no âmbito do QREN. Esta série contemplou a produção de 8 vídeos referentes a projectos apoiados no âmbito do INALENTEJO, já concluídos, os quais serão objecto de divulgação no site do QREN, no novo site do INALENTEJO e em diversos certames de natureza promocional.

Os **OPEN DAYS – Semana Europeia das Regiões e Cidades** tornaram-se um evento de grande importância para a demonstração da capacidade das regiões e das cidades na promoção do crescimento económico e do emprego.

Concebidos e desenvolvidos pelo Comité das Regiões e pela Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia (DG REGIO), os *OPEN DAYS* pretendem atingir múltiplos objectivos:

- Pôr em contacto responsáveis políticos, decisores, especialistas e agentes locais e regionais com as instituições europeias, as empresas, o mundo da finança, da investigação e das mais diversas organizações da sociedade civil;
- Desenvolver as capacidades de quantos se envolvem na implementação da política de coesão da UE, bem como na gestão de instrumentos de apoio financeiro;
- Facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades tendo em vista a divulgação de boas práticas em desenvolvimento regional;
- Facultar o debate sobre o futuro da política europeia de coesão num contexto alargado que envolve países terceiros e organizações internacionais.

Entre 4 e 7 de Outubro de 2010 realizou-se em Bruxelas a oitava edição dos OPEN DAYS, Semana Europeia das Regiões e das Cidades, dedicada ao tema “Europa 2020: Competitividade, cooperação e coesão para todas as regiões”.

O Alentejo esteve representado, participando num conglomerado formado por regiões e cidades italianas, polacas, checas, turcas, holandesas e búlgaras que abordaram as boas práticas experienciadas no contexto da cooperação transfronteiriça, genericamente subordinadas ao tema “Juntos para uma melhor qualidade de vida: lições sobre a cooperação transfronteiriça” .

O Alentejo abordou, de forma genérica, a sua experiência de quase duas décadas de cooperação transfronteiriça e, de modo mais actual e prospectivo, as virtualidades da recém criada Euroregião EUROACE, levando ao conhecimento dos participantes a metodologia e as linhas gerais da Estratégia EUROACE 2020.

As três regiões que compõem a EUROACE - Alentejo, o Centro e a Extremadura, estiveram também presentes na "aldeia temática" dedicada à cooperação transfronteiriça na Europa, onde, no final da manhã do dia 6 de Outubro de 2010 se realizou uma apresentação geral e uma conferência de imprensa com os altos responsáveis pela EUROACE.

Os *Open Days* constituem uma excelente iniciativa onde as regiões e as cidades se encontram e apresentam as boas práticas desenvolvidas nos mais diversos projectos,

trocam experiências, estabelecem contactos e dão a conhecer a diversidade cultural e social, contribuindo dessa forma para a construção da coesão social e territorial da União Europeia. São iniciativas desta natureza que reforçam a cidadania europeia.

Figura 6.11: OPEN DAYS 2010



Em 2010, o INALENTEJO não participou em candidaturas aos **prémios *RegioStars***, iniciativa que visa identificar as boas práticas no desenvolvimento regional e destacar projectos originais e inovadores, que possam inspirar outras regiões. Contudo, está prevista a participação do Programa na próxima edição dos prémios *RegioStars*, cujas candidaturas decorrem até 16-07-2011.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011

No final do ano de 2010, tinham sido apoiadas 963 operações das 1.375 admitidas nos 310 concursos que ocorreram desde o início do Programa.

O investimento total elegível das operações aprovadas é de 830,7 M€, a que corresponde um despesa pública de 683,0 M€ e uma comparticipação FEDER de 535,8 M€. Durante o período em análise foi validada despesa no montante de 121,4 M€. Os níveis de aprovação e validação de despesa, durante o ano de 2010, determinaram uma evolução bastante positiva, quando comparada com 2009, dos valores referentes às taxas que são habitualmente utilizadas para avaliar o nível de desempenho dos Programas Operacionais no âmbito do QREEN, conforme se verifica pelos valores a seguir indicados:

| 224

Tabela 7.1: Variação de taxas 2009/2010

	2009	2010
Taxa de compromisso	33,2 %	61,67 %
Taxa de realização	9 %	17,02 %
Taxa de execução	3 %	10 %

Os montantes pagos aos beneficiários também registaram um acréscimo bastante significativo totalizando 127,0 M€.

As medidas de combate à crise tomadas durante o ano de 2009 e reforçadas em 2010, no que concerne aos Sistemas de Incentivos, o Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o facto de 2010 ter sido o primeiro ano em que a execução do INALENTEJO não esteve em sobreposição com o Programa Operacional do período de programação anterior, são factores que contribuíram para o acréscimo no nível de desempenho verificado.

As taxas de compromisso por Eixo registam valores bastante diferenciados, sendo as mais elevadas as dos Eixo 2 e 3, respectivamente 82,47% e 94,63%, valores bastante superiores ao valor da taxa de compromisso do Programa (61,67%). Situação inversa é a dos Eixos 4 (31,74%), 5 (21,82%) e 6 (25,69%). O Eixo 1 regista uma taxa de compromisso de 56,28%, que se pode considerar ajustada à registada pelo programa.

A taxa de compromisso, associada à evolução favorável da execução física e financeira registada, permite estimar que é possível, a manter-se o crescimento registado, dar cumprimento às regras comunitárias, nomeadamente as referentes à perda automática de dotação.

A prossecução destes objectivos implica que sejam desenvolvidas as acções que proporcionem o desenvolvimento da taxa de compromisso de acordo com o programado,

mas que fundamentalmente induzam as condições necessárias ao crescimento de forma bastante acentuada da taxa de execução. O crescimento desta, de forma a contribuir de forma decisiva para o objectivo fixado para a execução global do QREN, implica que seja dada particular atenção e prioridade à validação de despesa, mas também à realização física e financeira das operações aprovadas.

A execução física e financeira que se prevê para 2011, é de molde a que de forma realista se preveja realizar os pedidos de pagamento que constam da tabela 7.1, que consubstanciam um aproximar dos valores programados para aquele ano.

Tabela 7.2: Previsão de Pedidos de Pagamento para 2011 1.000(€)

Eixo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	112.805	91.616	82.074
EP2 - Desenvolvimento Urbano	66.035	65.943	52.316
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	121.764	121.764	92.009
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	32.989	32.989	21.634
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	13.273	12.910	9.398
EP6 - Assistência Técnica	5.810	5.810	4.938
Total	352.678	331.035	262.373

O crescimento de uma forma bastante acentuada da taxa de execução constitui um dos principais objectivos do programa, para 2011, pois apesar da evolução registada em 2010, ela está num patamar bastante baixo.

Da análise à execução Programa, resulta a necessidade de se proceder a ajustamentos que permitam corrigir alguns desvios, que em resultado das grandes diferenças que se verificam entre a conjuntura sócio-económico actual e a vigente na fase de programação.

O desenvolvimento de um processo de reprogramação, que permita melhorar a adesão do programa à realidade constituísse como um objectivo para 2011.

Glossário

Conceitos e notas explicativas no âmbito da monitorização Operacional FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do QREN

Tipologia de Operação: na identificação da tipologia deverá estar indicada a designação que consta da tabela Tipologia de Operação definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, e periodicamente actualizada na respectiva plataforma colaborativa. Esta classificação corresponde, regra geral, a um regulamento específico.

Concurso ou período de candidatura: Fase de apresentação, admissão e selecção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num Eixo prioritário específico. No caso dos concursos existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de selecção. No caso dos períodos de candidatura fechados existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respectiva dotação orçamental.

Data de publicação do aviso de Concurso ou período de candidatura: data que identifique de forma inequívoca o respectivo aviso de concurso ou período de candidatura.

Data de publicação de alterações ao aviso de Concurso ou período de candidatura: data que identifique de forma inequívoca quaisquer alterações introduzidas no aviso de concurso ou período de candidatura, as quais terão obrigatoriamente que ocorrer durante o prazo de vigência do mesmo.

Estado do Concurso ou período de candidatura⁷: identificação da situação do concurso ou período de candidatura à data de reporte, Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) em aberto, se o prazo para submissão de candidaturas estiver a decorrer. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado)

⁷ Propõe-se a alteração da tabela Estado do Concurso definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, com cinco designações possíveis: Aberto/ Encerrado/ Decidido/ PC Contínuo/ Convite.

encerrado se o prazo para submissão de candidaturas estiver terminado. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objecto de comunicação da respectiva decisão pela autoridade de gestão. Quando se trate de um período de candidatura em contínuo, o mesmo deverá ser identificado com o estado “PC Contínuo”. Os períodos de candidatura que, pela sua especificidade, sejam considerados como “regime especial” serão identificados com o estado “Convite”.

Data de abertura de Concurso ou período de candidatura: data indicada no aviso de concurso ou período de candidatura a partir da qual as candidaturas poderão ser apresentadas à autoridade de gestão.

Data de encerramento: data indicada no aviso de abertura como constituindo o limite temporal para a apresentação de candidaturas.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afecta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. No caso do FEDER/ Fundo de Coesão e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção, quando este se encontra explicitado, nomeadamente, no respectivo aviso de abertura do período de candidatura.

Data prevista da decisão: data indicada no aviso de abertura do concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) como constituindo o limite temporal para a autoridade de gestão comunicar ao promotor de cada candidatura da decisão de co-financiamento da mesma. Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, e caso esteja previsto um prazo de decisão (n.º de dias de calendário), em regulamento específico ou outro, deverá ser indicado o prazo previsto de decisão (período de tempo em dias). No caso de no mesmo Eixo serem aplicáveis prazos de decisão diferentes, deverá ser indicado o valor médio dos prazos aplicáveis para o conjunto das candidaturas apresentadas.

Data efectiva de decisão: data de comunicação formal pela autoridade de gestão da decisão de aprovação e conseqüente co-financiamento das candidaturas aprovadas. Este campo será preenchido quando a autoridade de gestão tiver comunicado a decisão de co-financiamento a, pelo menos, 75% das candidaturas apresentadas ao respectivo concurso ou período de candidatura (de tipo fechado). No caso dos sistemas de incentivos, será considerada a data de comunicação ao promotor da decisão (aprovação/ não aprovação) da Autoridade de Gestão, na sequência da proposta da Comissão de Selecção.

Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, deverá ser calculado um prazo efectivo de decisão (período de tempo em dias) correspondente ao tempo médio de

comunicação formal pela autoridade de gestão, para o conjunto de candidaturas com decisão de aprovação e consequente co-financiamento.

Entende-se como “tempo de comunicação”, o período (em n.º de dias) que decorre desde a data de entrada/apresentação da candidatura até à data do envio da (primeira) comunicação de decisão.

Tendo em conta que o processo de decisão final dos grandes projectos⁸ poderá não depender exclusivamente da Autoridade de Gestão do PO, estes não deverão ser contabilizados no cálculo de tempos de decisão, quer sejam apresentados através de concurso quer em períodos de candidatura contínuos.

| 228

Candidatura apresentada: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo). Apenas são consideradas as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos avisos, quando aplicável. Todas as candidaturas apresentadas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (prévios à análise de mérito): admitida, não admitida, em análise de admissibilidade ou desistida.

Candidatura admitida: candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de selecção. Todas as candidaturas admitidas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (após a análise de mérito): aprovada, não aprovada, em análise de mérito ou desistida.

Candidatura não admitida: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura, nos prazos estabelecidos, que não cumpre os requisitos formais de admissibilidade aplicáveis, e como tal, não aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de selecção. As candidaturas consideradas não elegíveis, por qualquer razão que não resulte da respectiva análise de mérito, serão contabilizadas como não admitidas.

Candidatura em análise de admissibilidade: candidatura apresentada cujo processo de verificação de requisitos não se encontra concluído. Caso não existam desistências, até e durante a fase de análise de admissibilidade, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas apresentadas e o somatório entre as candidaturas admitidas e não admitidas.

8 Operação (ou seja, projecto ou grupo de projectos coerentes) susceptível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objectivos claramente identificados e cujo custo total, tomado em consideração para determinar o montante da participação dos fundos comunitários, seja superior a 25 M€ no domínio do ambiente e a 50 M€ noutros domínios.

Os grandes projectos são objecto de uma Decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

Candidatura aprovada: Candidatura admitida/ com parecer elegível e cuja decisão de aprovação e consequente co-financiamento foi comunicada pela autoridade de gestão ao beneficiário.⁹

Candidatura não aprovada: Candidatura admitida e sobre a qual a autoridade de gestão emite uma decisão que não dá origem a co-financiamento. A ausência do co-financiamento pode resultar da falta de mérito da candidatura (reprovada) ou de dotação orçamental insuficiente. As candidaturas com parecer “não elegível” devido ao mérito do projecto serão contabilizadas como “não aprovadas”.

| 229

Candidatura desistida: Candidatura apresentada e cujo processo de admissibilidade ou de aprovação não foi concluído por iniciativa do beneficiário, antes ou após a comunicação da decisão de co-financiamento.

Candidatura em análise de mérito: Candidatura admitida cujo processo de apreciação não se encontra concluído. Caso não existam desistências até e durante a fase de análise de mérito, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas admitidas e o somatório entre as candidaturas aprovadas e não aprovadas.

Candidatura contratada: Candidatura aprovada que foi objecto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste, de termo de aceitação.

Candidatura rescindida: Candidatura aprovada com revogação da decisão de co-financiamento após a celebração de contrato, independentemente de a rescisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela Autoridade de Gestão.

Variáveis financeiras:

Investimento ou custo total: Somatório da despesa elegível¹⁰ e da não elegível¹¹ que seja considerada indispensável à prossecução dos objectivos da operação, no quadro da candidatura apresentada.

Investimento ou custo total elegível: total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de co-financiamento pelos fundos comunitários.

9 Inclui, quando aplicável, decisões comunicadas aos beneficiários em sede de audiência prévia.

10 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projecto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

11 Despesa associada a uma operação/projecto, cuja natureza ou data de realização não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

Despesa pública: qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos.

Fundo comunitário: montante de participação do FEDER ou Fundo de Coesão atribuído a uma candidatura aprovada, e associado ao custo total elegível de acordo com a modalidade de financiamento definida para o Eixo prioritário que enquadra a candidatura.

Glossário de siglas

AdI – Agência de Inovação, S.A.

AG – Autoridade de Gestão

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

AMBAAL - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

AMDE – Associação de Municípios do Distrito de Évora

AMLA - Associação de Municípios do Litoral Alentejano

AMNA - Associação de Municípios do Norte Alentejano

AP – Autorização de Pagamento

AT – Autorização de Transferência

CA – Comissão de Acompanhamento

CAE – Comissão de Aconselhamento Estratégico

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CD – Comissão Directiva

CE – Comissão Europeia

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CIM – Comunidade InterMunicipal

CMC – Comissão Ministerial de Coordenação

CPA – Código do Procedimento Administrativo

CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo

DR – Diário da República

DGTF - Direcção Geral do Tesouro e Finanças

FC – Fundo de Coesão

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IAPMEI – Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

IGF – Inspeção-Geral de Finanças

INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013

INE – Instituto Nacional de Estatística

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

MAOT – Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território

PO – Programa Operacional

POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade

POVT - Programa Operacional Valorização do Território

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

SI – Sistema de Incentivos

SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação

SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

SIGPOA – Sistema de Informação do Programa Operacional do Alentejo

ST – Secretariado Técnico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Turismo de Portugal, I.P.

UCD – Unidade de Coordenação

UCI – Unidade de Controlo Interno

UFC – Unidade Factores de Competitividade

UVT – Unidade Valorização do Território



Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais



Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)		226				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I		55				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC- ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos		321.257.590,98				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos		256.960.433,41				
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)		22				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I		3				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
FC-ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		3.494.662,58				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		18.624.643,61				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável		57				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto		11.301.289,21				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto		135.652.161,72				
FC-ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		3.870.673,47			Em 2009 o valor era superior, o que decorre da existência de desistências	→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		265.841.002,07				
FC-ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto		10.316.992,15				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto		40.009.563,44				
FC-ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		44.996.136,70				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		440.638.592,45				
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME		Não Aplicável ao ALENTEJO				
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira		Não Aplicável ao ALENTEJO				→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco		Não Aplicável ao ALENTEJO				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT		3.346.225,63				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT		2.471.073,83				→ Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "4. Nº de projectos de I&DT". De acordo com o Working Document nº 7 da CE entende-se por "Projectos de I&DT: projectos que visam criar novos conhecimentos (investigação) ou adaptar/aplicar conhecimentos existentes (desenvolvimento). Inclui também projectos que visam desenvolver infra-estruturas de apoio à investigação." (vide Metodologia para Indicadores Com
FC-ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		549.026,76				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação". De acordo com o Working Document nº 7 da CE inclui-se os projectos de I&D onde participam, pelo menos, uma empresa e/ou uma instituição de investigação. A cooperação deve manter-se enquanto dura o projecto. • Empresa: Organização produzindo produtos ou serviços para satisfazer necessidades do mercado tendo em vista alcançar o lucro. • Instituições de investigação: organizações onde o I&D é a principal actividade". (vide Metodologia para Indicadores Comuns Comunitários, remetida pelo IFDR).
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		535.819,70				
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Colectivas		9				
FC-ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Acções Colectivas		4.174.280,10				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
			Investimento elegível nas Acções Colectivas		3.511.496,44				
FC-ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T		n.d.				→ Regulamento Específico Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2) → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas		n.d.				
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial		n.d.				
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética		14				→ Regulamento Específico "Energia"
FC-ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto		n.d.				→ Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto		n.d.				
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		40				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		539.678				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas		n.d.				→ Regulamento Especifico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Especifico Proconvergência → Regulamento Especifico Intervir+
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos		0,5				→ Regulamento Especifico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Especifico Proconvergência → Regulamento Especifico Intervir+
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)		29				→ Documento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva
Agenda Valorização do Território									
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada		505,56			As alterações em relação a dados antes fornecidos, decorrem de ajustamentos na forma de recolha dos indicadores no SIGPOA.	→ Regulamento Especifico Mobilidade Territorial → Regulamento Especifico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Especifico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada		n.d.				→ Regulamento Especifico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Especifico Mobilidade Territorial
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta		16,1				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Especifico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Especifico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)		n.d.				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Especifico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Especifico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-018 (*****)	Realização	nº	ETARs construídas		n.d.				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento especifico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Especifico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-019 (*****)	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano		n.d.				→ Regulamento Especifico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Especifico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d.				→ Regulamento Especifico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Especifico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d.				→ Regulamento Especifico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Especifico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados		10				→ Regulamento Especifico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Especifico do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)	
				Executada	Contratada	Executada	Contratada			
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados		n.d.				→ Regulamento Especifico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA	
VT-ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral		n.d.				→ Regulamento Especifico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos	
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos		9			As alterações em relação a dados antes fornecidos, decorrem de ajustamentos na forma de recolha dos indicadores no SIGPOA.	→ Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais	
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental		n.d.				→ Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil		33.138				→ Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana		16				→ Regulamento Especifico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana		60				→ Regulamento Especifico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana		217.472				→ Regulamento Especifico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana		n.d.				→ Regulamento Especifico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		6					
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		25				→ Regulamento Especifico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +	
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		8					
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais		12					
		nº	Equipamentos desportivos		3					
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)		11					
		nº	Unidades de saúde		46			As alterações em relação a dados antes fornecidos, decorrem de ajustamentos na forma de recolha dos indicadores no SIGPOA.		→ Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Especifico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Especifico Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Especifico Saúde → Regulamento Especifico Saúde - LVT → Regulamento Especifico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Especifico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais		327.468				→ Regulamento Especifico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Especifico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Especifico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Especifico Saúde → Regulamento Especifico Saúde - LVT → Regulamento Especifico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Especifico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos		41.838				
		nº	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)		103.677				
		nº	População abrangida por unidades de saúde		767.679				
ICN-AAE-018 (*****)	Resultado	%	Varição na taxa de desvio de RUB para aterro		n.d.				→ Regulamento Especifico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (POVT) → Regulamento Especifico Optimização da Gestão de Resíduos (PO Regionais Continente) → Regulamento Especifico do Proconvergência
ICN-AAE-023 (*****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira		n.d.				→ Regulamento Especifico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Especifico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Especifico do Proconvergência → Regulamento Especifico do Intervir+
ICN-AAE-024 (*****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco		n.d.				→ Regulamento Especifico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Especifico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Especifico do Proconvergência → Regulamento Especifico do Intervir+
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência		3,24%				→ Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos (POVT) → Regulamento Especifico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais e Imateriais (PO Regionais do Continente) → Regulamento Especifico do Proconvergência → Regulamento Especifico do Intervir+
Agenda Potencial Humano									
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados		48				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Especifico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Especifica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Especifica do Programa INTERVIR +
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados		n.d.				
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados		12.270				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao número de alunos a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Estabelecimentos de ensino" (Tri 15).
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados		n.d.				
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	

Notas

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-001.

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-011.

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-013.

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d.).

(*****) Não aplicável ao PO Alentejo

(*****) Afecto ao POVT





Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31-12-2010 (valores acumulados)



Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	1.460.021.571	1.117.010.958	868.933.978	956.332.871	830.770.367	683.012.504	535.897.904	121.456.047	116.538.402	91.206.147	127.010.461	3.850.590	34.204.770	88.955.102	61,67%	10,50%	17,02%	23,70%	139,26%
FEDER (Fundo de Coesão)			868.933.978				535.897.904			91.206.147	127.010.461	3.850.590	34.204.770	88.955.102	61,67%	10,50%	17,02%	23,70%	139,26%
Eixo Prioritário 1	552.835.896	321.435.691	293.555.861	388.726.819	311.925.195	173.696.769	165.200.138	28.255.494	23.337.849	21.005.028	28.314.419	3.850.590	3.810.273	20.653.556	56,28%	7,16%	12,71%	17,14%	134,80%
Eixo Prioritário 2	247.728.744	194.321.886	139.911.758	179.459.314	171.232.035	163.663.569	115.379.515	20.845.039	20.845.039	15.765.061	24.186.160	0	8.487.522	15.698.638	82,47%	11,27%	13,66%	20,96%	153,42%
Eixo Prioritário 3	286.961.870	282.730.452	200.873.309	281.320.983	252.373.224	251.542.681	190.086.579	63.923.359	63.923.359	48.037.584	65.131.570	0	18.672.482	46.459.088	94,63%	23,91%	25,27%	34,26%	135,58%
Eixo Prioritário 4	220.363.506	175.218.028	131.413.521	71.276.875	63.265.357	63.192.778	41.713.914	1.920.663	1.920.663	1.259.708	3.610.041	0	2.386.333	1.223.708	31,74%	0,96%	3,02%	8,65%	286,58%
Eixo Prioritário 5	121.543.320	112.716.666	77.179.529	27.303.260	24.117.126	23.059.276	16.838.942	2.337.120	2.337.120	1.590.551	1.788.904	0	313.099	1.475.805	21,82%	2,06%	9,45%	10,62%	112,47%
Eixo Prioritário 6 (Assistência Técnica)	30.588.235	30.588.235	26.000.000	8.245.620	7.857.430	7.857.430	6.678.816	4.174.372	4.174.372	3.548.216	3.979.367	0	535.060	3.444.307	25,69%	13,65%	53,13%	59,58%	112,15%





Anexo III - Aprovações e execução por NUT III até 31-12-2010 (valores acumulados)



Anexo III - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

NUTS	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	963	830 770 367	683 012 504	535 897 904	121 456 047	116 538 402	91 206 147	17%
FEDER	963	830 770 367	683 012 504	535 897 904	121 456 047	116 538 402	91 206 147	17%
Regiões Convergência	963	830 770 367	683 012 504	535 897 904	121 456 047	116 538 402	91 206 147	17%
ALENTEJO	963	830 770 367	683 012 504	535 897 904	121 456 047	116 538 402	91 206 147	17%
Alentejo Litoral	100	196 261 458	106 587 977	92 171 505	8 309 234	7 819 712	6 481 817	7%
Alto Alentejo	175	125 777 997	113 585 127	87 602 605	18 427 370	17 010 895	12 976 237	15%
Alentejo Central	225	166 001 921	143 806 093	114 755 078	24 186 471	22 584 214	18 704 821	16%
Baixo Alentejo	187	123 618 728	117 535 581	90 688 285	26 219 368	25 977 320	19 325 709	21%
Lezíria do Tejo	182	129 744 424	117 320 078	91 246 292	24 634 593	23 467 250	17 955 095	20%
Multi-região Convergência								
Não regionalizável	94	89 365 839	84 177 646	59 434 139	19 679 011	19 679 011	15 762 468	27%





Anexo IV – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade



Anexo IV - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2010)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.d.
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.d.
ICN -Anual - 017	MWh	Varição do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.d.
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	539.678
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.d.
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	0,5
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	29
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	(***)
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	33.138
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	217.472
ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	n.d.
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	767.679
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	2.700
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	1.664
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	n.d.
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	n.d.
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Varição na taxa de desvio de RUB para aterro	(***)
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	(***)
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	(***)
ICN-AAE-025	km2	Grau de cobertura do território por planos de emergência	3,24%
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	12.270
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	53

Notas

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

(***) Afecto ao POVt





Anexo V – Resumo Implementação Física Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009



Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	6-N.º acções promocionais apoiadas			n.d.	3						3	
	Realização - Contratada											
	Realização - Executada											
	Metas				8					20	20	
	Valor de Referência / Situação de Partida											
Eixo prioritário 6	1 - % despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização - Contratada		n.a.	n.a.	n.a.					n.a.	
		Realização - Executada		0,13%	6,9%	6,6%						
		Metas				7,5%				10%	10%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										12%
	2 - N.º Visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO	Realização - Contratada		n.a.	n.a.	n.a.						n.a.
		Realização - Executada		50.248	176.277	314.121						
		Metas				80.000					100.000	100.000
		Valor de Referência / Situação de Partida										58.000
	3 - Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização - Contratada		n.a.	n.a.	n.a.						n.a.
		Realização - Executada		n.d.	n.d.	32%						
		Metas				60%					80%	80%
		Valor de Referência / Situação de Partida										
4 - N.º Acções de divulgação e informação do Programa	Realização - Contratada		n.a.	n.a.	n.a.						n.a.	
	Realização - Executada		160	453	1.206							
	Metas				50					75	75	
	Valor de Referência / Situação de Partida											

n.d. - não disponível

n.a. - não aplicável





Anexo VI – Resumo Implementação Física – Indicadores Comuns
Comunitários – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009



Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	(excepto cheias e inundações)									767.679		
Turismo	34- Nº de projectos (Turismo)	Realização - Contratada		2	10	67					67	
		Realização - Executada										
	35- Nº de empregos criados (em ETI)	Metas									300	
		Realização - Contratada			24	208						208
Educação	36- Nº de projectos (Educação)	Realização - Executada										
		Metas									n.d.	
	37- Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		15	37	46						46
		Realização - Executada										
Saúde	38- Nº de projectos (saúde)	Metas									55	
		Realização - Contratada			9.230	12.270						12270
	39- Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades	Realização - Executada										
		Metas									12.000	
Reabilitação urbana	40- Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		6	33	42					42	
		Realização - Executada										
	41- Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Metas									70	
		Realização - Contratada			6	8						8
Competitividade das Cidades	42- Nº de projectos que visam melhorar a sustentabilidade e a atractividade das cidades	Realização - Executada										
		Metas									160	
	43- Nº de projectos que visam melhorar a sustentabilidade e a atractividade das cidades	Realização - Contratada		n.d.	n.d.	n.d.						n.d.
		Realização - Executada										
Inclusão Social	44- Nº de projectos que visam melhorar a sustentabilidade e a atractividade das cidades	Metas									30	
		Realização - Contratada			15	40	53					53
	45- Nº de projectos que visam melhorar a sustentabilidade e a atractividade das cidades	Realização - Executada										
		Metas									60	

n.a. - Não aplicável ao INALENTEJO

n.d. - Não disponível

* Metodologia de cálculo em consolidação

** indicador para o qual se propõe não se definir uma meta

*** Houve desistência, por isso é inferior a 2009





Anexo VII – Lista de operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2010 (valores acumulados)



Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
OP 4 - Competitividade, Inovação e Empreendedorismo												
ALENT-01-0128-FEDER-000258	AICZH - Acções Inovadoras para o Comércio em Zonas Históricas	1	4	ZZZ	212	501294627	Associação Comercial de Portalegre	527 649	316 589	316 589	0	
ALENT-01-0128-FEDER-000259	Ecocentro Comercial de Moura	1	4	184	212	501069380	Associação Comercial do Distrito de Beja	208 658	125 195	125 195	0	
ALENT-01-0128-FEDER-000260	Mértola Mercantil	1	4	184	212	501069380	Associação Comercial do Distrito de Beja	286 365	171 819	171 819	0	
ALENT-01-0128-FEDER-000261	Promoção do comércio e serviços do Centro Histórico de Santiago do Cacém e Quinta do Barroso	1	4	181	212	500878854	Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal	230 444	138 266	138 266	0	
ALENT-01-0128-FEDER-000675	Rede de Apoios ao Investimento e Iniciativa Turística	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	341 299	341 299	221 845	0	
ALENT-01-0128-FEDER-000715	Promoção do Porco de Raça Alentejana	1	4	184	212	502487771	Associação de Criadores de Porco Alentejano	101 825	86 551	71 277	0	
ALENT-01-0163-FEDER-000349	Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	1	4	183	107	506600553	Município de Montemor-o-Novo	595 962	595 962	315 860	0	
ALENT-01-0163-FEDER-000716	Loteamento e infraestruturas da área de expansão industrial de S. Sebastião da Giesteira	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	420 706	420 706	336 565	0	
ALENT-01-0163-FEDER-000896	Empreitada de Construção do Loteamento Industrial de Castelo Cernado - Comenda - Gavião	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	223 628	223 628	178 903	0	
ALENT-01-0163-FEDER-000900	Infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial da Boavista dos Pinheiros	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	679 970	679 970	543 976	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000087	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SGQ E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	501914935	ANTÓNIO FILIPE NETO, LDA	114 795	51 658	51 658	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000114	WWW.FILMINPORTUGAL.COM	4	4	184	205	507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	187 250	84 263	84 263	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000188	CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE	4	4	183	205	506533590	EKAL - EXPLORAÇÃO DE KARTODROMOS, LDA	71 391	32 126	32 126	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000197	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA FRIGORÍFICOS BRIGIDO	4	4	185	205	502119586	FRIGORÍFICOS BRIGIDO, LDA	139 710	62 870	62 870	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000478	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS	4	4	183	205	507685997	FABRIRÉS - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	415 576	187 009	187 009	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000727	criação de portal para gestão de rede de escritórios associados e relacionamento com o cliente	4	4	184	205	504507150	PONTO ÓPTIMO CONSULTORES, LDA	213 520	96 084	96 084	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000787	EXCELÊNCIA - CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE, ACREDITAÇÃO PARA FORMAÇÃO INTERNACIONALIZAÇÃO E M	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	58 950	26 528	26 528	0	
ALENT-01-0201-FEDER-000203	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	500246815	SETRONIX - SOC DE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	56 769	25 546	25 546	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0003780	TIERRA	4	4	183	205	502676418	TIERRA - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA	50 033	22 515	22 515	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0003792	BLACK MARIA DIGITAL	4	4	184	205	507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	178 000	80 100	80 100	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0003833	EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO TINCOMIL	4	4	182	205	502407832	TINCOMIL - SOC. TINTAS E COLAS MIGUEL ANGELO, LDA	208 950	94 028	94 028	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0003918	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	4	4	181	204	503979252	TERRAVAL - AVALIAÇÃO E CONSULTADORIA IMOBILIÁRIA, LDA	272 219	122 498	122 498	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0003973	INCRÉMENTO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA PELA APOSTA EM FACTORES DINÁMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	185	205	507812085	OUPLAN - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS UNIPESSOAL, LDA	89 953	40 479	40 479	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0004156	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA E POTENCIAÇÃO COMERCIAL DO ACTUAL PORTFOLIO	4	4	182	205	507880331	ILUSTRATOWN - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, LDA	142 914	64 311	64 311	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0004210	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA "AMIEIRA MARINA"	4	4	183	204	506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NÁUTICOS, LDA	123 237	55 457	55 457	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0004387	PROJECTO INDIVIDUAL INTEGRADO DE QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	4	4	183	204	504457381	ECC - SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL E PREVENÇÃO LABORAL, LDA	36 248	19 028	19 028	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0004417	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ASSENTE NA ECO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	4	4	185	204	502455489	BASRIO METALONECÁNICA E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, SA	350 937	157 921	157 921	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0005798	PORTUGAL SEEDS	4	4	185	205	506790975	MARKTREE - CONSULTADORIA DE MARKETING, LDA	428 950	193 028	193 028	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0005873	IMÁGENS 3D DE PORTUGAL NO MUNDO	4	4	181	204	503819786	PURA IMAGEM - PUBLICIDADE, DESIGN E ARQUITECTURA, LDA	357 050	160 673	160 673	0	
ALENT-01-0201-FEDER-0005897	CRESCIMENTO, INTERNACIONALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TRABALHO COLABORATIVO NA INTERNET	4	4	183	205	505001446	KENNIS TRANSLATIONS, LDA	157 466	70 860	70 860	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0201-FEDER-005974		AUMENTAR A CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE PRODUTOS (TÉCNICA E FUNCIONALMENTE), NOVOS SERVIÇOS ASSOCIADOS - OFERTA MAIS COMPETITIVA E AUMENTAR A DIMENSÃO DA EMPRESA, (INTERN)	4	4	183	205	502466553	BASEMED - CONSULTORES, LDA	56 557	25 451	25 451	0
ALENT-01-0201-FEDER-006001		GESTÃO INTEGRADA DE PROJECTOS FLORESTAIS INTERNACIONALIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO	4	4	181	204	507921046	MAPA INTERNACIONAL, SA	379 275	170 674	170 674	0
ALENT-01-0201-FEDER-006093		EMPRESARIAL EM TORNO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE	4	4	183	204	503173061	EUROSÓLÚZ - CARROÇARIAS E BASCULANTES, LDA	498 912	224 510	224 510	0
ALENT-01-0201-FEDER-006306		REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	4	4	184	205	506193470	SUGO DESIGN, LDA	20 000	15 000	15 000	0
ALENT-01-0201-FEDER-011651		LUIS & NEVES QUALIDADE	4	4	184	204	502463694	LUIS & NEVES - ESTRUTURAS METÁLICAS, LDA	13 580	10 185	10 185	0
ALENT-01-0201-FEDER-012161		SEGURPLACE - SISTEMA INTELIGENTE PARA TELEASSISTÊNCIA	4	4	182	205	508660513	MODIPLACE, LDA	156 929	70 618	70 618	0
ALENT-01-0201-FEDER-012189		INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	183	205	504034227	ECOBranco - REABILITAÇÃO E RESTAURO, LDA	258 176	118 629	118 629	0
ALENT-01-0201-FEDER-012213		ECONOMIA DIGITAL, COMERCIALIZAÇÃO, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	184	205	508477360	GEOFLICKS - AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA, UNIPessoal, LDA	100 016	45 007	45 007	0
ALENT-01-0201-FEDER-012441		EXPLORAÇÃO DE OPORTUNIDADES INTERNACIONALIZAÇÃO DE ACTIVIDADE DA AGOLADA LIMITADA	4	4	185	205	503901687	AGOLADA LIMITADA	28 068	12 631	12 631	0
ALENT-01-0201-FEDER-012678		FOCUS GROUP INTERNACIONAL: OBJECTIVO INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	204	509232655	FOCUS GROUP INTERNACIONAL, LDA	410 961	184 932	184 932	0
ALENT-01-0201-FEDER-012847		MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA WORLD SKILLS, LDA	4	4	181	205	508957290	WORLD SKILLS -, LDA	315 727	142 077	142 077	0
ALENT-01-0201-FEDER-012866		MODERNIZAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DA SUCCESS PEOPLE	4	4	181	205	508956803	SUCCESS PEOPLE -, LDA	333 507	158 173	158 173	0
ALENT-01-0201-FEDER-016123		WIN TO WIN	4	4	182	205	508071690	WINRESOURCES, LDA	142 250	64 013	64 013	0
ALENT-01-0201-FEDER-016124		PERFORMANCE INTERNACIONAL	4	4	182	205	509176232	WINPERFORMANCE, LDA	285 488	128 469	128 469	0
ALENT-01-0201-FEDER-016248		REFORÇO NA QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, PARA MELHORIA DE POSICIONAMENTO NO MERCADO	4	4	185	205	509212123	RUN VIRTUAL - CENTRO INTERNACIONAL DE FEIRAS E CONGRESSOS EM INTERNET, LDA	225 728	101 578	101 578	0
ALENT-01-0201-FEDER-016263		IEGI - INTERNATIONAL EXPENDITURE GAMEINVEST	4	4	182	204	507691563	GAMEINVEST - INVESTIMENTO E GESTÃO DE MEDIA INTERACTIVOS, SA	115 568	52 005	52 005	0
ALENT-01-0201-FEDER-016303		LANÇAMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SPIRITINK	4	4	184	205	508470483	SPIRITINK - SERVIÇOS PARTILHADOS, UNIPessoal, LDA	289 158	141 963	141 963	0
ALENT-01-0201-FEDER-016478		INTERNACIONALIZAÇÃO DO FRANCHISING MY CENTER	4	4	183	205	509467300	MAXPLENTY, LDA	580 908	261 409	261 409	0
ALENT-01-0201-FEDER-016480		PROJECTO DE SUSTENTABILIDADE INTERNACIONAL DA "AMIEIRA MARINA"	4	4	183	204	506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NAUTICOS, LDA	83 600	37 620	37 620	0
ALENT-01-0201-FEDER-016566		INTERNACIONALIZAÇÃO DA NAD DESIGN SOLUTIONS	4	4	183	204	508249066	NUBO ABREU DESIGNERS, LDA	116 975	52 639	52 639	0
ALENT-01-0201-FEDER-016591		CAPACITAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO E VALUE	4	4	181	204	506954412	E-VALUE- ESTUDOS E PROJECTOS DE AMBIENTE E ECONOMIA, SA	261 907	118 858	118 858	0
ALENT-01-0201-FEDER-016680		GALSI GALTRAILER, SUSTENTABILIDADE INTERNACIONAL	4	4	185	204	507636570	GALTRAILER - INDUSTRIA E COMERCIO, LDA	285 524	128 486	128 486	0
ALENT-01-0202-FEDER-001417		PROFISSIONAL ADAPTIVE CONTROLLING TOOL	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	181 008	126 706	126 706	0
ALENT-01-0202-FEDER-007946		TV.COMMUNITY	4	4	183	204	503468681	VIAATECLA, SOLUÇÕES INFORMÁTICAS E COMUNICAÇÕES, SA	687 571	411 913	411 913	0
ALENT-01-0202-FEDER-011629		GLOBALGEST - DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE GESTÃO VIA WEB	4	4	181	205	508565243	EMIA TOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	33 200	24 900	24 900	0
ALENT-01-0202-FEDER-012006		DESENVOLVIMENTO E OPTIMIZAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA, DE TECNOLOGIA INOVADORA, PARA A PRODUÇÃO DUM NOVO BIOPESTICIDA	4	4	183	205	508636817	CLAMITEC, MYCO SOLUTIONS, LDA	823 929	659 143	659 143	0
ALENT-01-0202-FEDER-012462		ORISK	4	4	183	204	507246152	CLOSER, LDA	152 220	92 477	92 477	0
ALENT-01-0202-FEDER-013760		MEDIALOC - PLATAFORMA DE LOCALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PARA GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4	4	ZZZ	205	508660513	MODIPLACE, LDA	535 820	402 244	402 244	0
ALENT-01-0203-FEDER-000191		IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA UNIDADE FABRIL PARA FABRICAÇÃO DE LAMINADOS DE FIBRA DE CARBONO	4	4	182	202	507128249	CLEVER REINFORCEMENT IBERICA - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	643 677	354 023	354 023	0
ALENT-01-0203-FEDER-001056		criação de "EMPRESA DOTADA" DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS	4	4	182	205	508422701	ESTEREOBATO, LDA	1 570 005	1 020 504	1 020 504	0
ALENT-01-0203-FEDER-001153		INTERNACIONAL TOOL-PROCESS RANKING - ITP RANK	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	152 500	83 875	83 875	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0203-FEDER-002772		TURISMO EQUESTRE NA REGIÃO DO RIBATEJO EM CAVALOS DE RAÇA PURO SANGUE LUSITANO, INTEGRADO NA EMPRESA	4	4	185	205	507925360	COUDELARIA HENRIQUE ABECASIS, LDA	213 991	139 094	139 094	0
ALENT-01-0203-FEDER-002785		NOVA UNIDADE FABRIL VETLIMA	4	4	185	204	500297096	VETLIMA - SOC. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRO PECUÁRIOS, SA	2 413 819	1 331 012	1 331 012	0
ALENT-01-0203-FEDER-002841		criação de empresa para desenvolvimento e comercialização de plataforma informática (software) para	4	4	183	205	508591392	HILOSOPH, LDA	160 599	88 330	88 330	0
ALENT-01-0203-FEDER-003069		criação de empresa na área da power line communications	4	4	185	205	507835964	DIGIVANGUARDA, VANGUARDA DA TECNOLOGIA UNIPESSOAL, LDA	170 025	93 514	93 514	0
ALENT-01-0203-FEDER-005182		ECOFOR - produção de carvão ecológico	4	4	183	205	508640628	ECOFOR - SOC. INDUSTRIAL, LDA	656 782	426 909	426 909	0
ALENT-01-0203-FEDER-005697		SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PLATFORM	4	4	185	205	508600085	FAIRSTART - TECNOLOGIAS OPEN SOURCE, LDA	246 420	177 315	177 315	0
ALENT-01-0203-FEDER-005708		plataforma de distribuição de produtos tradicionais portugueses (incluindo certificação)	4	4	185	205	508550718	LOUD AND CLEAR - TECNOLOGIAS WEB, LDA	226 464	170 170	170 170	0
ALENT-01-0203-FEDER-006918		TTR - TRANSACTIONAL TRACK RECORD	4	4	184	205	508993970	ZUVI NOVA, LDA	369 469	277 102	277 102	0
ALENT-01-0203-FEDER-006923		EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO INOVADOR E DE GRANDE CONTEUDO TECNOLÓGICO PARA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO GPS	4	4	181	204	508693519	ROTAS BINARIAS, LDA	1 019 362	703 326	703 326	0
ALENT-01-0203-FEDER-006925		criação e inovação sustentada da spin.composites	4	4	185	205	508983266	SPIN.COMPOSITES, LDA	940 188	705 141	705 141	0
ALENT-01-0203-FEDER-006989		PROJECTO DA DESCIDA À MINA	4	4	181	204	504229281	FUNDAÇÃO FREDERIC VELGE	9 555 847	6 211 300	6 211 300	0
ALENT-01-0203-FEDER-007686		MELHORIA DOS MÉTODOS DE PRODUÇÃO	4	4	182	205	503411132	PUBLIVITRINA - PUBLICIDADE, LDA	243 000	157 950	157 950	0
ALENT-01-0203-FEDER-007788		criação de unidade de tratamento de resíduos biosólidos - ambiente sustentável em reguengos de Monsaraz	4	4	183	205	509010938	REGUENGOS SUSTENTÁVEL-SERVIÇOS AMBIENTAIS, LDA	3 368 845	2 189 749	2 189 749	0
ALENT-01-0203-FEDER-012044		CENTRO HÍPICO COM RESTAURANTE	4	4	183	205	508695678	ESPAÇO EQUESTRE - ANIMAÇÃO TURÍSTICA E ACTIVIDADES HÍPICAS DE ESTREMOZ, LDA	400 000	300 000	300 000	0
ALENT-01-0203-FEDER-013166		criação de unidade de produção de substratos para a hortofloricultura pela transformação de resíduos florestais	4	4	182	205	507253485	FIREX - TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS, LDA	470 875	306 069	306 069	0
ALENT-01-0203-FEDER-013209		DESENVOLVIMENTO E FABRICO DE AVIÃO LIGEIRO PARA USO AGRICOLAS	4	4	182	204	507526805	AERONAUTICA DO SOR - CONSTRUÇÕES AERONÁUTICAS, SA	3 520 390	2 288 253	2 288 253	0
ALENT-01-0203-FEDER-013224		LINHA DE PRODUÇÃO EM PORTALEGRE	4	4	182	205	506679950	EASYMARKET, COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, LDA	465 000	308 250	308 250	0
ALENT-01-0203-FEDER-013251		PLATAFORMA PUMPKIN	4	4	181	205	509300855	PUMPKIN ENTERPRISES - CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	255 566	191 675	191 675	0
ALENT-01-0203-FEDER-013281		ACTIVIDADES TURÍSTICAS DESPORTIVAS: AÉREAS E NAUTICAS	4	4	183	205	506803120	GET HIGH - SERVIÇOS AÉREOS, UNIPESSOAL, LDA	1 952 231	1 464 173	1 464 173	0
ALENT-01-0203-FEDER-013297		DESIGN CENTER	4	4	183	205	508249066	NUBO ABREU DESIGNERS, LDA	200 668	150 501	150 501	0
ALENT-01-0203-FEDER-013396		VM - LINKS - PLATAFORMA DE SERVIÇOS AVANÇADOS DE ENGENHARIA DE PRODUTO E PROCESSOS	4	4	185	205	509311822	VM - LINKS - UNIPESSOAL, LDA	81 871	53 216	53 216	0
ALENT-01-0203-FEDER-013419		SAÚDE 2.5	4	4	183	205	509075673	ONDA INTELIGENTE, LDA	230 500	145 225	145 225	0
ALENT-01-0203-FEDER-013624		M-TIC: TECNOLOGIAS PARA A GERAÇÃO MOVEL	4	4	185	205	504642022	ANKIX SYSTEMS, LDA	66 786	51 091	51 091	0
ALENT-01-0265-FEDER-000508		Modernização dos Sistemas de Aquecimento em Equipamentos Públicos	1	4	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	150 888	150 888	120 711	0
ALENT-01-0265-FEDER-000693		Renovação do Sistema de Aquecimento de Aguas Sanitárias do Campo de Futebol de Castelo de Vide	1	4	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	45 772	45 772	36 617	0
ALENT-01-0265-FEDER-001146		Instalação de Sistemas de Energias Renováveis na Piscina Municipal Coberta de Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	97 382	97 382	77 905	0
ALENT-01-0265-FEDER-001225		Implementação/Reestruturação de sistemas de aquecimento de equipamentos desportivos - Solar Termico	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	92 800	92 800	74 240	0
ALENT-01-0365-FEDER-000426		UAÇ de ALPIAÇA	1	4	185	202	503956558	TAGUSGAS - Empresa de Gas do Vale do Tejo, SA	613 908	245 563	245 563	0
ALENT-01-0365-FEDER-000463		Desporto & Energia	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	116 596	116 596	93 277	0
ALENT-01-0365-FEDER-000729		Sistema de Aproveitamento Energético Integrado de Carácter Demonstrativo	1	4	184	205	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	374 400	299 520	299 520	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0365-FEDER-000730	STIRLING FOCUS + STORAGE	1	4	184	205	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	85 000	68 000	68 000	0	
ALENT-01-0365-FEDER-000875	Instalação de Sistemas de Aquecimento de Águas por Energia Solar em Equipamentos Municipais	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	69 924	69 924	55 939	0	
ALENT-01-0365-FEDER-000954	Instalação de Sistemas de Aquecimento de Águas por Energia Solar em Equipamentos Municipais - Piscina Coberta	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	252 223	252 223	201 778	0	
ALENT-01-0365-FEDER-001112	Implementação de Sistema Solar Térmico para a Piscina e Pavilhão Municipal do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	79 182	79 182	63 346	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000161	AGRUPAR E INTERNACIONALIZAR PRODUTOS DE QUINTA DE EXCELÊNCIA	4	4	182	205	508423759	RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE	174 820	78 669	78 669	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000173	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUALIDADE E MARÇAS DA CASA AGRÍCOLA ALEXANDRE RELVAS	4	4	183	204	504002082	CASA AGRÍCOLA ALEXANDRE RELVAS, LDA	139 240	62 658	62 658	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000186	MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	E	4	4	ZZZ	503842869	SOC. AGRÍCOLA JOÃO TEODOSIO MATOS BARBOSA & FILHOS, LDA	54 270	24 422	24 422	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000349	INTERNACIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	E	4	4	185	501927069	RIBATEL, EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	179 434	80 746	80 746	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000396	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONSOLIDAÇÃO E DE RESEVAS ONLINE NA INDÚSTRIA DO TURISMO PARA AGENTES E OPERADORES/AVIAÇÃO	4	4	185	205	508448913	BOOK SOFT - UNIPESOAAL, LDA	244 846	110 181	110 181	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000403	NUNES SEQUEIRA: MAIS COMPETITIVIDADE NO SEGMENTO ALIMENTAR	4	4	182	204	500115940	NUNES SEQUEIRA, SA	221 904	99 857	99 857	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000513	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES (CHINA, BRASIL, RÚSSIA E ANGOLA), E CONSOLIDAÇÃO	4	4	185	204	503332496	FIUZA & BRIGHT - SOC. VITIVINÍCOLA, LDA	141 809	63 814	63 814	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000521	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	4	183	204	507012160	ENOFORUM - COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	270 846	121 881	121 881	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000674	CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	185	203	500008353	ADEGA COOPERATIVA DO CARTAXO	102 650	46 193	46 193	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000697	LANÇAMENTO E PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA WINE VISION	4	4	183	204	507930134	WINE VISION, LDA	208 111	93 650	93 650	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000851	DINAMIZAÇÃO DA HELENA LAVORES NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL	4	4	182	205	503811262	HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA	62 639	28 188	28 188	0	
ALENT-01-0401-FEDER-000876	ALENTEJOTOURS	4	4	184	205	507437560	ESCAPA-TE COMIGO - VIAGENS E TURISMO, LDA	96 658	43 496	43 496	0	
ALENT-01-0401-FEDER-001977	GOOD FOOD FROM PORTUGAL	4	4	185	205	507510445	CF&G, LDA	253 300	113 985	113 985	0	
ALENT-01-0401-FEDER-002055	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA TELA BAGS	4	4	185	205	506854779	BIDINÂMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	99 723	44 875	44 875	0	
ALENT-01-0401-FEDER-002122	QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS ALTAS QUINTAS, IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES	4	4	182	204	506764770	ALTAS QUINTAS - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E VINÍCOLA, LDA	172 178	77 480	77 480	0	
ALENT-01-0401-FEDER-002265	HERDADE DO TOURIL DE BAIXO	4	4	181	205	504031244	TOURIL - AGROTURISMO, LDA	66 950	30 127	30 127	0	
ALENT-01-0401-FEDER-002275	PROJECTO DE CRESCIMENTO DA ALANDROMAR	4	4	183	204	501161228	ALANDROMAR - TRANSFORMAÇÃO DE MARMORES, LDA	112 345	50 555	50 555	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003306	CARACTERIZAÇÃO GEO-ECONÓMICA	4	4	183	204	501771867	LUGRAMAR - SOC. LUSITANA DE MARMORES E GRANITOS, LDA	33 700	25 000	25 000	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003755	INTERNACIONALIZAÇÃO DA BOOK SOFT PARA ESPANHA	4	4	185	205	508448913	BOOK SOFT - UNIPESOAAL, LDA	174 896	78 703	78 703	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003791	SOLUÇÕES DE CORTIÇA	4	4	184	205	506420108	FIGUEIRAS DOS SANTOS, HERDEIROS DE JOÃO JOSÉ FIGUEIRAS DOS SANTOS, LDA	295 275	132 874	132 874	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003807	INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS E AZEITES ORGÂNICOS E VERDES	4	4	184	204	500253099	SOC. AGRÍCOLA HERDADE DOS LAGOS, LDA	389 900	175 455	175 455	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003835	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO DE AREIA	4	4	181	205	506471276	MUDAREIAS - EXTRACÇÃO E LAVAGEM DE INÉRTES UNIPESOAAL, LDA	40 000	25 000	25 000	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003886	QUALIDADE, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL E COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	E	4	4	181	508668490	CORTIPLACA II - COZINHAS PORTUGAL TRADE, LDA	194 495	87 523	87 523	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003906	CONSOLIDAR A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS E AZEITES DA HERDADE DA CALADA	4	4	183	204	504450115	BCH - COMÉRCIO DE VINHOS SA	310 750	139 838	139 838	0	
ALENT-01-0401-FEDER-003908	VINHOS COM CORPO E ALMA	4	4	183	204	504471554	SERRANO MIRA, SOC. VINÍCOLA SA	205 960	92 682	92 682	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0401-FEDER-003928	CASA DO TERREIRO DO POÇO	4	4	183	205	500758220 SOC. AGRO-TURÍSTICA DA VINHA DO CAMPO, LDA		49 623	22 330	22 330	0
	ALENT-01-0401-FEDER-003936	VALE DO GAIO COM ENERGIA VERDE	4	4	181	205	508426359 VALE DO GAIO - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA		99 674	44 853	44 853	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004049	FIRSTSIGHT	4	4	183	205	507379390 VISTA DESTINATION MANAGEMENT COMPANY, LDA		219 979	98 990	98 990	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004083	HIS - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE, CERTIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	502710381 HUBEL IRRIGATION SYSTEMS S.A		198 770	89 447	89 447	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004111	CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DE PORMENOR	4	4	183	204	501232117 PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA		16 000	12 000	12 000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004322	WINE BRAND	4	4	185	204	500985473 JOÃO T. BARBOSA - VINHOS, LDA		595 510	250 000	250 000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004498	DAVICOL - MARCAÇÃO CE	4	4	185	205	503030457 DAVICOL - FABRICO E MONTAGEM DE CAIXILHARIA, LDA		5 100	3 825	3 825	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004512	ACOMPANHAMENTO E PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DE EXPLORAÇÃO DE GRANITO	4	4	183	205	504040170 VIMIGRANITOS - EXTRAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA		26 480	19 860	19 860	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004547	GESTÃO AMBIENTAL - MELHORIA DE EFICIÊNCIAS	4	4	185	203	502430001 SOC. PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA		12 069	9 052	9 052	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004564	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL	4	4	183	205	503625426 ROSAPOR ALENTEJO - COMERCIO E INDUSTRIA DE MÁRMORES ALENTEJANOS, LDA		28 667	21 500	21 500	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004603	PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DA EXPLORAÇÃO	4	4	185	205	102127239 FRANCISCO DO ROSARIO FRAZÃO		33 500	25 000	25 000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004604	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO A NP EN ISO 9001:2008	4	4	185	204	503310867 FRAZÃO - MÁRMORES E ROCHAS DE ALCANEDE, LDA		34 000	25 000	25 000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004624	APLICAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROCESSOS AO SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO	4	4	185	204	500855021 PARAPEDRA - SOC. TRANSFORMADORA DE PEDRAS, SA		15 000	11 250	11 250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004645	IMPLEMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS (MTDS) NA GESTÃO AMBIENTAL	4	4	185	204	500659400 M. A. LOPES D' AVÓ, LDA		10 000	7 500	7 500	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004648	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	4	182	204	506254631 CORTICEIRA AJT, LDA		15 000	11 250	11 250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004687	BRÍGIDA QUAL	4	4	185	205	505175800 BRÍGIDEPEDRA - SOC. UNIPESSOAL, LDA		24 750	18 563	18 563	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004728	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE E DE CARACTERIZAÇÃO DE PRODUTOS	4	4	183	204	500941858 MARBOSSERRA - SERRAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO MÁRMORES, LDA		22 188	16 641	16 641	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004731	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	183	204	501794259 J. MENDES NOBRE, LDA		20 966	15 725	15 725	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004735	CRIBORQUAL	4	4	185	205	504206230 CRIBOR - EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO, LDA		14 400	10 800	10 800	0
	ALENT-01-0401-FEDER-004786	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE	4	4	183	205	501209700 MÁRMOROSE - SOC. EXPORTADORA DE MÁRMORES, LDA		12 500	9 375	9 375	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005793	TIGAPELE QUAL	4	4	182	204	504347632 TIGAPELE - SOC. DE CURTUMES, LDA		28 800	21 600	21 600	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005835	DLB - QUAL	4	4	185	204	507206770 DLB TRANSPORTES, LDA		15 000	11 250	11 250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005854	EXPÓRT SABORES E HISTÓRIAS DE AZEITE	4	4	182	205	506243273 DITERRA - COMÉRCIO AGRO-INDUSTRIAL, LDA		48 027	22 925	22 925	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005872	VINHOS COM ARTE E TRADIÇÃO	4	4	182	205	505330520 JULIAN CUELLAR REYNOLDS, LDA		313 750	141 188	141 188	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005874	VINHOS DE COLOMBO	4	4	185	205	501767711 SOC. AGRÍCOLA VALE DE FORNOS SA		162 282	73 027	73 027	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005893	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES; CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA POSIÇÃO NO MERCADO EUROPEU	4	4	185	204	503332496 FIUZA & BRIGHT - SOC. VITIVINÍCOLA, LDA		183 725	82 676	82 676	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005976	PROJECTO BRATUN DE INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	4	4	185	204	501353828 BRAS ANTUNES, LDA		352 214	164 451	164 451	0
	ALENT-01-0401-FEDER-005999	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DE PEDREIRA DE MÁRMORES	4	4	183	205	503154458 NOVAMÁRMORES, MÁRMORES DO ALENTEJO, LDA		27 400	20 550	20 550	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006008	SOLUÇÕES DE BIOENERGIA	4	4	181	204	506758524 SOBIOEN - SOLUÇÕES DE BIOENERGIA SA		378 975	170 539	170 539	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006033	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	4	183	205	507012160 ENOFÓRUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA		118 365	53 264	53 264	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006049	MÁQUINAS PARA PRODUÇÃO DE BIOMASSA FLORESTAL	4	4	181	204	507919092 BE POWER - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, LDA		363 475	163 564	163 564	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006102	CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO INTERNACIONAL	4	4	185	204	503378291 GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA		270 565	121 754	121 754	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006150	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE MÁRMORES	4	4	183	204	502018178 MARMENOR-MÁRMORES DA NORA, LDA		27 750	20 813	20 813	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006163	NÓBRE DESENVOLVIMENTO	4	4	185	205	121113922 JOSE BRIGIDA PEREIRA NOBRE, SALSICHARIA E TALHO		6 414	4 811	4 811	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006192	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRAÇÃO DE MÁRMORES	4	4	183	205	502215135 LOBÓ, GALEGÓ & LOBÓ, LDA		33 000	24 750	24 750	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-01-0401-FEDER-006227	CASA DO PARQUE GOGREEN	4	4	182	205	503015636	VITOR MANUEL GUIMARÃES, LDA	32 871	14 792	14 792	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006294	WONDERFULL WINES	4	4	183	204	502775421	ERVIDEIRA, SOC. AGRÍCOLA, LDA	134 650	60 593	60 593	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006305	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS E DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	185	204	504299590	ICEBLOCK - SOC. DE CONSTRUÇÕES, SA	75 725	34 076	34 076	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006323	INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE	4	4	183	203	500263833	SOC. AGRÍCOLA DE PERESCUMA, SA	385 979	173 691	173 691	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006380	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO	4	4	185	205	506061590	FILSTONE, SA	35 000	25 000	25 000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006699	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MONDY BEAUTE	4	4	185	205	507034511	MONDY BEAUTE, LDA	506 700	230 815	230 815	0
	ALENT-01-0401-FEDER-006758	INTERNACIONALIZAÇÃO DA RUIPEDRA	4	4	185	204	503319961	RUIPEDRA, LDA	226 913	103 861	103 861	0
	ALENT-01-0401-FEDER-008374	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	181	204	503668092	JMFF SERRALHARIA CIVIL DE SINES, LDA	6 740	5 055	5 055	0
	ALENT-01-0401-FEDER-008375	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS ROLHEIRAS	4	4	183	205	508436001	A. L. CASTRO - CORK, UNIPessoal, LDA	20 000	15 000	15 000	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011460	MATAMOUROS-QUAL	4	4	184	205	180102095	ISIDRO MATAMOUROS GASPAR	5 230	3 923	3 923	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011461	HENRIQUAL	4	4	185	204	502699175	HENRICARNES - SALICARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDUSTRIA, LDA	8 054	6 040	6 040	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011567	PLANOS COM QUALIDADE	4	4	185	205	508227801	PLANOS COM PINTA UNIPessoal, LDA	8 680	6 510	6 510	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011577	AFNEVES - EFICIÊNCIA	4	4	185	204	504485237	ANTÓNIO FERNANDO NEVES - ELECTRICIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	11 210	8 408	8 408	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011607	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	183	205	501870350	BALHICO & FILHOS, LDA	32 800	24 600	24 600	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011611	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA DE MARMORE	4	4	183	204	502015900	FLORIVAL ROCHA-MARMORES, LDA	12 300	9 225	9 225	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011618	ENQUADRAMENTO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	185	205	153590637	JOSE MANUEL RIBEIRO RODRIGUES	22 300	16 725	16 725	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011626	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	4	4	183	204	503481955	ROCHA & FILHOS, LDA	7 000	5 250	5 250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011627	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO	4	4	181	205	503236187	TRANSBRISUL - CENTRAIS DE BRITAGEM, LDA	32 600	24 450	24 450	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011678	SERRALHARIA NOVA - QUALIDADE	4	4	185	204	501887334	SERRALHARIA NOVA, LDA	11 980	8 985	8 985	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011728	PAO COM QUALIDADE	4	4	185	203	502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA	23 850	17 895	17 895	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011758	DESENVOLVIMENTO DE TORRES DE MONITORIZAÇÃO EM MATERIAIS COMPOSITOS	4	4	185	204	504999338	SAMORTECNICA-ESTUDOS E PROJECTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	33 000	24 750	24 750	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011775	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	185	204	501319344	MOCAMAR-MARMORES DE ALCANEDE, LDA	11 000	8 250	8 250	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011812	PROJECTO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	4	185	205	198121865	MARIA ELISABETH CAMPOS GRANJA	161 121	80 560	80 560	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011863	PORTUGUESE TOP WINES IN ASIA	4	4	183	205	508698391	TOPWINES, LDA	539 200	242 640	242 640	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011914	VINHOS COM NOME	4	4	183	204	504351540	PAULO LAUREANO, VINUS, LDA	329 400	148 230	148 230	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011927	INTERNACIONALIZAÇÃO DA RAPOSO VIAGENS E TURISMO, LDA	4	4	181	205	508270332	EMVIAGEM, LDA	108 741	48 934	48 934	0
	ALENT-01-0401-FEDER-011991	CONSOLIDAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUZTO	4	4	185	205	508505224	GUZTO, LDA	170 849	84 480	84 480	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012104	DREAM WINES	4	4	183	205	508108306	MIGUEL LOURO, LDA	123 500	55 575	55 575	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012116	VINHOS COM TRADIÇÃO	4	4	183	204	507178491	QUINTA DA PLANSEL, SA	136 500	61 425	61 425	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012156	FINUPE - GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL	4	4	185	204	502588551	FINUPE - ENGENHARIA E ACABAMENTOS, SA	236 646	120 805	120 805	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012217	SILVICULTURA DE REFERÊNCIA NO MUNDO	4	4	181	205	508985668	LFI - LOGÍSTICA FLORESTAL INTERNACIONAL SA	487 125	219 206	219 206	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012221	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	182	204	506947769	TERRAS DE ALTER - COMPANHIA DE VINHOS, LDA	348 737	156 932	156 932	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012295	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO COM ENTRADADA EM NOVOS MERCADOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA	4	4	182	205	503490750	JPX, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, SA	575 597	259 019	259 019	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012316	INTERNACIONALIZAÇÃO DA TAPECARIA DE PORTALEGRE	4	4	182	204	500181462	MANUFATURA DE TAPECARIAS DE PORTALEGRE, UNIPessoal, LDA	251 890	113 351	113 351	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012333	VINHOS E AZEITES ALENTEJANOS DE EXCELENCIA	4	4	182	204	508423759	RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE	239 275	107 674	107 674	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012481	TELA BAGS	4	4	185	205	506854779	BIDINÂMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	271 932	122 369	122 369	0
	ALENT-01-0401-FEDER-012498	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE E GESTÃO DA INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	4	4	185	204	504075233	FLORECHA - FOREST SOLUTIONS, SA	32 330	14 549	14 549	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0401-FEDER-012521		TRANSPORTES FÁTIMA BRIGIDA: COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	506994333	TRANSPORTES FÁTIMA BRIGIDA, LDA	74 783	33 653	33 653	0
ALENT-01-0401-FEDER-012624		IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE QUALIDADE; DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DE PRODUTO	4	4	183	204	505404010	TOOLPRESSE, PEÇAS METÁLICAS POR PRENSAGEM, LDA	190 879	87 317	87 317	0
ALENT-01-0401-FEDER-012718		PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIÓLOS	4	4	183	204	507176464	ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIÓLOS, LDA	472 615	212 677	212 677	0
ALENT-01-0401-FEDER-012768		GUSTÉAU	4	4	183	205	509042813	GUSTÉAU, LDA	302 525	136 136	136 136	0
ALENT-01-0401-FEDER-012775		STYLE WINES	4	4	183	205	227168461	TIAGO MATEUS CABAÇO E CABAÇO	235 900	106 155	106 155	0
ALENT-01-0401-FEDER-012892		INTERNACIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO LOGOWINES	4	4	183	205	507490720	LOGOWINES, LDA	407 922	183 565	183 565	0
ALENT-01-0401-FEDER-012918		INTERNACIONALIZAÇÃO DOS HOTÉIS M'AR DE AR MURALHAS E AQUEDUTO	4	4	183	203	502469420	SOC. HOTELEIRA DO AREZ, SA	228 292	114 146	114 146	0
ALENT-01-0401-FEDER-016126		INTERNACIONALIZAÇÃO ESPECIALIZADA	4	4	185	204	504371827	TECNIPEC, SERVIÇOS PECUÁRIOS, LDA	196 209	88 294	88 294	0
ALENT-01-0401-FEDER-016157		TRPMBARUA INTERNACIONAL	4	4	185	205	509408460	TR7, SA	644 200	289 890	289 890	0
ALENT-01-0401-FEDER-016169		VINHOS COM MODERNIDADE	4	4	182	204	508175003	ILEX VINHOS ENOLOGIA GASTRONOMIA E TURISMO, LDA	876 000	394 200	394 200	0
ALENT-01-0401-FEDER-016172		HÁND CRAFTED PORTUGUESE WINES	4	4	185	204	508465494	PINHAL DA TORRE VINHOS, SA	197 309	88 789	88 789	0
ALENT-01-0401-FEDER-016178		MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS, DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	4	181	205	502582588	MILFONTOM - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	32 495	14 623	14 623	0
ALENT-01-0401-FEDER-016182		EMBALAGENS INTERNACIONAIS	4	4	185	204	504605399	INDUMEL - INDUSTRIA PLÁSTICOS DUARTE & MENDES, LDA	169 600	76 320	76 320	0
ALENT-01-0401-FEDER-016253		VINHO DE AUTOR	4	4	183	204	505102048	GRANACER-ADMINISTRAÇÃO DE BENS, SA	132 450	59 603	59 603	0
ALENT-01-0401-FEDER-016264		DLB - COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA E ECONOMIA NO TRANSPORTE DE MERCADORIAS	4	4	185	204	507206770	DLB TRANSPORTES, LDA	299 894	134 952	134 952	0
ALENT-01-0401-FEDER-016268		INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	183	205	509417779	TRUSTPLANET, LDA	899 256	400 000	400 000	0
ALENT-01-0401-FEDER-016309		INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBALCOOP	4	4	185	205	509129749	GLOBALCOOP - COOPERATIVA AGRÍCOLA TRANSNACIONAL, CRL	296 466	133 410	133 410	0
ALENT-01-0401-FEDER-016359		QUALIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PROCESSAMENTO E GESTÃO PARA A CAPACITAÇÃO DA ADEGA COOPERATIVA DE PORTALEGRE	4	4	182	204	500948631	ADEGA COOPERATIVA DE PORTALEGRE, C.R.L.	101 070	45 482	45 482	0
ALENT-01-0401-FEDER-016397		"EXPERIENCE THE TRUE ALENTEJO FEELING"	4	4	184	204	506893332	HERDADE DO GIZO- GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS E AGRÍCOLAS, SA	292 850	131 783	131 783	0
ALENT-01-0401-FEDER-016426		INTERNACIONALIZAÇÃO E CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS COBERTURAS PARA MERCADO INTERNACIONAL	4	4	185	204	507464532	EUROCOVER - F E C DE COBERTURAS TEXTÉIS UNIPessoal, LDA	137 485	61 868	61 868	0
ALENT-01-0401-FEDER-016581		INTERNACIONALIZAÇÃO DA OLIDAL	4	4	183	204	502261161	OLIDAL - OLIVICULTORES DO ALENTEJO, CRL	225 781	101 602	101 602	0
ALENT-01-0401-FEDER-016611		INTERNACIONALIZAÇÃO DA "PLATAFORMA INOVADORA DE PROMOÇÃO E VENDA DO DESTINO PORTUGAL"	4	4	183	204	509457037	PORTUGALRES, LDA	770 405	346 682	346 682	0
ALENT-01-0401-FEDER-016637		INTERNACIONALIZAÇÃO DA RUIPEDRA	4	4	185	203	503319961	RUIPEDRA, LDA	362 819	181 409	181 409	0
ALENT-01-0401-FEDER-016800		CRIAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO DE TURISMO RURAL	4	4	183	205	504201255	MONTE CHORA CASCAS - TURISMO RURAL, UNIPessoal, LDA	139 903	62 956	62 956	0
ALENT-01-0401-FEDER-016854		POTENCIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ALENTEJO	4	4	ZZZ	212	506829987	AGÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	566 915	294 333	294 333	0
ALENT-01-0402-FEDER-004633		FORMULAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DE COMPOSIÇÃO CERÁMICA	4	4	185	204	508278449	FACERIL - FABRICA DE CERÁMICA DO RIBATEJO, SA	7 000	5 250	5 250	0
ALENT-01-0402-FEDER-004727		DESENVOLVIMENTO DE FATIADORA	4	4	185	203	502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA	33 333	25 000	25 000	0
ALENT-01-0403-FEDER-000664		CRIAÇÃO DE HOTEL E CENTRO INTERNACIONAL DE ESTÁGIO	4	4	182	205	507215990	AVIZACQUA TEAM CENTER - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	2 863 442	1 574 893	1 574 893	0
ALENT-01-0403-FEDER-000933		IMPLEMENTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE FABRICAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL	4	4	181	204	508450586	YOUNG TRADITION, LDA	4 159 465	2 278 136	2 278 136	0
ALENT-01-0403-FEDER-000983		INTRODUÇÃO DE UM NOVO PRODUTO NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS, COM VISTA AO REFORÇO	4	4	185	204	501188509	CALCIDRATA - INDUSTRIAS DE CAL, S. A.	4 440 472	2 442 259	2 442 259	0
ALENT-01-0403-FEDER-001279		CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL DE 5 ESTRELAS EM VILA VIÇOSA	4	4	183	205	508426952	JARDIMAJESTIC, LDA	6 492 438	4 220 085	4 220 085	0
ALENT-01-0403-FEDER-001531		CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE BIODIESEL	4	4	181	202	507815998	GREENCYBER, SA	65 383 293	23 055 652	23 055 652	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0403-FEDER-002730		REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS TÉCNICOS, DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS	4	4	185	204	500150648	J. S. GOUVEIA - METALOMECÂNICA, LDA	315 515	161 158	161 158	0
ALENT-01-0403-FEDER-003526		ZMAR ECO CAMPING RESORT	4	4	181	205	507642260	MULTIPARQUES A CÉU ABERTO - CAMPISMO E CARAVANISMO EM PARQUES, SA	35 659 104	7 131 821	7 131 821	0
ALENT-01-0403-FEDER-003699		REFORÇO DE COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS, TÉCNICOS, ENGENHARIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	4	4	185	204	500331251	CÉSAR CASTELÃO & FILHOS, LDA	670 900	436 085	436 085	0
ALENT-01-0403-FEDER-004845		HOTEL RURAL QUINTA DOS BASTOS	4	4	183	205	507741161	QUINTAS DOS BASTOS, LDA	873 637	567 864	567 864	0
ALENT-01-0403-FEDER-004863		HOTEL RURAL MONTE DA FIGUEIRA MANSA	4	4	183	205	508732131	MONTE DA FIGUEIRA MANSA - HOTEL RURAL, LDA	2 186 973	1 421 533	1 421 533	0
ALENT-01-0403-FEDER-004899		PROJETO DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS DE CARACTER INOVADOR, COM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TEC	4	4	184	205	508742234	LAVOISIER NATURAM PORTUGAL TECNOLOGIAS DO AMBIENTE, LDA	565 346	367 475	367 475	0
ALENT-01-0403-FEDER-004905		CENTRAL TERMOELECTRICA A BIOMASSA FLORESTAL E RADIAÇÃO SOLAR	4	4	181	205	507858816	ALVASADO ENERGIA, LDA	152 269	98 975	98 975	0
ALENT-01-0403-FEDER-004941		LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS SUSTENTADOS EM MARCA PRÓPRIA	4	4	182	204	501265791	ARMAZENS MERCEARIA E AVICOLA, LDA	683 016	443 961	443 961	0
ALENT-01-0403-FEDER-005000		HOTEL IBÉRICO	4	4	183	205	502024747	VICETUR - INVESTIMENTOS HOTELEIROS E TURISTICOS, SA	9 350 288	6 077 687	6 077 687	0
ALENT-01-0403-FEDER-005062		CENÁRIO MÍTICO - HOTELARIA E EXPLORAÇÃO TURISTICA, LDA	4	4	184	204	508788331	CENÁRIO MÍTICO - HOTELARIA E EXPLORAÇÃO TURISTICA, LDA	2 316 879	1 505 971	1 505 971	0
ALENT-01-0403-FEDER-005135		ALDEAMENTO TURISTICO DAS VALADAS - L'AND VINEYARDS	4	4	183	204	505185938	SOUSA CUNHAL - TURISMO SA	6 624 369	4 305 840	4 305 840	0
ALENT-01-0403-FEDER-005170		ECÓ/EXPERIENCE CAMP SANTIAGO	4	4	181	204	507668758	EXPECIAL WORLD, LDA	2 919 920	1 897 948	1 897 948	0
ALENT-01-0403-FEDER-005672		EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA EM BENCATEL, CONCELHO DE VILA VIÇOSA.	4	4	183	205	508700000	MARMONGELA, LDA	918 715	689 036	689 036	0
ALENT-01-0403-FEDER-006891		SOLAR DE SÃO MAMEDE	4	4	182	205	508450373	JARDIM PINTADO - SOC. UNIPESSOAL, LDA	426 883	320 162	320 162	0
ALENT-01-0403-FEDER-006926		UNIDADE FABRIL DE PELLETS	4	4	183	205	508716209	RECILOMAD - RECICLAGEM DE MADEIRAS USADAS, LDA	880 967	660 725	660 725	0
ALENT-01-0403-FEDER-006932		A ESSENCIA DO MEIO	4	4	183	205	508372593	A ESSENCIA DO MEIO, LDA	1 256 886	942 665	942 665	0
ALENT-01-0403-FEDER-006936		"DAR ALMA AO TURISMO"	4	4	185	205	508979323	JOURNEYLAND, LDA	441 175	330 881	330 881	0
ALENT-01-0403-FEDER-006943		QUINTA VAL D'ORNAS	4	4	182	205	508990297	DESFRUTA A NATUREZA - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	509 069	381 802	381 802	0
ALENT-01-0403-FEDER-006970		CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE COMPOSITE SANDWICH PANELS EM PORTUGAL	4	4	185	204	508862434	ÁGUA HOUSE IBÉRIA, LDA	4 347 880	2 826 122	2 826 122	0
ALENT-01-0403-FEDER-007574		INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM VISTA AO REFORÇO DA ACTUAÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA NO MERCADO GLOBAL	4	4	185	204	508092558	PEDRA DE TOQUE - SOC. UNIPESSOAL, LDA	522 941	339 912	339 912	0
ALENT-01-0403-FEDER-007610		TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE CORTIÇAS PARA FABRICO DE AGLOMERADOS PUROS E COMPOSITOS, EM CORTIÇA, PARA SOLUÇÕES DE ISOLAMENTO, REVESTIMENTO E UNDERLAYMENT REVE	4	4	182	204	508949246	ROBCKORK - VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS DE CORTIÇA, SA	3 703 183	2 407 069	2 407 069	0
ALENT-01-0403-FEDER-007640		HOTEL RURAL DE 4 ESTRELAS	4	4	182	205	502765097	MONTE DOS APOSTOLOS - SOC. AGRICOLA E TURISTICA, LDA	831 965	540 777	540 777	0
ALENT-01-0403-FEDER-007702		EXPANSÃO PARA NOVOS MERCADOS	4	4	181	204	506113990	SERVITUBOS II - ANTICORROSÃO, LDA	687 106	453 317	453 317	0
ALENT-01-0403-FEDER-007765		REDIRECCIONAMENTO E REPOSICIONAMENTO ESTRATEGICO NO MERCADO GLOBAL	4	4	182	204	504029096	AUTOFORESE PROTECCAO ANTI CORROSIVA, LDA	3 214 445	2 094 055	2 094 055	0
ALENT-01-0403-FEDER-007771		ALUEXPORT	4	4	185	205	504766597	ALU-M - ALUMINIOS E PVC, LDA	263 370	171 191	171 191	0
ALENT-01-0403-FEDER-008115		DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO COMERCIAL A LOCALIZAR-SE NO CENTRO HISTÓRICO DE ELVAS	4	4	182	205	503811262	HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA	299 922	224 942	224 942	0
ALENT-01-0403-FEDER-008134		ALTERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA PASTELARIA	4	4	182	204	500349401	FARINHAS & GUEIFÃO, LDA	48 396	36 297	36 297	0
ALENT-01-0403-FEDER-008226		DOTAÇÃO FUNCIONAL DE EQUIPAMENTOPRODUTIVO, DE PROTECÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E EQUIPAMENTO INFORMATICO	4	4	184	204	500704520	WILFRIED BEHRENS E JOSE LUIS NASCIMENTO MENICHA, LDA	85 061	63 796	63 796	0
ALENT-01-0403-FEDER-008243		CRIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO OU RACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	4	4	184	205	503944440	MARIA GABRIELA VENDA & FILHA, SA	125 820	94 365	94 365	0
ALENT-01-0403-FEDER-011974		HOTEL DE 4 ESTRELAS	4	4	182	204	501415017	SECONFRAL - SOC. DE EMPREITADAS DE COFRAGENS E CONSTRUÇÕES, LDA	1 379 274	1 034 456	1 034 456	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0403-FEDER-012079	MONTE FILIPE - HOTEL E SPA	4	4	182	204	509105777	R.G.LOPES, LDA	3 424 547	2 568 410	2 568 410	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013096	criação e desenvolvimento de novo produto e serviço - RECICLAGEM DE SLOPS/SLUDGES	4	4	181	205	508816777	ECOSLOPS, LDA	11 322 875	6 227 581	6 227 581	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013103	HOTEL CASA D'ALAGOA (3 ESTRELAS)	4	4	185	205	508783429	CASA DA ALAGOA - HOTELARIA, LDA	1 816 243	1 362 182	1 362 182	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013109	criação de empresa dotada de recursos físicos, técnicos e humanos qualificados	4	4	181	205	508580510	DÍAS DISTINTOS TURISMO RURAL, LDA	596 103	387 467	387 467	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013112	criação de empresa dotada de recursos físicos, técnicos e humanos qualificados	4	4	181	205	509188176	LUIS AMARO FIGUEIRA, UNIFESSOAL, LDA	685 720	445 718	445 718	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013145	EXTRACÇÃO DE AZEITE POR PROCESSO QUÍMICO E PRODUÇÃO DE BAGAÇO SECO PARA BIOMASSA	4	4	184	204	508837839	CASA ALTA, SOC. TRANSFORMADORA DE BAGAÇOS, LDA	3 916 866	2 545 963	2 545 963	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013161	START-UP PARA A PRODUÇÃO DE INOVADORES MEIOS DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA 100% RECICLADA	4	4	182	204	509278361	TRIGNOLAXIA, LDA	3 931 841	2 555 697	2 555 697	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013237	OIKOS HOTELS - SANTA CLARA	4	4	181	205	508834473	CCTT - PROMOÇÃO TURÍSTICA E IMOBILIÁRIA, LDA	7 858 771	5 108 201	5 108 201	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013266	TAPADA DA MATA ECO-RESORT, HOTEL & SPA, 4*	4	4	183	205	506647153	TAPADA DA MATA, INVESTIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS, LDA	4 820 890	3 615 668	3 615 668	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013293	HOTEL RURAL DE 4 ESTRELAS "ESTÁBULOS DE SÃO LEONARDO"	4	4	183	205	508957516	LUNION, LDA	1 532 783	1 149 587	1 149 587	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013497	criação de nova linha de produção com expansão da capacidade produtiva	4	4	185	204	504605399	INDUMEL - INDUSTRIA PLASTICOS DUARTE & MENDES, LDA	367 331	238 765	238 765	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013519	criação da empresa SIR - SOCIEDADE IBERICA DE RENOVACAO DE BARRICAS	4	4	183	205	509197701	SIR - SOC. IBERICA DE RENOVACAO DE BARRICAS, LDA	130 216	84 641	84 641	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013617	MECAPARAS - OPTIMIZACAO DE PRODUTOS FLORESTAIS	4	4	185	205	509297633	MECAPARAS, LDA	2 707 766	2 030 825	2 030 825	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013730	SW HOTEL - NATURE & ADVENTURE HR 4*	4	4	181	205	509221831	TRILHOS INEDITOS, LDA	753 354	489 680	489 680	0	
ALENT-01-0403-FEDER-013784	UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS	4	4	183	204	503597155	FRANCISCO PATROCÍNIO - SERVIÇOS PECUÁRIOS, LDA	786 401	511 160	511 160	0	
ALENT-01-0428-FEDER-000303	MARCA DE QUALIDADE REGIONAL DO ALENTEJO LITORAL	1	4	ZZZ	215	502280352	AERSET - Associação Empresarial da Região de Setúbal	549 700	384 790	384 790	0	
ALENT-01-0428-FEDER-000304	Plano de Estímulo ao Mercado Interno Alargado (Portugal e Espanha)	1	4	ZZZ	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	427 701	427 701	299 391	0	
ALENT-01-0428-FEDER-000312	Observatório Regional do Turismo do Alentejo	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	869 285	869 285	608 500	0	
ALENT-01-0428-FEDER-000674	Alentejo das Gastronómicas Mediterrânicas	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	411 696	387 900	267 603	0	
ALENT-01-0428-FEDER-000677	Promoção do Turismo Industrial - Rota dos Mármoreos	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	381 777	381 777	248 155	0	
ALENT-01-0463-FEDER-000351	Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	5 925 212	5 925 212	4 740 170	0	
ALENT-01-0663-FEDER-000559	Obras de urbanização do Espaço Industrial da Vila de Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	423 395	423 395	338 716	0	
ALENT-01-0663-FEDER-000455	Projecto de construção da 1.ª Fase do Parque Empresarial de Cuba	3	4	184	107	500832935	Município de Cuba	2 391 142	2 391 142	1 673 799	0	
ALENT-01-0663-FEDER-000479	PARQUE EMPRESARIAL DE BARRANCOIS - 1.ª FASE	1	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	1 405 888	1 405 888	1 124 710	0	
ALENT-01-0663-FEDER-000625	Construção de Pavilhão Industrial (criação de Microempresas) em Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	721 105	721 105	576 884	0	
ALENT-01-0663-FEDER-000648	Zona Industrial de Sousel 2ª Fase	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	93 274	93 274	74 619	0	
ALENT-01-0663-FEDER-001070	Parque Empresarial / Ninho de Empresas	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	720 002	720 002	576 002	0	
ALENT-01-0663-FEDER-001111	Infra-estruturas e arruamentos de expansão da Zona Industrial de Campo Maior	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	568 059	568 059	454 447	0	
ALENT-01-0663-FEDER-001120	Parque Empresarial e Industrial de Vidigueira (fase I) e Criação de Ninho de Empresas	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	885 758	885 758	708 606	0	
ALENT-01-0663-FEDER-001268	Urbanização e Infra-Estruturação da Zona Industrial do Monte da Barca (ZIMB)	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	557 216	557 216	445 773	0	
ALENT-01-0663-FEDER-001272	Parque de Negócios do Falcão - Infra-estrutura da Área de Ciência e Tecnologia do Valleypark	1	4	185	107	506780902	MUNICIPIO DO CARTAXO	3 150 000	3 150 000	2 520 000	0	
ALENT-01-0725-FEDER-000500	Parque de Ciências de Fronteira	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	97 750	97 750	58 650	0	
ALENT-01-0725-FEDER-000506	EXPERIMENTA ENERGIA	1	4	184	205	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	248 882	248 882	198 706	0	
ALENT-01-0725-FEDER-000507	CSI Ourique - Ciência, Sustentabilidade e Inovação em Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	85 763	85 763	51 458	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-01-0725-FEDER-000530	Casa José Mattoso - Centro de Documentação e de Investigação	1	4	184	214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	136 915	82 149	82 149	0	
ALENT-01-0725-FEDER-000531	CCV Estremoz CiênciaAlentejo - Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação no Alentejo (CITEAlentejo)	1	4	183	212	504374400	Centro Ciência Viva de Estremoz	839 415	839 415	503 649	0	
ALENT-01-0725-FEDER-000538	Mina de Ciência - Centro Ciência Viva do Lousal: Inovação, Desenvolvimento e Divulgação	1	4	181	211	504229281	FUNDAÇÃO FREDERIC VELGE	472 721	283 633	283 633	0	
ALENT-01-0725-FEDER-000540	TORNAR VISÍVEL O QUE NÃO SE VE	1	4	183	212	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	306 200	183 720	183 720	0	
ALENT-01-0762-FEDER-000201	Operação - Sistema Electrónico de Segurança	1	4	ZZZ	103	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	2 518 611	2 518 611	1 888 958	0	
ALENT-01-0765-FEDER-000703	Produção de Águas Quentes com Energia Solar - Pav. Municipal, Estádio Municipal e Piscinas Municipais	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	205 486	205 486	164 389	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000203	Operação - Escola em Rede	1	4	ZZZ	103	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	5 736 107	5 736 107	4 302 080	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000369	Operação - Computadores na sala de aula	1	4	ZZZ	103	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	2 159 060	2 159 060	1 619 295	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000511	Plano Tecnológico da Educação - Baixo Alentejo	1	4	184	106	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	157 560	157 560	118 170	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000512	Apetrechamento Tecnológico de Escolas com 1º Ciclo do Ensino Básico no Distrito de Évora	1	4	ZZZ	106	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	169 560	169 560	127 170	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000630	Espaço Internet de Vila Verde de Ficalho	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	78 468	78 468	62 775	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000725	Plano Tecnológico para o Ensino Básico	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	89 700	89 700	71 760	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000982	Quadros Interactivos para Escolas do 1º Ciclo	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	306 342	306 342	245 073	0	
ALENT-01-0766-FEDER-000999	Aquisição de Quadros Interactivos e Equipamentos Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	48 482	48 482	38 786	0	
ALENT-01-0766-FEDER-001029	Quadros Interactivos	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	82 575	82 575	66 060	0	
ALENT-01-0766-FEDER-001259	Quadros Interactivos	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	90 635	90 635	72 508	0	
ALENT-01-0767-FEDER-000430	Plano Tecnológico para o Ensino Básico - Aquisição de Quadros Interactivos	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	76 988	76 988	46 193	0	
ALENT-01-0767-FEDER-000482	Quadros Interactivos na Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	63 375	63 375	38 025	0	
ALENT-01-0767-FEDER-000619	Aquisição de Quadros Interactivos para a EB1 de Golegã e EB1 de Azinhaga	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	22 960	22 960	18 368	0	
Subtotal - Desenvolvimento Urbano								111 231 638	101 642 964	110 278 914	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000520	Animação cultural e promoção do livro e da leitura na Biblioteca Pública de Évora	1	4	183	101	600082539	Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas	12 100	12 100	6 834	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000576	Elaboração, Execução e Monitorização do Plano de Comunicação da ACROPOLE XXI	1	4	183	105	508124301	Évora Viva SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana E.M.	136 125	136 125	76 883	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000162	Regeneração Urbana de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	2 077 363	2 077 363	1 661 890	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000163	Requalificação Urbanística da Entrada Poente de Grandola e Reconstrução/Ampliação do Cine teatro Grandolense	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	1 999 862	1 999 862	1 599 890	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000164	Renovar a História, Valorizar o Centro Histórico de Santiago do Cacém	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	1 369 173	1 369 173	1 095 339	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000165	Requalificação da Zona da Devesa e Areas Adjacentes	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1 740 319	1 740 319	1 392 255	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000167	Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	2 287 314	2 287 314	1 699 474	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000168	Forum de Eventos Promocionais	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	2 723 368	2 723 368	1 784 623	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000170	Requalificação Urbanística nos Arruamentos do Poço de Ourique e da Rua de Beja em Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	1 302 165	1 302 165	1 041 732	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000171	Regeneração Urbana do Eixo Comercial de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	1 677 709	1 677 709	1 342 167	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000172	Requalificação e modernização de 3 edifícios públicos para a promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, centro multifacetado de novas tecnologias e refei	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	898 577	898 577	718 862	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000173	Beneficências e Arranjos no Jardim Público de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	MUNICIPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	1 529 564	1 529 564	1 223 651	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000174	Arraiolos XXI - Qualificação do Espaço Público	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	1 262 287	1 262 287	1 009 830	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000175	Centro de Interpretação da Batalha dos Alenteiros	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	2 335 207	2 335 207	1 699 564	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000176	Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Azambuja	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	862 439	862 439	487 106	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-02-0141-FEDER-000177	Reabilitação e Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros Voluntários da Vila de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	1 131 862	1 131 862	905 490	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000178	REQUALIFICAR MARVÃO	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	1 295 348	1 295 348	1 036 278	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000179	Projecto integrado de requalificação urbana da vila de Cuba.	1	4	184	107	500832935	Município de Cuba	1 306 321	1 306 321	1 045 056	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000180	Regeneração Urbana no Centro Histórico de Avis - 1ª operação	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	1 769 863	1 769 863	1 415 890	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000257	Recuperação e Reconversão Urbanística no Centro Histórico	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	141 440	141 440	79 885	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000271	Requalificação Viária das Ruas Bairro Ferreira Rainho, 15 de Maio e Poeta José Régio	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	840 000	840 000	474 432	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000277	Circular à Cidade - 3ª Fase entre o Aquecedo da Amoreira e as Portas de S. Vicente	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	3 268 760	3 268 760	1 846 196	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000302	Gabinete Municipal de Santo André	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	512 912	512 912	410 329	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000338	XIV ENCONTRO NACIONAL DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	127 698	127 698	72 124	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000378	Requalificação Paisagística, Ambiental e Urbana do Jardim das laranjeiras	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	360 739	360 739	203 746	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000414	RUFA - Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	1 296 039	1 296 039	1 036 831	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000418	Programa de Salvaguarda e Recuperação de Elvas - Reabilitação de Infraestruturas - 6ª Fase	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	959 820	959 820	542 107	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000425	Requalificação do Centro Histórico de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	750 426	750 426	423 841	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000429	Gestão da parceria e monitorização do programa de acção Acrópole XXI	1	4	ZZZ	107	504828576	Município de Évora	132 000	132 000	74 554	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000431	REGUALIFICAÇÃO DE ODEMIRA	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	3 096 814	3 096 814	1 699 222	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000433	PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REGENERAÇÃO URBANA DE BORBA - Borba: Regenerar	1	4	183	107	503956546	Município de Borba	1 951 213	1 951 213	1 102 045	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000435	Operação Integrada de Regeneração Urbana de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	2 808 327	2 808 327	1 699 599	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000436	GÓLEGA: IDENTIDADE E INOVAÇÃO	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	1 729 599	1 729 599	1 383 679	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000437	Requalificação Urbana Núcleo Central de Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	677 771	677 771	542 217	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000438	Regeneração dos Espaços Públicos de Viana do Alentejo	1	4	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	1 059 187	1 059 187	847 350	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000442	Exposição de Documentos Musicais da Sé de Évora	1	4	183	212	501815538	Capelo Catedralício de Évora	50 000	50 000	28 240	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000447	PRU - Espaço Robinson - Infra-estruturas Exteriores - Fase A1	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1 874 665	1 874 665	1 058 811	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000450	PRU - Espaço Robinson - Estacionamento	1	4	182	211	505984717	Fundação Robinson	1 127 813	1 127 813	636 989	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000469	Requalificação Urbana do Bairro Pôr do Sol	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	471 120	471 120	255 488	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000476	Reabilitação de Infraestruturas do Bairro da Mouraria	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	917 639	917 639	734 111	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000477	Jardim e Parque de Estacionamento do Bairro da Mouraria em Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	627 052	627 052	354 159	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000492	Acções Associadas à Animação da Parceria Local e à Dinamização do Programa de Acção	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	134 335	134 335	75 872	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000503	Requalificação Urbana do Bairro Azul	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	270 649	270 649	152 863	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000513	Requalificação Paisagística, Ambiental e Urbana da Encosta Sudoeste às Murallas - Viaduto	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	838 236	838 236	473 436	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000516	Aquisição de equipamentos e conteúdos de apoio ao visitante do Museu de Évora	1	4	183	103	600022366	Museu de Évora	70 100	70 100	39 592	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000517	Congresso Internacional Sobre o Retábulo de Évora e a Pintura Flamengo no Sul da Europa	1	4	183	103	600022366	Museu de Évora	100 000	100 000	56 480	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000518	Instalação de Ecopontos para Recolha Selectiva de Resíduos	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	206 400	206 400	116 575	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000546	Requalificação e ampliação da ala poente do palácio do vimoso - centro interactivo de arqueologia	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	454 977	454 977	308 838	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000547	INSTALAÇÃO DA ACADEMIA SENIOR DE ARTES E SABERES	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	101 391	98 045	42 625	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-02-0141-FEDER-000548	Fundo Arquivístico da Arquidiocese de Évora	1	4	183	212	501815538	Cabido Catedralício de Évora	289 586	163 558	163 558	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000550	Requalificação e Usufruto Público da Casa Nobre da rua de Burgos	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	99 264	99 264	56 064	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000551	Requalificação Urbana do Bairro da Atalaia	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	404 015	404 015	216 997	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000552	Promoção e sensibilização de novas soluções de mobilidade na Acrópole de Évora	1	4	183	105	504878620	sítee-Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento de Évora - EM	15 000	15 000	8 472	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000553	Abastecimento de Água aos Bairros da Várzea/Petrogal	1	4	181	105	505600005	Águas de Santo André, S.A.	461 852	461 852	134 999	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000556	Requalificação e Valorização do Parque Central	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	913 636	913 636	516 022	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000557	Requalificação e Ordenamento de Eixos Estruturantes	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	937 081	937 081	587 175	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000558	Rede Cicável de Vila Nova de Santo André	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	510 620	510 620	319 955	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000560	Intervenção de recuperação do edifício da Biblioteca Pública de Évora	1	4	183	101	600082539	Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas	144 872	144 872	66 076	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000561	Criação de uma sala de exposições temporárias na Biblioteca Pública de Évora	1	4	183	101	600082539	Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas	53 954	53 954	23 723	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000562	PRU - Espaço Robinson - Espaço Associações e Escolas de Cultura - Fase A	1	4	182	211	505984717	Fundação Robinson	5 013 935	5 013 935	2 831 871	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000563	Requalificação Edifício Sede da ACDE	1	4	183	212	501083758	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO DE ÉVORA	349 388	197 334	197 334	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000564	Produção de Material de Divulgação Cultural	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	49 500	49 500	27 958	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000567	Sistema de Fornecimento de Água ao Parque Central	1	4	181	105	505600005	Águas de Santo André, S.A.	19 963	19 963	11 275	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000572	Pátio de S. Miguel	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	2 134 077	2 134 077	1 127 860	0	
ALENT-02-0241-FEDER-000586	Construção do Centro Interpretativo do Património	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	453 055	453 055	326 454	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000585	CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO COMPLEXO SOCIAL INTEGRADO DE SANTA MARIA	1	4	181	212	502640430	Centro Social Paroquial de Santa Maria	1 992 400	1 046 454	1 046 454	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000593	Reabilitação das Muralhas de Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	207 953	207 953	166 362	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000594	Ensombreamento das Portas de Mértola	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1 375 132	1 375 132	1 100 106	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000596	Despesas de Gestão da Intervenção	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	300 000	300 000	240 000	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000596	Requalificação de Monumentos Religiosos - Recuperação/conservação da Ermida de Santo André	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	239 836	239 836	189 375	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000597	Requalificação de Monumentos Religiosos - Recuperação/conservação da Igreja do Pé da Cruz	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	605 477	478 085	478 085	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000598	Requalificação de Monumentos Religiosos - Recuperação/conservação da Capela de Nossa Senhora do Rosário	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	303 985	303 985	243 188	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000603	Reabilitação do Antigo Edifício Sede da Diocese	1	4	184	212	500918449	CÁRITAS DIOCESANA DE BEJA	1 183 644	591 822	591 822	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000604	PRU - Implementação do Plano de Divulgação	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	95 000	95 000	53 656	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000607	Ações de Promoção, Animação e Divulgação	1	4	184	105	508999650	INOVOBEJA - Empresa Municipal de Desenvolvimento, E.M.	299 390	299 390	239 512	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000651	Construção de Ponte sobre a Ribeira de Longomel	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	307 095	307 095	170 069	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000654	Recuperação de Moinho de Água-Instalações Sanitárias de Apolo	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	46 521	46 521	13 956	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000655	CONSTRUÇÃO DE CAFETARIA E LAGO	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	288 422	288 422	173 053	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000658	PRUC - Parque Central União dos Jardins	1	4	185	105	507892283	Rumo 2020 EM	3 972 990	3 972 990	2 185 145	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000660	PRUC - Requalificação Ribeira Cartaxo e da Quinta Santa Eulália	1	4	185	105	507892283	Rumo 2020 EM	838 233	838 233	670 586	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000661	Requalificação do Centro Cívico - Praça Lourenço de Carvalho	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	902 414	902 414	496 328	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000663	Mercado Municipal - Edifício Comercial e Espaço Público Contíguo Estremoz	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	776 414	776 414	621 132	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000692	Iluminação do Castelo em Montemor-o-Novo - Iluminação de Valorização da Muralha Norte e Palácio dos Alcaides	1	4	183	107	506809553	Município de Montemor-o-Novo	80 493	80 493	64 394	0	
ALENT-02-0141-FEDER-000802	Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	355 740	355 740	284 592	0	
ALENT-02-0141-FEDER-001001	PRU - Vedação de Protecção do Espaço Robinson	1	4	182	211	505984717	Fundação Robinson	23 770	16 877	16 877	0	
ALENT-02-0141-FEDER-001014	VALORIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO RECINTO DO CASTELO - FASE 1	1	4	184	107	502174153	MUNICIPIO DE MOURA	422 133	422 133	189 960	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-02-0241-FEDER-001019	EQUIPAMENTOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL - FASE 1	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	439 261	439 261	351 409	0
	ALENT-02-0241-FEDER-001047	criação/REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ACTIVIDADES ECONÓMICAS - FASE 1	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	2 185 321	2 185 321	1 747 820	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001100	QUALIFICAÇÃO SOCIAL	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	296 982	296 982	237 586	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001135	REQUALIFICAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DO CENTRO HISTÓRICO DE MOURA FASE1	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	1 794 116	1 794 116	1 288 893	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001154	OP E - Repavimentação e Requalificação dos Arruamentos	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1 256 157	1 256 157	1 004 925	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001156	Animação Cultural da Área de Intervenção	1	4	184	105	501829296	COMOIPREL - Coop.Moureense Interesse Público Resp. Limitada	88 500	70 800	70 800	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001212	Públicos e Criação de "Percurso Livres de Obstáculos"	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	65 700	65 700	52 560	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001230	Sensibilização para a Deficiência e Inclusão	1	4	184	212	504646826	APPACDM de Moura - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	182 347	182 347	111 998	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001275	Plano de Sinalética Cultural - "O Manuelino" e a "Pintura Mural"	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	11 515	11 515	9 212	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001257	Requalificação Urbana do Espaço Público da Margem Norte do Rio Sado	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	3 701 712	3 701 712	2 961 369	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001325	Espaço polivalente com funções cívicas, lúdicas e sociais - F3	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	898 810	898 810	719 048	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001395	OP P - Gestão da Parceria	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	143 950	143 950	115 160	0
	ALENT-02-0241-FEDER-000434	Regeneração Urbana do Centro Histórico de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	2 349 581	2 349 581	1 699 687	0
	ALENT-02-0241-FEDER-000545	Palácio do Barrocal de Évora - Implementação da 1ª fase	1	4	183	211	500122237	Fundação Inatel	488 463	488 463	275 884	0
	ALENT-02-0241-FEDER-000554	Reabilitação do Edifício da Torre do Salvador	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	67 440	67 440	38 090	0
	ALENT-02-0241-FEDER-000571	Centro de Arte e Cultura	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	3 275 338	1 927 209	1 927 209	0
	ALENT-02-0241-FEDER-000713	PRU - Conservação requalificada de património arqueológico industrial - depósito de água	1	4	182	211	505984717	Fundação Robinson	147 832	103 719	103 719	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000927	Requalificação do Centro Cívico da Cidade de Almeirim - Largo General Guerra	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	375 819	375 819	239 998	0
	ALENT-02-0141-FEDER-000995	Centro de Formação e Cultura Contemporânea	1	4	182	107	506808486	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR	1 112 611	1 112 611	890 089	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001007	Regeneração Urbana de Sines - Plano de Comunicação	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	100 000	100 000	80 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001037	Remodelação de Arruamentos e Infra-estruturas Urbanas no Largo Banha de Andrade e Envolvente Funcional (Pavimentação e Infra-estruturas nas Ruas envolventes do Largo Banha de Andra	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	264 066	264 066	181 941	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001038	Remodelação do Acesso Pedonal ao Castelo de Montemor-o-Novo pela Rua do Quebra Costas	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	265 966	265 966	163 680	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001039	Requalificação Urbana da Área do Rossio	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1 662 679	1 662 679	1 330 144	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001041	Requalificação das Instalações da Associação Protectora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores	1	4	183	212	500876185	Associação Protectora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores	485 499	485 499	207 600	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001042	Conservação e Restauro da Igreja de Nossa Senhora da Luz	1	4	183	212	501129324	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR O NOVO	64 458	36 000	36 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001058	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	1	4	184	212	504859374	Moura Salgúquia - Associação de Mulheres do Concelho de Moura	109 000	109 000	87 080	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001061	Gestão e Animação da Parceria	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	100 000	100 000	70 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001062	Parque de Estacionamento junto à Estação Ferroviária	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	752 462	752 462	419 949	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001079	Ciência na Rua 2011 - 2012	1	4	183	212	504374400	Centro Ciência Viva de Estremoz	210 000	210 000	153 153	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001083	Requalificação da Ligação da Rua do Arraial ao Largo do Outeiro - F8	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	153 216	153 216	119 999	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001099	Qualificação Paisagística da Envolvente da Igreja de Santo António de Vendas Novas	1	4	183	212	501228799	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo António de Vendas Novas	289 432	289 432	147 987	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001133	Programação de Animação Cultural e do Comércio do Centro Tradicional de Vendas Novas	1	4	183	212	505009471	Vendas Novas, Porta do Alentejo - Assoc. Desenvolvimento Local	150 000	150 000	111 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001138	OP I - Câmara Velha	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	538 008	538 008	430 406	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001140	Cultura viva	1	4	184	212	501545760	Centro Recreativo Amadores de Música	21 000	21 000	16 800	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-02-0141-FEDER-001145	Animação de Rua	1	4	181	212	504168002	Associação Contra Regra	100 000	100 000	80 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001155	Empreendedorismo	1	4	184	212	503035181	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura	70 000	70 000	56 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001160	Construção de Eixos Rodoviários de Acesso à Central de Camionagem	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	470 029	470 029	376 023	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001161	Construção da Central de Camionagem	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	904 342	904 342	583 391	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001162	Intervenção nas Arterias Públicas Estruturantes	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	1 921 287	1 921 287	1 537 029	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001164	Centro Intergeneracional Re-Encontro	1	4	183	212	501879374	Centro Social Paroquial de Santo André	430 055	430 055	326 197	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001165	Espaço Participativo "Moura: cidade e território"	1	4	184	212	503035181	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura	60 000	60 000	48 000	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001179	Remodelação da Rua da Janelinha e respectivas Infra-estruturas Urbanas	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	945 732	945 732	614 821	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001182	Requalificação do Centro Tradicional de Vendas Novas	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	7 017 160	7 017 160	4 799 737	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001185	Remodelação do acesso ao Castelo de Montemor-o-Novo pela Rua Condessa de Valença	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	446 702	446 702	357 361	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001186	Envolvimento Empresarial	1	4	184	212	505779340	Associação de Micro Pequenos e Médios Empresários do Alentejo Interior	64 000	64 000	51 200	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001200	OP C - Pátio das Artes	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	109 420	109 420	87 536	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001216	OP D - Requalificação dos Espaços Pedonais	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	580 257	580 257	464 206	0
	ALENT-02-0141-FEDER-001245	Centro das Artes e Oficinas	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	1 610 619	1 610 619	1 029 347	0
	ALENT-02-0140-FEDER-000705	BIOECOS - Valorização Integrada da Biomassa	1	4	184	214	507782437	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Baixo Alentejo	702 722	702 722	530 906	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000821	O Tapete está na Rua 010	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	197 821	197 821	158 257	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000876	Requalificação da Zona Envolvente ao Castelo - II Fase - Praça da República, Jardim das Meninas e Rua João de Deus	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	686 777	686 777	549 422	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000925	Requalificação do Centro Histórico de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	872 469	872 469	574 085	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001190	Governança da RUCI Corredor Azul	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	499 488	499 488	399 590	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001153	Acolhimento a Miróbriga	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	1 026 724	1 026 724	624 043	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001218	FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	205 000	205 000	164 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001229	Academia das Energias	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	657 000	657 000	525 600	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001387	PROGRAMA DE FOMENTO DA ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA	1	4	ZZZ	107	502563010	Município de Sines	290 000	290 000	232 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000936	CENTRO DE JOALHARIA CONTEMPORÂNEA	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	451 035	451 035	360 828	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001110	Instalação do Fórum Cultural no Edifício do Convento de Nossa Senhora da Conceição	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	800 000	800 000	640 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001144	Festival de Verão Terras de Sol	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	220 000	220 000	176 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001159	Núcleo do Castelo de Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	135 324	135 324	108 260	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001176	Museu Vivo	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	718 093	718 093	574 475	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001197	Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	615 760	615 760	480 724	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001057	PROMOINVEST - Rede de Promoção Empresarial	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	300 000	300 000	240 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001088	Ampliação do Centro de Negócios Transfronteiriço - 1ª Fase	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1 685 274	1 685 274	719 949	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001108	Rede de Parques Industriais e Empresariais - Criação de 1 Pólo de Atractividade	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	1 166 746	1 166 746	719 999	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001172	Tecnopolo da RUCI Corredor Azul	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1 300 000	1 300 000	1 040 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001183	Identidade Territorial e Memória Colectiva	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	270 014	270 014	216 011	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001211	PROGRAMA EMPREENDEER NA ESCOLA	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	275 000	275 000	220 000	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000806	Parque Ambiental de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	288 030	288 030	230 424	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000811	Revitalização do Edifício Pomba Cupido	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	82 229	82 229	65 783	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000881	Encontro de Culturas e Mercado Cultural de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	656 303	656 303	519 989	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000935	JARDIM DAS OLIVEIRAS	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	185 895	185 895	83 653	0
	ALENT-02-0240-FEDER-000994	Projecto - A Bolota - Centro de Investimento e Valorização do Montado	1	4	183	107	506196445	Camara Municipal de Portel	209 999	209 999	164 786	0
	ALENT-02-0240-FEDER-001003	Núcleo Museológico da Rua do Sembrano	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	70 138	70 138	56 110	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-02-0240-FEDER-001020		Introdução de Conteúdos em Língua Estrangeira nos Quiosques Multimédia e nos Sistemas Audiovisuais	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	16 831	16 831	13 465	0
ALENT-02-0240-FEDER-001026		Programa de Inventário de Coleções – Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	22 225	22 225	17 780	0
ALENT-02-0240-FEDER-001028		Implementação dos Serviços Educativos do Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	10 770	10 770	8 616	0
ALENT-02-0240-FEDER-001032		Festival Músicas do Mundo	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1 270 296	1 270 296	429 178	0
ALENT-02-0240-FEDER-001034		Reserva do Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	21 134	21 134	16 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001035		Publicação sobre as Mesquitas e o Legado Histórico-cultural no Mediterrâneo	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	3 436	3 436	2 749	0
ALENT-02-0240-FEDER-001053		Projecto Museográfico da Basílica Paleocristã do Mosteiro	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	20 000	20 000	16 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001063		Remodelação dos Painéis Informativos e Legendas dos Núcleos Museológicos	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	17 495	17 495	13 996	0
ALENT-02-0240-FEDER-001068		Núcleo Museológico de Alcaria de Javazes	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	100 000	100 000	80 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001093		PROMOÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	138 663	138 663	110 930	0
ALENT-02-0240-FEDER-001101		Musealização do interior do Castelo	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	286 526	286 526	141 974	0
ALENT-02-0240-FEDER-001113		Requalificação dos Núcleos do Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	191 472	191 472	153 178	0
ALENT-02-0240-FEDER-001125		Rota das Açordas	1	4	183	107	506196445	Camara Municipal de Portel	15 000	15 000	12 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001126		Casa da Açorda	1	4	183	107	506196445	Camara Municipal de Portel	75 000	75 000	60 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001147		Animação e Gestão da Rede de Cidades do Alentejo Litoral	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	363 000	363 000	240 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001148		Requalificação Urbanística da Entrada Noroeste de Grândola	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	883 767	883 767	479 974	0
ALENT-02-0240-FEDER-001151		ILUMINAÇÃO DO CASTELO DE MOURA	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	114 515	114 515	91 612	0
ALENT-02-0240-FEDER-001174		Plano de Comunicação e Marketing da Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	92 127	92 127	73 702	0
ALENT-02-0240-FEDER-001188		Gestão Técnica e Liderança da Rede Urbana para o Património	1	4	184	107	680020454	Assembleia Distrital de Beja	100 000	100 000	80 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001189		Recuperação de Imóveis em Monsaraz-Torre do Relógio - Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	89 731	89 731	71 785	0
ALENT-02-0240-FEDER-001204		MESA - Exposição "Vida e Morte na Idade do Ferro"	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	35 900	35 900	23 999	0
ALENT-02-0240-FEDER-001205		Musealização do Centro Histórico de Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	37 000	37 000	23 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001220		Gestão e Governação- Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	100 000	100 000	80 000	0
ALENT-02-0240-FEDER-001228		CONSTRUÇÃO DA PONTÉ PEDONAL SOBRE O RIO MIRA EM ODEMIRA	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1 357 860	1 357 860	802 903	0
ALENT-02-0240-FEDER-001244		ARQUIVOS MUNICIPAIS (Centro de Documentação, Arquivos e Núcleo Museológico do Tipógrafo)	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	1 103 750	1 103 750	560 043	0
ALENT-02-0240-FEDER-001249		Reforço das Ligações dos Bairros Periféricos à cidade de Alcácer do Sal	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	670 928	670 928	536 743	0
ALENT-02-0150-FEDER-000355		PISTAS CICLÁVEIS EM VENDAS NOVAS	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	234 133	234 133	187 307	0
ALENT-02-0150-FEDER-000360		Via Circular Poente à Vila de Redondo (2ª Fase)	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	631 525	631 525	505 220	0
ALENT-02-0150-FEDER-000373		VARIANTE - CIRCULAR URBANA	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	568 748	568 748	312 812	0
ALENT-02-0150-FEDER-000381		Ciclovias- Troço II	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	990 178	990 178	594 107	0
ALENT-02-0150-FEDER-000480		TERMINAL RODOVIÁRIO DA ZAMBUJEIRA DO MAR	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	180 690	180 690	144 552	0
ALENT-02-0150-FEDER-000509		Rede de Transportes Colectivos Sustentáveis de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	436 270	436 270	349 016	0
ALENT-02-0150-FEDER-000701		Terminal Rodoviário e Parque de Estacionamento de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	352 000	352 000	281 600	0
ALENT-02-0150-FEDER-001013		PONTE PEDONAL E ACESSOS EM PONTE DE SOR	1	4	182	107	506806456	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR	341 238	341 238	272 991	0
ALENT-02-0250-FEDER-000636		Circular de Brinches	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	365 657	365 657	292 525	0
ALENT-02-0250-FEDER-000702		Remodelação de Infraestruturas da Avenida Humberto Delgado - Rede Viária e Pedonal	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	238 327	238 327	190 661	0
ALENT-02-0250-FEDER-000944		Circular à Cidade de Portalegre - Construção da Via da Encosta Poente	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1 661 161	1 661 161	1 328 929	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-02-0150-FEDER-001444	Requalificação da Estrada Nacional N.º 4 - 1ª Fase (Entre a Rotunda do LIDL e as Sochinhas - 2º Troço)	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	4 769 196	4 769 196	3 815 357	0
	ALENT-02-0150-FEDER-001265	Circular Urbana a Samora Correia	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	890 482	890 482	704 386	0
	ALENT-02-0398-FEDER-000978	Iniciativa Jessica	6	4	ZZZ	101	3752805	JESSICA Holding Fund	17 705 382	13 528 998	10 000 000	0
	OP1 - Construção e Antecipação Territorial								252 373 234	181 642 603	180 268 576	0
	ALENT-03-0150-FEDER-000166	Empreitada de Construção dos Edifícios, ETAR e Acções Complementares	1	4	184	105	505292343	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	11 855 885	11 855 885	8 299 120	0
	ALENT-03-0150-FEDER-000169	Aeródromo Municipal Ponte de Sor-2ª Fase- Ampliação da Area de Manobra	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	4 680 388	4 680 388	3 744 311	0
	ALENT-03-0150-FEDER-000497	AEROPORTO DE BEJA - Equipamentos e Instalações Acessórias	1	4	184	105	505292343	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	1 674 628	1 674 628	1 172 239	0
	ALENT-03-0150-FEDER-000906	Aeródromo Municipal de Ponte de Sor 2ª Fase -Obras Complementares da Area de Manobra	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	2 012 237	2 012 237	1 609 790	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000339	Caminho Municipal 1124-2 - Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapateio	1	4	183	107	507040589	MUNICIPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	1 048 234	1 048 234	838 587	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000340	Estrada Municipal 523 - Ligação Reguengos/Perolivas	1	4	183	107	507040589	MUNICIPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	303 744	303 744	242 995	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000341	Caminho Municipal 1124 - Beneficiação e Alargamento entre São Pedro do Corval e Santo António do Baldio	1	4	183	107	507040589	MUNICIPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	375 546	375 546	300 437	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000352	Beneficiação do Caminho Municipal n.º 522	1	4	183	107	506196445	Camara Municipal de Portel	355 641	355 641	284 513	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.º Sra. de Machede)	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1 268 836	1 268 836	1 015 068	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000357	Rede Viária Municipal - Beneficiação	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	635 880	635 880	445 116	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000359	Beneficiação de parte da E.M. n.º 518, e parte dos C.M. n.º 1133 e n.º 1135	1	4	183	107	501206639	Município de Mourão	96 180	96 180	76 944	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000370	Reparação da EM530 entre Messejana e Montes Velhos - IFase Rio de Moinhos/Montes Velhos	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	949 685	949 685	759 748	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000377	Centro de Estágios de Desportos Náuticos da Albufeira do Maranhão e Infraestruturas Complementares - Intervenção na Ponte sobre a Ribeira de Avis na Estrada Municipal 538	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	268 477	268 477	214 781	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000379	Melhoria das acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 1ª Fase	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	902 901	902 901	722 321	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000380	Centro de Estágios de Desportos Náuticos da Albufeira do Maranhão e Infraestruturas Complementares - Intervenção no Caminho Municipal n.º 1067	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	419 473	419 473	335 578	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000384	Repavimentação de Estradas e Caminhos Municipais do Concelho de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	179 666	179 666	143 732	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000387	Beneficiação de Estradas Desclassificadas EX. E.N. 246, 243 e 243-1	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1 714 446	1 714 446	1 371 557	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000398	Estrada do Interior	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	967 059	967 059	676 941	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000407	Pavimentação da Rua Omnia do Jorge e Capitão Salgueiro Maia-Estrada de ligação entre Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, desde a Estrada Nacional 118.	1	4	185	107	506755150	MUNICIPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	416 323	416 323	291 426	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000420	Melhoria das Acessibilidades a Pontos de Interesse Turísticos - Intervenção no Caminho Municipal 1064	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	157 099	157 099	125 679	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000422	Beneficiação da Estrada Municipal 511 (Estrada da Ajuda)	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	475 983	475 983	380 786	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000444	Reperilamento da EM506	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	476 995	476 995	333 896	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000445	Alargamento das Estradas: Terrugem - São Romão e Monte Cão	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	177 293	177 293	141 835	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000448	Beneficiação do CM1038 entre a EN359 (Ponte da Madalena) e Rasa - 1ª Fase	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	57 943	57 943	46 355	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000449	Beneficiação do CM1039 entre Rasa e Porto da Espada - 2ª Fase	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	42 232	42 232	33 786	0
	ALENT-03-0250-FEDER-000460	Repavimentação do CM 1198 - 1.ª fase- Almodôvar ao cruzamento do Azinhal	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	474 843	474 843	379 875	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário				Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	ALENT-03-0250-FEDER-000462	Requalificação da Rede Viária Municipal de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	876 026	876 026	700 821	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000476	Beneficiação da E.M. 504	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	626 984	626 984	501 587	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000483	Construção e beneficiação de troços da rede viária municipal	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	2 282 679	2 282 679	1 597 875	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000484	ALARGAMENTO E REPAVIMENTAÇÃO DO CM 1229 - ENTRE A PORTELA DA FONTE SANTA E A BOAVISTA DOS PINHEIROS	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1 340 842	1 340 842	1 072 674	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000485	BENEFICIAÇÃO DA E.M.518 - ENTRE O LIMITE DO CONCELHO E A E.N.262	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1 250 839	1 250 839	1 000 672	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000486	Reparação da EM 530 entre Messejana e Montes Velhos - II Fase Rio de Moinhos/Messejana	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	837 068	837 068	669 654	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000488	Rede Viária Municipal - Beneficiações: EM 508-1; CM 1028 e Arruamento Fonte do Imperador	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	342 706	342 706	274 165	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000498	Mobilidade Territorial / Rede Rodoviária	1	4	185	107	506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	1 601 910	1 601 910	1 121 337	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000519	Melhoria das Acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 2.ª Fase	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	220 445	220 445	176 356	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000620	Melhoria das Acessibilidades a Pontos de Interesse Turístico - Beneficiação do Caminho Municipal 1070 entre Alcórrego e Covões	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	279 510	279 510	223 608	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000621	CONSTRUÇÃO DA VARIANTE AO POLO INDUSTRIAL DE RIO DE MOINHOS	1	4	183	107	503956546	Município de Borba	112 094	112 094	89 676	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000622	M394(N) Troço Entradas (IP2) S. Marcos da Ataboiera (N123-R) Caminho Agrícola Entre Entradas e São Marcos da Ataboiera	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	893 024	893 024	714 419	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000624	Reparação da Estrada Municipal 526 em Alvalade	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	1 020 058	1 020 058	333 763	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000635	RepaVimentação do C.M 1198-2ª Fase- Cruzamento do Azinhal até ao MU	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	623 810	623 810	499 048	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000637	"RepaVimentação da Estrada da Barragem do Cala - Ex. Estrada Nacional 243"	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	106 000	106 000	74 200	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000644	Ciclovia "Da Cidade até ao Rio"	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	953 263	953 263	762 610	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000645	Ligação da EN 120 à Ribeira da Azenha	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	2 896 044	2 896 044	2 316 836	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000649	Requalificação da Avenida D. Basílio do Nascimento	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	145 504	145 504	116 403	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000652	Rede Viária Municipal - Beneficiações da EM 508-2 entre Monte Capelos e a ER 381 e do CM 1024	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	667 551	667 551	534 041	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000666	Beneficiação da Estrada Municipal 502-1	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	613 439	613 439	490 751	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000699	RepaVimentação EM 580 - Troço Carvalhal/Lamarosa	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	363 319	363 319	290 655	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000723	Rotunda das Areias - Acesso Sul Herdade das Areias - 1ª Fase (Nó da Rotunda)	1	4	183	107	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	156 159	156 159	124 927	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000727	RepaVimentação e sinalização rodoviária da E.M. 529 entre Beringel e Mombeja - Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	479 584	479 584	383 667	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000759	Rede Viária Municipal - Beneficiação do Caminho Municipal 1031	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	325 046	325 046	260 037	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000824	Recuperação de Um Troço da Ex EN 251	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	362 000	362 000	289 600	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000889	Requalificação da Estrada do Vale de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	360 439	360 439	288 351	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000894	Beneficiação da EM 531 desde o entroncamento com a EN 244 até Moinho do Torrão	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	989 520	989 520	791 616	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000895	Beneficiação do C.M. 1014 no troço situado entre a rua Dr. Dias Calazans (Gavião) e a E.N. 244 passando por Amieira Cova	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	637 632	637 632	510 106	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000924	Construção e beneficiação de troços da rede municipal - Reabilitação da Estrada Manique do Intendente - Moita do Lobo	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	198 220	198 220	158 576	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000931	Beneficiação do Caminho Municipal do Monte Pobre - Prado	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	159 299	159 299	127 439	0		
	ALENT-03-0250-FEDER-000980	Pavimentação e drenagem dos 4º e 5º Lanços da EM 543 das Portelas à Varzea de Ourique	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	601 409	601 409	481 127	0		

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-03-0250-FEDER-000991	Repavimentação da EM 580 - Troço Valverde/Várzea de Água	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	361 354	361 354	289 083	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001000	Beneficiação de Troços da Rede Viária Municipal	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	448 943	448 943	359 155	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001008	Ciclovia "Cruzeiro / V. Nova de S. Bento"	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	746 280	746 280	597 024	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001021	Correcção e melhoria do traçado da EM 516 e do CM 1106-1	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	442 132	442 132	353 706	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001023	Correcção e melhoria do traçado da Estrada da Faia	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	93 463	93 463	74 770	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001024	Correcção e melhoria da Estrada do Baldio	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	244 915	244 915	195 932	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001030	Beneficiação e Alargamento do C.M. 1136- Vaiamonte/ IP2	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	1 153 910	1 153 910	923 128	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001031	Repavimentação do Caminho Municipal n.º 1109, Caminho Municipal n.º 1116 e Estrada Campo Maior – Ogueia (ex. EN. 373)	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	530 496	530 496	424 397	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001056	Alargamento e Pavimentação da E.N. 18, do Cruzamento do IP2 à Estrada da Circunvalação	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	145 591	145 591	116 473	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001071	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Gáfete/Vale do Peso	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	140 214	140 214	112 171	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001072	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Troço Monte da Pedra/Gáfete	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	151 729	151 729	121 383	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001074	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Gáfete/Estação de Vale do Peso	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	135 364	135 364	108 291	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001087	Construção e Beneficiação de Troços da Rede Viária Municipal 2ª Fase	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1 530 049	1 530 049	1 224 039	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001089	Construção do Caminho Municipal das Apolinárias	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1 966 495	1 966 495	1 573 196	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001096	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Troço EM 369 Estação da Cunheira - EM 364 Sume	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	158 336	158 336	126 669	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001102	Estrada Municipal Beja - Baleizão-Selmes "1ª Fase - Construção da Estrada Municipal 1033 - Pedrógão / Ribeira de Odearce	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	1 239 772	1 239 772	991 818	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001105	Beneficiação de Caminhos Municipais	1	4	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	1 515 232	1 515 232	1 212 185	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001123	Beneficiação da E.M. 540	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	337 628	337 628	270 103	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001124	Beneficiação do C.M. 1168	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	368 751	368 751	295 001	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001134	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Troço Monte da Pedra/Comenda	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	132 280	132 280	105 824	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001143	Requalificação do Caminho Municipal 1058 - Estrada da Afeteira	1	4	183	107	501177256	MUNICIPIO DE VENDAS NOVAS	827 982	827 982	662 386	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001192	Acessibilidades: Requalificação da Estrada Municipal 515 (IC1 - Aldeia dos Fernandes - limite do concelho de Ourique)	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	816 183	816 183	652 946	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001196	Acessibilidades: Requalificação do Caminho Municipal 1242 (Aldeia de Palheiros - Encalho)	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	185 487	185 487	148 390	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001198	Alargamento e Beneficiação da EM 514	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	2 231 545	2 231 545	1 785 236	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001217	Beneficiação de Rede Viária - Estradas Municipais - EM 503	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	301 505	301 505	241 204	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001221	Construção/beneficiação de troços da rede municipal Estrada Municipal de Ligação Almadafa - Vale de Freixo	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	137 850	137 850	110 280	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001223	Rede Viária Municipal do Concelho de Odemira - Reforço das ligações supramunicipais, da conectividade entre redes e da segurança rodoviária	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1 299 334	1 299 334	1 039 467	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001263	Ligação da Estrada do Monte da Saúde à EN 118 (Promec)	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	396 591	396 591	317 273	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001264	Estrada de ligação da EM 515 à EN 118-1	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	331 531	331 531	265 225	0	
ALENT-03-0250-FEDER-001322	Reabilitação da Estrada de ligação Maçussa / Manique do Intendente	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	99 487	99 487	79 590	0	
ALENT-03-0344-FEDER-000002	Construção do Centro Escolar de Almeirim	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	2 258 071	2 258 071	1 580 650	0	
ALENT-03-0344-FEDER-000091	Construção do Centro Escolar do Carvalhal	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	775 678	775 678	620 543	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161P0004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-03-0344-FEDER-000092		Construção do Centro Escolar de Melides	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	783 783	783 783	627 027	0
ALENT-03-0344-FEDER-000093		Construção da Escola EB1/JI do Bascão	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	2 042 512	2 042 512	1 634 010	0
ALENT-03-0344-FEDER-000096		Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pormenor Sul de Sines	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1 595 107	1 595 107	1 276 086	0
ALENT-03-0344-FEDER-000097		Centro Escolar de Alcanede	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	2 122 190	2 122 190	1 697 752	0
ALENT-03-0344-FEDER-000099		Centro Escolar de Jardim de Baixo	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	2 121 870	2 121 870	1 697 496	0
ALENT-03-0344-FEDER-000101		Construção do Centro Escolar de Azinhaga	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	1 013 120	1 013 120	810 496	0
ALENT-03-0344-FEDER-000102		Ampliação da EB1 de Golegã	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	241 376	241 376	193 101	0
ALENT-03-0344-FEDER-000103		Escola Básica EB1 de Vendas Novas - Centro Educativo	1	4	183	107	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	1 502 427	1 502 427	1 201 941	0
ALENT-03-0344-FEDER-000105		EB 1 DE VILA NOVA DE MILFONTES	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	607 895	607 895	486 316	0
ALENT-03-0344-FEDER-000106		Centro Escolar de Santa Maria da Feira	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1 607 858	1 607 858	1 286 287	0
ALENT-03-0344-FEDER-000107		Ampliação/Requalificação das EB1/JI Assentos, Alagoa e Corredoura	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1 148 402	1 148 402	918 722	0
ALENT-03-0344-FEDER-000110		Centro Escolar EB1/JI de Vila Nova de S. Bento	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	130 716	130 716	91 501	0
ALENT-03-0344-FEDER-000113		Construção de Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância de Ponte de Sor	1	4	182	107	506806456	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR	2 171 412	2 171 412	1 737 130	0
ALENT-03-0344-FEDER-000120		Centro Educativo de Plas - EB1 - II	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	942 528	942 528	754 023	0
ALENT-03-0344-FEDER-000121		Empreitada de Construção da EB1 / Jardim de Infância de Santiago Maior - Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	3 033 166	3 033 166	2 426 533	0
ALENT-03-0344-FEDER-000123		Centro Escolar de Ourique	1	4	184	107	506878330	Município de Ourique	235 278	235 278	188 223	0
ALENT-03-0344-FEDER-000127		Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1/JI de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	1 187 663	1 187 663	950 130	0
ALENT-03-0344-FEDER-000128		Centro Escolar de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	2 059 156	2 059 156	1 647 324	0
ALENT-03-0344-FEDER-000129		Centro Escolar de Montoto	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	946 426	946 426	757 141	0
ALENT-03-0344-FEDER-000130		Concepção construção da Escola EB1/JI dos Canaviais	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1 590 521	1 590 521	1 113 364	0
ALENT-03-0344-FEDER-000132		Projecto de Construção do Parque Escolar - Jardim de Infância e Centro de Recursos/Biblioteca + Sala de Apoio a Professores	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	544 920	544 920	435 936	0
ALENT-03-0344-FEDER-000142		Centro Escolar de Montemor	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1 340 929	1 340 929	938 650	0
ALENT-03-0344-FEDER-000152		Ampliação/requalificação EB1/JI - profª Ana Maria Ferreira Gordo	1	4	182	107	506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	631 951	631 951	505 560	0
ALENT-03-0344-FEDER-000153		Centro Escolar do Sacapeito	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1 756 476	1 756 476	1 229 533	0
ALENT-03-0344-FEDER-000154		Construção do Centro Escolar de Alcobertas	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1 243 495	1 243 495	870 447	0
ALENT-03-0344-FEDER-000155		Centro Escolar de Rio Maior - 1	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1 438 822	1 438 822	1 007 176	0
ALENT-03-0344-FEDER-000156		Centro Escolar de Rio Maior - 2	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1 220 666	1 220 666	854 466	0
ALENT-03-0344-FEDER-000157		Centro Escolar de Comporta	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	1 263 900	1 263 900	1 011 120	0
ALENT-03-0344-FEDER-000158		Construção da Escola Básica 1,2,3 Frei António das Chagas de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	735 407	735 407	588 326	0
ALENT-03-0344-FEDER-000159		Escola Básica e Jardim de Infância Integrada na EB 2,3 Vasco da Gama em Sines	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1 613 595	1 613 595	1 129 517	0
ALENT-03-0344-FEDER-000284		Construção do Centro Escolar de Alvito	1	4	184	107	501288120	Município de Alvito	920 903	920 903	644 632	0
ALENT-03-0344-FEDER-000295		Centro Escolar de S. João Batista	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	3 559 558	3 559 558	2 847 646	0
ALENT-03-0344-FEDER-000371		Construção do Centro Escolar de Benavente	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1 487 554	1 487 554	1 190 043	0
ALENT-03-0344-FEDER-000372		Construção do Centro Escolar de Samora Correia	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1 639 607	1 639 607	1 311 685	0
ALENT-03-0344-FEDER-000440		Construção Centro Escolar de Alpiarça - 1º Ciclo	1	4	185	107	501133097	Município de Alpiarça	1 204 573	1 204 573	843 201	0
ALENT-03-0344-FEDER-000452		Centro Escolar nº2 de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	1 387 884	1 387 884	971 519	0
ALENT-03-0344-FEDER-000457		Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	1 919 832	1 919 832	1 348 832	0
ALENT-03-0344-FEDER-000524		Centro Escolar do Torrão	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	1 422 400	1 422 400	1 137 920	0
ALENT-03-0344-FEDER-000542		Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo de Alcoentre	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	958 230	958 230	766 584	0
ALENT-03-0344-FEDER-000623		Construção Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância de Azambuja	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	2 374 733	2 374 733	1 899 787	0
ALENT-03-0344-FEDER-000650		Ampliação do Centro Educativo Alandroal	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	241 957	241 957	193 566	0
ALENT-03-0344-FEDER-000667		Centro Escolar de Marinhais	1	4	185	107	506755150	MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	3 328 769	3 328 769	2 663 015	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-03-0344-FEDER-000704	Centro Escolar de Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	3 022 213	3 022 213	2 417 770	0	
ALENT-03-0344-FEDER-000984	Centro Escolar de Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico de Viana do Alentejo	1	4	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	1 899 702	1 899 702	1 519 761	0	
ALENT-03-0344-FEDER-000985	Centro Escolar de Salvaterra de Magos	1	4	185	107	506755150	MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	3 314 624	3 314 624	2 651 699	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001009	Centro Escolar de Pontével - EBI e JI D. Sancho I	1	4	185	107	506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	2 281 750	2 281 750	1 825 400	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001033	Centro Escolar da Vila Nova da Rainha	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	973 731	973 731	778 985	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001119	Requalificação/Ampliação da EB 1 de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	775 432	775 432	620 346	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001131	Centro Escolar de Aveiras de Cima	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	1 625 690	1 625 690	1 300 552	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001163	Centro Escolar EB/JI de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	2 781 238	2 781 238	2 224 990	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001173	Centro Escolar de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	1 753 143	1 753 143	1 402 515	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001254	Centro Escolar de Montemor-o-Novo	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1 598 783	1 598 783	1 279 026	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001261	Centro Escolar N.º 3 - Zona Sul do Concelho	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1 847 266	1 847 266	1 477 813	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001266	Construção do Centro Escolar do Porto Alto	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1 161 154	1 161 154	928 923	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001287	Centro Escolar de São José da Lamerosa	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	807 757	807 757	646 205	0	
ALENT-03-0344-FEDER-001370	Centro Escolar da Fajarda	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	752 193	752 193	601 757	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000052	Atlas do Património Religioso do Baixo Alentejo	1	4	ZZZ	212	501182446	Diocese de Beja-Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja	1 001 759	1 001 759	701 232	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000057	Roteiro Museológico do Norte Alentejano	1	4	ZZZ	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	114 746	114 746	63 110	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000060	Tradições Oraís e Cultura Popular do Baixo Alentejo: Memórias Locais - Aprendizagens Globais	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	99 540	99 540	54 747	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000061	Rede de Património de Portalegre - Edificado, Móvel e Imaterial	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1 828 708	1 828 708	1 462 966	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000062	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco- Castelo de Vide	1	4	182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	142 398	142 398	78 319	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000068	Instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis - 1ª Fase	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	909 636	909 636	727 708	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000087	Musica Tradição e Contemporaneidade	1	4	ZZZ	212	507327950	Oficina da Courela Associação	351 874	351 874	193 531	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000365	Recuperação do Convento de S. Francisco	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1 168 680	1 168 680	642 774	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000386	BIME 2009 - 11ª Edição da Bienal Internacional de Marionetas de Évora	3	4	183	212	504774360	CENDREV - Centro Dramático de Évora Associação	155 529	155 529	108 870	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000389	Projecto de Recuperação, Conservação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	491 526	491 526	344 068	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000390	Obras de Adaptação e Requalificação das Condições de Acolhimento Público do Castelo de Belver	1	4	182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	164 637	164 637	115 246	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000393	Gruta do Escoural - Requalificação do Circuito de Visita	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	378 220	378 220	264 754	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000394	Castelo da Amieira do Tejo: Recuperação das estruturas construídas/ Requalificação da Torre de Menagem	1	4	182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	368 640	368 640	258 048	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000395	Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Alentejo	1	4	ZZZ	212	501295097	União das Misericórdias Portuguesas	188 854	188 854	132 198	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000396	Restauro dos Frescos das Casas Pintadas	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	321 520	321 520	225 064	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000399	Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora - Divulgação	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	234 430	234 430	164 101	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000401	Espaço de Memória - Tempo de Futuro: Projecto Integrado do Campo Arqueológico de Mértola	3	4	184	214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	999 060	999 060	699 342	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000403	De Castelo em Castelo - Descobrir, Conhecer, Aprender	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	108 300	108 300	75 810	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000404	XII Jornadas Internacionais - Escola de Musica da Sé de Évora	3	4	183	212	502302402	Eborae Musica	179 774	179 774	125 842	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000406	Hércules Mobile	1	4	ZZZ	109	501201920	Universidade de Évora	165 833	165 833	116 083	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000409	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco - 2ª Fase	1	4	182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	147 984	147 984	103 589	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000411	Intervenção prioritária na Fachada do Palácio de Manique do Intendente	1	4	185	102	600083179	Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	45 023	45 023	31 516	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-03-0347-FEDER-000412	Primeira intervenção na cobertura da Igreja de Santa Clara, em Santarém	1	4	185	102	600083179	Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	74 760	74 760	52 332	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000413	Reabilitação da cobertura do Hospital de N.ª. S.ª da Piedade - Santa Casa da Misericórdia de Beja	1	4	184	212	501607064	Santa Casa da Misericórdia de Beja	377 033	377 033	263 923	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000417	Montagem da Exposição Permanente do Museu de Évora	3	4	183	103	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	1 276 642	1 276 642	893 649	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000419	Restauro e musealização da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	139 543	139 543	97 680	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000489	Casa Museu dos Patudos	1	4	185	107	501133097	Município de Alpiarça	2 479 532	2 479 532	1 983 626	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000495	Praça da Cultura- Saberes e Sabores	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1 499 712	1 499 712	1 049 799	0	
ALENT-03-0347-FEDER-000616	Requalificação do MMFA - Instalação do Núcleo de Arte Sacra	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	633 761	633 761	507 009	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000064	Requalificação da Urgência para preenchimento dos requisitos de urgência polivalente	1	4	ZZZ	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	5 063 692	5 063 692	3 544 584	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000070	Unidade Móvel para a Intervenção Precoce na Região Alentejo	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	214 412	214 412	150 088	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000073	Requalificação dos Serviços de Urgência no Alentejo - Serviços de Urgência Básica	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1 962 166	1 962 166	1 373 516	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000074	Construção da Extensão de Saúde de São Teotónio	1	4	181	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	569 164	569 164	380 115	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000076	Construção do Centro de Saúde de Mourão	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	831 992	831 992	582 394	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000078	Equipamento para o Laboratório de Saúde Pública de Évora e Centro Regional de Saúde Pública do Alentejo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	247 643	247 643	173 350	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000082	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Caia e Urra	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	265 570	265 570	185 899	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000181	Construção do Novo Hospital de Dia Polivalente	1	4	184	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	1 356 479	1 356 479	944 535	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000182	Equipamentos para Centros de Saúde da Região do Alentejo	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	378 306	378 306	264 814	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000183	Arquitectura SITI - Ambientes Corporativos e Reorganização Informacional	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	487 495	487 495	341 246	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000184	Reforço da Diferenciação e Complementaridade de Serviços	1	4	ZZZ	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	4 801 347	4 801 347	3 360 943	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000185	Reorganização do Internamento Hospitalar e Reforço da Diferenciação de Serviços: Internamento e Consultas Externas do DPSM; Internamento de Especialidades Médicas; C	1	4	ZZZ	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	549 900	549 900	384 930	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000186	Projecto de Requalificação do Serviço de Urgência do Hospital de Santarém	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém,EPE	6 168 610	6 168 610	4 318 027	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000187	Unidades Móveis para a Prevenção da Doença e para a Prestação de Cuidados de Saúde de Rio Maior	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	200 922	200 922	140 645	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000188	Requalificação do Serviço de Urgência da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE/HDJMG-Portalegre	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	599 430	599 430	419 601	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000189	Reequipamento do Serviço de Obstetria/Ginecologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE/HDJMG-Portalegre	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	239 130	239 130	167 391	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000190	Renovação da Infra-estrutura Tecnológica da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano-EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1 230 892	1 230 892	861 624	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000191	Climatização	1	4	ZZZ	105	509253369	Hospital do Litoral Alentejano E.P.E.	747 022	747 022	522 915	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000192	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Cano e Casa Branca	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	341 922	341 922	239 346	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000193	Requalificação da Esterilização com a Criação da Barreira de Lavagem e Descontaminação	1	4	ZZZ	105	509253369	Hospital do Litoral Alentejano E.P.E.	206 572	206 572	144 600	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000313	Construção do Centro de Saúde do Crato	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	971 959	971 959	680 371	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000314	Construção do Centro de Saúde de Nisa	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1 476 137	1 476 137	1 033 296	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000315	Aquisição de 1 mamógrafo para o Serviço de Imagiologia da ULSNA, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	336 000	336 000	235 200	0	
ALENT-03-0348-FEDER-000316	Remodelação e adaptação da urgência, de acordo com as exigências legais, estruturais e assistenciais	1	4	ZZZ	105	509253369	Hospital do Litoral Alentejano E.P.E.	1 539 368	1 539 368	1 077 558	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-03-0348-FEDER-000317		Concepção e Construção do Centro de Saúde de Montargil	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	532 962	532 962	373 073	0
ALENT-03-0348-FEDER-000318		AMPLIAÇÃO DO HJJF - DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA E SAÚDE MENNTAL	1	4	ZZZ	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	3 180 811	3 180 811	2 226 568	0
ALENT-03-0348-FEDER-000319		Modernização e Reequipamento do Serviço de Oftalmologia da UL SNA,EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	451 200	451 200	315 840	0
ALENT-03-0348-FEDER-000320		Construção do Centro de Saúde de Redondo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2 193 675	2 193 675	1 535 573	0
ALENT-03-0348-FEDER-000321		Construção do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	4 343 575	4 343 575	3 040 502	0
ALENT-03-0348-FEDER-000322		Construção do Centro de Saúde de Arraiolos	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1 739 436	1 739 436	1 217 605	0
ALENT-03-0348-FEDER-000323		Construção do Centro de Saúde de Barrancos	1	4	184	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	718 638	718 638	503 047	0
ALENT-03-0348-FEDER-000324		Construção do Centro de Saúde de Portel	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1 917 582	1 917 582	1 342 308	0
ALENT-03-0348-FEDER-000325		Construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2 073 980	2 073 980	1 451 786	0
ALENT-03-0348-FEDER-000326		Unidades Móveis para a Prestação de Cuidados de Saúde	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	256 034	256 034	179 224	0
ALENT-03-0348-FEDER-000543		Aquisição de equipamento Médico para o Serviço de Imagiologia do Hospital Distrital de Santarém, EPE	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém,EPE	486 000	486 000	340 200	0
ALENT-03-0348-FEDER-000565		Aquisição de Equipamento para os serviços de Internamento e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica das Unidades Hospitalares da Unidade Local de Saúde do Norte	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	581 329	581 329	406 930	0
ALENT-03-0348-FEDER-000579		Aquisição de Equipamento p/a Implementação de Um Sistema de Informação Digital p/a Unidade Funcional de Cardiologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	328 933	328 933	230 253	0
ALENT-03-0348-FEDER-000590		Humanização, Diferenciação Técnica e Organizacional	1	4	183	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	2 928 327	2 928 327	2 049 829	0
ALENT-03-0348-FEDER-000606		Solução Integrada de Gestão da Informação em Saúde	1	4	181	105	509253369	Hospital do Litoral Alentejano E.P.E.	1 194 073	1 194 073	835 851	0
ALENT-03-0348-FEDER-000609		Telemedicina na Região Alentejo	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	409 124	409 124	286 387	0
ALENT-03-0348-FEDER-000610		Intervenção Precoce na Infância na Região Alentejo	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	236 980	236 980	165 886	0
ALENT-03-0348-FEDER-000612		Modernização da Rede de Emergência Médica do Alentejo (MREMA)	1	4	ZZZ	103	501356126	Instituto Nacional de Emergência Médica	1 589 319	1 589 319	1 112 523	0
ALENT-03-0349-FEDER-000505		Construir Sorrisos	1	4	183	212	500594163	Cercimor - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, CRL	556 993	389 895	389 895	0
ALENT-03-0349-FEDER-000522		APPACDM de Moura - Construção de Raiz de um Lar Residencial com Centro de Actividades Ocupacionais	1	4	184	212	504646826	APPACDM de Moura - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2 198 221	1 538 755	1 538 755	0
ALENT-03-0349-FEDER-000526		Centro de Actividades Ocupacionais de Vendas Novas	1	4	183	212	500594163	Cercimor - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, CRL	39 788	35 809	27 851	0
ALENT-03-0352-FEDER-000342		Cidades Encenadas	3	4	ZZZ	212	507174615	Artemrede - Teatros Associados	215 957	215 957	86 383	0
ALENT-03-0352-FEDER-000361		Artesul - Programação Cultural 2009/2011	3	4	ZZZ	107	501143718	Município de Portalegre	601 092	601 092	480 873	0
ALENT-03-0352-FEDER-000362		Rede Inter municipal	3	4	ZZZ	107	501112049	Município de Serpa	490 960	490 960	392 768	0
ALENT-03-0352-FEDER-000366		Biblioteca Pública Municipal de Portel	1	4	183	107	506196445	Camara Municipal de Portel	575 162	575 162	460 129	0
ALENT-03-0352-FEDER-000368		Biblioteca e Arquivo Municipal de Vila Viçosa	1	4	183	107	506613461	Município de Vila Viçosa	1 676 260	1 676 260	1 341 008	0
ALENT-03-0352-FEDER-000502		POLO DA BIBLIOTECA NO SOBRAL DA ADIÇA	1	4	186	107	502174153	MUNICIPIO DE MOURA	117 223	117 223	313 778	0
ALENT-03-0352-FEDER-000623		CULTREDE	1	4	ZZZ	107	505181266	Município de Leiria	354 235	354 235	283 388	0
ALENT-03-0353-FEDER-000343		Pavilhão Gimno-desportivo integrado no Complexo do Centro Educativo de Plas	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	841 817	841 817	673 454	0
ALENT-03-0356-FEDER-000345		Construção da Creche de Malaqueijo	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	379 184	379 184	303 347	0
ALENT-03-0356-FEDER-000348		Construção da Creche de Chainça	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	388 697	388 697	310 950	0
ALENT-03-0356-FEDER-000356		Construção do Centro Social de Monte do Trigo	1	4	183	107	506196445	Camara Municipal de Portel	1 555 315	1 555 315	1 244 252	0
ALENT-03-0356-FEDER-000461		Construção Centro Social de Santa Vitória	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	306 291	306 291	245 033	0
ALENT-03-0356-FEDER-000490		Instalações não Normalizadas de pequenos Jogos Polidesportivos no concelho - Equipamentos Desportivos de Base Recreativa	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	68 039	68 039	47 627	0
ALENT-03-0356-FEDER-000504		Arronches mais Inclusivo	1	4	182	212	500964602	Centro de Bem-Estar Social de Arronches	208 746	208 746	111 449	0
ALENT-03-0356-FEDER-000521		Lar Residencial "Vidas Coloridas II"	1	4	184	212	500807914	CERCIBEJA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Beja, CRL	695 820	695 820	487 074	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-03-0356-FEDER-000523	Lar Residencial	1	4	182	212	500923957	Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor	653 317	653 317	457 322	0	
ALENT-03-0356-FEDER-000525	Na melhoria contínua da qualidade de serviços	1	4	182	212	504646834	APPACDM de Portalegre	102 439	102 439	71 707	0	
ALENT-03-0356-FEDER-000632	Saão Polivalente de A-do-Pinto	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	455 807	455 807	364 646	0	
ALENT-03-0356-FEDER-000639	Polivalente descoberto de Azinheira dos Barros	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	222 000	222 000	121 656	0	
ALENT-03-0356-FEDER-000640	Centro de Acolhimento Temporário	1	4	182	107	501155998	Município de Arronches	1 091 711	1 091 711	877 869	0	
ALENT-03-0356-FEDER-000907	Parque Desportivo de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	214 824	214 824	171 859	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001017	Casa do Cante Alentejano	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	541 618	541 618	433 294	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001055	Recuperação do Edifício "Tuna Assumarense"	1	4	182	107	506879412	Município de Montforte	150 908	150 908	120 726	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001107	LAR DE IDOSOS DE PONTE DE SOR	1	4	182	107	506806456	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR	2 866 622	2 866 622	2 293 297	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001114	Criação de espaços de animação desportiva no "Jardim do Coreto" em Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	112 658	112 658	90 126	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001132	Remodelação do Pavilhão Polivalente de Marvão - Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	533 468	533 468	426 774	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001152	Construção do Pavilhão Desportivo de Alcentre	1	4	182	107	506821480	Município de Azambuja	1 052 991	1 052 991	842 393	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001191	Parque Infantil e de Manutenção Física da Aldeia de Palheiros	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	52 999	52 999	42 400	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001270	Pavilhão Gimnodesportivo de Pernes	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	795 000	795 000	636 000	0	
ALENT-03-0356-FEDER-001433	Beneficiação de Auditório - Projecto de Alterações do Auditório da Biblioteca Municipal de Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	532 845	532 845	426 276	0	
ALENT-04-0130-FEDER-000515	Rede de Corredores Ecológicos de S. Mamede	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	358 470	358 470	286 776	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000757	Requalificação e Desenvolvimento de Áreas / Aquisição de Equipamentos para o Novo Balneário Termal	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	901 168	901 168	499 968	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000760	Enquadramento Paisagístico do Novo Balneário Termal	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1 333 375	1 333 375	300 009	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000777	Requalificação Urbana do Bairro Novo da Portagem	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	438 084	438 084	350 467	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000778	Requalificação Paisagística do Largo da Choça e antigo Parque Infantil	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	79 647	79 647	63 718	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000784	Intervenção em S. Pedro da Gafanhoeira	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	353 546	353 546	282 837	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000791	Arranjo Urbano do Largo da Eira da Lagoa em Colos	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	706 023	706 023	494 216	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000792	Intervenção em Igreja	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	749 828	749 828	449 897	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000801	VARUP - Valorização Ambiental e Requalificação Urbano-Funcional de Alfândoa	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	328 393	328 393	262 714	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000804	Pavimentação de Arruamentos em Corte Sines	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	713 684	713 684	499 579	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000809	Pavimentação de Arruamentos em Penedos	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	416 940	416 940	300 405	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000816	Qualificação de S. Francisco	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	418 128	418 128	334 503	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000819	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM AMARELEJA	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	359 082	359 082	287 266	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000825	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	894 215	894 215	512 653	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000827	Execução de arranjos exteriores da Urbanização Vale Bispo - 1ª fase, na Barrosa	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	259 409	259 409	207 527	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000827	Programa de Valorização Ambiental e Urbanística de Aldeia de Ruins e OIHAS	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	246 993	246 993	197 594	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000832	RÉGNERAÇÃO URBANA DA ZONA HISTÓRICA DE MESSEJANA - FASE I	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	536 331	536 331	429 065	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000833	Requalificação urbana e ambiental do Carregueiro	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	315 627	315 627	252 501	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000836	VALORIZAÇÃO DE ESPAÇO RURAL NA FREGUESIA DE RAPOSA	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	39 158	39 158	31 326	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000837	VALORIZAÇÃO DE ESPAÇO RURAL EM FAZENDAS DE ALMEIRIM	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	283 333	283 333	226 666	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000838	Requalificação de Troço da Ribeira de Santana	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	216 061	216 061	172 849	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000845	Operação Integrada de Qualificação do Centro Histórico de Entradas	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	469 325	469 325	375 460	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000851	Requalificação Urbana da Aldeia da Serra d' Ossa - 2ª Fase	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	282 142	282 142	225 713	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-04-0131-FEDER-000854	Arranjo Urbanístico do Rossio de Muge/Requalificação da Vala do Rio Mugem	1	4	185	107	506755150	MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	942 595	942 595	499 952	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000855	Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	245 284	245 284	196 227	0	
ALENT-04-0131-FEDER-000857	Zona Verde de Lazer do Rossio de Cima (Monteito)	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	221 964	221 964	177 571	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000197	Ações Demonstrativas de Reabilitação Ecológica em Linhas de Água Mediterrânicas	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	42 000	42 000	25 200	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000199	Conservar a biodiversidade da ribeira do Vascao sob um novo olhar	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	132 097	132 097	79 258	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000200	Valorização ambiental dos recursos hídricos do Município de Santarém	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	492 249	492 249	393 799	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000202	Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental do Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	276 000	276 000	220 800	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000209	Elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana	1	4	ZZZ	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	3 750 000	3 750 000	2 250 000	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000213	Reconstrução da Cascata do Mouchão Parque, em Pernes	1	4	185	104	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	914 103	914 103	548 462	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000215	Ações de Reabilitação, Sensibilização e Educação Ambiental no Concelho de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	206 601	206 601	123 960	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000218	Ambisul/UE	1	4	ZZZ	109	501201920	Universidade de Evora	249 156	249 156	148 493	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000220	Elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	1	4	ZZZ	104	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	1 681 250	1 681 250	1 008 750	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000224	Valorização e Qualificação Ambiental da Serra d'Ossa	1	4	183	107	501834117	Município de Redondo	70 000	70 000	56 000	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000328	Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo	1	4	185	104	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	54 810	54 810	32 886	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000330	Ações de Gestão e Valorização de Albufeiras	1	4	ZZZ	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	400 000	400 000	240 000	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000331	Implementação do Centro Operativo de Monitorização de Recursos Hídricos da ARH do Alentejo I.P	1	4	ZZZ	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	800 000	800 000	480 000	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000332	Consolidação e Extensão do Processo de Acreditação do Laboratório de Águas da ARH do Alentejo I.P.	1	4	ZZZ	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	320 000	320 000	192 000	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000335	Vala das Braquenizes e Zona envolvente - Reabilitação e Requalificação	1	4	185	104	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	444 000	444 000	266 400	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000629	AÇUDE DO RIO SORRAIA	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	2 310 000	2 310 000	1 386 000	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000745	Gestão de Recursos Hídricos - Barragem do Zambujo	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	88 680	88 680	70 944	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000765	Regularização e Revitalização Ambiental dos Troços das Bacias Hidrográficas da Vala do Chouto, Ribeira da Gamelinha - Chamusca e Vala da Várzea - Vale de Cavalos	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	427 501	427 501	342 001	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000803	Limpeza Desobstrução do Rio Sado no Troço São Romão - Vale de Guiso	1	4	181	212	500032157	Associação de Beneficiários do Vale do Sado	250 273	177 694	175 191	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000806	Reabilitação da Ribeira do Pogo dos Frangos	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	389 358	389 358	311 487	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000822	Requalificação do Laboratório de Águas Municipal	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	308 829	308 829	247 063	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000853	Execução da Altimetria e Hidrografia à escala 1:10.000 para a Lezíria do Tejo	1	4	185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	129 633	129 633	103 706	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000872	Intervenção de Requalificação da Albufeira do Monte Novo - Remoção do Depósito de Lamas	1	4	183	105	506306143	Agua do Centro Alentejo, SA	424 000	424 000	339 200	0	
ALENT-04-0231-FEDER-000898	Sistema de Valorização das Águas das Piscinas Municipais	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	244 460	244 460	146 676	0	
ALENT-04-0254-FEDER-000428	Construção da Rede de Abastecimento de Água da Nossa Senhora das Neves	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	256 530	256 530	205 224	0	
ALENT-04-0254-FEDER-000446	Construção da rede pública de distribuição de água de Beringel	3	4	184	105	505991527	EMAS	987 106	987 106	789 685	0	
ALENT-04-0254-FEDER-000642	MOURA - REDE DE ÁGUAS	1	4	184	107	502174153	MUNICÍPIO DE MOURA	2 283 640	2 283 640	1 826 912	0	
ALENT-04-0254-FEDER-001136	Remodelação da Rede Pública de Distribuição de Água de Beja	1	4	184	105	505991527	EMAS	2 221 472	2 221 472	1 777 178	0	
ALENT-04-0254-FEDER-001206	Remodelação da rede de água e esgotos de S. Manços	1	4	183	107	504828576	Município de Evora	1 030 874	1 030 874	824 699	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-04-0330-FEDER-000280		Entre Loendros e Águas Santas - Requalificação Ambiental e Paisagística da Ribeira de Oeiras - Água Santa da Herdade	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	39 300	39 300	23 580	0
ALENT-04-0330-FEDER-000283		"Mosaicos Mediterrânicos: Modelo de Resiliência dos Ecosistemas Mediterrânicos"	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	412 200	412 200	247 320	0
ALENT-04-0330-FEDER-000286		Avaliação e mitigação da tuberculose bovina em herbívoros selvagens na região Moura-Barrancos	1	4	184	105	503450189	EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.	300 488	300 488	180 293	0
ALENT-04-0330-FEDER-000287		Pólo de valorização, gestão e divulgação dos recursos ictiológicos da bacia do Guadiana	1	4	184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	452 500	452 500	271 500	0
ALENT-04-0330-FEDER-000288		Elaboração do Plano de Gestão do Sítio - Comporta Galé	1	4	ZZZ	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	180 000	180 000	108 000	0
ALENT-04-0330-FEDER-000290		Requalificação e Valorização do Centro de Interpretação Subterrâneo - Algar do Pena, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	1	4	185	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	399 576	399 576	239 746	0
ALENT-04-0330-FEDER-000292		Valorização da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha	1	4	181	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	554 861	554 861	332 916	0
ALENT-04-0330-FEDER-000293		TRILHOS - Visitação e Conservação no Vale do Guadiana	1	4	184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	156 463	156 463	93 878	0
ALENT-04-0330-FEDER-000297		Quinta dos Olhos d'Água - Centro Interpretativo do Alto Alentejo	1	4	182	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	965 766	965 766	579 460	0
ALENT-04-0330-FEDER-001064		Centro de Interpretação Ambiental do Gameiro	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	304 935	304 935	243 948	0
ALENT-04-0331-FEDER-000006		Educação Ambiental e Cidadania - um plano integrado para o Vale do Guadiana	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	68 504	68 504	41 102	0
ALENT-04-0331-FEDER-000008		Caracterização e Valorização Ambiental dos Recursos Geológicos, Hidrogeológicos, Minerais e Hidrominerais do Concelho de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	204 979	204 979	163 983	0
ALENT-04-0331-FEDER-000036		Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	60 649	60 649	36 389	0
ALENT-04-0331-FEDER-000196		Elaboração e Implementação da Agenda 21 Local no Alentejo Central	1	4	ZZZ	106	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	704 076	704 076	563 280	0
ALENT-04-0331-FEDER-000204		Contributos para a Identificação da procura social das paisagens do Alentejo	1	4	ZZZ	109	501201920	Universidade de Évora	84 200	84 200	50 520	0
ALENT-04-0331-FEDER-000205		Ecomedbirds	1	4	ZZZ	109	501201920	Universidade de Évora	162 675	162 675	97 605	0
ALENT-04-0331-FEDER-000207		NISA ECOEFICIENTE	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	261 334	261 334	209 067	0
ALENT-04-0331-FEDER-000210		Distribuição do Coelho-bravo no Vale do Guadiana – uma ferramenta de gestão e conservação	1	4	184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	32 800	32 800	19 680	0
ALENT-04-0331-FEDER-000211		Programa de Rádio sobre Ambiente e Conservação da Natureza	1	4	ZZZ	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	41 350	41 350	24 810	0
ALENT-04-0331-FEDER-000214		FALCOÁRIA DA COUDELARIA ALTER - Conservar & Educar	1	4	182	211	507860616	Fundação Alter Real	336 000	336 000	201 600	0
ALENT-04-0331-FEDER-000217		Estudo para Resolução da Problemática das Aves no Aterro Sanitário Inter municipal do Distrito de Évora	1	4	ZZZ	106	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	49 720	49 720	39 776	0
ALENT-04-0331-FEDER-000219		Norte Alentejo Sustentável	1	4	ZZZ	103	505839067	Areanatejo- Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	201 486	201 486	120 892	0
ALENT-04-0331-FEDER-000223		Conservação e reforço populacional do Francelho (Falco naumanni) na região de Évora.	1	4	183	212	501604693	Liga para a Protecção da Natureza	239 594	239 594	143 756	0
ALENT-04-0331-FEDER-000329		Valorização e Qualificação do Habitat do linco ibérico no Alentejo	1	4	184	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	337 250	337 250	202 350	0
ALENT-04-0331-FEDER-000333		Reabilitação e Apetrechamento de Edifícios para Valorização e Qualificação Ambiental - 1ª Fase: Estações de Monitorização do Ar de Santiago	1	4	ZZZ	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	150 000	150 000	90 000	0
ALENT-04-0331-FEDER-000580		Ferreira Sustentável - Energia	1	4	184	109	507006127	Centro de Estudos e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Beja - Vasco da Gama	162 648	162 648	97 589	0
ALENT-04-0331-FEDER-000582		Estação Biológica do Garducho - 2ª Fase	1	4	183	212	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	187 070	187 070	112 242	0
ALENT-04-0331-FEDER-000583		Norte Alentejo Mais Sustentável	1	4	ZZZ	103	505839067	Areanatejo- Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	186 000	186 000	111 600	0
ALENT-04-0331-FEDER-000628		Agenda 21 Local de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	74 917	74 917	59 933	0
ALENT-04-0331-FEDER-000698		Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	24 500	24 500	19 600	0
ALENT-04-0331-FEDER-000758		Ampliação do Fluvial de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	514 939	514 939	411 951	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-04-0331-FEDER-000776	Aldeias do Sul, Aldeias de Sol: Requalificação Urbana e Ambiental no Ervedal	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	262 711	262 711	210 169	0	
ALENT-04-0331-FEDER-000787	Aldeias do Sul, Aldeias de Sol: Requalificação Urbana e Ambiental em Benavila	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	1 373 660	1 373 660	589 712	0	
ALENT-04-0331-FEDER-000841	Centro Interpretativo da Identidade Local	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	592 082	592 082	473 665	0	
ALENT-04-0331-FEDER-000843	Construção de uma piscina na Esperança	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	265 974	265 974	212 779	0	
ALENT-04-0331-FEDER-000874	Avaliação, Monitorização e Qualificação Ambiental	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	88 704	88 704	70 963	0	
ALENT-04-0331-FEDER-001051	Agenda 21 Local de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	132 513	132 513	106 011	0	
ALENT-04-0331-FEDER-001060	Requalificação, Recuperação e Reconhecimento das Margens do Rio Sever	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	916 667	916 667	733 334	0	
ALENT-04-0331-FEDER-001248	Requalificação da Zona da Fateixa - Benavente	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	186 079	186 079	148 863	0	
ALENT-04-0332-FEDER-000018	Plano de Intervenções da UOPG da Galé Fontainhas	1	4	ZZZ	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	58 927	58 927	44 195	0	
ALENT-04-0332-FEDER-000305	PLANO DE PRAIA DA PRAIA DO NORTE - CANTO MOSQUEIRO	1	4	181	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	650 000	650 000	390 000	0	
ALENT-04-0332-FEDER-000306	PROJECTO DE REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PRAIA DA COSTA DE SANTO ANDRÉ	1	4	181	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	71 500	71 500	42 900	0	
ALENT-04-0332-FEDER-000307	PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA LAGOA DE MELIDES (3ª Fase)	1	4	181	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	431 740	431 740	259 044	0	
ALENT-04-0332-FEDER-000383	PROJECTO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PORTINHO DE PESCA DA AZENHA DO MAR	1	4	181	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	51 500	51 500	30 900	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000239	Valorização energética do Biogás	3	4	181	103	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	543 526	543 526	309 810	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000243	Sistema de Recolha Selectiva de Oleos Alimentares Usados	3	4	ZZZ	103	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	262 315	262 315	149 519	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000244	Valorização Energética do Biogás produzido no Aterro Sanitário da Raposa	3	4	185	105	504871650	Ecolizéria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	89 000	89 000	50 730	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000245	Expansão e Optimização do Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Recicláveis no Sistema Multimunicipal da Valnor	3	4	184	105	505255090	Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	1 161 978	1 161 978	697 187	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000246	Optimização da rede de recolha selectiva	3	4	ZZZ	105	504871650	Ecolizéria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	833 995	833 995	500 397	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000248	Aumento da Nave e automatização da Linha de Triagem	3	4	ZZZ	103	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	694 500	694 500	395 865	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000249	Optimização do sistema de recolha selectiva da RESIALENTEJO, EIM	3	4	184	105	506568369	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	1 231 417	1 231 417	738 850	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000251	Optimização da recolha selectiva e triagem na área do SIRSU de Évora	3	4	ZZZ	105	503914096	Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	1 294 000	1 294 000	776 400	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000253	Construção de zona de armazenamento Triagem Automática	1	4	181	103	506346773	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	432 450	432 450	259 470	0	
ALENT-04-0359-FEDER-000767	Optimização das redes de recolha selectiva	3	4	ZZZ	103	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	234 005	234 005	140 403	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000240	Remodelação e Optimização do Ecocentro do Parque Ambiental da AMALGA	3	4	184	105	506568369	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	521 450	521 450	297 227	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000247	Optimização do sistema de recolha selectiva da RESIALENTEJO, EIM	3	4	184	105	506568369	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	1 188 274	1 188 274	950 619	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000250	Expansão da Recolha Selectiva Multimaterial no Sistema Valnor	1	4	ZZZ	105	505255090	Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	752 329	752 329	451 397	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000761	Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça	1	4	ZZZ	103	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	339 700	339 700	203 820	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000766	Expansão da Rede de Ecocentros no Sistema Valnor	1	4	182	105	505255090	Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	680 710	680 710	408 426	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000769	Optimização da Gestão de Resíduos	1	4	183	107	503956546	Município de Borba	843 429	843 429	506 057	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000773	Optimização da recolha selectiva da RESIALENTEJO, EIM - 2ª Fase	1	4	184	105	506568369	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	176 967	176 967	141 574	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000781	Operação conjunta com vista à prevenção, optimização da recolha selectiva e sensibilização nos sistemas da GESAMB, AMCAL e RESIALENTEJO	1	4	ZZZ	105	506346773	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	286 000	286 000	228 800	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000788	Projecto Oil.Net	1	4	ZZZ	105	506568369	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	1 254 921	1 254 921	749 941	0	
ALENT-04-0360-FEDER-000789		1	4	ZZZ	105	506568369	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	450 350	450 350	360 280	0	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-04-0360-FEDER-000790		Maximização da recolha selectiva e aplicação de MTD no Aterro Sanitário de Évora	1	4	183	105	506346773	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	463 600	463 600	249 973	0
ALENT-04-0431-FEDER-000826		Valorização e Qualificação dos Recursos Silvestres na Margem Esquerda do Guadiana	1	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	131 878	131 878	105 503	0
ALENT-04-0431-FEDER-000829		"Silvestres- Sensibilização e valorização dos recursos Silvestres Endógenos"	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	92 160	92 160	73 728	0
ALENT-04-0436-FEDER-000285		Protecção Civil Um Designio de Todos Nós. (Equipar para Agir com eficácia e eficiência. servir melhor as populações eo os Bombeiros.)	1	4	ZZZ	102	600017311	Governo Civil de Évora	175 694	175 694	105 416	0
ALENT-04-0436-FEDER-000289		Federações dos Bombeiros do Distrito de Portalegre, Santarém e Évora - Aquisição de Equipamentos Estruturantes	1	4	ZZZ	212	507473035	Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre	1 620 830	1 620 830	972 498	0
ALENT-04-0436-FEDER-000294		Investimento em Equipamento de Protecção Civil - Distrito de Beja	1	4	ZZZ	212	507340922	Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja	488 831	488 831	293 298	0
ALENT-04-0436-FEDER-000487		Construção do Posto Avançado da Protecção Civil de Pedrógão do Alentejo	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	109 861	109 861	87 889	0
ALENT-04-0436-FEDER-000618		Prevenção de Riscos - Acções Materiais	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	214 728	214 728	171 783	0
ALENT-04-0436-FEDER-001201		Criação do Centro Municipal de Protecção Civil de Marvão	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	245 480	245 480	196 384	0
ALENT-04-0437-FEDER-000282		BOMBEIROS (DE) TODOS NÓS!	1	4	ZZZ	102	600017311	Governo Civil de Évora	102 115	102 115	61 269	0
ALENT-04-0437-FEDER-000932		Elaboração do Plano de Emergência Municipal de Protecção Civil	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	19 754	19 754	15 803	0
ALENT-04-0437-FEDER-001036		Plano Municipal de Emergência do Concelho de Portalegre	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	72 600	72 600	58 080	0
ALENT-04-0437-FEDER-001044		Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	MUNICIPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	20 570	20 570	16 456	0
ALENT-04-0437-FEDER-001097		Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Monforte	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	9 680	9 680	7 744	0
ALENT-05-0126-FEDER-000017		Implementação de Sistema de Gestão Documental	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	96 745	96 745	58 047	0
ALENT-05-0126-FEDER-000039		Balcão Multimédia de Suporte à Gestão Integrada do Atendimento nos Centros de Saúde da Região Alentejo	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	168 054	168 054	100 833	0
ALENT-05-0126-FEDER-000229		Operação de Introdução de Tecnologias de Informação para a Disseminação de Informação sobre a Região, para a Melhoria da Gestão de Relaçiona	1	4	ZZZ	106	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	2 665 435	2 665 435	1 692 551	0
ALENT-05-0126-FEDER-000230		Modernização, qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos	1	4	ZZZ	106	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	1 484 941	1 484 941	942 938	0
ALENT-05-0126-FEDER-000231		Programa Modernização Administrativa do Baixo Alentejo	1	4	184	106	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	1 297 494	1 297 494	1 037 995	0
ALENT-05-0126-FEDER-000272		Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Rio Maior	1	4	185	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	780 869	780 869	546 609	0
ALENT-05-0126-FEDER-000273		Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Santarém	1	4	185	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	1 646 843	1 646 843	1 152 790	0
ALENT-05-0126-FEDER-000274		Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Campo Maior	1	4	182	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	505 309	505 309	353 716	0
ALENT-05-0126-FEDER-000275		Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Serpa	1	4	184	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	297 169	297 169	208 018	0
ALENT-05-0126-FEDER-000276		Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Borba	1	4	183	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	249 403	249 403	174 582	0
ALENT-05-0126-FEDER-000334		eBusiness da ARH do Alentejo, I.P.	1	4	ZZZ	104	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	1 333 477	1 333 477	800 086	0
ALENT-05-0126-FEDER-000336		Desenvolvimento da Sociedade de Informação - Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	1	4	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	471 200	471 200	282 720	0
ALENT-05-0126-FEDER-000680		eModernização ADRAL 2010	1	4	ZZZ	212	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	440 415	308 291	308 291	0
ALENT-05-0126-FEDER-000683		Reestruturação e Modernização Administrativa da CCDR Alentejo	1	4	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	232 740	232 740	139 644	0
ALENT-05-0126-FEDER-000685		MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO GOVERNO CIVIL DE EVORA	1	4	ZZZ	102	600017311	Governo Civil de Évora	52 801	52 801	31 681	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-05-0126-FEDER-001181	Liberdade para Modernizar	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1 298 074	1 298 074	1 038 459	0
	ALENT-05-0126-FEDER-000689	Reengenharia de Processos na ARSA	1	4	ZZZ	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	973 770	973 770	584 262	0
	ALENT-05-0226-FEDER-000981	Modernização Administrativa	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	592 557	592 557	474 045	0
	ALENT-05-0126-FEDER-001094	SAMA II - Modernização administrativa do Município de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	349 708	349 708	279 767	0
	ALENT-05-0126-FEDER-001231	Modernização Administrativa da AMBAAL	1	4	184	106	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	235 134	235 134	188 107	0
	ALENT-05-0126-FEDER-001116	Ribatejo Digital II - 1ª Fase	1	4	185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	612 818	612 818	490 255	0
	ALENT-05-0126-FEDER-001281	Governança e Modernização Administrativa	1	4	185	107	506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	1 202 000	1 202 000	961 600	0
	ALENT-05-0726-FEDER-001222	eGOVAC 2010 - Modernização Administrativa	1	4	183	106	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	592 638	592 638	474 110	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000682	Alentejo Empreende - Acções de prospeção e promoção do empreendedorismo	1	4	183	212	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	264 009	158 405	158 405	0
	ALENT-05-0127-FEDER-000669	Plano Regional de Ordenamento Territorial do Alentejo	1	4	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	68 750	68 750	41 250	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000135	Elaboração de "Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção PROVERE" da Zona dos Marmores	1	4	ZZZ	107	503956546	Município de Borba	45 000	45 000	31 500	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000136	Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - uma estratégia para as áreas de baixa densidade do Sul de Portugal	1	4	ZZZ	107	506816184	Município de Almodôvar	44 907	44 907	31 435	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000137	Slow Motion: A descoberta do território ao ritmo dos sentidos	1	4	ZZZ	107	501162941	Município de Fronteira	59 985	59 985	41 989	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000144	EneRural - Eficiência Energética e Energias Renováveis em Espaço Rural	1	4	ZZZ	212	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	56 425	56 425	39 498	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000145	Projecto dos Aveiros do Tejo e do Saço	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	30 639	30 639	21 447	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000148	Territorium Uádi Ana	1	4	ZZZ	212	502817585	Rota do Guadiana - Associação de desenvolvimento Integrado	42 723	42 723	29 906	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000160	Acção preparatória-	1	4	ZZZ	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	43 752	43 752	30 626	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000439	VÁLQUIRIA ENXOVAL	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	80 000	80 000	50 800	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000626	Estratégia de Desenvolvimento e Articulação - Area Adjacente a Plataforma Transfronteiriça Elvas - Caia	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	74 330	74 330	59 464	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000657	Carta Desportiva da Lezíria do Tejo	1	4	185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	89 988	89 988	71 990	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000659	Cartas de Equipamentos Sociais da Lezíria do Tejo	1	4	185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	86 652	86 652	69 322	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000662	Projecto de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana	1	4	185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	86 400	86 400	69 120	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000664	Estrutura de Dinamização, Coordenação e Gestão da Parceria	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	377 653	377 653	264 357	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000665	O Desenvolvimento Turístico e a Sustentabilidade no Baixo Guadiana - Uma Análise Prospectiva para o ano de 2025	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	122 118	73 271	73 271	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000681	Plano de Comunicação para a Dinamização Turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	471 010	471 010	282 606	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000686	INOVIBEJA	1	4	184	212	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO SUL	320 117	192 070	192 070	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000691	Estudo do Plano Operacional de Turismo do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	89 400	89 400	53 640	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000717	Acções estratégicas para a Valorização, Promoção e Internacionalização dos recursos silvestres do sul de Portugal	1	4	184	212	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	1 479 562	1 035 694	1 035 694	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000718	Rede Cultural (Promoção e Valorização de Patrimónios)	1	4	ZZZ	211	505984717	Fundação Robinson	225 984	157 986	157 986	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000719	Rota dos Recursos Silvestres	1	4	184	212	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200 000	140 000	140 000	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000720	Acções estratégicas para a Valorização, Promoção e diversificação dos produtos tradicionais qualificados	1	4	182	212	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	205 641	143 949	143 949	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000722	Rota Vicentina	1	4	181	212	505944162	Casas Brancas - Associação de Turismo do Litoral Alentejano e Costa Vicentina	331 934	321 976	232 354	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000747	DINAMIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E GESTÃO DA EEC O MONTADO DE SOBRÓ E DA CORTIÇA	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	235 553	235 553	164 887	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000938	PROVÈRE - ÂMBINÓV - Animação e Dinamização da EEC	1	4	ZZZ	107	501305564	Município de Chamusca	204 144	204 144	163 315	0
	ALENT-05-0227-FEDER-000955	Projecto de Dinamização, Coordenação, Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria	1	4	182	103	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	416 987	416 987	291 891	0

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALENT-05-0227-FEDER-000986	SECRETARIADO TÉCNICO DO PROVERE DA ZONA DOS MÁRMORES	1	4	ZZZ	107	503956546	Município de Borba	261 539	261 539	209 231	0	
ALENT-05-0227-FEDER-001002	Alentejo - Promoção e marketing Territorial	1	4	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	135 000	135 000	94 500	0	
ALENT-05-0227-FEDER-001005	Projecto Ancora 10 - A Cultura Avieira a Património Nacional - Gestão, Coordenação e Execução da Estratégia de Eficiência Colectiva	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	387 620	387 620	271 334	0	
IAPM - Assistência Técnica								7 687 439	7 687 439	6 078 919	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000118	Assistência Técnica ao Programa Operacional Regional 2007-2013	1	4	PTZ	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	797 516	797 516	677 889	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000262	Assistência Técnica - Alentejo Central - 2009	1	4	PT183	106	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	228 379	228 379	194 122	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000263	ContratuAMLÁ 2009	1	4	PT181	106	502203323	AMLÁ - Associação de Municípios do Litoral Alentejano	109 340	109 340	92 939	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000264	Gabinete de gestão da contratualização para o Baixo Alentejo	1	4	PT184	106	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	138 086	138 086	117 373	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000265	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2009	1	4	PT185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	149 143	149 143	126 772	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000266	PORAlentejo - Aicep - Assistência Técnica - 2008/2009	1	4	PTZ	103	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	104 584	104 584	88 896	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000267	INALENTEJO - Gabinete de coordenação e gestão do Alto Alentejo (GCGAA)	1	4	PT182	106	502984660	Associação de Municípios do Norte Alentejano	211 227	211 227	179 543	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000268	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do POAlentejo	1	4	PTZ	103	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	424 901	424 901	361 166	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000269	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental	1	4	PTZ	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	1 690 189	1 690 189	1 436 660	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000270	Observatório do Desenvolvimento Regional do Alentejo	1	4	PTZ	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	57 574	57 574	48 938	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000573	Gabinete de gestão da contratualização para o Baixo Alentejo	1	4	PT184	106	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	205 973	205 973	175 077	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000584	Subvenção Global - Assistência Técnica - Alentejo Central - 2010	1	4	PT183	106	501572007	Associação de Municípios do Distrito de Évora	152 323	152 323	129 475	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000592	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2010	1	4	PT185	106	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	156 606	156 606	133 115	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000599	Gabinete de coordenação e gestão do Alto Alentejo - CIMAA 2010	1	4	PT182	106	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	128 934	128 934	109 594	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000600	ContratuCIMAL-2010	1	4	PT181	106	509075541	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	108 972	108 972	92 627	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000653	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental - Ano 2010	1	4	PTZ	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	2 700 000	2 700 000	2 295 000	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000700	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do POR Alentejo	1	4	PTZ	103	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	369 817	369 817	314 344	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000706	Assistência Técnica 2010	1	4	PTZ	103	503024260	Agência de Inovação, S.A.	28 120	28 120	23 902	0	
ALENT-06-0173-FEDER-000709	PORAlentejo - Aicep - Assistência Técnica - 2010	1	4	PTZ	103	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	95 746	95 746	81 384	0	





Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por
Eixo Prioritário



Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-01	2010-05-12	2010-06-18
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-02	2010-05-12	2010-06-18
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-03	2010-06-01	2010-10-15
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-07	2010-11-15	2011-01-14
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2010-06	2010-11-15	2011-02-11
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2010-04	2010-11-15	2011-01-10
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2010-05	2010-11-15	2011-01-10
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2008-01	2008-12-15	2009-02-04
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2009-01	2009-02-12	2009-04-06
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2010-01	2010-01-12	2010-03-15
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2010-02	2010-03-03	2010-04-19
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-01	2010-01-04	2010-08-16
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-02	2010-01-14	2010-07-07
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-03	2010-04-01	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-04	2010-06-16	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-05	2010-07-07	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-06	2010-08-17	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-01	2010-01-14	2010-10-12
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-02	2010-02-03	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-03	2010-03-04	2010-03-18
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-04	2010-03-17	2010-05-03
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-05	2010-06-16	2010-10-12
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-06	2010-07-19	2010-11-30
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-07	2010-10-13	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-08	2010-10-13	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-09	2010-10-13	2010-10-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-01	2010-01-04	2010-08-16
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-02	2010-04-15	2010-06-14
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-03	2010-07-07	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-04	2010-08-17	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-05	2010-10-13	2010-12-31
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-06	2010-12-15	2011-02-15
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2010-01	2010-10-20	2010-11-02
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-02	2010-01-04	2010-08-16
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-04	2010-01-14	2010-07-07
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-06	2010-02-17	2010-09-15
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-07	2010-02-17	2010-09-15
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-09	2010-03-04	2010-04-05
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-12	2010-06-15	2010-12-31
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-14	2010-07-08	2010-12-31
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-15	2010-08-17	2010-12-31
EP2 - Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-17	2010-09-15	2010-12-31
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-01	2010-01-04	2010-08-16
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-02	2010-03-19	2010-09-30
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-03	2010-08-17	2010-12-31
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-04	2010-09-15	2010-12-31
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-05	2010-12-22	2011-06-15
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-06	2010-12-22	2010-12-31
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2007-01	2007-12-21	2008-03-31

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-05	2010-08-17	2010-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-06	2010-10-13	2010-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-38-2009-01	2009-09-15	2009-12-30
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-01	2009-05-19	2009-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-02	2009-06-18	2009-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-03	2009-07-15	2010-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-01	2010-01-14	2010-07-07
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-02	2010-02-17	2010-09-15
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-03	2010-07-08	2010-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-04	2010-09-15	2010-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-05	2010-09-22	2010-12-31
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2008-01	2008-11-03	2009-01-20
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2010-01	2010-03-09	2010-05-17
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2007-01	2007-12-21	2008-03-17
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-01	2008-10-06	2010-10-06
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-02	2008-12-12	2008-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2009-01	2009-03-17	2009-04-20
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-01	2010-01-12	2010-03-15
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-02	2010-05-21	2010-08-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-03	2010-07-01	2010-09-21
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-04	2010-09-15	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-05	2010-09-22	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-06	2010-09-23	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-07	2010-10-13	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-08	2010-12-15	2011-02-15
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2008-01	2008-05-15	2008-07-11
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-01	2009-03-20	2009-04-30
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-02	2009-04-15	2009-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-03	2009-04-20	2009-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-01	2010-01-12	2010-03-15
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-02	2010-01-12	2010-03-15
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-03	2010-01-14	2010-07-07
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-04	2010-02-08	2013-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-05	2010-02-15	2010-03-01
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-06	2010-03-01	2010-03-18
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-07	2010-03-03	2010-04-19
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-08	2010-07-07	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-09	2010-08-17	2010-08-20
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-10	2010-09-01	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-11	2010-10-13	2010-12-31
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-12	2010-10-28	2011-10-28
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-13	2010-12-15	2011-02-15
EP6 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2008-01	2008-05-13	2008-05-16
EP6 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-01	2009-01-07	2009-02-07
EP6 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-02	2009-11-02	2009-12-02
EP6 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-01	2010-01-12	2010-02-08
EP6 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-02	2010-03-09	2010-04-09
EP6 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-03	2010-11-03	2010-11-30



Anexo IX – Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31-12-2010
(valores acumulados)



Anexo IX - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: mil euros

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de selecção por concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas			
		Total até 31-12-2010				Em aberto a 31-12-2010		Encerrados a 31-12-2010				Tempos médios de decisão (**)		Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos		Dias previstos	Dias efectivos							
			Montante	% do PO					Nº	Fundo em candidaturas aprovadas									
Total	868.933.978	310	993.802.361	114,37%	20	90.310.000	290	903.492.361	146	579.315.392	67	131	1.998	1.753.856.875	877.806	1.377	1.264.313.007	918.165	
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	293.555.861	112	292.304.967	99,57%	7	44.160.000	105	248.144.967	79	188.899.467	80	120	708	728.554.328	1.029.032	558	576.912.014	1.033.892	
EP2 - Desenvolvimento Urbano	139.911.758	23	137.031.325	97,94%	0	0	23	137.031.325	10	109.313.325	85	177	303	280.551.305	925.912	221	201.149.883	910.180	
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	200.873.309	83	386.182.669	192,25%	2	32.000.000	81	354.182.669	30	236.242.600	75	128	502	523.081.324	1.041.995	328	350.370.823	1.068.204	
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	131.413.521	57	128.120.400	97,49%	5	6.830.000	52	121.290.400	13	20.430.000	63	138	332	157.575.037	474.624	165	89.487.081	542.346	
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	77.179.529	29	32.163.000	41,67%	6	7.320.000	23	24.843.000	9	10.430.000	71	169	123	50.899.035	413.813	76	33.265.319	437.702	
EP6 - Assistência Técnica	26.000.000	6	18.000.000	69,23%	0	0	6	18.000.000	5	14.000.000	29	55	30	13.195.846	439.862	29	13.127.888	452.686	

(Continua)

Notas

(**) Tempos médios de decisão aferidos entre a entrada da candidatura e a data de comunicação ao beneficiário.

Anexo IX - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

(continuação)

unid: mil euros

Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento elegível médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
Total	963	956.232.871	830.770.367	683.012.504	535.897.904	862.690	69%	72%	48%	55%	70%	76%	666	400.937.533	69%	75%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	307	388.726.819	311.925.195	173.696.769	165.200.138	1.016.043	79%	79%	43%	53%	55%	67%	263	150.110.571	86%	91%
EP2 - Desenvolvimento Urbano	202	179.459.314	171.232.035	163.663.569	115.379.515	847.683	73%	72%	67%	64%	91%	89%	84	64.948.230	42%	56%
EP3 - Conectividade e Articulação Territorial	249	281.320.983	252.373.224	251.542.681	190.086.579	1.013.547	65%	67%	50%	54%	76%	80%	191	148.099.892	77%	78%
EP4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	133	71.276.875	63.265.357	63.192.778	41.713.914	475.679	50%	57%	40%	45%	81%	80%	75	21.482.108	56%	51%
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	53	27.303.260	24.117.126	23.059.276	16.838.942	455.040	62%	65%	43%	54%	70%	82%	35	9.666.853	66%	57%
EP6 - Assistência Técnica	19	8.145.620	7.857.430	7.857.430	6.678.816	413.549	97%	99%	63%	62%	66%	62%	18	6.629.878	95%	99%



Anexo X – Ficha de Grande Projecto



Anexo X - Ficha de Grande Projecto

1: Identificação do Grande Projecto

CCI	2010 PT 16 1 PR 003
Designação	Criação de uma unidade industrial de biodiesel
Beneficiário	GREENCYBER S.A
Eixo Prioritário	Eixo Prioritário 1 – Competitividade, inovação e conhecimento
Fundo *	FEDER
Sector **	Produtivo
Localização (NUTS II/III)	Alentejo / Alentejo Litoral

* FEDER ou Fundo de Coesão; ** Infra-estruturas ou Produtivo.

2: Processo de notificação à Comissão Europeia

Datas			Número da Decisão	Montante da Decisão (euros)
Aprovação AG/OI	Última notificação à CE	Decisão		
18/01/2010	14/01/2011	-	-	-

3.b.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento Produtivo)

	Previsto (Formulário Grande Projecto)		Efectivo	
	Data de início	Data de conclusão	Data de início	Data de conclusão
1. Estudos de viabilidade/Plano de negócios	01/06/2009	11/09/2009		
2. Análise custo-benefício	01/06/2009	11/09/2009		
3. Avaliação de impacte ambiental	02/11/2007	21/04/2008		
4. Aquisição de terrenos	03/10/2007	04/10/2007		
5. Fase de construção	31/10/2010	30/03/2012		
6. Fase operacional	01/07/2012	30/12/2020		

4: Fontes de co-financiamento (ponto H.2.2. do Formulário de Grande Projecto)

Fonte dos custos totais do investimento	Previsto (Formulário Grande Projecto) (euros)	Reprogramado (euros)
1. Custo total do investimento	92.444.018	
2. Apoio da União	23.055.652	
3. Fundos públicos (nacionais ou equivalente)	-	
4. Fundos privados nacionais	69.388.366	
5. Outras fontes (especificar)	-	
6. Das quais (para informação) Empréstimos BEI/FEI	-	
7. Dos quais custo elegível (ponto H.1)	65.383.292,72	

| 2

5: Despesa validada (valores acumulados em euros)

Despesa elegível	Fundo	Taxa de execução
-	-	-

6: Indicadores previstos no Formulário e/ou Decisão

	Previsto		Valor Realizado	Taxa de realização
	Designação	Valor		
1. Indicadores de realização	Nº de Empresas Criadas	1		
2. Indicadores de resultado	Vendas de Biodiesel (2013-2017)	2.427.687 ton.		
	Valor acrescentado (2012-2017)	138.558.908,18€		
3. Indicadores Comuns CE	Investimento total induzido	69.388.366€		
	Empregos Criados (em equivalente tempo inteiro)	55		



Anexo XI – Ficha de Projecto Ambiental

(não se aplica ao Programa Operacional Regional do Alentejo)





Anexo XII – Template Monitoring Report, do documento COCOF n.º 10-0014-04-EN, de 21-02-2011 - Guidance Note on Financial Engineering Instruments under Article 44 of Council Regulation (EC) n.º 1083/2009



FORM I	Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments (Holding Funds) (conversion rate: xxx EUR/national currency)		
A GENERAL INFORMATION ON THE HOLDING FUND			
A.1	Name of the HF	JESSICA HOKDING FUND PORTUGAL (JHFP)	
A.2	Geographical scope of HF (national/regional)	NACIONAL	
A.3	Short description of HF (i.e. legal form, ownership structures, etc.)	O JHFP é um Fundo de Participação com contribuições dos PO Regionais do Continente, do POVT e da DGFT). Têm o objectivo de financiar projectos de: Reabilitação e regeneração urbana incluindo regeneração de equipamentos e infra-estruturas urbanas; Eficiência energética e energias renováveis ; Revitalização da economia urbana, especialmente PME e empresas inovadoras; Disseminação das tecnologias da informação e da comunicação em áreas urbanas, incluindo redes de banda larga e sem fios. Estes projectos necessariamente estarão incluídos num Plano Integrado de desenvolvimento Urbano.	
A.4	Holding Fund manager	Banco Europeu de Investimentos (BEI)	
A.5	Procedure for selecting the HF manager (short description)	Adjudicado ao BEI nos termos previstos da sub-álínea) da alínea b) do art.º44 do Reg. (CE) 1083.	
A.6	Date of signature of funding agreement with MA	20-07-2009	
B CONTRIBUTIONS TO THE HOLDING FUND			
B.1 CONTRIBUTIONS FROM OPERATIONAL PROGRAMME(S)			
B.1.1	Name of Operational Programme	PO Alentejo - INALENTEJO	Priority 2
B.1.2	ERDF resources	ERDF amounts committed in FA (in m EUR)	10
B.1.3		ERDF amounts effectively contributed to HF (in m EUR)	4,7
B.1.4	ESF resources (if any)	ESF amounts committed in FA (in m EUR)	
B.1.5		ESF amounts effectively contributed to HF (in m EUR)	
B.1.6		Public co-financing committed in FA (in m EUR)	3,5
B.1.7		Public co-financing effectively contributed to HF (in m EUR)	
B.1.8	National public co-financing	* of which effectively contributed to HF in cash (in m EUR, contributed by)	
B.1.9		* of which effectively contributed to HF in kind (in m EUR, contributed by)	
B.1.10		Private co-financing committed in FA (in m EUR)	
B.1.11	National private co-financing	Private co-financing effectively contributed to HF (in m EUR)	
B.1.12		* of which effectively contributed to HF in cash (in m EUR, contributed by)	
B.1.13		* of which effectively contributed to HF in kind (in m EUR, contributed by)	
B.2 ADDITIONAL (LEVERAGE) RESOURCES AT HF LEVEL (BEYOND OP CONTRIBUTIONS)			
B.2.1	Additional (leverage) resources at HF level beyond OP contributions	Total amount of public leverage resources legally committed (in EUR)	
B.2.2		Total amount of public leverage resources effectively contributed to HF (in m EUR)	
B.2.3		Nature and origin of public leverage resources at HF level (please describe)	
B.2.4		Total amount of private leverage resources legally committed (in m EUR)	
B.2.5		Total amount of private leverage resources effectively contributed to HF (in m EUR)	
B.2.6		Nature and origin of private leverage resources at HF level (please describe)	
B.3 TOTALS			
B.3.1	Total volume of the holding fund as stated in the Funding Agreement (in m EUR)	10	
B.3.2	Total contributions effectively made to the the HF (in m EUR)	4,7	
C INVESTMENTS IN FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENTS (FINANCIAL INTERMEDIARIES)			
C.1	Total number of Financial Engineering Instruments supported (no. of agreements signed)		FEI 2
C.2	Total amount of HF resources legally committed to FEIs (in m EUR)		
C.3	Total amount effectively contributed to FEIs (in m EUR)		
C.4	Investments & contributions	Name of Financial Engineering Instrument	
C.5		Attributable to Art 44 first paragraph (a), (b) or (c) of (EC) 1083/2006?	
		Type of financial products offered to final recipients (please indicate: E - equity, L - loans, G - guarantees, O - other)	
C.6		Agreement signed on	
C.7		Amount of HF resources legally committed to FEI	
C.8	Amount of HF resources effectively contributed to FEI		
D RETURNS & RECYCLING			
D.1	Total amount of effective repayments received from FEIs other than HFs (in m EUR)		FEI 2
D.2	Total amount of interest, fees or other gains effectively paid to the HF (in m EUR)		
E MANAGEMENT COSTS & FEES			
E.1	Total amount of management costs and fees effectively paid to the HF manager (in m EUR)		
F EXITS FROM THE HF			
F.1	Total amount of exits realised and effectively paid back to the MA (in m EUR)		
F.2	Total amount of exits realised and effectively paid to other shareholders of the fund (in m EUR)		
G INDICATORS			
G.1	Total number of final recipients supported		FEI 2
G.2	Financial products supported by 1 EUR of public funds		
G.3	Total amount of additional leverage resources mobilised at the level of the FEI and final recipients (outside the scope of the OP(s) (in m EUR)		
G.4	Number of jobs created or safeguarded		





Anexo XIII – Repartição cumulativa das dotações aprovadas da
contribuição comunitária por combinação de dimensão de categorização



Quadro 2 - Tabela por combinação das diferentes dimensões de categorização parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
CON	3	1	1	17	PT183	1.040.000,00
CON	4	1	0	16	PT18	402.244,09
CON	4	1	0	16	PT183	126.705,94
CON	4	1	1	16	PT183	751.620,04
CON	4	1	4	3	PT185	25.000,00
CON	4	1	4	6	PT185	5.250,00
CON	4	1	4	16	PT181	24.900,00
CON	4	1	4	16	PT183	411.913,18
CON	5	1	0	16	PT184	198.705,52
CON	5	1	0	17	PT18	232.000,00
CON	5	1	1	12	PT182	1.174.396,43
CON	5	1	1	17	PT183	6.016.028,45
CON	5	1	4	12	PT182	253.521,46
CON	5	1	4	12	PT184	1.047.321,62
CON	5	1	4	17	PT181	543.976,20
CON	5	1	4	17	PT182	635.533,73
CON	5	1	4	17	PT184	1.700.711,90
CON	5	1	4	17	PT185	445.772,54
CON	5	1	5	17	PT185	2.520.000,00
CON	7	1	0	13	PT185	25.000,00
CON	7	1	0	16	PT184	15.000,00
CON	7	1	1	0	PT181	24.450,00
CON	7	1	1	0	PT183	24.750,00
CON	7	1	1	6	PT181	5.055,00
CON	7	1	1	6	PT183	35.812,50
CON	7	1	1	6	PT185	8.985,00
CON	7	1	1	11	PT185	11.250,00
CON	7	1	1	12	PT185	14.917,50
CON	7	1	1	13	PT185	4.810,50
CON	7	1	1	14	PT18	294.333,31
CON	7	1	4	0	PT183	33.825,00
CON	7	1	4	0	PT185	24.975,00
CON	7	1	4	3	PT185	23.935,14
CON	7	1	4	6	PT182	21.600,00
CON	7	1	4	6	PT183	5.250,00
CON	7	1	4	6	PT184	14.107,50
CON	7	1	4	6	PT185	24.750,00
CON	7	1	4	13	PT183	20.550,00
CON	7	2	0	6	PT184	277.101,68
CON	7	2	0	6	PT185	2.826.122,21
CON	7	2	0	14	PT182	320.162,01
CON	7	2	1	0	PT183	689.036,25
CON	7	2	1	0	PT185	339.911,59
CON	7	2	1	3	PT181	23.055.651,98
CON	7	2	1	3	PT183	511.160,46
CON	7	2	1	5	PT185	705.141,00
CON	7	2	1	6	PT181	453.316,73
CON	7	2	1	6	PT182	7.719.092,83
CON	7	2	1	6	PT183	2.189.749,25
CON	7	2	1	6	PT185	4.644.274,43
CON	7	2	1	8	PT181	98.974,69
CON	7	2	1	13	PT184	94.365,00
CON	7	2	1	14	PT182	4.525.105,15
CON	7	2	1	14	PT183	11.682.751,58
CON	7	2	1	14	PT184	1.505.971,25
CON	7	2	1	14	PT185	1.362.182,25
CON	7	2	1	16	PT181	191.674,52
CON	7	2	1	16	PT182	1.020.503,51
CON	7	2	1	16	PT183	295.726,45
CON	7	2	1	16	PT185	375.135,98
CON	7	2	1	20	PT181	6.211.300,24
CON	7	2	1	20	PT183	1.464.172,94
CON	7	2	1	21	PT181	8.505.716,53
CON	7	2	1	21	PT183	660.724,88
CON	7	2	1	21	PT184	367.474,68
CON	7	2	4	3	PT182	36.296,98
CON	7	2	4	3	PT184	2.545.962,87
CON	7	2	4	5	PT182	2.288.253,21
CON	7	2	4	6	PT182	306.068,75
CON	7	2	4	6	PT183	511.549,22
CON	7	2	4	6	PT185	1.492.170,14
CON	7	2	4	13	PT182	224.941,56
CON	7	2	4	14	PT181	15.460.835,30
CON	7	2	4	14	PT182	1.575.232,47
CON	7	2	4	14	PT183	10.618.176,25
CON	7	2	4	16	PT181	703.325,59
CON	7	2	4	16	PT183	88.329,57
CON	7	2	4	16	PT185	501.050,66
CON	7	2	4	20	PT183	300.000,00
CON	7	2	4	20	PT185	139.094,15
CON	7	2	5	6	PT185	674.850,15
CON	7	2	5	13	PT182	443.960,64
CON	7	2	5	14	PT184	63.795,70
CON	7	2	5	16	PT182	157.950,00
CON	7	2	5	16	PT183	83.875,00
CON	8	1	0	3	PT183	101.601,50

Quadro 2 - Tabela por combinação das diferentes dimensões de categorização parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
CON	8	1	0	6	PT183	50.555,10
CON	8	1	0	11	PT184	43.495,92
CON	8	1	0	13	PT185	266.093,44
CON	8	1	0	16	PT182	128.469,38
CON	8	1	0	20	PT185	193.027,50
CON	8	1	1	0	PT183	71.599,75
CON	8	1	1	0	PT185	25.000,00
CON	8	1	1	1	PT181	219.206,25
CON	8	1	1	3	PT182	596.613,19
CON	8	1	1	3	PT183	215.910,32
CON	8	1	1	3	PT185	144.033,45
CON	8	1	1	5	PT183	224.510,26
CON	8	1	1	5	PT185	128.485,80
CON	8	1	1	6	PT182	94.027,50
CON	8	1	1	6	PT183	290.966,78
CON	8	1	1	6	PT185	506.801,34
CON	8	1	1	11	PT183	346.682,25
CON	8	1	1	11	PT185	278.785,36
CON	8	1	1	12	PT183	336.564,64
CON	8	1	1	13	PT18	24.421,66
CON	8	1	1	13	PT181	87.522,70
CON	8	1	1	13	PT182	236.265,86
CON	8	1	1	13	PT183	1.059.308,26
CON	8	1	1	13	PT184	308.328,75
CON	8	1	1	13	PT185	220.125,69
CON	8	1	1	14	PT181	74.980,61
CON	8	1	1	14	PT182	14.791,95
CON	8	1	1	14	PT183	136.476,59
CON	8	1	1	14	PT185	80.560,30
CON	8	1	1	16	PT181	447.705,40
CON	8	1	1	16	PT182	116.017,90
CON	8	1	1	16	PT183	454.530,58
CON	8	1	1	16	PT184	363.807,44
CON	8	1	1	16	PT185	101.577,56
CON	8	1	1	20	PT181	142.077,30
CON	8	1	1	20	PT183	37.620,00
CON	8	1	1	20	PT184	129.269,51
CON	8	1	1	21	PT181	170.538,75
CON	8	1	4	0	PT181	25.000,00
CON	8	1	4	0	PT183	31.860,00
CON	8	1	4	1	PT185	14.548,50
CON	8	1	4	3	PT182	99.856,87
CON	8	1	4	3	PT183	786.367,30
CON	8	1	4	4	PT182	113.350,50
CON	8	1	4	4	PT185	61.868,34
CON	8	1	4	5	PT185	157.921,45
CON	8	1	4	6	PT182	11.250,00
CON	8	1	4	6	PT185	269.918,99
CON	8	1	4	11	PT181	48.933,61
CON	8	1	4	11	PT183	98.990,42
CON	8	1	4	11	PT185	78.703,03
CON	8	1	4	12	PT185	34.076,30
CON	8	1	4	13	PT181	163.563,75
CON	8	1	4	13	PT182	141.187,50
CON	8	1	4	13	PT183	282.082,50
CON	8	1	4	13	PT185	1.125.298,65
CON	8	1	4	14	PT183	62.956,26
CON	8	1	4	16	PT181	283.170,94
CON	8	1	4	16	PT182	134.929,46
CON	8	1	4	16	PT183	327.458,19
CON	8	1	4	16	PT184	96.084,00
CON	8	1	4	16	PT185	12.630,55
CON	8	1	4	20	PT183	55.456,67
CON	8	1	4	20	PT184	151.377,36
CON	8	1	5	6	PT185	11.250,00
CON	8	1	5	13	PT182	337.687,64
CON	8	1	5	13	PT183	60.592,50
CON	8	1	5	13	PT185	311.560,51
CON	8	1	5	14	PT181	14.622,76
CON	8	1	5	14	PT184	131.782,50
CON	13	1	0	16	PT18	2.101.674,59
CON	13	1	0	16	PT185	103.706,40
CON	13	1	0	17	PT18	10.296.469,71
CON	13	1	0	17	PT181	220.000,00
CON	13	1	0	17	PT184	1.156.164,90
CON	13	1	1	16	PT181	283.632,63
CON	13	1	1	16	PT184	279.766,61
CON	13	1	1	16	PT185	1.038.459,25
CON	13	1	1	17	PT181	58.046,75
CON	13	1	1	17	PT182	353.715,97
CON	13	1	1	17	PT183	896.474,45
CON	13	1	1	17	PT184	188.107,22
CON	13	1	1	17	PT185	2.285.697,09
CON	13	1	1	18	PT185	317.581,44
CON	13	1	1	20	PT183	503.649,00
CON	13	1	4	17	PT183	174.582,33

Quadro 2 - Tabela por combinação das diferentes dimensões de categorização parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
CON	13	1	4	17	PT184	259.476,04
CON	13	1	4	17	PT185	38.025,00
CON	13	1	4	18	PT185	38.785,82
CON	13	1	4	20	PT183	183.720,00
CON	13	1	4	20	PT184	82.148,97
CON	13	1	5	16	PT185	18.368,00
CON	13	1	5	17	PT185	1.033.360,00
CON	14	1	0	20	PT18	384.790,00
CON	15	1	0	16	PT185	490.254,55
CON	15	1	1	20	PT183	32.125,91
CON	15	1	4	6	PT185	62.869,50
CON	15	1	4	16	PT184	62.774,61
CON	22	1	4	12	PT184	714.419,20
CON	23	1	1	12	PT181	2.316.835,59
CON	23	1	1	12	PT182	8.626.398,69
CON	23	1	1	12	PT183	3.859.421,86
CON	23	1	1	12	PT184	3.386.265,58
CON	23	1	1	12	PT185	1.578.309,51
CON	23	1	1	17	PT181	333.762,83
CON	23	1	1	17	PT183	1.677.454,02
CON	23	1	1	17	PT185	2.821.914,52
CON	23	1	4	12	PT181	3.603.563,15
CON	23	1	4	12	PT182	7.681.350,85
CON	23	1	4	12	PT183	952.139,55
CON	23	1	4	12	PT184	5.932.995,64
CON	23	1	4	12	PT185	676.941,29
CON	23	1	4	17	PT182	772.682,38
CON	23	1	4	17	PT183	76.944,28
CON	23	1	4	17	PT184	801.335,94
CON	23	1	4	17	PT185	579.738,13
CON	23	1	5	17	PT185	1.359.502,76
CON	24	1	1	11	PT183	187.306,75
CON	24	1	1	11	PT185	594.106,94
CON	25	1	4	12	PT182	281.600,00
CON	29	1	1	12	PT184	9.471.358,82
CON	29	1	4	12	PT182	5.354.100,05
CON	35	1	1	8	PT185	245.563,02
CON	40	1	1	8	PT184	93.276,98
CON	40	1	1	12	PT184	201.778,40
CON	40	1	1	16	PT184	68.000,00
CON	40	1	4	8	PT182	63.345,94
CON	40	1	4	12	PT182	231.567,94
CON	40	1	4	17	PT182	77.905,24
CON	40	1	4	17	PT185	164.389,06
CON	41	1	1	16	PT184	530.906,18
CON	42	1	1	8	PT184	299.520,00
CON	43	1	1	12	PT184	55.939,00
CON	43	1	1	17	PT181	689.600,00
CON	44	1	0	17	PT18	259.470,00
CON	44	1	0	21	PT18	3.892.604,59
CON	44	1	0	21	PT182	506.057,45
CON	44	1	0	21	PT183	249.973,12
CON	44	1	0	21	PT184	1.630.816,60
CON	44	1	1	8	PT185	697.186,80
CON	44	1	1	21	PT181	450.213,07
CON	44	1	1	21	PT184	738.849,99
CON	44	1	4	21	PT183	141.573,98
CON	45	1	0	17	PT18	4.320.243,42
CON	45	1	0	17	PT185	32.886,01
CON	45	1	1	9	PT184	1.826.911,66
CON	45	1	1	12	PT183	824.698,90
CON	45	1	1	12	PT184	2.566.862,80
CON	45	1	1	16	PT185	393.799,20
CON	45	1	4	17	PT182	220.800,00
CON	46	1	1	12	PT184	205.224,07
CON	46	1	4	17	PT185	146.675,78
CON	49	1	0	16	PT18	120.891,60
CON	49	1	4	16	PT182	209.067,20
CON	51	1	0	16	PT18	343.696,25
CON	51	1	0	16	PT184	324.233,40
CON	51	1	0	17	PT18	696.070,16
CON	51	1	0	17	PT181	332.916,32
CON	51	1	0	17	PT184	247.230,00
CON	51	1	0	18	PT184	105.502,51
CON	51	1	0	20	PT184	247.320,00
CON	51	1	1	9	PT183	339.200,00
CON	51	1	1	12	PT181	175.190,82
CON	51	1	1	12	PT184	311.486,60
CON	51	1	1	16	PT184	106.010,66
CON	51	1	1	17	PT181	247.062,88
CON	51	1	1	17	PT185	788.207,37
CON	51	1	1	18	PT183	56.000,00
CON	51	1	1	20	PT183	143.756,40
CON	51	1	4	12	PT183	411.950,97
CON	51	1	4	12	PT184	123.960,48
CON	51	1	4	12	PT185	342.001,06

Quadro 2 - Tabela por combinação das diferentes dimensões de categorização parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
CON	51	1	4	16	PT182	234.927,23
CON	51	1	4	17	PT182	1.312.793,23
CON	51	1	4	17	PT183	19.600,00
CON	51	1	4	17	PT184	441.550,43
CON	51	1	4	17	PT185	1.456.963,20
CON	51	1	4	18	PT182	201.600,00
CON	51	1	4	18	PT184	97.588,81
CON	51	1	4	20	PT183	356.189,96
CON	51	1	4	20	PT184	93.877,56
CON	51	1	5	17	PT185	266.400,00
CON	53	1	0	17	PT18	459.983,50
CON	53	1	0	20	PT18	972.497,97
CON	53	1	1	17	PT182	58.080,00
CON	53	1	1	17	PT183	16.456,00
CON	53	1	1	17	PT185	171.782,78
CON	53	1	4	12	PT184	87.888,82
CON	53	1	4	17	PT182	219.931,42
CON	56	1	0	16	PT18	299.390,53
CON	56	1	0	17	PT18	90.000,00
CON	56	1	0	20	PT183	248.154,84
CON	56	1	1	12	PT182	286.776,24
CON	56	1	1	12	PT184	560.042,75
CON	56	1	1	17	PT181	691.944,00
CON	56	1	1	17	PT183	608.499,71
CON	56	1	1	20	PT181	80.000,00
CON	56	1	1	20	PT184	56.110,40
CON	56	1	4	12	PT184	640.000,00
CON	56	1	4	17	PT181	30.900,00
CON	56	1	4	17	PT182	210.168,73
CON	56	1	4	17	PT184	273.039,14
CON	56	1	4	20	PT184	547.989,22
CON	58	1	0	6	PT18	63.110,30
CON	58	1	0	16	PT18	132.197,80
CON	58	1	0	16	PT184	54.747,00
CON	58	1	0	17	PT18	116.083,33
CON	58	1	0	20	PT18	894.762,21
CON	58	1	0	20	PT182	727.708,42
CON	58	1	0	20	PT184	75.810,00
CON	58	1	1	6	PT183	164.101,00
CON	58	1	1	12	PT184	930.009,20
CON	58	1	1	17	PT183	907.527,73
CON	58	1	1	17	PT185	3.085.756,16
CON	58	1	1	20	PT181	429.177,60
CON	58	1	1	20	PT182	1.462.966,11
CON	58	1	1	20	PT183	1.621.028,19
CON	58	1	1	20	PT184	127.730,00
CON	58	1	4	16	PT183	158.256,51
CON	58	1	4	16	PT184	699.342,22
CON	58	1	4	17	PT182	373.293,99
CON	58	1	4	17	PT183	416.068,20
CON	58	1	4	17	PT184	158.718,56
CON	58	1	4	18	PT182	473.665,44
CON	58	1	4	20	PT182	181.907,70
CON	58	1	4	20	PT184	121.679,26
CON	58	1	5	17	PT185	31.516,10
CON	59	1	0	17	PT18	283.388,00
CON	59	1	0	20	PT18	960.024,02
CON	59	1	1	12	PT183	1.341.008,37
CON	59	1	1	12	PT184	108.259,53
CON	59	1	1	20	PT184	93.778,10
CON	59	1	4	12	PT182	426.276,00
CON	59	1	4	17	PT184	940.302,93
CON	59	1	4	20	PT183	460.129,20
CON	61	1	0	15	PT18	10.000.000,00
CON	61	1	0	17	PT18	74.553,60
CON	61	1	0	17	PT181	240.000,00
CON	61	1	0	17	PT183	80.000,00
CON	61	1	0	20	PT18	316.589,18
CON	61	1	1	11	PT183	1.003.339,88
CON	61	1	1	12	PT181	6.587.546,63
CON	61	1	1	12	PT182	8.594.320,51
CON	61	1	1	12	PT183	10.260.993,83
CON	61	1	1	12	PT184	10.298.430,74
CON	61	1	1	12	PT185	1.278.909,99
CON	61	1	1	13	PT183	621.131,58
CON	61	1	1	16	PT181	80.000,00
CON	61	1	1	16	PT183	1.396.606,74
CON	61	1	1	16	PT184	366.800,00
CON	61	1	1	16	PT185	356.390,22
CON	61	1	1	17	PT181	5.976.632,88
CON	61	1	1	17	PT182	129.528,30
CON	61	1	1	17	PT183	3.624.801,30
CON	61	1	1	17	PT184	1.361.016,49
CON	61	1	1	17	PT185	1.651.810,58
CON	61	1	1	20	PT181	1.184.719,82
CON	61	1	1	20	PT183	6.047.673,22

Quadro 2 - Tabela por combinação das diferentes dimensões de categorização parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
CON	61	1	1	20	PT184	336.392,26
CON	61	1	4	11	PT184	349.016,00
CON	61	1	4	12	PT181	2.646.676,89
CON	61	1	4	12	PT182	3.352.751,28
CON	61	1	4	12	PT183	3.817.871,29
CON	61	1	4	12	PT184	4.228.939,47
CON	61	1	4	12	PT185	1.699.474,32
CON	61	1	4	16	PT184	718.861,70
CON	61	1	4	17	PT181	494.216,34
CON	61	1	4	17	PT182	5.259.897,81
CON	61	1	4	17	PT183	1.228.147,05
CON	61	1	4	17	PT184	5.476.735,37
CON	61	1	4	19	PT182	499.968,01
CON	61	1	4	20	PT182	1.415.890,25
CON	61	1	4	20	PT184	171.818,70
CON	61	1	5	12	PT185	487.105,67
CON	61	1	5	17	PT185	4.239.409,61
CON	62	1	4	12	PT184	1.673.799,40
CON	75	1	1	12	PT182	918.721,90
CON	75	1	1	12	PT183	2.747.374,25
CON	75	1	1	12	PT185	5.314.714,00
CON	75	1	1	17	PT181	620.542,61
CON	75	1	1	17	PT184	6.560.465,58
CON	75	1	1	17	PT185	5.881.545,78
CON	75	1	1	18	PT181	5.181.668,76
CON	75	1	1	18	PT183	6.774.212,97
CON	75	1	1	18	PT185	10.787.521,20
CON	75	1	4	12	PT182	1.402.514,58
CON	75	1	4	17	PT182	2.242.690,07
CON	75	1	4	17	PT184	808.568,07
CON	75	1	4	17	PT185	1.247.959,37
CON	75	1	4	18	PT181	486.315,74
CON	75	1	4	18	PT183	2.903.285,51
CON	75	1	4	18	PT184	4.520.968,12
CON	75	1	4	18	PT185	2.417.770,26
CON	75	1	5	12	PT185	2.666.370,66
CON	75	1	5	17	PT185	3.904.936,70
CON	75	1	5	18	PT185	1.003.597,27
CON	76	1	0	17	PT18	4.541.199,70
CON	76	1	0	19	PT18	10.594.583,00
CON	76	1	1	17	PT181	835.851,11
CON	76	1	1	17	PT182	2.822.738,57
CON	76	1	1	17	PT183	6.201.210,72
CON	76	1	1	17	PT185	4.798.872,46
CON	76	1	1	19	PT183	2.049.828,56
CON	76	1	1	19	PT184	949.535,03
CON	76	1	4	17	PT181	398.414,72
CON	76	1	4	17	PT182	2.326.086,06
CON	76	1	4	17	PT183	3.142.307,01
CON	76	1	4	17	PT184	503.046,88
CON	77	1	1	17	PT185	614.304,93
CON	77	1	4	17	PT184	42.399,54
CON	79	1	1	12	PT181	121.656,00
CON	79	1	1	12	PT183	207.599,53
CON	79	1	1	12	PT184	335.158,90
CON	79	1	1	17	PT185	47.627,23
CON	79	1	1	20	PT182	71.707,47
CON	79	1	1	20	PT183	417.746,71
CON	79	1	1	20	PT184	2.025.828,98
CON	79	1	4	12	PT182	292.585,37
CON	79	1	4	12	PT183	1.244.251,94
CON	79	1	4	12	PT184	364.645,65
CON	79	1	4	17	PT182	2.720.071,65
CON	79	1	4	18	PT183	673.453,81
CON	79	1	4	20	PT182	1.442.140,32
CON	79	1	5	17	PT185	842.393,11
CON	81	1	0	12	PT18	29.906,10
CON	81	1	0	14	PT18	41.989,16
CON	81	1	0	16	PT18	632.964,48
CON	81	1	0	17	PT18	30.626,20
CON	81	1	0	20	PT181	232.353,80
CON	81	1	0	20	PT185	210.432,00
CON	81	1	1	16	PT182	143.948,77
CON	81	1	1	16	PT183	158.405,40
CON	81	1	1	16	PT184	668.316,42
CON	81	1	1	17	PT182	59.464,00
CON	81	1	1	17	PT183	135.750,00
CON	81	1	1	20	PT185	292.781,58
CON	81	1	4	16	PT184	1.373.321,48
CON	81	1	4	17	PT182	291.890,63
CON	81	1	4	17	PT185	164.886,94
CON	81	1	4	20	PT182	50.800,00
CON	85	1	0	16	PT18	194.182,56
CON	85	1	0	17	PT18	5.133.997,55
CON	85	1	0	17	PT181	185.565,25
CON	85	1	0	17	PT182	289.136,69

Quadro 2 - Tabela por combinação das diferentes dimensões de categorização
 parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
CON	85	1	0	17	PT183	323.596,95
CON	85	1	0	17	PT184	292.450,41
CON	85	1	0	17	PT185	259.886,38
CON	86	1	0	16	PT183	73.701,60
CON	86	1	0	17	PT18	203.200,00
CON	86	1	0	17	PT184	80.000,00



Anexo XIV – Tabela de classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) N.º 1059/2003



Quadro 2 - NUT

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

Código	Designação
PT	PORTUGAL
PT1	CONTINENTE
PT18	Alentejo
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo

Relatório de Execução Anual de 2010

Adenda

Medidas de Informação e Publicidade

Avaliação das Medidas de Informação e Publicidade

Tendo em consideração o disposto no Plano de Comunicação do INALENTEJO, para efeitos de cumprimento da disposição prevista no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, podemos sistematizar as seguintes medidas de informação e publicidade desenvolvidas em 2010, referidas no Relatório de Execução Anual de 2010, no ponto 6. Informação e Divulgação.

1. Actividades de Informação e Publicidade

As principais actividades de Informação e Publicidade traduziram-se:

- ✓ **Publicitação das Listas de Beneficiários do INALENTEJO** no *website*, incluindo: designação do beneficiário, concelho, código e designação da operação aprovada, e respectivos montantes de investimento elegível total aprovado, FEDER aprovado e contrapartida nacional.
- ✓ **Meios Materiais:**
 - - Produção de materiais de *merchandising* para promoção e divulgação do INALENTEJO - cadernos de capa rígida, cadernos de capa de cortiça, memórias USB, blocos de notas, *post-it*, fitas e bonés;
 - - Produção de **cartazes e autocolantes para publicitação do co-financiamento FEDER**, através do INALENTEJO, distribuídos aos Beneficiários;
 - - Produção e edição do **Suplemento INALENTEJO**, distribuído a nível regional através dos diversos meios de comunicação escrita;
 - - Produção da **brochura** de apresentação do Programa, incluindo também uma versão em CD-ROM.
- ✓ **Eventos**
 - - Realização de três **sessões públicas de assinatura de contratos**, das quais duas com a presença de membros de Governo;

- - Realização de duas **sessões de esclarecimento alargadas** dedicadas à energia (Apoios para sistemas de utilização racional de energia e de eficiência energético-ambiental) e às empresas (Medidas para aceleração de projectos QREN);
- - Realização de 25 **sessões de esclarecimento com potenciais beneficiários**;
- - **Comemorações do Dia da Europa**, cujo Programa incluiu o **hasteamento da bandeira** da União Europeia toda a semana que integrou o 9 de Maio, bem como, um **Concurso de elaboração de trabalhos pelos Alunos dos Centros Escolares apoiados pelo INALENTEJO**, que culminou numa sessão de **entrega de prémios** aos Alunos e Escolas e na inauguração da **Exposição dos Trabalhos**, na Sala de Exposições da CCDRA; realização de um **Colóquio** sob o tema "Valorizar e Tornar Mais Competitiva a Região Alentejo - Oportunidades e Estratégia no Horizonte Europa 2020"; e produção de **newsletter** especial sobre as **Comemorações do Dia da Europa**;
- - Realização de um **Seminário** "Política de Cidades - O Desenvolvimento e a Regeneração Urbana";
- - Participação em três **feiras** de âmbito regional: OVIBEJA 2010 - Beja, em Abril, Feira de S. João - Évora em Junho e Feira do Montado - Portel, em Novembro.

✓ **Mediação e Publicidade**

No ano de 2010, foram produzidos 10 **comunicados de imprensa**, foram publicados 23 **anúncios** do INALENTEJO nos meios de comunicação social e contabilizou-se a publicação de 648 notícias relacionadas com o Programa.

✓ **Informação a Beneficiários**

Na Informação a Beneficiários assume principal destaque a resposta a questões por via telefónica através da **linha verde - 800 205 238** (2.079 solicitações) e da **conta de e-mail específico - inalentejo@ccdr-a.gov.pt** (76 solicitações).

✓ **Meios de Comunicação**

Os principais meios de comunicação utilizados foram o *website* do INALENTEJO, as *newsletter* e os comunicados de imprensa e anúncios nos meios de comunicação social de âmbito regional, já referidos.

✓ **Grupos-Alvo das medidas de Informação e Publicidade**

Os principais grupos-alvo das medidas de Informação e Publicidade foram o público em geral e os beneficiários do Programa, considerando que o meio preferencial de divulgação é o *website* do Programa, acessível a ambos os grupos-alvo.

✓ **Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários**

Decorrente da Orientação de Gestão n.º 2/2008, com actualização aprovada pela Comissão Directiva do INALENTEJO em 26 de Outubro de 2009, realçamos as seguintes obrigações dos Beneficiários para efeitos de informação e publicidade:

- Afixação bem visível de um **painel publicitário** no local de cada operação, independentemente do tipo de operação e participação pública e comunitária atribuída à mesma,
- Referência bem visível, em todas as aplicações de informação e divulgação da operação (ou a ela relativas), ao co-financiamento comunitário, através da reprodução da logomarca QREN, da logomarca e da insígnia da União Europeia, bem como da logomarca INALENTEJO. No caso de spots de rádio, através da menção áudio, precedida da expressão “**Co-financiamento**”.
- Afixação bem visível no local de cada operação de uma **placa descritiva permanente**, independentemente do tipo de operação e participação pública e comunitária atribuída à mesma

Para além da obrigatoriedade destas medidas, independentemente do tipo de operação e participação pública e comunitária atribuída à mesma, é verificado o seu cumprimento em sede de verificação de execução física, e referenciado no respectivo Relatório.

✓ **Despesas com Informação e Publicidade do INALENTEJO**

Em 2010, ao nível das despesas referentes à execução do Plano de Comunicação do INALENTEJO, foi associado um montante financeiro total de € 68 860 (€ 58 531 FEDER), que representou 8,82 % do FEDER para informação e publicidade do período 2007/2013.

2. Avaliação do Plano de Comunicação

2.1. *Clipping* Noticioso QREN e respectiva Análise Qualitativa

O Observatório do QREN desenvolveu um procedimento de contratação de um *clipping* noticioso, que consiste na selecção, monitorização, segmentação e classificação da informação em forma de notícia, artigo de opinião, crónica e entrevista veiculada na imprensa escrita, televisão, rádio e internet, de acordo com critérios de selecção da informação baseados no perfil de informação definido pela Rede de Comunicação do QREN, constituído por palavras-chave para pesquisa.

Este serviço noticioso ficou disponível em Maio de 2009. A Análise Qualitativa do *clipping* noticioso, efectuada ao nível de cada Programa Operacional, com a periodicidade mensal, permitiu o acompanhamento permanente das medidas de informação e publicidade realizadas, e o conhecimento qualitativo da informação veiculada sobre o INALENTEJO.

Em termos complementares, esta ferramenta permitiu igualmente acompanhar a **Frequência** de notícias veiculadas, a **Favorabilidade Média**, ou seja, a tendência editorial em função da análise textual dos conteúdos das notícias, e o **NET AEV - Net Advertising Equivalent Value**, que representa o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela de publicidade, em função da diferença entre a informação favorável e desfavorável, bem como as principais notícias relativas a acções relacionadas com o INALENTEJO destacadas na comunicação social.

Assim, em 2009, a Análise Qualitativa do INALENTEJO refere uma Favorabilidade Média de 3,6, numa escala de 1 a 5, tendo o Programa registado o valor de Net AEV mais expressivo no mês de Agosto, com destaque para a notícia de assinatura de doze contratos de financiamento de autarquias do Distrito de Évora e das Federações de Bombeiros da Região Alentejo.

Globalmente, em 2010 a Favorabilidade Média do INALENTEJO foi de 3,3. A Análise Qualitativa destacou o mês de Janeiro pelo valor mais expressivo do valor Net AEV, na sequência da atenção concedida pela rubrica 'Objectivo 2013' ao INALENTEJO, dedicando

uma semana completa aos apoios do FEDER a projectos de infra-estruturas com fins ambientais, desportivos e de lazer e a iniciativas de valorização dos recursos endógenos. No 1.º semestre, foram ainda destacadas na comunicação notícias sobre os apoios concedidos pelo Programa a actividades tradicionais, à competitividade regional, à mobilidade, ao tratamento de resíduos e à qualificação do sistema urbano.

No referido Relatório de Análise Qualitativa do INALENTEJO é ainda registado a soma da informação equilibrada reunida no mês de Julho de 2010, em que o conteúdo mais valorizado foi o apoio comunitário concedido a projectos no sector do turismo, incluindo cinco hotéis.

Podemos concluir que a referência mais frequente na comunicação se relaciona com o apoio comunitário a projectos aprovados no INALENTEJO.

2.2. Avaliação Intercalar do Plano de Comunicação

Para efeitos de avaliação dos resultados das medidas de informação e publicidade desenvolvidas, no âmbito do Plano de Comunicação, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO desenvolveu em 2010 um procedimento para realização da **Avaliação Intercalar do Plano de Comunicação**. Por motivos relacionados com a legislação nacional e a necessidade de obtenção prévia da tutela para adjudicação, esta apenas se veio a verificar a uma equipa de consultores independentes, por contrato celebrado em 27.01.2011.

A realização deste exercício de Avaliação Intercalar encontra-se prevista no Plano de Comunicação do INALENTEJO, constituindo uma das principais acções específicas da 2.ª fase de implementação do mesmo. O período temporal de incidência deste exercício de avaliação situa-se entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2010. Com a realização da Avaliação Intercalar do Plano de Comunicação do INALENTEJO, pretende-se aferir o grau de cumprimento das metas previstas para os indicadores de realização e resultado, analisar o contributo das acções para a concretização dos objectivos que o Plano se propôs alcançar, bem como diagnosticar as razões de eventuais desvios, e consequentemente, a introdução de eventuais ajustamentos.

As Conclusões Preliminares da Avaliação foram apresentadas pela equipa aos membros da Comissão de Acompanhamento, na Reunião realizada no passado dia 21 de Junho de 2011. Na avaliação do INALENTEJO assume particular importância a aferição da notoriedade da marca INALENTEJO junto dos vários públicos-alvo, com vista a identificar o seu grau de

sucesso e permitir eventuais ajustamentos nas linhas orientadoras e/ou no respectivo Plano de Comunicação.

As principais Conclusões Preliminares são as seguintes:

- O Plano de Comunicação do INALENTEJO corresponde a um instrumento globalmente bem concebido e adequado às necessidades e desafios da comunicação do Programa;
- O Plano de Comunicação evidencia um grau de concretização significativa relativamente às metas assumidas no momento da programação;
- O INALENTEJO é conhecido/reconhecido pela generalidade dos públicos-alvo visados no Plano de Comunicação;
- A Opinião Pública é o público-alvo que se considera menos conhecedor do INALENTEJO;
- A estratégia de comunicação seguida pela Autoridade de Gestão foi bastante condicionada pela necessidade de aceleração das taxas de compromisso do INALENTEJO, pelo que as prioridades de comunicação concentraram-se na divulgação geral das oportunidades de financiamento e dos mecanismos operacionais de acesso por parte dos Beneficiários, existindo menor aposta e/ou capacidade de afectação de recursos a acções destinadas a promover a procura qualificada;
- O papel da União Europeia e dos Fundos Comunitários no desenvolvimento da Região é globalmente reconhecido como positivo pelos diferentes públicos-alvo. Este reconhecimento é particularmente expressivo junto dos Beneficiários, a Comunicação Social declara possuir um elevado conhecimento das realizações concretas promovidas pelo programa, a importância do cumprimento das obrigações de informação e publicidade por parte dos promotores de projectos, bem como a eficácia da Autoridade de Gestão na sua divulgação, são amplamente reconhecidos pelos Beneficiários.

Face às conclusões preliminares traçadas, a equipa de avaliação recomenda que o esforço de comunicação a desenvolver pela Autoridade de Gestão no período remanescente de implementação do Plano de Comunicação do INALENTEJO, seja orientado em função das seguintes **cinco prioridades de actuação:**

- Aumentar o (re)conhecimento por parte da Opinião Pública do contributo do INALENTEJO e dos Fundos Comunitários para o desenvolvimento regional,

- Estimular o surgimento e a valorização pública de projectos que se distingam pelo seu carácter inovador e/ou pelo seu contributo para o desenvolvimento regional,
- Aprofundar o modelo de relacionamento comunicacional estabelecido com os Beneficiários potenciais e directos do INALENTEJO,
- Diversificar a gama de produtos comunicacionais associados à disseminação das concretizações do INALENTEJO junto dos diferentes públicos-alvo,
- Adequar a bateria de indicadores e metas do Plano de Comunicação às necessidades e aos desafios comunicacionais do INALENTEJO.

Anexa-se o **Relatório Preliminar da Avaliação Intercalar do Plano de Comunicação do INALENTEJO**, em fase de apreciação. Os resultados finais e completos deste exercício de avaliação serão oportunamente comunicados à Comissão de Acompanhamento e integrarão o Relatório Anual de Execução do INALENTEJO de 2011.

✓ **Projectos considerados *Good Practice***

No Relatório de Execução Anual de 2010, para cada Eixo Prioritário, são identificados projectos apoiados no âmbito do INALENTEJO, com co-financiamento comunitário, que se podem considerar como *Good Practice* da aplicação do FEDER:

- Eixo Prioritário 1 - Aldeamento Turístico das Valadas - L'and Vineyards - Sousa Cunhal Turismo, S.A.;
- Eixo Prioritário 2 - BIOECOS - Valorização Integrada da Biomassa - CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Baixo Alentejo e Páteo de S. Miguel - Fundação Eugénio de Almeida;
- Eixo Prioritário 3 - Centro Escolar de Benavente - Município de Benavente;
- Eixo Prioritário 4 - Expansão e Optimização do Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos Recicláveis no Sistema Multimunicipal da VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S.A.;
- Eixo Prioritário 5 - Alentejo - Promoção e Marketing Territorial - CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

